

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**DEPOIS QUE VOCÊ PASSAR DEBAIXO DA BANDEIRA, NUNCA MAIS VAI SER  
A MESMA COISA: memórias, espaços e territorialidades LGBTI+ em Juiz de  
Fora, MG (1976 - 2024)**

Wellington Araújo Soares Júnior  
*Magister Scientiae*

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2025**

**WELLINGTON ARAÚJO SOARES JÚNIOR**

**DEPOIS QUE VOCÊ PASSAR DEBAIXO DA BANDEIRA, NUNCA MAIS VAI SER  
A MESMA COISA: memórias, espaços e territorialidades LGBTI+ em Juiz de  
Fora, MG (1976 - 2024)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Leonardo Civale

Coorientador: Anderson Ferrari

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S676d  
2025  
Soares Júnior, Wellington Araújo, 1994-  
“Depois que você passar debaixo da bandeira, nunca mais  
vai ser a mesma coisa”: memórias, espaços e territorialidades  
LGBTI+ em Juiz de Fora, MG (1976 - 2024) / Wellington  
Araújo Soares Júnior. – Viçosa, MG, 2025.

1 dissertação eletrônica (221 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Leonardo Civalé.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2025.

Referências bibliográficas: f. 184-191.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.603>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Cultura homossexual - Juiz de Fora (MG). 2. Patrimônio  
cultural. 3. Memória coletiva. 4. História oral. 5. Territorialidade  
humana. 6. Espaço (Arquitetura) - Aspectos sociais. I. Civalé,  
Leonardo, 1962-. II. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de  
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 22. ed. 306.766

**WELLINGTON ARAÚJO SOARES JÚNIOR**

**DEPOIS QUE VOCÊ PASSAR DEBAIXO DA BANDEIRA, NUNCA MAIS VAI SER  
A MESMA COISA: memórias, espaços e territorialidades LGBTI+ em Juiz de  
Fora, MG (1976 - 2024)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 5 de junho de 2025.

Assentimento:

---

Wellington Araújo Soares Júnior  
Autor

---

Leonardo Civale  
Orientador

Essa dissertação foi assinada digitalmente pelo autor em 22/09/2025 às 15:20:44 e pelo orientador em 22/09/2025 às 15:44:00. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **CW6J.IIZ3.XD2V** e clique no botão 'Validar documento'.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que vieram, viveram e (re)existiram antes de mim, e que me ensinaram que a vida, por mais que possa ser luta e resistência, também é inventividade e afeto. Obrigado por abrirem caminhos e não me deixarem andar só.

## AGRADECIMENTOS

Eu jamais poderia ter feito este trabalho sozinho. Estes agradecimentos são, portanto, um ato de reverência a todas e todos que, de algum modo, colaboraram para a realização deste mestrado.

Primeiramente, agradeço ao divino, à força maior que rege os mistérios da vida, os encontros e encantos. Se há algo essencial neste trabalho, indubitavelmente, são os encontros em meio aos quais tudo se fez.

Agradeço, em segundo lugar, às minhas famílias. Tanto aquela consanguínea, à qual fui designado, quanto a que me foi permitido cultivar ao longo do caminho. Aos meus parentes – em especial, à minha mãe e meu pai, Edna e Wellington, e avós, Izabel, Zélia e Sebastião – às minhas amigas e aos meus amigos, agradeço imensamente pelo carinho, apoio e colo recebidos, especialmente nos dias mais cinzentos de esperança e de maior abatimento pelo cansaço. Agradeço, de maneira especial, à Glaucy Herdy, à Mariana Camillo, à Marcela Gonzaga, ao Anderson Nogueira e ao Wesley Andrade que, de longe, foram as amigas e os amigos que mais ouviram minhas angústias e inquietações. Obrigado por todo conselho e paciência.

Agradeço à minha psicóloga Letícia pelo acolhimento e acompanhamento ao longo dos últimos anos e, especialmente, durante o ciclo final do mestrado. Nossas sessões de terapia foram fundamentais na lida com a ansiedade e a oscilação emocional que marcaram essa maratona de final de curso. Ainda que a conclusão de mais uma etapa na vida acadêmica deva ser muito comemorada, não se pode obliterar a questão da saúde mental de estudantes, professoras e professores, demais servidoras e servidores nos espaços de educação superior, seja na graduação ou na pós-graduação. É preciso falar sobre o problema e criar soluções mais humanizadas.

Agradeço, também, a todas e todos os colegas de turma que conheci, ao longo dos últimos três anos, cursando disciplinas no PPGau e no Departamento de Educação da UFV, pelo compartilhamento de conhecimento e experiências. Agradeço, particularmente, aos amigos e amigas dos grupos de pesquisa, PUPA e Gesed, dos quais participei na UFV e UFJF, respectivamente, pelas trocas e aprendizados ocorridos a cada encontro, fosse na universidade ou fora dela. De modo particular, agradeço à Thatiane Nascimento e ao Jonas Augusto pela parceria e pela

amizade ao longo do último ano.

Agradeço ao meu orientador Leonardo Civale, que desde o início acreditou em mim e no potencial da pesquisa, além das contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho. Em seu nome, estendo minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFV, seu corpo docente e técnico-administrativo. Agradeço enormemente ao meu coorientador Anderson Ferrari, cuja participação foi fundamental para o desenvolvimento da investigação de campo e para a conclusão desta dissertação. Minha gratidão pela leitura sempre atenta, pelos apontamentos e pela generosidade, desde a banca de defesa do projeto de pesquisa, de onde surgiu o convite para a coorientação.

Seria impossível não expressar minha imensa gratidão às pessoas que entrevistei e sem as quais esta pesquisa não se efetivaria. Michel, Sol, Oswaldo, Marcelo, Brune, Mônica, Lelei, Tallia e Thiago, a vocês, meu muito obrigado por aceitarem o desafio de revisitar o passado e, a partir disso, elaborar e compartilhar parte de suas memórias. Para mim, é o que este trabalho tem de mais precioso.

Às professoras Rosana Pimenta e Mônica Olender, agradeço a participação na minha banca de defesa da dissertação, como membros interno e externo, respectivamente. Obrigado pela generosidade na leitura e nas contribuições que se somaram à versão final do trabalho.

Por fim, agradeço às pessoas não citadas nominalmente e que, de algum modo, contribuíram para que tudo isso fosse feito. Agradeço a quem veio antes de mim e abriu caminhos. Às situações e pessoas que fazem a vida valer a pena, meu muito obrigado!

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“Tem lugares que me lembram  
Minha vida, por onde andei  
As histórias, os caminhos  
O destino que eu mudei  
[...]”  
(Rita Lee)

## RESUMO

JÚNIOR, Wellington Araújo Soares, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2025. **DEPOIS QUE VOCÊ PASSAR DEBAIXO DA BANDEIRA, NUNCA MAIS VAI SER A MESMA COISA: memórias, espaços e territorialidades LGBTI+ em Juiz de Fora, MG (1976 - 2024)**. Orientador: Leonardo Civale. Coorientador: Anderson Ferrari.

Colher memórias de pessoas LGBTI+ e investigar, com elas, quais espaços evocam e qual cidade nos apresentam foi o propósito deste trabalho. Contar histórias entretidas com teoria. Ocupar, com voz, palavra e corpo, um lugar na academia, e produzir, a partir das experiências de vida de pessoas LGBTI+, saberes a respeito dos espaços que criaram e em meio aos quais constituíram suas subjetividades. Para isso, recorreremos ao método da história oral para entrevistar nove pessoas LGBTI+ que, de alguma forma, construíram e ainda participam da cena LGBTI+ da cidade de Juiz de Fora, campo de pesquisa. Em seguida, identificamos e mapeamos os espaços e as territorialidades que emergiram nos relatos, agrupados em três categorias: Bares e Casas Noturnas; Festas e Eventos; ONGs e Coletivos. Buscamos estabelecer uma narrativa que contribuísse para a compreensão da existência desses locais e dessas manifestações. Fundamentados em uma perspectiva pós-estruturalista de inspiração foucaultiana, assumimos que os conhecimentos são produções situadas social e historicamente e, por isso, reconhecemos na oralidade um importante vetor de produção e transmissão de conhecimentos, especialmente para grupos sociais marginalizados. Além disso, consideramos que os sujeitos são resultado de discursos, portanto, falar de si também é falar dos espaços e da cidade onde se constituíram, social e politicamente. O desejo, ao final, é que este trabalho cumpra o papel social e político de ajudar a contar, a partir das memórias e dos espaços, uma história ainda por ser escrita.

Palavras-chave: sociabilidade LGBTI+; processos educativos; resistência; mapeamento

## ABSTRACT

JÚNIOR, Wellington Araújo Soares, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2025. **ONCE YOU PASS UNDER THE FLAG, IT WILL NEVER BE THE SAME AGAIN: LGBTI+ memories, spaces and territories in Juiz de Fora, MG (1976 - 2024)**

. Adviser: Leonardo Civale. Co-adviser: Anderson Ferrari.

Gathering memories of LGBTI+ people and investigating, through them, which spaces they evoke and which city they present to us was the proposal of this study. Telling stories interwoven with theory. Occupying with voice, words, and body, a place in academia, and producing, from life experiences of LGBTI+ people, knowledge about spaces they created and where they constituted their subjectivities. For that, we use the oral history method to interview nine LGBTI+ individuals who, somehow, made and still participate in the LGBTI+ scene of Juiz de Fora, city which is the research field. After that, we identified and mapped the spaces and the territorialities that emerged from narratives, grouped in three categories: Bars and Nightclubs; Parties and Events; NGOs and Collectives. We sought to set up a narrative that helped to understand the existence of these places and manifestations. Based on a post-structuralist perspective inspired by Foucault, we assume that knowledge is a production socially and historically sited, therefore, we recognize orality as an important vector of production and diffusion of knowledge, especially for marginalized social groups. Besides, we consider that subjects are a result of discourses, so when they talk about themselves, they also talk about the spaces and the city in which they were constituted, socially and politically. We hope that, in the end, this study fulfills its social and political role of helping to tell, from those memories and spaces, an unwritten history.

Keywords: LGBTI+ sociability; educational process; resistance; mapping

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema gráfico da amostragem bola de neve da pesquisa .....	31
Figura 2 – Mapa de localização do município de Juiz de Fora .....	64
Figura 3 – Rua Halfeld, século XIX .....	67
Figura 4 – Planta de Juiz de Fora, 1855. ....	68
Figura 5 – Planta de Gustavo Dodt para Juiz de Fora, 1880 .....	69
Figura 6 – Cine-Theatro Central, em 1936 .....	74
Figura 7 – Cine-Theatro Central .....	74
Figura 8 – Edifício Ciampi .....	77
Figura 9 – Edifício Sulacap .....	77
Figura 10 – Rua Halfeld .....	79
Figura 11 – Rua Halfeld, inundação de 1940 .....	79
Figura 12 – Avenida Barão do Rio do Branco, Centro de Juiz de Fora .....	80
Figura 13 – Avenida Barão do Rio Branco .....	82
Figura 14 – Sede do antigo Clube Juiz de Fora, � esquerda. ....	83
Figura 15 – Novo Edifício Clube Juiz de Fora .....	83
Figura 16 – Vista panorâmica do Centro de Juiz de Fora .....	84
Figura 17- Cruzamento das Avenidas Rio Branco e antiga Independência .....	86
Figura 18 – Miss Gay 1979 .....	92
Figura 19 – Parada Gay de Juiz de Fora, 2006 .....	101
Figura 20 – Parada Gay de Juiz de Fora, 2015 .....	103
Figura 21 – 1� Marcha da Visibilidade Trans de Juiz de Fora, 2022 .....	115
Figura 22 – Panfleto de divulga�o da festa “R� Bordosa”, produzida pelo bar Efeito Laranja .....	140
Figura 23 – Depoimento sobre o Angu & etc .....	143
Figura 24 – Largo do Riachuelo e Av. Rio Branco (Vista para a Garganta do Dilermando) .....	151
Figura 25 – Largo do Riachuelo e Av. Rio Branco (vista para o Alto dos Passos) ...	151
Figura 26 – Mapa da localiza�o dos espaços, anterior � década de 1990 .....	153
Figura 27 – Mapa da localiza�o dos espaços, década de 1990 .....	154
Figura 28 – Mapa da localiza�o dos espaços, anos 2000 .....	155
Figura 29 – Mapa da localiza�o dos espaços, décadas sobrepostas .....	156
Figura 30 – Mapa do núcleo central de Juiz de Fora .....	166

Figura 31 – Recorte de jornal da década de 1980, exibido no documentário <i>Carta para além dos muros</i> (2019) .....	170
Figura 32 – Primeira e segunda sedes do MGM, respectivamente .....	179
Figura 33 – Sede do CPA-UFJF, na época de existência do VisiTrans .....	180
Figura 34 – Sede do Pró-Música, onde funciona o CeR-LGBTQI+ .....	180
Figura 35 – Mapa de localização das ONGs e Coletivos .....	181
Quadro 1 – Data e local de realização das entrevistas .....	31
Quadro 2 – Principais informações das entrevistadas e dos entrevistados .....	34
Quadro 3 – Bares e Casas Noturnas .....	129
Quadro 4 – Festas e Eventos .....	130
Quadro 5 – ONGs e Coletivos .....	130

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ASTRA-JF	Associação de Pessoas Trans e Travestis de Juiz de Fora
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados
BNH	Banco Nacional de Habitação
BSH	Programa Nacional Brasil sem Homofobia
CCH	Centro de Convivência Homossexual
CECOM-UFJF	Centro de Conservação da Memória da UFJF
CEP-UFV	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV
CeR LGBTQI+	Centro de Referência e Promoção da Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Não-Binários e Intersexuais
CPA-UFJF	Centro de Psicologia Aplicada da UFJF
DCE	Diretório Central dos Estudantes
FACED-UFJF	Faculdade de Educação da UFJF
FUNALFA	Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage
GALF	Grupo de Ação Lésbica-Feminista
GESED	Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILGA	Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MGM	Movimento Gay de Minas
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
ONG	Organização Não-governamental
PJF	Prefeitura de Juiz de Fora
PPGau-UFV	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFV
PPGE-UFJF	Programa de Pós-Graduação em Educação da UFJF

PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PUPA	Laboratório de Pesquisa em Urbanidades e Patrimônio
SEDH-PJF	Secretaria Especial de Direitos Humanos da PJF
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFV	Universidade Federal de Viçosa

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>DA PESQUISA</b> .....	<b>23</b>
<b>2.1</b>	<b>Caracterização, objetivos e metodologia</b> .....	<b>23</b>
<b>2.2</b>	<b>Entrevistadas e entrevistados</b> .....	<b>33</b>
<b>2.2.1</b>	<b>Michel</b> .....	<b>34</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Sol</b> .....	<b>34</b>
<b>2.2.3</b>	<b>Oswaldo</b> .....	<b>35</b>
<b>2.2.4</b>	<b>Marcelo</b> .....	<b>35</b>
<b>2.2.5</b>	<b>Brune</b> .....	<b>36</b>
<b>2.2.6</b>	<b>Mônica</b> .....	<b>36</b>
<b>2.2.7</b>	<b>Lelei</b> .....	<b>36</b>
<b>2.2.8</b>	<b>Tallia</b> .....	<b>37</b>
<b>2.2.9</b>	<b>Thiago</b> .....	<b>37</b>
<b>3</b>	<b>SEXUALIDADES DISSIDENTES, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO</b> .....	<b>38</b>
<b>3.1</b>	<b>As sexualidades dissidentes</b> .....	<b>40</b>
<b>3.2</b>	<b>O patrimônio cultural</b> .....	<b>42</b>
<b>3.3</b>	<b>Por que convocar a Arquitetura e Urbanismo?</b> .....	<b>48</b>
<b>4</b>	<b>JUIZ DE FORA: um breve histórico</b> .....	<b>63</b>
<b>4.1</b>	<b>O surgimento e o desenvolvimento do núcleo urbano</b> .....	<b>63</b>
<b>4.2</b>	<b>“Manchester Mineira”: do pioneirismo ao ocaso</b> .....	<b>70</b>
<b>4.3</b>	<b>A “Capital Revolucionária” do golpe de 1964</b> .....	<b>84</b>
<b>4.4</b>	<b>Passando por debaixo da bandeira</b> .....	<b>91</b>
<b>5</b>	<b>OS ESPAÇOS</b> .....	<b>120</b>
<b>5.1</b>	<b>Espaço e territorialidade: apontamentos teóricos</b> .....	<b>120</b>
<b>5.2</b>	<b>Espacialidades evocadas e conjuntos propostos</b> .....	<b>128</b>
<b>5.3</b>	<b>Bares e Casas Noturnas</b> .....	<b>133</b>
<b>5.4</b>	<b>Festas e Eventos</b> .....	<b>157</b>
<b>5.5</b>	<b>ONGs e Coletivos</b> .....	<b>167</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>182</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>184</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>192</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“*Depois que você passar debaixo da bandeira, nunca mais vai ser a mesma coisa*”. Essa frase foi dita por Tallia em sua entrevista e pode ser compreendida de diferentes maneiras e em várias camadas. A mim, marcou sobremaneira, ao ponto de decidir escolhê-la como título da dissertação. A imagem que ela evoca alude a um ritual de passagem o qual acredito metaforizar, de muitas formas, momentos da vida de uma pessoa LGBTI+<sup>1</sup>.

Enquanto título, penso que ela ilustra a ideia de que a resistência, a organização e a luta política das pessoas e grupos LGBTI+, representadas pela alegoria da “*bandeira*”, são capazes de desencadear transformações na cidade – compreendida tanto em sua dimensão física, de espaço construído, quanto em sua dimensão social, de multiplicidades em relação – que a impedem de continuar sendo “*a mesma coisa*”. Nesse sentido, Juiz de Fora passa por debaixo da bandeira por intermédio da atuação das pessoas e grupos LGBTI+ para se transformar na *capital gay do Brasil*, ainda que essa alcunha mereça problematizações. É desse processo de transformação que a presente monografia se ocupa, ao investigar os espaços e territorialidades que as memórias de pessoas LGBTI+ evocam na cidade.

Paralelamente, acredito que o despertar e a descoberta da sexualidade para pessoas LGBTI+ também representam um ponto de ruptura, e que isso também pode ser ilustrado pelo mesmo verso. “*Passar debaixo da bandeira*” pode representar o processo de perceber-se LGBTI+, de aceitar-se LGBTI+ ou de assumir-se LGBTI+. Esses processos podem ser simultâneos ou não, mais ou menos desafiadores, mas dificilmente passarão despercebidos a ponto de a vida continuar a ser a “*mesma coisa*”. Ousaria dizer que, na realidade, a vida “*nunca mais vai ser a mesma coisa*”.

A minha vida nunca mais foi a mesma coisa, quando percebi que era um garoto gay. Meus processos de perceber-me, aceitar-me e assumir-me não foram simultâneos, tampouco menos desafiadores. E tenho certeza de que não seria o único a narrar as coisas dessa forma, pois experiências individuais possuem lastro social.

---

<sup>1</sup> LGBTI+ é uma das siglas possíveis para denominar a diversidade sexual e de gênero. As letras se referem a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e pessoas trans, e pessoas intersexo. O sinal de “+” expressa o caráter aberto, plural e fluido das expressões sexuais humanas e engloba todas as identidades. Para fins deste trabalho, adotaremos a sigla LGBTI+ que, de acordo com Renan Quinalha (2022, p. 11) “tem sido a formulação mais consensual no âmbito do movimento organizado no Brasil”. A própria ABGLT adotou, como nome por extenso, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

Subjetividades LGBTI+ aprendem, socialmente, que não são corretas ou “normais”. Ouvimos discursos ao nosso respeito que vão de pecado a doença, de prenúncio de uma vida triste a uma vida depravada, de insígnia de vergonha da família a uma autodepreciação. Aprendemos que não somos desejáveis da maneira como somos e existimos, e que melhor seria se fôssemos diferentes.

“*Passar debaixo da bandeira*” pode assumir a conotação do recebimento de uma herança infeliz, de um fardo. O rótulo criado socialmente e o estigma que lhe vem agregado. Entretanto, “*passar debaixo da bandeira*” também pode significar empoderar-se do que se é, fazer do estigma um combustível, cuja queima resulta em energia para lutar pelo mundo com o qual se pode sonhar, para perseguir a utopia que lhe inspira a caminhar. Muitas e muitos passaram “*debaixo da bandeira*” antes de mim, antes de nós, para que hoje fosse possível escrever estas palavras que abrem a minha dissertação de mestrado. A elas e eles, meu reconhecimento e minha reverência.

Assim sendo, gostaria de deixar registrado, desde já, que a perspectiva de ciência que orienta a tecedura desta obra não se respalda em uma pretensa neutralidade ou pureza da pesquisa em relação à subjetividade do autor. Em observância às características deste estudo, assumo o pressuposto de que não pontuar o lugar a partir do qual se fala seria assumir, por conviência ou omissão, um lugar de não-implicação, o que compreendo não ser mais do que um escamoteamento de uma epistemologia que enuncia a si por intermédio da oposição àquilo do qual julga dissidir. Ancorado em uma perspectiva pós-estruturalista de inspiração foucaultiana (Louro, 2007), afirmo que tanto a definição de si quanto do outro – isto é, de uma narrativa única que chancela o que é ciência daquilo que não é ou, ainda, o que é normal daquilo que é patológico – são produções históricas e culturais, forjadas em relações de saber e poder (Foucault, 2023). Não há, por conseguinte, uma verdade externa e incólume, essência pura e imaculada das identidades e do conhecimento, mas regimes de verdade que arregimentam nossas crenças e condutas sociais.

Nesse sentido, destacar minha implicação enquanto autor é marcar minha posição de sujeito pesquisador atravessado pela vida, pela sociedade e pela própria pesquisa, fruto de um tempo histórico e de uma cultura. É assumir que as motivações que guiaram este estudo também têm uma origem subjetiva, que emerge da minha trajetória e que me constitui como pessoa e como pesquisador, e que isso não anula o rigor científico ou a ética profissional. É compreender, e não omitir, o lugar de poder que ocupo ao desenvolver uma pesquisa vinculada a um programa de pós-graduação

de uma universidade federal brasileira, e que minha produção está inserida nos mesmos jogos de saber-poder que disputam esses regimes de verdade.

Djamila Ribeiro (2019, p. 89–90), ao tratar do lugar de fala e do apagamento epistemológico de intelectuais negras e negros, ensinou-me que

Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível “voz de ninguém”, como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade.

Diante disso, explicitar o meu lugar de sujeito no mundo e os atravessamentos que me constituem marca uma posição política, na medida em que, apesar de homem cisgênero e, dentro do contexto racial brasileiro, socialmente considerado branco, também sou gay. A mesma relação entre saber e poder responsável por produzir o discurso da degenerescência a respeito das homossexualidades (Foucault, 2023) – e aqui, utilizo-a como um termo guarda-chuva para abarcar a todas as expressões de sexualidade dissidentes – é, ironicamente, a mesma que me permitiu conduzir este estudo, orientado por uma produção de conhecimento que se coloca em resistência, que se volta para saberes construídos a partir das vivências dessas mesmas pessoas as quais as instâncias privilegiadas de produção de saber lograram, um dia, rotular como desviantes.

Os saberes aos quais me refiro são, especialmente, relativos à apropriação dos espaços da cidade de Juiz de Fora pelas pessoas LGBTI+ que, historicamente, não são associados a locais privilegiados ou de plena visibilidade, seja nessa cidade ou em qualquer outro lugar. Ao contrário, a historiografia já demonstrou como as redes de sociabilidade LGBTI+ foram sendo formadas em pequenos guetos, de modo marginal e semiclandestino, proporcionados por um certo anonimato encontrado na aglomeração dos centros urbanos. Essas redes de sociabilidade, tecidas no complexo jogo entre a fruição dos seus afetos por esses seres marginais e as investidas repressivas e coercitivas dos aparelhos sociais e de Estado, foram fundamentais para a (re)existência dessas pessoas, para o surgimento de uma subcultura homossexual, e para a gestação dos movimentos organizados que eclodiram nas décadas finais do século XX e se estenderam pelas seguintes.

Acredito fortemente que só seria possível alcançar tais saberes alcançando essas pessoas, convidando-as a elaborar e a narrar suas histórias e experiências, e extraindo dessas narrativas a valiosa seiva que nutre esta dissertação. Saberes, práticas, valores e uma miríade de produções culturais LGBTI+ são elaboradas,

transformadas e transmitidas entre as gerações no seio dos grupos, e nesse processo, a memória tem um papel fundamental. Nas palavras do professor e pesquisador gay Renan Quinalha (2022, p. 182), “a memória coloca-se como dispositivo ainda mais central de criação de laços e de um senso de hereditariedade” para as pessoas da comunidade LGBTI+. Não de maneira excepcional, é predominantemente em meio à comunidade que essas pessoas encontram acolhimento e socializações que lhes permitem construir um senso de autovalor, transmutando o autodesprezo em autoestima.

Dessa forma, este trabalho também se insere nos estudos de memória. A psicóloga e professora Ecléa Bosi (1994, p. 39, grifo da autora), a respeito de sua obra *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*, diz o seguinte: “não pretendi escrever uma obra sobre *memória*, tampouco sobre *velhice*. Fiquei na interseção dessas realidades: colhi memórias de velhos”. A respeito do meu trabalho, ousou parafraseá-la para dizer que não pretendi escrever uma obra sobre memória, tampouco sobre sexualidade. Fiquei na interseção dessas realidades: colhi memórias de pessoas LGBTI+. Investiguei, com essas memórias, quais espaços elas evocam. Portanto, afirmo sem medo de parecer raso ou simplista que, no final, minha dissertação é uma grande contação de história – com toda carga poética e afetiva que essa afirmação contém – entretecida com fios de teoria.

Não pretendo falar por elas, tampouco dar voz a elas. Isso não é necessário, pois não há mudez nessas pessoas. Sistemáticamente, o que houve por muito tempo foi um sofisticado processo de silenciamento, na tentativa de abafar e minar essas existências. Existências que foram enunciadas a partir de uma voz externa, normativa, que as transformaram em objeto. Objeto errante e degenerado. Na contramão disso, o exercício aqui empreendido foi o de construir, com elas, um conhecimento possível a respeito dos espaços que produziram e frequentaram. Registrar que, mesmo em condições desfavoráveis e hostis, correndo riscos e sujeitas a violências, essas pessoas inventaram mundos, descobriram meios, produziram espaços, viveram seus afetos e contradições. Tal qual me ensinou Emicida (2019), em sua canção *AmarElo*, reduzir a existência dessas pessoas às suas dores e cicatrizes seria roubá-las e fazê-las sumir.

*Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes, que nem devia tá aqui  
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nóiz?  
Alvos passeando por aí*

*Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência  
É roubar o pouco de bom que vivi  
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes  
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir*

Paralelamente, não empreender uma investigação com as memórias dessas pessoas seria deixar passar a oportunidade de escrever uma história ainda por ser escrita. A memória das pessoas, ainda que muito valiosas, não são eternas. Nem as pessoas o são. Fernanda Müller, uma importante artista e militante travesti da cidade, deixou-nos em 2013. Marco Trajano, um dos fundadores da ONG Movimento Gay de Minas (MGM), partiu em 2021. Embora óbvia, a constatação da efemeridade da vida reveste os estudos de memória e história oral com um certo caráter de urgência.

Além da compreensão da relevância social desta pesquisa, que creio por si só já ser capaz de justificá-la, atravessamentos pessoais também se somam às motivações que me levaram a escolhê-la para o meu mestrado. Para além do pioneirismo na pauta e militância LGBTI+ em Minas Gerais, por ser palco do Miss Brasil Gay e sede da ONG MGM, Juiz de Fora é a cidade na qual cursei minha graduação e onde construí minha principal rede de afeto, para além daquela familiar e consanguínea. A originalidade dessa rede, em relação a suas antecessoras, é ter sido a primeira na qual eu era um homem gay “fora do armário”. Os afetos ali cultivados não se deram “apesar de eu ser gay”, mas sim pela inteireza da minha identidade que, embora não se limite a isso, inclui ser um homem gay.

Sem dúvidas, o Wellington que hoje escreve este texto jamais poderia fazê-lo sem todas as experiências vividas em Juiz de Fora, mas que não se encerraram nela. Assim como todas as pessoas entrevistadas citaram o Café Muzik em algum momento, relatando mais ou menos experiências vividas ali, eu também frequentei suas festas, fossem as baladas de sexta à noite ou as rodas de samba da quarta. Ali, também tive os primeiros contatos com uma subcultura gay até então inacessível, diverti-me com amigos, conheci pessoas que não passaram de um contato na noite e outras que seguem caminhando comigo. Ali, aprendi códigos e condutas, modos de me vestir e de me comportar em espaços similares, fui feliz e tive meus dissabores.

Aprender sobre ser LGBTI+ em espaços LGBTI+. Um atravessamento constitutivo dessa comunidade. Um atravessamento constitutivo da minha identidade. Afinal de contas, não é sobre isso que tenho dito ter-me dedicado a pesquisar em meu mestrado? Não há como justificar uma suposta indissociabilidade entre meus

atravessamentos e motivações pessoais e a relevância social da pesquisa, uma vez que eu também sou fruto daquilo que me dispus a investigar. Além disso, a pesquisa atravessou-me incontáveis vezes, ao perceber que, por um acaso cronológico, eu não vivi na década de 1930, quando as famílias enviavam voluntariamente os homossexuais para internação e “tratamento” em instituições psiquiátricas. Ou ainda, que eu não vivi na década de 1980, quando o giro mortal da epidemia de HIV/AIDS ceifou um sem-fim de vidas e sonhos, enquanto autoridades tratavam a situação com menosprezo, e a sociedade, como um castigo divino. Ao contrário, hoje eu sou um homem gay que tem a oportunidade de escrever isso na Introdução da sua dissertação de mestrado. Que este trabalho seja semente é o meu maior desejo.

A categoria “geração” aparece neste trabalho de maneira implícita, uma vez que há uma diversidade de idades entre as pessoas entrevistadas que modulam as experiências relatadas, bem como os espaços em que ocorreram. Ainda que o texto não se dedique a um debate conceitual mais elaborado a respeito, julgo importante fazer dois apontamentos acerca da categoria nesta Introdução. Primeiramente, consoante à professora e socióloga brasileira Alda Britto da Motta (2010, p. 229), refiro-me à noção sociológica do termo, compreendido como “um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência, ou têm a potencialidade para tal”.

Em segundo lugar, como salientado pela autora, as gerações não existem de maneira apartada uma das outras, mas interrelacionadas, seja de modo solidário ou antagônico. “Uma geração é ou se torna aquilo que o jogo de poder enseja nas relações com as outras” (Britto da Motta, 2010, p. 234). Dessa maneira, é preciso considerar, na compreensão das gerações, as representações e identidades elaboradas levando em consideração os marcadores sociais vigentes, a exemplo de gênero e classe social, que muitas vezes conflitam com aquelas de outros grupos ou categorias sociais. Ainda que seja um fator importante para a análise das gerações, somente o grupo de idade não a esgota, já que o mesmo contexto social não atravessa igualmente a todos os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo classificado ou autoidentificado em termos geracionais (Britto da Motta, 2010).

O protagonismo deste trabalho pertence integralmente a Michel, Sol, Oswaldo, Marcelo, Brune, Mônica, Lelei, Tallia e Thiago, de forma que ele não é sobre minhas memórias. Mas também não deixa de sê-lo. Por isso, de maneira muito pontual,

singelamente me inseri ao narrar algumas experiências pessoais. Além disso, ao longo do texto, ficará perceptível a escolha pelo uso dos pronomes feminino e masculino, não adotando somente o plural masculino, como se esse gênero desse conta de uma suposta universalidade. Conforme apontado pela professora Guacira Lopes Louro (2007, p. 236), sob a ótica da perspectiva que escolhi para me enveredar, “não se trata de dizer, simplesmente, que a linguagem que usamos reflete nosso modo de conhecer, e, sim, de admitir que ela faz muito mais do que isso, que institui um jeito de conhecer”.

Na realidade, não sei se posso dizer que escolhi enveredar-me pela perspectiva pós-estruturalista. Talvez seja mais apropriado assumir, com humildade, que foi a perspectiva pós-estruturalista que me permitiu desbravar e aprender este modo de pensar, de desenvolver minha pesquisa e de apresentá-la desta forma. A minha aproximação à dita abordagem deu-se por meio do contato com o Departamento de Educação da UFV, onde cursei as disciplinas *Educação e Cotidiano*, ministrado pelo prof. Dr. Eduardo Simonini, e *Percursos da Pesquisa Qualitativa em Educação*, conduzida pela prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heloisa Herneck. Ainda que eu tenha rondado de maneira autônoma os terrenos dessa perspectiva, seja participando de cursos livres sobre o pensamento de Michel Foucault ou por meio da leitura de outras autoras e autores, foi mediante a participação nas citadas disciplinas que, oficialmente, conduzi meus estudos de maneira orientada.

Recorri ao Departamento de Educação por dois motivos. Primeiramente, porque é um campo do saber com mais experiência em investigações que mobilizam a perspectiva pós-estruturalista de inspiração foucaultiana do que a Arquitetura e Urbanismo, especialmente, com ênfase nas problemáticas de gênero e sexualidade. Em segundo lugar, porque ao falar em processos de subjetivação e de constituição de si, tratamos, essencialmente, de processos educativos. Desse contato com a área da Educação, desdobrou-se o convite para que o Prof. Dr. Anderson Ferrari, da Faculdade de Educação da UFJF, participasse da minha banca de defesa do projeto de pesquisa, e a partir disso se tornasse coorientador deste trabalho.

Após me mudar para Juiz de Fora para desenvolver o trabalho de campo, no último ano de curso, fui convidado pelo Anderson a integrar o Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (Gesed), coordenado por ele e pelo Prof. Dr. Roney Polato. Os encontros do grupo foram momentos de generosa e afetuosa troca de conhecimento e experiências. O contato com outras

pesquisas, pesquisadoras e pesquisadores, tanto de mestrado quanto de doutorado, inseridas nos campos de gênero e sexualidade, da educação e da cultura agregaram uma compreensão mais abrangente acerca desses fenômenos que não se restringiu a um caráter utilitário para a elaboração desta monografia, porém, investiram-se em atravessamentos na minha constituição de um ser-pesquisador.

Todavia, um ser-pesquisador arquiteto urbanista. Não poderia furtar-me de apontar outro enquadramento que modula minha perspectiva. Como arquiteto urbanista, aprendi a considerar a cidade tanto em sua dimensão material quanto relacional. A cidade é, indubitavelmente, seu espaço construído, com suas formas e temporalidades precipitadas em matéria. Entretanto, também é a vida que pulsa a cada instante, preenchendo e transformando essa mesma materialidade, atribuindo-lhe sentido, funções e afetos.

Nessa direção, considero que as pessoas produzem as cidades não somente por ocuparem cargos técnicos ou de poder que investem no planejamento, na produção, na reprodução e na transformação do espaço urbano, mas também por meio da vida cotidiana, aparentemente pequena, todavia, que pulsa intensa e inventivamente. “Grupos dominantes detêm o domínio espacial e ditam as regras de segregação e expulsão, mas não podem impedir, ao seu modo totalitário, que as existências sejam ativas”, ensinou-me a arquiteta urbanista negra Joice Berth (2023, p. 256). Levei a cabo a elaboração desta monografia orientando-me pela defesa de que pessoas e grupos LGBTI+ lograram produzir espaços e territorialidades em Juiz de Fora e, por conseguinte, atuaram na produção e na transformação da própria cidade.

A presente dissertação está estruturada da seguinte maneira: além desta Introdução e das Considerações Finais, primeiro e sexto capítulos, respectivamente, possui outras quatro seções. Sob o título “Da pesquisa”, o segundo capítulo aborda, conforme expresso em seu nome, questões relativas à caracterização da pesquisa, a exposição dos objetivos, bem como da metodologia utilizada para alcançá-los. Sinteticamente, apresenta reflexões sobre memória, história oral e testemunhos, e a importância deles na produção e transmissão de saberes. Ao final, traz uma breve descrição de cada participante, na ordem de realização das entrevistas.

O terceiro capítulo “Sexualidades dissidentes, história e patrimônio” busca defender que a investigação com memórias de pessoas LGBTI+ pode ser compreendida como um esforço na direção de uma produção que se pretenda

patrimonial, que seja capaz de contribuir na escrita de uma história a partir dos seus corpos, vivências e afetos. Ao elucidar que as noções de degenerescência e desvio, atribuídas às sexualidades dissidentes, e de patrimônio histórico emergem em meio à sociedade oitocentista burguesa europeia, tenta argumentar que a ausência de um amplo reconhecimento das produções LGBTI+ enquanto patrimônio cultural é uma produção social, e não surpreende, tendo em vista que as próprias identidades LGBTI+ foram forjadas discursivamente enquanto desviantes, doentes, degeneradas por essa mesma sociedade.

O quarto capítulo, intitulado “Juiz de Fora: um breve histórico”, tem por objetivo central elucidar o campo de pesquisa, isto é, a cidade de Juiz de Fora. Para isso, empreende-se dois exercícios: em um primeiro momento, apresenta um panorama sobre o surgimento e o desenvolvimento do município e de seu núcleo urbano, além de pistas acerca da construção histórica do imaginário intelectual e cultural da sociedade juizforana; posteriormente, investiga com as entrevistas qual cidade as pessoas LGBTI+ contam e vivenciam, bem como quais as atuações dessas pessoas na direção de transformá-la, ainda que de maneira mais ou menos intencional.

O quinto capítulo, “Os espaços”, apresenta a identificação e o mapeamento dos espaços evocados nos relatos das e dos participantes, segundo uma divisão proposta em três conjuntos, a saber: (a) Bares e Casas Noturnas, (b) Festas e Eventos, (c) Coletivos e ONGs. Cada conjunto possui um subcapítulo corresponde, no qual é elaborado um breve histórico da existência desses espaços e/ou manifestações em outras cidades, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo, e, em seguida, como se deu em Juiz de Fora. Uma discussão teórica acerca dos conceitos geográficos de espaço e territorialidade é apresentada no início do capítulo, visando oferecer uma possível análise das espacialidades apresentadas na sequência.

Por fim, quero esclarecer que o uso da primeira pessoa do singular, em regra, está restrito a esta Introdução. Ao longo do texto, escolhi utilizar a primeira pessoa do plural por compreender que este trabalho foi feito a várias mãos e, portanto, eu não falo só e nem poderia fazê-lo. Somam-se ao eu-lírico desta dissertação, além do seu autor, os professores que me orientaram e acompanharam, as pessoas que foram entrevistadas, todas e todos que, gentilmente, leram versões do texto e fizeram preciosas ponderações a respeito, além daquelas e daqueles com quem partilhei, parcial ou integralmente, a jornada do mestrado. Cada linha possui um sem-fim de contribuições que me atravessaram e decantaram na forma de palavra escrita.

## **2 DA PESQUISA**

### **2.1 Caracterização, objetivos e metodologia**

A pesquisa que deu origem a esta dissertação foi desenvolvida sob uma proposta inter e transdisciplinar, de acordo com as definições de Basarab Nicolescu (1999). Segundo o autor, ao longo do século XX, a complexidade propagou-se por todos os campos do conhecimento, de modo que o saber disciplinar se tornou insuficiente para uma compreensão mais abrangente da realidade. Disso resultaram dois movimentos: se, por um lado, houve uma proliferação de especialidades com campos estreitos de investigação, por outro, houve uma tentativa de esmaecer as fronteiras entre as disciplinas, resultando nas pluri, inter e transdisciplinaridade.

De acordo com Nicolescu (1999), a pluridisciplinaridade caracteriza-se pelo estudo de um objeto de determinada disciplina realizado, simultaneamente, sob a ótica de diferentes disciplinas, de forma que, ao final, tal objeto de conhecimento de dada disciplina será enriquecido pela contribuição das demais. A interdisciplinaridade, por sua vez, caracteriza-se pela transferência de métodos entre as disciplinas, ainda que sua finalidade continue circunscrita na pesquisa disciplinar. Por fim, a transdisciplinaridade refere-se ao que extrapola as pesquisas disciplinares, situando-se entre, através e além das disciplinas, no intento de compreender dinâmicas em vários níveis de realidade. Entretanto, o autor destaca que as pesquisas disciplinares e transdisciplinares não são antagonistas, mas complementares.

Consideramos que nossa pesquisa tem um caráter transdisciplinar, uma vez que cruza saberes disciplinares da Arquitetura e Urbanismo, da História, da Educação, da Sociologia e da Geografia ao se propor investigar as redes de sociabilidade LGBTI+ e suas espacialidades, em Juiz de Fora. Dessa maneira, defendemos que os resultados obtidos não se inscrevem em uma ou outra disciplina, especificamente, já que a própria problemática de pesquisa convoca, intrinsecamente, múltiplos saberes disciplinares. No entanto, a análise proposta neste trabalho recorre a um enfoque relativo ao campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo, por se tratar de uma dissertação desenvolvida no âmbito do curso de mestrado nessa área. Sob essa perspectiva, destacamos seu caráter interdisciplinar, pois, mesmo se dirigindo ao intercâmbio entre métodos das diversas disciplinas elencadas, este trabalho volta-se ao saber disciplinar ao qual se vincula o Programa de Pós-graduação que o respalda.

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, ao se situar na intersecção das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A investigação proposta parte da narrativa das e dos participantes, de forma que a relevância dos dados produzidos concerne, primordialmente, ao sentido atribuído por elas e por eles àquilo que evocam e contam. A socióloga Maria Cecília de Souza Minayo (2002, p. 15) afirma que “o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo” e destaca algumas características da pesquisa social.

Primeiramente, a autora aponta o caráter histórico intrínseco ao objeto das Ciências Sociais, uma vez que as sociedades humanas se desenvolvem em determinado espaço, marcado por uma temporalidade, produzindo configurações sociais específicas. Disso resulta que tal objeto é dotado de consciência histórica, pois “não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significados e intencionalidade a suas ações e a suas construções” (Minayo, 2002, p. 14).

A autora também salienta o fato de que as Ciências Sociais produzem e põem em circulação interesses e visões de mundo, historicamente situados, ainda que suas contribuições e efeitos não se restrinjam às intenções de seu desenvolvimento. Ou seja, as Ciências Sociais, tanto quanto qualquer outra, é comprometida, não sendo possível reivindicar pretensa neutralidade. Dessa maneira, assume-se que pesquisador e campo estão imbricados, isto é, que ambos estão suscetíveis a atravessamentos capazes de desencadear transformações nos sujeitos e na própria investigação.

Quanto ao seu nível, segundo classificação proposta por Antônio Carlos Gil (2008, p. 27), a pesquisa em questão é exploratória, uma vez que oferece uma “visão geral, de tipo aproximativo”, acerca do que se dedica a investigar. Trata-se de um esforço inicial e de um desejo de que estudos posteriores somem-se a esse, já que, como sublinha o autor, “pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla”.

Este trabalho teve por objetivo geral identificar e mapear espaços e territorialidades associados à memória LGBTI+ em Juiz de Fora, de maneira a contribuir com os estudos de memória da comunidade em questão. Nesse intuito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Compreender o(s) contexto(s) juiz-forano(s), especialmente a partir de 1976, buscando destacar acontecimentos e condicionantes sensíveis ao tema de pesquisa;
- Identificar, mapear e caracterizar espaços e territorialidades associados às vivências e memórias LGBTI+ na cidade de Juiz de Fora a partir de 1976, ano de realização da primeira edição do concurso Miss Brasil Gay;
- Investigar a importância desses espaços e territorialidades para as pessoas e grupos LGBTI+, no tocante aos processos de subjetivação e de constituição de uma identidade política associada à sexualidade.

Dessa maneira, estabelecemos, como núcleo da pesquisa, as memórias de pessoas LGBTI+, partindo do pressuposto de que o conhecimento científico não se opõe aos saberes da vida cotidiana. Reconhecemos na oralidade um importante vetor de produção e transmissão de conhecimentos, especialmente para grupos sociais marginalizados. O sociólogo Michael Pollak (1989) destaca a importância das “memórias subterrâneas” para a manutenção de lembranças e saberes que, muitas vezes, contrapõem-se à narrativa oficial ou hegemônica.

Segundo o autor, devido ao silêncio a elas imposto, tais memórias permanecem latentes, sendo transmitidas oralmente entre as gerações no interior dos grupos. No momento em que conseguem emergir e irromper no debate público, muitas vezes somando-se a outras reivindicações, tornam-se capazes de deslocar perspectivas e desestabilizar entendimentos sedimentados e cristalizados socialmente (Pollak, 1989). Ao fim e ao cabo, possibilitam pôr em movimento produções a partir de saberes outros, a fim de tensionar o que a escritora Chimamanda Adichie (2019) denomina de “o perigo de uma história única”, referindo-se ao conhecimento alcançado por meio de uma única via, de uma única narrativa, de uma única perspectiva. Segundo a autora, disso decorre a criação de estereótipos que são, por sua vez, incompletos. Assim, a “história única” é problemática porque é incapaz de dar conta da pluralidade.

Nessa direção, a historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto (2024) salienta a importância do testemunho para o registro desses saberes, muitas vezes suscetíveis ao desaparecimento, e como práticas de resistência, uma vez que falar é existir. A possibilidade de, reciprocamente, falar e ouvir fortalece vínculos sociais. A autora aponta como o testemunho não é apenas autorreferencial, mas remete a uma dimensão social, já que a própria narrativa se faz estabelecendo relações com outras histórias, espaços, acontecimentos.

Portanto, se um testemunho pessoal contém a força de uma história individual, ele necessita não apenas ser ouvido e, pelo diálogo, acreditado, mas também é necessário que seja lido em sua tecitura discursiva e narrativa, estabelecendo relações [...] numa dimensão social (Guimarães Neto, 2024, p. 100).

Somos capazes desse investimento reflexivo por meio da memória. Certamente, é o indivíduo quem recorda. No entanto, não pode fazê-lo sem os suportes que lhe permitem evocar. Segundo Ecléa Bosi (1994, p. 84), a memória “é uma evocação”, mas também é trabalho. Investimos sobre ela, somos capazes de moldá-la, ressignificá-la, recontá-la diante das demandas e dos estímulos do presente. De fato, direcionamo-nos ao passado sempre a partir das determinações e circunstâncias sociais do presente.

Dessa forma, não podemos afirmar que as pessoas que participaram da pesquisa relataram os acontecimentos pretéritos tal qual ocorreram, ou seja, que suas narrativas contam a “verdade em si” dos fatos, já que a memória não é a conservação pura e incólume do passado. Mas também não significa dizer que esse trabalho de evocação e elaboração, isto é, de construção da narrativa se refira a algo falso ou mentiroso.

Por exemplo, as memórias de Oswaldo e Michel relativas à atuação do Movimento Gay de Minas (MGM) em meio à comunidade LGBTI+ de Juiz de Fora não são inverídicas, entretanto, encontram certo contraditório, quando confrontadas com algumas questões apontadas por Mônica, Tallia e Brune no tocante à hegemonia do grupo de homens cisgêneros gays dentro da organização. Os contrapontos permitem, justamente, pluralizar as perspectivas e desviar das armadilhas de promover uma história única.

A intenção, assim, é destacar que as entrevistadas e os entrevistados se dedicaram gentilmente ao exercício de reelaboração de suas histórias, aceitaram o empreendimento de olhar retrospectivamente para suas lembranças, buscando respostas aos questionamentos que foram feitos ao longo das entrevistas, em concordância com o roteiro previamente apresentado (Apêndice A). De acordo com Bosi (1994, p. 88), “a narração é uma forma artesanal de comunicação. Ela não visa transmitir o ‘em si’ do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa. Investe sobre o objeto e o transforma”.

Entretanto, se a memória não nos traz o passado tal qual acontecido, “qual é a função social da memória?”, provoca-nos a autora. Mas também nos oferece algumas

respostas. “Hoje, a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente” (Bosi, 1994, p. 89). Ou ainda, o narrador “tira segredos e lições que estavam dentro das coisas [...]. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana” (Bosi, 1994, p. 90).

Inspirados nas reflexões de Ecléa Bosi, podemos considerar que a transmissão de saberes pela via da memória transcende a estrita racionalidade científica cartesiana, não por desmerecê-la, mas por conter em si a complexidade da experiência humana, dos seus atravessamentos, seus efeitos e afetos, ou seja, uma dimensão subjetiva. Por isso, as dinâmicas da memória estão sujeitas a esquecimentos, confusões, omissões, invenções, negociações às quais o sujeito recorre diante do generoso trabalho de elaborar e narrar suas lembranças que, no limite, dizem de sua vida e de sua constituição de si.

Pollak (1989, p. 08) destaca, nesses processos de negociação inerentes à memória, a função do “não-dito”, particularmente, quando se referem a lembranças “proibidas, indizíveis ou vergonhosas”. Do mesmo modo que existe, em quem narra, o desejo de transmitir o que aprendeu e apreendeu ao longo de sua vida, existe uma parcela do que, conscientemente ou não, pertence à zona do silêncio, da omissão e do não-dito, sobretudo, quando remetem a episódios traumáticos, violentos ou deslegitimados socialmente.

O autor também sublinha o “trabalho de enquadramento da memória”, haja vista a necessidade, especialmente, quando referente a memórias de grupos e organizações, de respaldo para aquilo que se pretende narrar e transmitir. A dinâmica da memória diz de escolhas que, entretanto, não são gratuitas ou arbitrárias. É preciso que haja “quadro de referências e pontos de referência”, alimentados pelo cabedal fornecido pela história, por sua vez, passível de interpretações e reinterpretações (Pollak, 1989, p. 09). Em outras palavras, a memória possui alicerces sociais.

Podemos exemplificar esse entendimento por meio de um trecho da entrevista realizada com Lelei, no qual ele narra o surgimento da boate Acrópole. Ao ser questionado sobre o ano em que aquilo aconteceu, Lelei ancorou sua resposta no acontecimento da primeira vinda de Madonna ao Brasil, com a turnê *The Girlie Show*, em 1993. Esse evento social marcante transformou-se em uma baliza à qual Lelei recorreu para localizar temporalmente suas memórias. Referente a isso, o antropólogo Joël Candau (2023, p. 92) afirma que o tempo do ato narrativo não é organizado como

um calendário, “um tempo abstrato expresso em divisões por dia, mês e ano”, e sim referenciado na trajetória de vida da pessoa, “quer se trate de contar o tempo a partir do momento no qual os fatos são produzidos ou tomar como referência os acontecimentos advindos da experiência pessoal”.

*Aí foi a Acrópole. E a Acrópole ficou dois anos e meio. Eu lembro muito da Acrópole, porque foi na [...] primeira vez que a Madonna veio ao Brasil [...] Eu lembro que eu fui trabalhar, na hora que deu eu fui lá na boate... Passei na boate, organizei tudo. A boate ficou vazia, não tinha ninguém! (risos). A boate no dia... Show da Madonna... [...] Ai chegamos no Rio quatro horas da tarde, aí abriu a porta, entramos, assistimos The Girlie Show. E aí um ano depois, a boate acabou (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Por sua vez, Pollak (1989) também nos oferece uma resposta ao questionamento suscitado por Ecléa Bosi. Uma das funções sociais da memória é conferir coesão aos diversos grupos que compõem as instituições, a nação e a sociedade, ao proporcionar e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais. Ao mesmo tempo, desempenha papel central no processo de subjetivação dos sujeitos, da constituição de si, haja vista que a identidade individual é forjada em meio a relações e experiências sociais, e sofre influência da identidade coletiva dos grupos aos quais cada pessoa integra.

Diante do exposto, a decisão por pesquisar a partir de memórias de pessoas LGBTI+ provém, por um lado, da minha implicação, enquanto sujeito e pesquisador, neste tema, já apresentada na Introdução deste trabalho. Por outro, do reconhecimento da importância de ouvir e registrar as “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989) dessas pessoas. Há formas de saber e conhecer que só será possível ter acesso por meio da oralidade, pelo processo de elaboração e narração dos testemunhos de quem viveu – e segue vivo para contar.

Nesse sentido, optamos pela história oral como método para produzir essas narrativas em colaboração com as pessoas que gentilmente aceitaram participar da pesquisa. A historiadora Sônia Maria de Freitas (2006, p. 18) define história oral como “método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana” que, a partir da utilização de aparelhos eletrônicos, passou a ser denominada “moderna história oral”.

Os historiadores José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda (2015) também apresentam outras definições possíveis para a história oral. Entretanto, um fator comum a todas é o fato de que se destina ao registro de testemunhos, mediante a gravação de entrevistas, recorrendo ao uso de aparelhos eletrônicos para tal, de

forma a gerar documentos que possam ser utilizados como fontes em investigações multidisciplinares.

No prefácio à edição brasileira do livro *A voz do passado: história oral*, de John Thompson, Sônia Maria de Freitas (1998, p. 15) narra que o autor, diante da falta de documentação nos arquivos, e da escassa literatura disponível a respeito de um período recente da história social inglesa o qual estudava, “descobriu a importância das pessoas como testemunhas do passado e, ao ouvi-las, descobriu que elas têm sempre alguma coisa interessante a dizer”.

Inspirados por Thompson, apostamos que as pessoas LGBTI+ também tinham “alguma coisa interessante” para nos dizer a respeito dos processos de constituição de si e da cidade de Juiz de Fora, a partir dos espaços e das territorialidades que lograram ocupar e produzir ao longo do tempo. Assim, investimos na possibilidade proporcionada pela história oral de investigar o passado recente, por meio das memórias e das vivências de sujeitos historicamente silenciados, em particular neste trabalho, pessoas LGBTI+. Como afirma Thompson (1998, p. 22),

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que ela seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história.

Por meio das narrativas, procuramos mapear quais espaços e territorialidades foram evocados pelas e pelos participantes, quando interpeladas e interpelados sobre o processo de constituição de si enquanto pessoa LGBTI+, em observância ao roteiro previamente apresentado a elas e a eles. O roteiro (Apêndice A) foi elaborado com o propósito de elucidar questões a respeito da trajetória individual e da relação de cada uma e cada um com Juiz de Fora, bem como da atuação na produção e na apropriação dos espaços e territorialidades que foram mencionados.

Desde a elaboração do projeto de pesquisa, a utilização da amostragem em bola de neve já estava prevista, uma vez que seria preciso ter acesso a um grupo específico e historicamente estigmatizado, a fim de proceder à gravação das entrevistas relacionadas à vida pessoal de cada participante. Juliana Vinuto (2014) afirma a utilidade desse tipo de amostragem em investigações com populações de difícil acesso, ou quando não é possível precisar sua quantidade, ou ainda, quando se dedica a estudar questões sensíveis, relativamente de âmbito privado, em que seja necessário o conhecimento de pessoas pertencentes ao grupo para o estabelecimento de uma rede de informantes.

Assim sendo, segundo a autora, o primeiro passo na execução da amostragem bola de neve é a identificação das “sementes”, que são informantes-chave e/ou documentos capazes de proporcionar o contato da pesquisadora ou do pesquisador com o grupo a ser investigado e indicar as primeiras e/ou os primeiros participantes. Nesta pesquisa, tanto eu quanto meu coorientador Anderson Ferrari atuamos como sementes. De maneira pontual, também solicitei uma indicação à minha amiga Glaucy Herdy, em razão do seu contato com um grupo de mulheres feministas de Juiz de Fora.

Após estabelecer os primeiros contatos, o passo seguinte da amostragem em bola de neve é solicitar que cada participante indique possíveis pessoas para integrarem o estudo, de forma que há, teoricamente, uma tendência de crescimento do quadro de amostragem a cada entrevista realizada. Na prática, entretanto, isso pode não se concretizar, já que a indicação de novas pessoas não garante a efetiva participação, seja por recusa expressa, seja por indisponibilidade de horários ou qualquer outro motivo apresentado como justificativa.

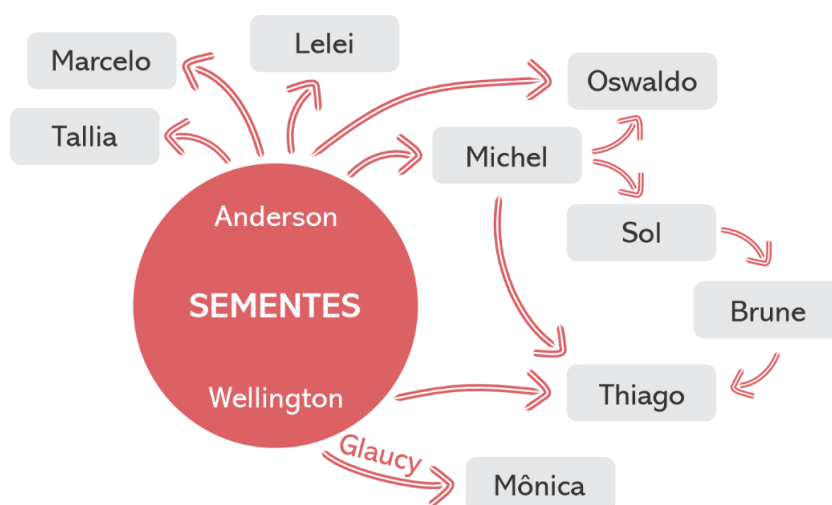
Em nossa pesquisa, nem todas as pessoas contactadas efetivaram sua participação, da mesma forma que nem todas as indicações que recebemos foram convidadas a participar. A seleção das e dos participantes, portanto, também foi condicionada ao recorte pretendido e ao tempo disponível para a realização da pesquisa de campo. Os critérios de seleção objetivos foram: ter mais de dezoito anos e ser plenamente capaz de exercer pessoalmente atos na vida civil, autoidentificar-se como pessoa LGBTI+, além de ter algum histórico de atuação na cena LGBTI+ da cidade de Juiz de Fora, seja ela política, cultural, de ativismo, de acolhimento, entre outros.

A figura abaixo (Figura 1) ilustra, esquematicamente, o desenvolvimento da amostragem bola de neve da pesquisa. As setas representam o fluxo das indicações. Tanto o convite quanto a comunicação posterior com as e os participantes foram realizados de forma *on-line*, por meio de aplicativo de mensagens. O contato inicial deu-se mediante uma apresentação pessoal e uma breve explicação da pesquisa, dos objetivos e dos procedimentos, além da menção do nome da pessoa de quem partiu a indicação, quando fosse o caso. A partir da concordância em participar, procedíamos à definição da data, horário e local da gravação da entrevista.

Para a escolha do local, priorizamos as sugestões das pessoas a serem entrevistadas, alertando-as, apenas, quanto à necessidade de condições ambientais

adequadas à gravação, em conformidade com os apontamentos de Meihy e Holanda (2015). Na ausência da manifestação de alguma preferência, o local escolhido foi a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACED-UFJF). Ao final, realizamos nove entrevistas, entre os meses de março e julho de 2024, cujas gravações foram feitas com a utilização de equipamentos e recursos eletrônicos próprios, tais como aparelhos celulares, tripé e microfone de lapela. O quadro abaixo (Quadro 1) apresenta a relação de datas e locais da gravação das entrevistas.

Figura 1 – Esquema gráfico da amostragem bola de neve da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 1 – Data e local de realização das entrevistas

Pessoa entrevistada	Data da entrevista	Local da entrevista	Entrevistadores
Michel	20.03.24	FACED - UFJF	Wellington, Anderson e Jonas
Sol	03.04.24	2º andar Museu Ferroviário	Wellington e Jonas
Oswaldo	14.04.24	Sede MGM	Wellington, Anderson e Jonas
Marcelo	19.04.24	Apartamento do entrevistado	Wellington
Brune	19.04.24	Sede do Centro de Referência LGBTQI+	Wellington
Mônica	16.05.24	FACED - UFJF	Wellington e Jonas
Lelei	29.05.24	Anfiteatro João Carriço FUNALFA	Wellington
Tallia	20.06.24	Gabinete Câmara de Vereadores	Wellington e Jonas
Thiago	01.07.24	FACED - UFJF	Wellington e Jonas

Fonte: Elaborado pelo autor

É fundamental elucidar que o projeto que sustenta a pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa (CEP-UFV) no mês de setembro de 2023 (CAAE: 74327323.1.0000.5153), obtendo a aprovação por meio do Parecer Consubstanciado n.º 6.419.773 do dia 10 de outubro de 2023. Em observância aos critérios de ética em pesquisa, antes das gravações, explicitamos a cada participante o tema e os objetivos do estudo, bem como apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme modelo (Apêndice B) apresentado ao CEP-UFV e, por ele, aprovado. Cada participante teve a oportunidade de ler o Termo calmamente e assiná-lo em duas vias: uma destinada a ela ou a ele, e a outra, aos responsáveis pela pesquisa. Embora o TCLE garanta o anonimato às entrevistadas e aos entrevistados, não houve manifestação de recusa ao uso dos nomes verdadeiros. Diante do silenciamento histórico e sistemático imposto às pessoas LGBTI+, o uso dos nomes verdadeiros pode ser entendido como uma atitude política e que expressa a importância da visibilidade.

A etapa seguinte às gravações consistiu na conversão do arquivo audiovisual das entrevistas para a forma textual. Utilizamos duas plataformas de transcrição como recurso auxiliar: a *Riverside* (gratuita) e a *Good Tape* (paga). Ambas forneceram a transcrição, sem formatação, em um arquivo de texto em extensão *.txt*. O texto transcrito pela plataforma, por sua vez, foi rigorosamente conferido e corrigido. Quando pertinente, foram acrescentadas menções aos gestos, risadas e demais formas de comunicação não-verbais. Utilizamos um programa de edição para fazer a formatação textual, de forma que as falas foram separadas e identificadas de acordo com quem as enunciou.

Quanto ao processo de passagem do oral para o escrito, Meihy e Holanda (2015) apontam que ela pode ser feita em até três etapas. São elas: transcrição, textualização e transcrição. A primeira, como o próprio nome diz, refere-se à transposição literal do que foi e como foi falado para o suporte textual, mantendo a marcação das perguntas e respostas. Já a segunda, possui interferência da pessoa que transcreve. As perguntas são incorporadas ao texto, de maneira que não se apresentam expressas. Erros gramaticais são corrigidos, e repetições, suprimidas. A entrevista adquire um aspecto de narrativa, contínua e com maior fluidez, em que somente a voz da pessoa entrevistada é percebida. Por fim, a terceira concerne ao

refinamento do texto da segunda etapa, com a incorporação das modificações negociadas com a pessoa entrevistada.

Em nosso caso, dado o prazo a ser observado para a conclusão do mestrado, limitamo-nos à etapa de transcrição, o que não impede que as demais etapas possam ser executadas posteriormente, em outros desdobramentos da pesquisa. Uma vez finalizada a transcrição, o texto foi enviado a cada participante, para que se dedicassem a sua leitura e validação, além da possibilidade de solicitarem alterações, correções, supressões e demais edições que julgassem necessárias. Meihy e Holanda (2015) destacam que o reconhecimento e a identificação da pessoa entrevistada com o texto é o parâmetro que atesta a qualidade do produto final do processo de transposição do oral para o escrito, seja ele o texto transcrito ou transcriado.

O texto final, portanto, foi o resultado da transcrição de cada entrevista somada às alterações e correções solicitadas por cada participante. Foi essa versão final que recebeu a autorização para uso em pesquisa. A partir dos textos finais, organizaram-se as discussões que propusemos neste trabalho, visando a oferecer uma resposta possível aos objetivos elencados anteriormente. Os espaços e as territorialidades considerados, por sua vez, surgiram das narrativas e serão abordados no Capítulo 5.

## **2.2 Entrevistadas e entrevistados**

A seguir, apresentaremos brevemente as pessoas entrevistadas. No quadro-resumo abaixo (Quadro 2) estão sintetizadas as principais informações pessoais relativas a cada participante.

Quadro 2 – Principais informações das entrevistadas e dos entrevistados

Pessoa entrevistada	Idade (anos)	Autoidentificação	Escolaridade	Atuação
Michel	44	Homem cis gay, branco, classe média alta	Superior incompleto	Produtor Miss Brasil Gay, atual presid. do Conselho Mun. LGBTQI
Sol	25	Travesti bissexual, branca, classe média	Médio completo	Articuladora cultural, atual presidente da ASTRA-JF
Oswaldo	65	Homem cis gay, branco, classe média	Superior completo	Jornalista e publicitário, fundador do MGM
Marcelo	52	Homem cis gay, branco, classe média	Doutorado completo	Prof. universitário, atual Secretário de Turismo da PJJ
Brune	32	Mulher trans demisssexual, branca, classe média	Doutorado completo	Psicóloga, prof. <sup>a</sup> universitária, voluntária no CeR-JF
Mônica	42	Mulher cis lésbica, branca, classe média	Superior completo	Jornalista, Assessora parlamentar
Lelei	56	Homem cis gay, branco, classe média	Superior completo	Advogado, funcionário na FUNALFA
Tallia	37	Mulher cis bissexual, branca, classe média	Superior completo	Educadora Física, prof. <sup>a</sup> , atualmente em mandato de vereança na Câmara Mun.
Thiago	25	Homem trans bissexual, branco, classe média	Superior completo	Assistente Social, atualmente na Sec. Esp. de Direitos Humanos PJJ

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

### 2.2.1 Michel

Michel é um homem cisgênero gay, branco, de 44 anos de idade, de classe média alta, nascido e criado em Juiz de Fora, no bairro Nossa Senhora Aparecida. Possui uma trajetória de produção de festas e eventos gays na cidade, sendo um dos colaboradores na realização das festividades do *Rainbow Fest*, junto ao MGM. Atualmente, é empresário e produtor do concurso Miss Brasil Gay, além de ocupar a cadeira de presidente do Conselho Municipal LGBTQI de Juiz de Fora, como representante da Associação Cultural Miss Brasil Gay.

A entrevista com Michel foi realizada no dia 20 de março de 2024, na sala Paulo Freire da FACED-UFJF. A gravação possui cerca de 1h50min de duração e 38 páginas de transcrição.

### 2.2.2 Sol

Sol é uma travesti bissexual, branca, de 25 anos de idade, de classe média, juizforana, crescida no bairro Linhares. Ela nos conta que sua trajetória está muito vinculada aos grupos de dança da cidade, em especial, o *Remiwl*, no qual a cultura

*Ballroom* de Juiz de Fora foi gestada. Após a sua transição de gênero, Sol aproximou-se da política e do ativismo de forma mais engajada. O fato de ter-se consolidado como uma das principais articuladoras culturais da *Ballroom* e do *Remix* contribuiu para isso. Atualmente, ocupa a presidência da Associação de Pessoas Trans e Travestis de Juiz de Fora (ASTRA-JF).

A entrevista com Sol foi realizada no dia 03 de abril de 2024, em uma sala do segundo andar do Museu Ferroviário, prédio da antiga estação da Estrada de Ferro Leopoldina. A gravação possui pouco mais de 1h30min de duração e 33 páginas de transcrição.

### **2.2.3 Oswaldo**

Oswaldo é um homem cisgênero gay, branco, de 65 anos de idade, de classe média, nascido em Belo Horizonte. Mudou-se para Juiz de Fora, morando inicialmente no bairro Manoel Honório e, em seguida, no Centro. Fundou, na cidade, a ONG Movimento Gay de Minas (MGM) junto com seu companheiro, Marco Trajano (*in memoriam*). O casal também foi responsável pela criação do *Rainbow Fest* e pela organização das Paradas Gay da cidade por mais de uma década. A ONG foi pioneira na articulação e no posicionamento abertamente político atrelado à identidade gay em Juiz de Fora, tornando-se uma referência local, estadual e nacional.

A entrevista com Oswaldo foi realizada no dia 14 de abril de 2024, na sede do MGM. A gravação possui cerca de 2h10min de duração e 36 páginas de transcrição.

### **2.2.4 Marcelo**

Marcelo é um homem cisgênero gay, branco, de 52 anos de idade, de classe média, nascido em Argirita. Mudou-se para Juiz de Fora no início dos anos 1990, para iniciar o ensino superior. Ele nos conta que os estudos sempre ocuparam um papel fundamental em sua trajetória. É mestre em Comunicação pela UFJF e doutor em Sociologia pela Université Paris-Descartes. É professor universitário do curso de Turismo da UFJF. Além disso, prestou consultoria para o Miss Brasil Gay entre os anos de 2006 e 2017. Atualmente, ocupa o cargo de Secretário Municipal de Turismo da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF). Reside na região central da cidade.

A entrevista com Marcelo foi realizada na manhã dia 19 de abril de 2024, em sua residência. A gravação possui cerca de 1h00min de duração e 17 páginas de transcrição.

### **2.2.5 Brune**

Brune é uma mulher trans demissexual, branca, de 32 anos de idade, de classe média, juizforana, nascida e criada no bairro Nova Era, Zona Norte da cidade. Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia pela UFJF, transformou-se uma referência do movimento e ativismo trans de Juiz de Fora. Durante sua pós-graduação, atuou no projeto de extensão VisiTrans e, atualmente, é voluntária no Centro de Referência LGBTQI+ (CeR LGBTQI+). Também é professora universitária. Conta-nos que sua trajetória é indissociável dos seus estudos, e que eles foram fundamentais para sua emancipação e empoderamento.

A entrevista com Brune foi realizada na tarde dia 19 de abril de 2024, no CeR-LGBQTI+. A gravação possui cerca de 1h30min de duração e 31 páginas de transcrição.

### **2.2.6 Mônica**

Mônica é uma mulher lésbica cisgênero, branca, de 42 anos de idade, de classe média, nascida e criada em Juiz de Fora, entre a região central e o bairro São Mateus. Formada em Comunicação Social, possui vasta experiência em assessoria de imprensa. Atualmente é assessora parlamentar, participando da articulação de mandatos dos legislativos municipal e federal. Possui forte vínculo com movimentos sociais da cidade, especialmente o de mulheres, sendo integrante do Coletivo Maria Maria.

A entrevista com Mônica foi realizada no dia 16 de maio de 2024, na FACED-UFJF. A gravação possui cerca de 1h13min de duração e 20 páginas de transcrição.

### **2.2.7 Lelei**

Lelei é um homem cisgênero gay, branco, de 56 anos de idade, de classe média. Mudou-se de Tombos para Juiz de Fora com a família para que ele e a irmã pudessem cursar o ensino superior. Mora no bairro Democrata há mais de trinta anos.

Lelei relata que frequentou grande parte dos bares e casas noturnas que existiram na cidade a partir de meados da década de 80. Além disso, foi DJ ou sócio em alguns desses estabelecimentos. Formado em Direito, atualmente é funcionário da FUNALFA e ocupa a vice-presidência do Conselho Municipal LGBTQI.

A entrevista com Lelei foi realizada na tarde dia 29 de maio de 2024, no anfiteatro João Carriço, no prédio da FUNALFA. A gravação possui cerca de 2h00min de duração e 40 páginas de transcrição.

### **2.2.8 Tallia**

Tallia é uma mulher bissexual cisgênero, branca, de 37 anos de idade, de classe média, nascida e criada em Juiz de Fora, entre a região central e os bairros Jardim Glória, Santa Catarina e Santa Helena. Formou-se em Educação Física na UFJF. Foi eleita vereadora em 2020, pelo partido Socialismo e Liberdade (PSOL), cumprindo seu mandato entre os anos de 2021 e 2024. É uma importante liderança política na defesa da causa da comunidade LGBTI+ e das mulheres na cidade.

A entrevista com Tallia foi realizada no dia 20 de junho de 2024, em seu gabinete, na Câmara Municipal. A gravação possui cerca de 1h07min de duração e 19 páginas de transcrição.

### **2.2.9 Thiago**

Thiago é um homem trans bissexual, branco, de 25 anos, de classe média, nascido e criado em Juiz de Fora. Morou até os dez anos no bairro Alto dos Passos, quando se mudou para o São Pedro. Conta-nos que o acompanhamento recebido no VisiTrans, especialmente, da Brune, foi fundamental no seu processo de transição. Graduou-se em Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Atualmente, integra a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Prefeitura de Juiz de Fora (SEDH-PJF), sendo seu representante no Conselho Municipal LGBTQI.

A entrevista com Thiago foi realizada no dia 01 de julho de 2024, na FACED-UFJF. A gravação possui cerca de 1h13min de duração e 22 páginas de transcrição.

### 3 SEXUALIDADES DISSIDENTES, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

Esta seção tem como objetivo problematizar as sexualidades dissidentes e o patrimônio cultural enquanto produções discursivas. Tanto a noção da degenerescência atribuída às sexualidades dissidentes, como defendido por Michel Foucault (2023), quanto a noção de patrimônio histórico, como demonstrado por Françoise Choay (2001), emergem em meio à sociedade oitocentista burguesa europeia. Ao longo de praticamente dois séculos, aquilo considerado patrimônio sistematicamente desconsiderou as produções de pessoas LGBTI+ enquanto passíveis de reconhecimento. Isso não surpreende, tendo em vista que as próprias identidades LGBTI+ foram produzidas enquanto desviantes, doentes, degeneradas.

Se patrimônio é aquilo que se deseja legar à posteridade, ou seja, que intencionalmente certa sociedade – ou as suas instâncias de poder – determina que seja perpetuado enquanto valores e bens, não seria imprevisível perceber que produções LGBTI+ não tenham sido encorajadas, tampouco consideradas. Inclusive, ainda se questiona se seria possível falar em patrimônio LGBTI+.

A partir desse entendimento, defendemos que a investigação com memórias de pessoas LGBTI+ pode ser compreendida como um esforço na direção de uma produção que se pretenda patrimonial, que seja capaz de contribuir na escrita de uma história a partir dos seus corpos, suas vivências e seus afetos. Essa discussão, em partes, foi abordada no artigo, de nossa autoria, intitulado “*Memórias LGBTQIA+: tensionamentos e possibilidades para o campo do patrimônio*”, publicado nos anais do ArquiMemória 6 – Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado, realizado em novembro de 2024, em Salvador (Soares Júnior *et al.*, 2024).

O entendimento de que a noção de sexualidades dissidentes e de patrimônio histórico são, ambas, produções discursivas tributárias do contexto sócio-histórico do qual emergem e, portanto, conservam em si saberes e limitações passíveis de questionamento, vincula-se a uma perspectiva pós-estruturalista de inspiração foucaultiana. Tal perspectiva considera o conhecimento não como “a” verdade das coisas e do mundo, mas uma forma de saber engendrada em um dado momento histórico que, por sua vez, é regido por uma série de regras e princípios predominantes, os quais determinam e/ou possibilitam que certas coisas ascendam ao estatuto de objetos do conhecimento, e não outras, e sob quais enunciados. De acordo com Guacira Lopes Louro, assumir tal postura trata-se

[...] de compreender como algo se tornou verdade para determinado grupo ou sociedade e para uma época, como foi possível que determinadas ideias aparecessem, como foi possível formar-se uma tal racionalidade (Louro, 2007, p. 241, grifo da autora).

Para empreender dito exercício reflexivo, recorreremos à atitude investigativa foucaultiana da “problematização” como uma bússola metodológica. James Marshall compreende-a como “um passo atrás” – expressão utilizada pelo próprio Foucault – dado por quem faz pesquisa para questionar aquilo que pesquisa e questionar a si mesmo, ou, dito de outra forma, “é o movimento pelo qual alguém se separa do que faz, de forma a estabelecê-lo como um *objeto de pensamento* e a refletir sobre ele como um problema” (Marshall, 2008, p. 31, grifo do autor). Recorreremos à problematização, pois, mais como uma postura do que como uma metodologia, uma vez que, conforme salientado por Christian Vinci (2015, p. 209), trata-se, antes, de “um ato diretor do pensamento, ou o próprio pensamento em ato” do que “um conjunto de regras diretivas do pesquisar”.

Assim sendo, a noção foucaultiana de problematização permite-nos dar um passo atrás relativamente às questões das sexualidades dissidentes e do patrimônio histórico e indagar: sob quais condições tais saberes emergiram e se consolidaram? E mais, de que modo se agenciaram na produção de uma opacidade tão duradoura referente a um amplo reconhecimento de produções culturais LGBTI+, haja vista ser essa uma disputa atual acerca do patrimônio, como destacado por Aline Carvalho e Cristina Meneguello (2020), na obra *Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos?*

Não é nossa pretensão dar conta do assunto de maneira exaustiva, tampouco oferecer respostas acabadas e permanentes. Em vez disso, a proposta é colocar em suspeição sentidos outrora estabilizados na tentativa de encontrar algumas respostas possíveis e de abrir novos caminhos ao pensamento. Conforme elucidamos anteriormente, consideramos o conhecimento enquanto uma produção que se dá no jogo de forças entre saber e poder (Foucault, 2023). Dessa maneira, situamo-nos em divergência às explicações totalizantes e pretensamente universais características de uma forma de saber baseada nas grandes narrativas. Nossa intenção, em suma, é oferecer uma reflexão teórica, capaz tanto de provocar o pensamento quanto demarcar a atitude política que enseja a realização deste trabalho.

Segundo Michael Peters (2000), as grandes narrativas são histórias que as culturas contam sobre si próprias, de maneira a fundar e/ou legitimar suas práticas e

crenças ao mesmo tempo em que as justificam. Segundo o autor, essa seria uma forma de saber típica da modernidade – aqui entendida em sua acepção historiográfica e referindo-se ao período que segue à época medieval – na qual, pela via da razão e do método científico, seria possível alcançar explicações absolutas, atemporais e universais, ou seja, a natureza e a essência das coisas, do mundo e da sociedade. Um tipo de conhecimento fixo e estável e, portanto, verdadeiro.

No entanto, a perspectiva pós-estruturalista convida-nos tomar o conhecimento em outros termos. Em vez de fornecer explicações absolutas, atemporais e universais, evidencia o caráter transitório e historicamente situado do conhecimento. Não almeja a tudo responder com certeza inabalável, mas, antes, ensina-nos a ter um olhar questionador para aquilo que se apresenta demasiado familiar ao ponto de não ser percebido ou posto em dúvida. Nas palavras de Foucault (2006, p. 347), provoca-nos “de modo que certas frases não possam mais ser ditas tão facilmente, ou que certos gestos não mais sejam feitos sem, pelo menos, alguma hesitação; contribuir para que algumas coisas mudem nos modos de perceber e nas maneiras de fazer”.

É isso que o autor faz em sua *História da sexualidade*. Em *A vontade de saber*, primeiro volume da série de quatro livros, Foucault (2023) denuncia a emergência do estatuto de degenerescência associado às sexualidades dissidentes do padrão heterossexual – ou das “sexualidades periféricas”, conforme termo utilizado pelo autor – como sendo uma operação empreendida na relação entre saber e poder no seio da sociedade burguesa europeia oitocentista.

### **3.1 As sexualidades dissidentes**

De acordo com Foucault (2023), para além de ser alvo de interdição, o sexo foi crescentemente colocado em discurso por diferentes instâncias do saber, em particular, a biologia e a medicina; todavia, não excetuando os domínios do direito, da religião e da moral, por exemplo. Assim, ele refuta o que chamou de “hipótese repressiva”, segundo a qual o sexo teria sido objeto de intensa repressão e silenciamento. Ao contrário, o autor demonstra como a tentativa de controle sobre o corpo e as condutas se deu a partir de uma proliferação discursiva em torno do sexo e da sexualidade.

Por meio desses discursos, produziu-se o que Foucault (2023) denomina *scientia sexualis*: uma vontade de saber alicerçada numa derivação da prática

confessional, no intento de situar a verdade sobre o sexo no domínio neutro e purificado da ciência. O sexo – considerado esta instância do sujeito hábil ao ponto de esconder-se dele próprio, todavia, tomada como a síntese de sua identidade – necessitava ser enunciado, isto é, confessado. Porém, a confissão por si só não seria suficiente para esclarecer a verdade por completo, sendo necessário um trabalho interpretativo que convocava a presença de um interlocutor habilitado a fazê-lo, distinção dada pelas esferas de saber.

O sujeito não mais possui a própria verdade, ou pelo menos, não é capaz de chegar a ela sozinho, uma vez que “o sexo é dotado de um poder causal inesgotável e polimorfo” (Foucault, 2023, p. 73). Somente pode descobri-la mediante a confissão de si, inclusive daquilo que muito desejaria esconder, não mais ao religioso, mas ao detentor do saber científico. Essa configuração tramada entre saber e poder permitiu à medicina empreender a inscrição da verdade do sexo nos termos do seu desvio e das perversões. Desloca-se o sexo da esfera de uma prática, circunscrita sob o registro do pecado e da culpa, para fixá-lo sob o regime do normal e do patológico. Nesse jogo, nada resta do sujeito que não esteja atrelado à sua sexualidade. Antes, sua identidade mais primordial é orientada por ela.

A sodomia – a dos antigos direitos civil ou canônico – era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo [...]. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular (Foucault, 2023, p. 47–48).

Diante disso, Foucault compreende a sexualidade na sociedade ocidental, tributária dessa elaboração europeia, não como um dado inerente ao sujeito, mas como um dispositivo, ou seja, como um conjunto de estratégias, práticas, discursos, técnicas e afins, historicamente produzidos e intrinsecamente vinculados à relação saber-poder, capaz de instituir aquilo ao qual se dedica a nomear.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (Foucault, 2023, p. 115).

A vigilância constante sobre o próprio sexo e sobre o sexo do outro, especialmente o das crianças, das “mulheres históricas” e dos “adultos perversos” (Foucault, 2023, p. 114) integra o rol das estratégias de poder sobre a sexualidade

tanto quanto sobre o controle das populações. A primeira, primordialmente encontrada no nível do sujeito e da família; a segunda, nos domínios do Estado. De fato, Foucault inscreve a preocupação estatal orientada pela “administração dos corpos” (investimento nas instâncias disciplinares, como a educação e o Exército) “e pela gestão calculista da vida” (demografia, estimativas e operações contábeis) – isto é, o biopoder – como “elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo” e fundamental para o estabelecimento do dispositivo da sexualidade, ao mesmo tempo em que este assume posição central no rol das tecnologias de poder (Foucault, 2023, p. 150–151).

Foucault aponta que a emergência do biopoder se dá com a obsolescência da organização societária centralizada na figura de um soberano. Nela, o poder exercia-se no “direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida” para, no limite, retirá-la. Ou seja, “o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver” (Foucault, 2023, p. 140, grifo do autor). Entretanto, processa-se uma alteração que, paulatinamente, amplia a importância da gestão e, portanto, da regulação visando promover a vida, isto é, há a substituição “por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (Foucault, 2023, p. 149, grifo do autor).

As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar guerras, causando a morte de tantos homens (Foucault, 2023, p. 147).

O cientista político brasileiro Paulo Esteves (2006), recorrendo a estudos foucaultianos e de outras autorias, argumenta que a soberania, ao ser um regime que articulou saber e poder na direção de produzir mecanismos de controle e de afirmação da autoridade real, foi uma das condições de existência de uma forma político-jurídica, o Estado territorial, que emerge com a paulatina falência do sistema feudal. Se a consolidação do estado absolutista foi capaz de, em certa medida, prover nova ordem à Europa do século XIV, fragmentada e em crise, já no fim do século XVIII, tal sistema mostrava sinais de decadência.

### 3.2 O patrimônio cultural

Das revoluções que se levantaram contra várias monarquias do Antigo Regime, nenhuma, entretanto, alcançou o simbolismo creditado à Revolução Francesa. Nas palavras do historiador britânico Eric Hobsbawm (2009, p. 97–98)

Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa [...]. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido as ideias europeias inicialmente através da influência francesa. Esta foi a obra da Revolução Francesa.

Não é nossa intenção fazer um amplo resgate historiográfico do evento, mas destacar a sua importância com relação ao que consideramos, consoante à historiadora francesa Françoise Choay (2001), a inauguração de uma consagração do patrimônio histórico. A novidade não está na importância dada aos vestígios do passado, já presente, pelo menos, desde os humanistas do *Quattrocento*, passando pelos eruditos e colecionadores dos séculos XVII e XVIII, mas na institucionalização da “conservação do monumento histórico estabelecendo uma jurisdição de proteção e fazendo da restauração uma disciplina autônoma” (Choay, 2001, p. 29).

Segundo a autora, a redescoberta dos objetos da Antiguidade suscitou práticas de conservação levadas a cabo pelo clero e outros letrados em momentos diversos, entre os séculos VIII e XII, as quais, porém, não podem ser associadas a uma percepção de valor histórico, propriamente. Antes, referem-se a uma reutilização ou reciclagem daquilo que despertava fascínio em razão do seu refinamento, da maestria na execução e da qualidade e riqueza do material. O reaproveitamento de edifícios também era prática comum, fosse mediante alteração do uso – como a transformação de edifícios seculares e templos pagãos em igrejas – ou como fonte de matéria-prima para novas construções.

O distanciamento entre o mundo do observador e o mundo dos vestígios sobre o qual se dedica a investigar, que caracterizaria essa percepção histórica, somente foi estabelecida entre o *Trecento* e o *Quattrocento* italianos, contribuindo assim para o surgimento da disciplina histórica e para a constituição daquilo que, posteriormente, passou a ser denominado monumento histórico. No entanto, o interesse ainda se mantinha restrito aos edifícios e às obras da Antiguidade, excluindo-se as demais épocas. A noção de preservação ainda era um tanto contraditória. À medida que o

número de letrados e amantes das artes crescia, também crescia a dilapidação de construções antigas para alimentar coleções pessoais e o comércio de objetos artísticos. Além disso, permanecia corrente a prática de utilização de edificações antigas como fonte de material para novas construções (Choay, 2001).

Formou-se, pouco a pouco, uma rede de eruditos de nacionalidades diversas, que se correspondiam e se visitavam, e que foram responsáveis por elaborar um vasto *corpus* tanto de objetos, sob a forma de coleções particulares, quanto de dossiês, contendo descrições e representações iconográficas de uma miríade de edifícios antigos. Esses eruditos – conhecidos como antiquários, que à época designava o “especialista no conhecimento de objetos de arte antiga e curioso deles” (Choay, 2001, p. 62) – empreenderam uma série de pesquisas a respeito das obras clássicas presentes no território dos seus respectivos estados nacionais e abriram caminho para o estudo das obras das demais épocas, as quais passariam a ser reconhecidas como antiguidades nacionais.

Uma importante alteração observada por Choay (2001) que, em partes, decorre do desenvolvimento de uma consciência histórica, refere-se ao conceito de monumento. Em sua acepção original, o termo designava aquilo que era erigido em razão da sua função memorial, ou seja, de fazer lembrar. No entanto, esse significado foi sendo gradativamente alterado, de modo que, já no século XVII, o termo aparece associado também a valores arqueológicos, estéticos e de prestígio. Dessa maneira, e alimentado pelo desejo de criação de uma nova identidade francesa encampada pelos revolucionários de 1789, emergiu a noção de monumento histórico para designar as remanescências de um tempo passado, especialmente edifícios, que assumiram o estatuto de testemunhas da história - disciplina que se encontrava em franco processo de constituição.

A respeito disso, a autora é enfática: “o monumento histórico é uma invenção, bem datada, do Ocidente”, exportado e progressivamente difundido fora da Europa a partir da segunda metade do século XIX (Choay, 2001, p. 25). O mesmo acontece com a noção de patrimônio, que se consolidou em associação ao monumento histórico e à elaboração de uma identidade nacional, tributária dos esforços de conservação dos comitês revolucionários, por sua vez, não isentos de conflitos internos e contradições. A França passava por uma profunda transformação devido à revolução. Os diversos atos de vandalismo e destruição em massa de obras e edifícios exigiram

esforços na direção de criar instrumentos para inventariar e preservar os bens que viriam a se tornar símbolo da história e da grandeza da nação.

Além disso, os ideais revolucionários também legaram ao patrimônio um papel educativo. Reconheceram, para além do valor referente aos diversos conhecimentos gerais e específicos, a sua capacidade de atuar como uma “introdução a uma pedagogia geral do civismo” (Choay, 2001, p. 117). O patrimônio, ao se tornar propriedade da Nação e, por conseguinte, de todos os cidadãos, fornecia-lhes uma memória histórica e fomentava o sentimento de orgulho nacional. Nas palavras de Dominique Poulot (2012, p. 32) , “percorrer os objetos nacionais, tal um proprietário, torna-se, para o cidadão, um ato político – uma prova de civismo”.

Dessa maneira, conforme argumenta o historiador brasileiro Manoel Luiz Salgado Guimarães (2012), podemos compreender a emergência dos campos disciplinares da História e do patrimônio não como uma coincidência temporal, mas como o resultado de uma cultura histórica, especialmente a oitocentista europeia, que orientou esforços na consolidação de diferentes formas de narrar o passado, diante de um cenário de profundas rupturas causadas pelos eventos da modernidade.

A arquiteta urbanista Maria Lucia Bressan Pinheiro (2006) destaca que, no final do século XVIII, enquanto os intensos esforços de constituição de um patrimônio nacional foram levados a cabo na Europa, houve, no Brasil, um franco processo de abertura e assimilação cultural europeia, especialmente, francesa. Estabeleceu-se uma estreita relação entre o ideal de progresso e de civilização vigente e a superação do passado colonial – sobretudo, após a chegada da Família Real – e que se prolongou até as primeiras décadas do século XX. A vinda da Missão Francesa, em 1816, evidencia esse processo, bem como a criação da Academia Imperial de Belas-Artes, a assimilação do neoclassicismo e do ecletismo enquanto linguagens arquitetônicas e as posteriores reformas urbanísticas.

A criação do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro (IHGB), inspirada no Institut Historique de Paris, também merece destaque. O IHGB iniciou suas atividades em 1838, mas foi a partir dos anos 1850 que se lançou ao primeiro esforço dedicado à construção de uma história nacional, tendo D. Pedro II como seu mais ilustre patrocinador. Segundo a historiadora e antropóloga brasileira Lilia Moritz Schwarcz (2012, p. 338)

Era preciso não só assegurar a realeza, mas destacar também uma memória, reconhecer uma cultura. Esse parecia ser o projeto do segundo reinado, uma vez que sanadas as conturbações políticas e econômicas passava a priorizar

uma espécie de política cultural afinada com a imagem oficial desse Estado. Um verdadeiro projeto de mecenato estatal e monárquico [...].

D. Pedro II assumiu como responsabilidade de seu reinado a construção de uma nacionalidade para o recém Estado brasileiro, uma jovem monarquia em meio a diversas repúblicas latino-americanas. Tratava-se de buscar uma origem, tão mitológica quanto perdida num passado longínquo, em que conviveriam indígenas e nobres brancos. Tratava-se, ainda, de selecionar novos heróis, grandes feitos, gravar datas em um calendário oficial, capazes de imprimir na memória um passado glorificado dessa exótica nação dos trópicos (Schwarcz, 2012).

Se era tarefa da historiografia realizar esse feito, entretanto, foi a partir da literatura que a atuação do IHGB se deu com maior proeminência. Sob os auspícios do monarca, floresceu uma verdadeira política literária visando promover a arte escrita brasileira, regida pelos moldes do romantismo e da convenção do indianismo. Nesse ínterim, os limites entre o que de fato pertencia ao campo da história e o que era ficção “pareciam tênues e escorregadios”, afirma Schwarcz (2012, p. 343). Dessa maneira, a construção romântica do indígena – o bom selvagem, exemplo de pureza, bravura e fidelidade, que se dá em sacrifício para a formação da nação – afirmou-se como símbolo nacional. A seleção dessa personagem como figura originária permitia remeter-se um passado mítico, ao mesmo tempo em que escamoteava as agruras do processo de escravização.

O fato é que, pela primeira vez, legitimava-se uma determinada “herança nacional”, em detrimento de outras; entravam em cena indígenas estetizados e esquecia-se, ou não se mencionava, a população negra, mestiça e escrava espalhada pelo país (Schwarcz, 2012, p. 340).

Enquanto, no IHGB, produziu-se as narrativas míticas e o panteão de heróis nacionais, coube à Academia Imperial de Belas Artes produzir a iconografia oficial do novo Estado, que não apenas projetava a representação da nação, como traduzia em termos imagéticos a palavra escrita, em um país marcado pelo analfabetismo. Se, a partir da estreita vinculação entre ditas instituições e o Segundo Reinado, realizou-se o pioneiro empreendimento de construir as bases de uma memória nacional, coube aos modernistas e à geração de 1930, em íntima relação com o Estado Novo varguista, pavimentar a trajetória de constituição e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Entre outros fatores, o pós-Primeira Guerra e o centenário da Independência de vários países latino-americanos catalisaram um forte impulso nacionalista que, no

contexto brasileiro, vislumbrou na arquitetura colonial uma legítima expressão do patrimônio nacional. Se, ao longo do século XVIII, civilizar-se era borrar o passado colonial e construir nos trópicos uma sociedade à cópia da *belle époque* europeia, a partir da década de 1920, a arquitetura colonial passou a ser considerada como o expoente do patrimônio nacional. Enxergava-se nela um processo de adaptação dos modelos europeus às condições impostas pelo meio, isto é, de “abrasileiramento”, alegadamente inexistente nos edifícios neoclássicos e ecléticos (Pinheiro, 2006).

Ao mesmo tempo, surgiram iniciativas visando proteger e impedir a evasão de obras de arte provenientes, sobretudo, das demolições de edifícios antigos, bem como para a criação de órgãos públicos destinados a tratar dos monumentos históricos nacionais. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937, marcou a política de patrimônio nacional, centralizada na figura do governo federal, e instituiu o instrumento do tombamento. Semelhante ao que se observou na França, como já mencionado, a noção de patrimônio que orientou as práticas e políticas do SPHAN, em sua chamada “fase heroica”, baseou-se nos valores de excepcionalidade, de monumentalidade, de relevância histórica e de símbolos da identidade nacional. Afirma a historiadora brasileira Márcia Chuva (2012, p. 154)

Essa vertente esteve assentada nas teses sobre as três raças formadoras da sociedade brasileira, graças à noção de civilização material introduzida por Afonso Arinos de Melo Franco, que percebia no branco português a maior influência, em razão da maior perenidade dos materiais utilizados nos processos construtivos, e na presença do negro africano e do índio autóctone influências de menor envergadura. Essa perspectiva justificava o predomínio da proteção de bens materiais, especialmente arquitetônicos, relativos ao período colonial.

Schwarcz (2012, p. 353) argumenta que, se a geração romântica foi responsável por primeiro apoiar a memória nacional sobre a figura do bom selvagem indígena e da natureza exótica dos trópicos, coube à geração modernista deslocá-la para o ideal da mestiçagem, isto é, de uma identidade “cruzada no sangue, sincrética na cultura”. No entanto, nesse momento, ao mesmo tempo em que se afirmava a contribuição negra, investia-se em “um processo de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados e transformados em patrimônio”. Havia um reconhecimento retórico que não encontrava respaldo no cotidiano.

A “fase heroica”, correspondente aos primeiros trinta anos da instituição sob a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-67), ficou marcada pelos esforços de conhecimento da arquitetura brasileira, em particular, a colonial, haja vista a

enorme ausência de estudos e pesquisas a respeito. Além disso, foi orientada por um forte viés ideológico de filiação modernista e de reforço de uma identidade nacional chancelada pelo Estado (Pinheiro, 2006).

Cabe destacar que, nesse período, havia um predomínio de arquitetos nos quadros funcionais do SPHAN, e que a influência desses profissionais foi preponderante para a construção da noção de patrimônio cultural no país, cuja influência ainda permanece (Chuva, 2012; Motta, 2012).

[...] nem sempre as questões relacionadas ao tema do patrimônio no Brasil foram compreendidas como integrantes do rol de problemáticas de natureza historiográfica. A geração dos fundadores do patrimônio, integrada basicamente por arquitetos de formação, imprimiu uma marca peculiar ao campo, cujos traços ainda hoje se fazem presentes. Certamente a consideração dessa especificidade é importante para compreendermos os rumos e as diretrizes assumidas pela questão patrimonial em nosso país. Longe de ser uma natureza, sua vinculação ao campo da arquitetura deriva de uma história peculiar da constituição desse campo entre nós [...] (Guimarães, 2012, p. 98).

A partir do final da década de 60 e nas décadas posteriores, entretanto, a instituição passa por sucessivas transformações, contando com a ampliação do quadro de funcionários de maneira interdisciplinar (Motta, 2012). Além disso, há um crescente alargamento da noção de patrimônio, que se desloca da exclusividade do monumento para alcançar tanto as obras modestas, quanto o reconhecimento dos bens de natureza imaterial ou intangível. Observa-se um paulatino processo de problematizações e transformações, sempre situados historicamente, que ainda seguem em curso e em disputa, haja vista que a arena do patrimônio se tornou uma forma fundamental de uso do passado.

### **3.3 Por que convocar a Arquitetura e Urbanismo?**

Diante do exposto, é inquestionável a íntima vinculação entre Arquitetura e Urbanismo e a seara do patrimônio brasileiro. Logo, sustentamos ser um dever que a Arquitetura e Urbanismo, enquanto um campo do saber, não se furte a debater, questionar, problematizar e criar soluções conjuntas e multidisciplinares para as problemáticas e trincheiras que o patrimônio suscita à contemporaneidade, dentre as quais se insere a temática do Patrimônio LGBTI+. Com base nesse entendimento, justificamos a vinculação deste trabalho a um Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Partimos do pressuposto de que as memórias de pessoas LGBTI+ possuem valor patrimonial, na medida em que testemunham experiências, saberes e espaços, muitas vezes, inalcançáveis por outros meios. Por isso, buscaremos, na sequência problematizar que a ausência de um amplo reconhecimento de um patrimônio LGBTI+ – e consideramos prova disso o fato de ainda se debater se tal categoria é válida ou não – é uma produção e uma evidência, ou, dito de outra forma, que a ausência de um amplo reconhecimento de um patrimônio LGBTI+ é evidência do próprio processo que a produz. Se não há amplo reconhecimento desse patrimônio não é por falta de produções culturais que lhe deem substância, mas pela construção histórica dos discursos imbricados nessa arena (Soares Júnior *et al.*, 2024).

Fundamentados na obra foucaultiana, argumentamos, no início deste capítulo, que uma série de saberes elaborados na Europa oitocentista, entre eles o médico-científico, foi responsável por produzir discursos que inscreveram as sexualidades dissidentes do padrão heterossexual nos termos do desvio, da degenerescência e da patologia. No entanto, a interferência do saber médico-científico não se restringiu ao campo da sexualidade.

Conforme demonstrado pelo sociólogo e historiador estadunidense Richard Sennett (2003), descobertas sobre o corpo humano influenciaram sobremaneira as ideias que inspiraram as reformas urbanas do século XIX e seguintes. Além disso, a proliferação do vocabulário clínico para diversas áreas dá a dimensão do protagonismo do saber médico numa organização societária marcada pelo biopoder. Corpo, espaço e sociedade são tomados em suas manifestações como sadios ou doentes.

Sob essa influência, começava a se conformar uma ciência sobre as cidades, batizada de “urbanismo” pelo arquiteto espanhol Ildefons Cerdà, em 1859. Os desafios urbanos suscitados pelo rápido inchaço populacional das principais cidades europeias do período, associados à insuficiente infraestrutura, transformaram as cidades em verdadeiros campos de experimentação para os profissionais da época. Segundo Sennett (2018, p. 34), “os primeiros urbanistas que tentaram enfrentar decididamente essas condições eram antes engenheiros que médicos”, entretanto, a palavra de ordem era a saúde pública.

A historiadora brasileira Maria Stella Bresciani (2002, p. 26) propõe compreender o urbanismo como sendo um amálgama de vários outros saberes multifacetados sobre a cidade impregnados por uma “ideia sanitária”, rompendo com

a relação mecânica de causa-efeito relativa às novidades suscitadas pela industrialização. Aqui, “sanitária” significando tanto o saneamento do corpo quanto da moral, “já que a saúde pressupunha o abandono dos vícios e costumes promíscuos, daí, das práticas consideradas imorais”. De acordo com a autora, a junção dos saberes da engenharia e da medicina, por gozarem de suposta validade universal, ofereceu à linguagem técnica argumentos para se apresentarem sob a alcunha da neutralidade, “localizando os problemas das cidades no plano de um diagnóstico baseado na teoria sanitária e nas técnicas disponíveis para resolvê-los”.

Entretanto, como salientado por Joice Berth (2023, p. 110), “não existe arquitetura e urbanismo neutros”, já que são dois campos de saber e atuação que “tornam visível e palpável a estrutura social tal qual ela é”. A arquiteta urbanista brasileira elucida como o histórico de intervenções e planejamento das cidades no país, inspirados nos modelos europeus, levou a cabo segregações socioespaciais ainda patentes em nossa sociedade. De fato, não é novidade a importação de crenças e costumes provenientes da Europa. No período que se convencionou chamar de primeira fase da urbanização brasileira, compreendida entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, o positivismo e a eugenia também reuniam muitos adeptos em meio à intelectualidade do país.

Esses princípios eugenistas importados pregavam a superioridade natural de uma raça, a branca e europeia, sobre as demais. Dessa forma, as legislações higienistas decorrentes dessa ideologia promoveram, em prol de uma prática de saneamento, o alijamento das raças consideradas inferiores e dos corpos considerados degenerados dos centros urbanos reformados e planejados. Berth (2023) evidencia como o racismo se materializou na configuração urbana brasileira por meio do urbanismo eugênico, cindindo as cidades em lugar de branco, inserido nos planos urbanos, e em lugar de preto, apartados e subalternizados.

No bojo do pensamento higienista, a sexualidade também foi alvo de controle social estatal. A prática da prostituição, por exemplo, sofreu intervenções do Estado no sentido de demarcar e restringir áreas da cidade para seu exercício, além da realização de vistorias médicas periódicas e consultas compulsórias, a fim de alcançar certo padrão sanitário daquela atividade considerada “um mal necessário” (Rocha Lima; Pajeú Moura; Pinto de Moura, 2021). Sobremaneira, as intervenções urbanas orientadas pelo higienismo engendraram o “bota-abaixo” de cortiços e moradias improvisadas nos centros das cidades, largamente ocupados pela população

marginalizada e despossuída, que incluía pessoas negras, homossexuais e dissidentes da norma de sexo-gênero. Empurravam-se essas pessoas para as bordas da nova ordenação social e espacial sob a alegação de promover o saneamento e o melhoramento desses núcleos. Isso, na prática, aprofundou as desigualdades.

James Green (2019, p. 202) elucida que a conjugação entre eugenia e positivismo respaldou ideologicamente a interferência do Estado na resolução dos males da sociedade – ou daquilo que assim se julgava – considerados responsáveis por prejudicar o progresso social. Conseqüentemente, legitimava-se a atuação de “médicos, juristas e criminologistas em sua tentativa de descobrir e estudar as doenças, bem como em propor suas curas, de modo a promover uma nação saudável e vigorosa”.

A importação de teorias europeias a respeito da degenerescência associada à origem da homossexualidade continuava prática corrente no círculo científico nacional. Nas primeiras três décadas do século XX, as novas suposições sugeriam que o desvio derivava de desequilíbrios hormonais congênitos. Além disso, era unânime a percepção entre os “especialistas” de que o “vício” crescia nas principais cidades brasileiras, mesmo sendo flagrante a ausência de estudos estimativos que a confirmasse. Investigações conduzidas em solo nacional associavam, de maneira subentendida, raça e homossexualidade: Não brancos estavam inclinados à homossexualidade, degeneração e até criminalidade” (Green, 2019, p. 222).

A reelaboração do Código Penal brasileiro após a instauração do Estado Novo reintroduziu à cena debates acerca da criminalização de atos sexuais homossexuais, ainda que a homossexualidade em si não fosse tipificada criminalmente desde a promulgação do Código Penal Imperial de 1830. O fato é revelador a respeito dos termos sob os quais a homossexualidade era tratada em meio à intelectualidade brasileira. Ao final, a inclusão como delito não prosperou, pois prevaleceu a alegação de que se referia a uma condição patológica, ou seja, era uma questão de saúde, não de punição. “Em outras palavras, os homossexuais mereciam compaixão por sua doença, e era responsabilidade dos médicos encontrar uma forma de curá-los de sua condição enferma” (Green, 2019, p. 225).

Todavia, a acusação de atentado ao pudor ou de vadiagem e prostituição era manipulada em favor de encarcerar homossexuais, principalmente, aqueles não brancos e de classes mais baixas. A detenção por determinação judicial, no entanto, não era a única forma de privação de liberdade existente. A internação em instituições

psiquiátricas sob o pretexto de regenerar o doente também se tornou razoável. No mais, ainda que a cura não fosse alcançada, pelo menos esses locais facilitavam o contingenciamento dos impulsos e o controle das condutas.

De acordo com Green (2019), se o confinamento era o principal procedimento “terapêutico” voltado para o realinhamento das condutas do paciente no início da década de 1930, o cenário se modificou com o passar dos anos, de modo que, ao final da mesma década, tratamentos como a “convulsoterapia”, a “insulinoterapia”<sup>2</sup> e terapia com eletrochoques de baixa intensidade passaram a ser empregados em algumas instituições. Procedimentos similares a esses eram utilizados, à mesma época, em hospícios públicos dos Estados Unidos, demonstrando uma “atualização” quanto aos métodos disponíveis.

Com a consolidação da ditadura varguista, uma nova abordagem do corpo ganhou protagonismo, enfatizando um ideal de masculinidade que refletisse força, saúde, juventude, poder e moralidade. Em paralelo, escritos sobre a homossexualidade diminuíram progressivamente. Green (2019) elenca algumas hipóteses capazes de explicar essa diminuição. Em primeiro lugar, é provável que a guerra levada a cabo no continente europeu tenha dificultado o acesso a novos escritos sobre o tema. Além disso, nenhuma cura médica confirmou a principal explicação dada pelos especialistas para a homossexualidade: os desequilíbrios hormonais. Os princípios eugênicos também começaram a ser abandonados pelos intelectuais de maior reputação, especialmente aquelas com forte viés racial, haja vista sua associação direta com as ideias da Alemanha nazista. Como já mencionado, a partir da geração de 30, teorias sobre a mestiçagem estavam deslocando o ideal de identidade nacional e reposicionando, ao menos discursivamente, o papel da contribuição negra para a cultura brasileira.

No entanto, não se pode dizer que a homossexualidade passou a ser tratada em outros termos. Ao contrário, o investimento pedagógico pautava-se pelo desencorajamento da homossexualidade, levando a população a temer a realização de certas práticas. Curiosamente, ainda que inspirados pelos modelos europeus anteriores, convencionou-se considerar a homossexualidade masculina a partir da

---

<sup>2</sup> Segundo a explicação presente na obra de Green (2019, p. 239–240), “a convulsoterapia consistia em injetar o medicamento cardiazol em um paciente em quantidades cada vez maiores para provocar ataques epiléticos. A ‘insulinoterapia’ por sua vez era destinada a causar choque hipoglicêmico, levando o paciente ao coma”.

efeminação e da posição receptiva no ato sexual, conformando as teorias europeias às pressuposições populares. Não se negava a existência do “pederasta ativo”, no entanto, a este eram associadas características masculinas, distanciando-se da essência homossexual típica do homem efeminado, que se aproximava das representações tradicionais da mulher (Green, 2019).

É importante salientar que neste momento ainda não havia um cenário favorável ao surgimento de um movimento organizado homossexual, tampouco estava estabelecida uma identidade sexual atrelada ao seu caráter político. Ambos floresceram, no Brasil, somente a partir do final da década de 1970. Por ora, assumir-se representava um risco demasiado, considerando-se o contexto de uma sociedade preconceituosa e um governo ditatorial, ainda que marcado por um apelo populista.

A despeito das investidas em tratar a homossexualidade em termos científicos, os valores morais e religiosos presentes na sociedade não só não desapareceram, como continuaram a circular e a endossar todo o estigma imputado às sexualidades dissidentes. É no seio dessa sociedade e desse contexto que emergem, no país, as primeiras políticas e práticas do patrimônio nacional, conforme abordado anteriormente. Desse modo, não surpreende a completa opacidade relativa a uma diversidade patrimonial que essa primeira geração vai legar a uma certa tradição do campo no Brasil, imbuída pelo espírito de exaltação daquelas obras e daqueles monumentos que materializassem a grandeza, a genialidade e a excepcionalidade histórica e artística nacional. Havia um projeto de nação em vigor, do qual esse patrimônio selecionado e chancelado deveria ser símbolo e pedagogia.

Não obstante, a consolidação de uma certa noção hegemônica de patrimônio não se deu sem tensões entre visões distintas. É consenso entre os estudiosos do tema o papel fundamental exercido por Mário de Andrade para a consolidação do entendimento acerca do patrimônio cultural brasileiro. Ele compreendia a cultura brasileira como uma totalidade, concebida como uma comunhão entre os bens materiais de valor histórico e artístico e as práticas e manifestações cotidianas, a cultura popular e o folclore. Márcia Chuva (2012, p. 150) elenca alguns dos feitos do intelectual, de maneira que

É sabido que, nos anos 30, Mário de Andrade encarnou o papel de agente do poder público para a promoção da cultura brasileira, lançando tanto as bases para a ação do Estado na preservação do patrimônio artístico no Brasil, quanto para o conhecimento do folclore brasileiro – que denominava também de cultura popular, não julgando pertinente essa distinção. Suas viagens em missão ao Nordeste, seguidas da ação no Departamento de Cultura da

Prefeitura de São Paulo, foram as suas principais fontes de experiência para a construção de uma metodologia de conhecimento da cultura brasileira de caráter científico, que subsidiaria a criação, em 1947, da Comissão Nacional de Folclore, e para a formulação das suas concepções de arte, cultura e patrimônio, que fundamentariam o anteprojeto para a criação do Span.

Porém, a visão de Mário era diferente, e até mesmo antagônica, do entendimento partilhado pelo grupo de intelectuais que se tornou predominante no SPHAN durante sua “fase heroica”, centralizado no patrimônio material, histórico, artístico e arquitetônico. Para a reflexão proposta nesta seção, a figura de Mário de Andrade é representativa, também, por um segundo aspecto: sua sexualidade.

Segundo Green (2019), a homossexualidade de Mário não era segredo em meio ao círculo de literatos modernistas paulistano. No entanto, durante o período em que morou no Rio de Janeiro, entre os anos de 1938 e 1941, manteve reservada sua vida íntima e, aparentemente, rumores sobre sua sexualidade não alcançaram seu grupo de amizades mais próximas. A exemplo de Mário, outros artistas, compositores e escritores que alcançaram posições de relativo destaque e aceitação dentro de seu meio social levavam uma vida dupla ou mantinham, cuidadosamente, sua vida sexual sob sigilo para um público mais amplo, ainda que fosse comum que muitos se encontrassem nas localidades boêmias das cidades.

A despeito do amplo reconhecimento sobre a importância da atuação de Mário, sua sexualidade permaneceu eclipsada por muito tempo, somente revelada amplamente ao público em 2015 e em um contexto de polêmicas, como destacado pelo historiador Jean Baptista e pelo museólogo Tony Boita (2017, p. 115). Segundo os autores,

Nos escritos deixados pelo autor, até então fechados pela Fundação Rui Barbosa, e somente abertos graças à ação judicial empreendida por um jornalista da mídia massiva, percebe-se que Mário de Andrade, apesar de toda a contribuição que deixou ao país, viveu perseguido pelo preconceito e oprimido pela sociedade que o cercava.

Entre os argumentos que tomaram parte nos debates acalorados a respeito da revelação, encontram-se aqueles que defendiam que esse “mero detalhe” em nada afetaria a interpretação de suas obras – como se experiências tão constitutivas da subjetividade de qualquer artista não atravessasse suas produções – ou ainda, que tal informação não era suficiente para diminuir, ou até atacar, a integridade de Mário e de seus feitos. Ora, além do pano de fundo homofóbico que poderia ser destacado, ao associar a homossexualidade a algo depreciativo, queremos chamar a atenção

para a estratégia de apagamento sistemático das sexualidades das pessoas que alcançam reconhecimento público.

Provavelmente, há quem defenda – e especulamos que não seja um pequeno número de pessoas – que a revelação sobre a orientação sexual de qualquer artista não deveria possuir tanto peso, como se fosse uma informação dispensável ou de segunda categoria. No entanto, cabe recuperar o ensinamento de Foucault (2023) sobre a colocação do sexo em discurso. Vivemos em uma sociedade na qual somos incitados constantemente a falar sobre o sexo, o nosso e o dos outros. Além disso, a sexualidade transformou-se na instância mais reveladora da identidade do sujeito. Parece-nos minimamente contraditório que uma sociedade que nutre essa vontade de saber e de fazer falar o sexo possa cogitar argumentar que a revelação da sexualidade de uma personalidade a ser reconhecida possa ser de pouca importância.

No entanto, há uma lógica, se pensarmos que a norma, que se impõe a alcinha de lei natural das coisas, não se apresenta pela enunciação de si, mas pela nomeação daquilo que desvia. Logo, pode-se vislumbrar que a ocultação da sexualidade, nesse caso, serve como estratégia para que a norma afirme a si, não aquilo que ela combate. Não reconhecer a homossexualidade de Mário parece-nos significar uma esterilização da vida de uma pessoa a ser tornada personagem da história da cultura brasileira, ao mesmo tempo em que reforça o imaginário corrente: sendo homem, só poderia ser heterossexual. Nesses termos, seriam forjadas as imagens que tomariam lugar no panteão de heróis e de personalidades nacionais.

Essa forma sutil, mas efetiva, de apagamento das identidades sexuais daquelas personalidades que alcançaram reconhecimento, inclusive histórico, é uma estratégia política, na medida em que atua no campo da representação. Também é pedagógica, uma vez que o silêncio a respeito das existências desviantes na galeria do reconhecimento educa sobre quais modos de viver são promovidos e quais são alijados. Cumpre papel semelhante o não-reconhecimento sistemático daquelas pessoas abertamente inadequadas à norma, ou ainda, o reconhecimento revestido em tom extraordinário, quase de exotismo, como se fosse alguém que não pudesse ser deste mundo.

O caso de Mário de Andrade é um exemplo representativo, mas não é o único que poderia ser citado. A lesbianidade de Lota de Macedo Soares<sup>3</sup>, uma das principais

---

<sup>3</sup> O romance entre Lota e a poetisa estadunidense Elizabeth Bishop foi tema do filme *Flores Raras*, dirigido por Bruno Barreto e lançado em 2013.

idealizadoras do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, também permaneceu por bastante tempo invisibilizada, assim como a sua importância na concepção e realização da obra. Como questionado por Baptista e Boita (2017, p. 115), “o que mais esperar dos espaços de memória dedicados a estes grandes vultos, até então tratados como assexuados, como, entre outros, Santos Dumont, Burle Marx, Fernando Pessoa?” Em suma, todas nos parecem estratégias de instrumentalização da história e do patrimônio em prol da manutenção da hegemonia do regime heteronormativo, que se afirma a partir da desqualificação e/ou do apagamento das demais expressões da sexualidade.

Consideramos importante salientar – evitando assim qualquer acusação de anacronismo – que todas essas reflexões são filhas do seu tempo, ou seja, há um acúmulo de saber e de acontecimentos que permitem que se problematize, no momento presente, concepções anteriormente aceitas sem contra-argumentos. Importantes inflexões no campo da historiografia e do patrimônio emergiram a partir das mobilizações de diversos grupos subalternizados da sociedade – mulheres, populações negra, indígena e LGBTI+, entre outros – diante do legado nefasto das guerras e dos regimes totalitários, ditatoriais e extremamente violentos que marcaram o século XX.

No Brasil, o regime militar recrudescer o controle das condutas e as políticas de saneamento social, que alimentavam o estigma já bastante enraizado na sociedade relativamente às pessoas LGBTI+. Um golpe ainda maior foi a epidemia de HIV/AIDS, pejorativamente rotulada de câncer e peste gay, que não só nutriu uma verdadeira campanha pública de execração da homossexualidade, como ceifou incontáveis vidas e sonhos. Uma onda de pânico moral que associava as pessoas LGBTI+ à enfermidade contribuiu para ressuscitar o estatuto de patologia das sexualidades dissidentes do padrão heterossexual. Abordaremos mais detidamente esses períodos ao longo desta dissertação.

O intuito, por ora, é assinalar alguns fatores que concorreram para o giro epistemológico, do qual fazem parte as teorias pós-estruturalistas, que permitiu reconhecer que a história e o patrimônio não são a verdade sobre o passado, mas modos de narrá-lo. São usos do passado suscitados por questões e problemas do presente. Tanto a escrita da história quanto o reconhecimento patrimonial são processos que operam com a seleção daquilo que será contado e escolhido – e em

quais termos será contado e escolhido – e daquilo que será esquecido, apagado, silenciado.

Da mesma forma que um conjunto de documentos só poderá se transformar em fonte histórica pelo trabalho do historiador, igualmente os objetos que aprendemos a ver como *patrimônio histórico* só ganharam essa qualidade a partir de uma operação envolvendo diferentes esferas de produção de saberes e poderes (Guimarães, 2012, p. 100–101, grifo do autor).

Ainda na esteira dos efeitos mundiais decorrentes dos acontecimentos da segunda metade do século XX, Maria Cecília Londres Fonseca (2009) destaca que a noção de patrimônio cultural sofreu uma ampliação, passando a designar não somente os bens materiais móveis ou imóveis, dotados de excepcional valor histórico, artístico ou arquitetônico, mas incluindo outras categorias de manifestações culturais, compreendidas como patrimônio imaterial ou intangível.

O mesmo aconteceu no Brasil. Como já mencionado, a consolidação de uma noção de patrimônio alicerçada na tradição europeia, que orientou a atuação do Iphan em suas primeiras três décadas de existência, não se deu sem divergências. No entanto, partir da década de 1970, essa noção foi sendo ampliada gradativamente para alcançar os bens modestos e de natureza imaterial ou intangível, culminando na definição<sup>4</sup> de patrimônio cultural brasileiro expressa na Constituição Federal de 1988. Sobre isso, Chuva (2012, p. 160–161) afirma que

Tendo acompanhado o processo de ampliação do campo do patrimônio que se deu em todo o mundo ocidental, o texto constitucional consolidou uma noção ampla e plural da identidade brasileira, trazendo para a cena jurídico-política a noção de bens culturais de natureza imaterial.

Em observância às disposições constitucionais, o Decreto nº 3551 de 4 de agosto de 2000 foi responsável por instituir o registro de bens culturais de natureza imaterial, sendo, no país, o instrumento de acatamento destinado a esses bens. Tais transformações a respeito da composição do patrimônio brasileiro são importantes não apenas por aumentar o rol daquilo que pode ser compreendido como patrimônio cultural, mas por respaldar reivindicações e disputas em prol do direito à

---

<sup>4</sup> “Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (Brasil, 1988).

memória e ao reconhecimento das produções culturais dos diversos grupos que formam a sociedade brasileira.

Assim, o valor do patrimônio cultural não está restrito às suas características intrínsecas, mas incorpora os significados que lhe são atribuídos socialmente. Dito de outra forma, o valor do bem patrimonial também é atestado pelo seu estatuto de referência cultural. A geógrafa Simone Scifoni (2022, p. 602) afirma que

as referências culturais são como um espelho no qual os grupos sociais podem se enxergar como sujeitos coletivos produtores de cultura e enraizados em um território. Não se trata, porém, de uma mera relação mecânica de reflexo, mas uma forma de se entender no mundo.

De acordo com esse entendimento, considera-se que os sujeitos dos diversos contextos culturais não somente informam sobre seu patrimônio cultural, mas o interpretam, elaboram e reelaboram suas representações simbólicas em relação com suas referências culturais. Nesse sentido, a participação social, em conjunto com as instâncias do saber técnico e científico e de representação política, passa a integrar os processos de identificação, seleção e reconhecimento do patrimônio cultural (Iphan, 2000).

Para bem preservar bens ou práticas sociais reconhecidos como patrimônio cultural é preciso bem conhecê-los. Dessa maneira, os inventários participativos são ferramentas de identificação e documentação de bens e práticas passíveis de reconhecimento patrimonial. Sobretudo, ao serem elaborados com participação social, em uma relação de escuta e diálogo com as pessoas e grupos sociais implicados, os inventários participativos são instrumentos de formação e sensibilização para o patrimônio, isto é, de educação patrimonial. Segundo o Manual de Aplicação de inventários participativos, elaborados pelo Iphan (2016, p. 07), inventariar é

um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local.

Para Scifoni (2022), os inventários participativos são uma forma de documentar, difundir e valorizar a cultura e as memórias de grupos não-contemplados pelo discurso hegemônico do patrimônio e da história oficial, ao mesmo tempo em que tensionam tais narrativas. Como observado pela autora, ao mesmo tempo em que o Iphan representa, em alguma medida, o discurso hegemônico acerca do patrimônio cultural brasileiro, é responsável por estruturar uma metodologia de aplicação de inventários

participativos (Iphan, 2016), os quais, por sua vez, são capazes de provocar tensões e subversões que atingem o próprio discurso hegemônico, denunciando seus limites e contradições.

Nessa direção, consideramos que a metodologia adotada neste trabalho, já descrita no Capítulo 02, encontra consonância com as premissas apontadas pelo Manual de Aplicação dos inventários participativos (Iphan, 2016), uma vez que ambas partem da experiência dos sujeitos com suas referências, no intuito de identificar, a partir da vivência e da realidade cotidiana, aqueles bens e práticas com potencial patrimonial. No entanto, é adequado apontar que não adotamos o manual de aplicação como referência metodológica, tampouco formatamos este trabalho segundo os modelos por ele apresentados.

Por fim, destacamos que o trabalho está orientado pela defesa de que as reflexões e práticas do campo do patrimônio, juntamente com o ordenamento jurídico nacional, ensejam as disputas em prol de reconhecimento das produções culturais LGBTI+ no país. Ainda que seja flagrante a falta de efetividade do direito à memória, à história e ao amplo reconhecimento de suas produções culturais pela população LGBTI+, é oportuno destacar iniciativas que assinalam as conquistas da luta organizada e apontam alguns caminhos.

Segundo a historiadora Rita de Cassia Colaço Rodrigues (2021, p. 90), os esforços mais antigos na constituição de acervos geralmente remontam às iniciativas das próprias pessoas integrantes dos movimentos ativistas. Por meio da doação de fontes documentais particulares constituiu-se grande parte do Acervo Edgard Leuenroth, da Universidade de Campinas, onde estão depositados “jornais da imprensa gay artesanal, produzidos entre as décadas de 1960 e 70, documentos e correspondência de grupos e ativistas das décadas de 1970 a 1990”. A autora também destaca a coleção privada de Miriam Martinho, que ao longo de sua trajetória, reuniu grande acervo sobre o ativismo lésbico brasileiro.

Com relação à militância LGBTI+ em Juiz de Fora, nossa pesquisa indica que não é diferente. Em algum momento da entrevista, Oswaldo afirma ter “ *muito material*” em seu arquivo particular, que remete à trajetória do MGM. Lelei faz o mesmo, reconhecendo ter guardado documentos que ajudam a reconstruir a história dos espaços de socialidade LGBTI+ da cidade.

*“Eu quero parabenizar. Quero agradecer a consideração que vocês estão tendo comigo de vir aqui buscar. Eu tenho muito material, se um dia vocês quiserem fazer alguma pesquisa com recorte de jornais, folheteria e tal... Tem*

*muita coisa aí. Está às ordens”* (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).

*“Convites... Tenho tudo. Tudo guardado. Guardei tudo. Inclusive as fotos com o César Romero, os recortes de Jornal. Tem que achar. Porque são caixas e caixas e caixas dentro do grupo de teatro. Tem que achar”* (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).

Ambos as coleções se referem a vestígios do passado, no entanto necessitam ser estudadas, catalogadas, compreendidas e utilizadas em um trabalho de escrita historiográfica. Essa operação de seleção integra o esforço de reconhecimento que transforma os resquícios do passado em patrimônio, e é a partir do patrimônio que essa narrativa histórica ganha materialidade, estabelecendo os vínculos e os laços entre as gerações. Imbricam-se memória, história e patrimônio.

A simples sobrevivência ao tempo não assegura por si só a condição de transformar em patrimônio histórico um objeto, um vestígio material ou um acervo arquitetônico. E nem mesmo todo o conjunto de restos que sobreviveram à passagem do tempo vieram a se constituir em patrimônio histórico de uma coletividade. O patrimônio é, portanto, resultado de uma produção marcada historicamente (Guimarães, 2012, p. 100).

A cidade ainda não possui um centro de documentação e memória LGBTI+, embora seja uma previsão expressa no *Eixo Temático - Cultura, Turismo, Esporte e Lazer* do Plano Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIA+ do Município de Juiz de Fora (Juiz de Fora, 2022).

XIII - Criar um Centro de documentação e também Pontos de memória de valorização da cultura LGBTQIA+ juiz-forana, bem como com foco em personalidades e sua história, afirmando-os como patrimônio imaterial; com o intuito de registrar a existência, as trajetórias singulares e de luta, bem como a área de atuação, criando assim material para estudo, pesquisa e informação.

Pesquisas que se dediquem a investigar a história das pessoas e do movimento LGBTI+ juizforano podem somar nos esforços para a consolidação desse centro, além de serem importantes meios de produção e difusão de saberes. Por isso, consideramos que o presente trabalho possui singular relevância ao se propor a investigar a existência de espaços LGBTI+ e a importância deles para a comunidade e a cidade de Juiz de Fora.

Rodrigues (2021) destaca, ainda, outras ações espontâneas de ativistas do movimento brasileiro na direção de constituição de um patrimônio nacional LGBTI+. Em 2009, é lançado o blog Memórias & Histórias das Homossexualidades; em 2010, o Acervo Bajubá inicia suas atividades; em 2012, é fundada a Rede LGBT de Memória e Museologia Social; e em 2020, inicia-se a constituição do Museu Virtual do Território

Bajubá. A autora também aponta ações que receberam algum tipo de subsídio ou subvenção, dentre as quais estão: a criação do Centro de Documentação Professor Doutor Luiz Mott, em 2007, pelo Grupo Dignidade de Curitiba; a criação do Museu da Diversidade Sexual, vinculado à secretaria estadual de cultura de São Paulo, em 2012; o lançamento da Revista Memória LGBT, em 2013; e a criação do Centro de Memória LGBTI João Antônio Mascarenhas, em 2018.

Com relação ao reconhecimento oficial, destacam-se: a inclusão das Filhas de Chiquita no dossiê de registro do Círio de Nazaré pelo IPHAN, em 2006; o registro do Miss Brasil Gay como patrimônio imaterial de Juiz de Fora, em 2007 (Boita, 2017); e o processo de tombamento<sup>5</sup>, ainda inconcluso, do Cabaré Casanova, no Rio de Janeiro.

Além do mais, importantes produções acadêmicas também têm se dedicado, desde o final século passado, a investigar temáticas LGBTI+ no Brasil, ainda que nem sempre tenham sido reconhecidas em sua relevância. Não seria possível citar todas as obras e, por isso, mencionaremos aquelas que são referências basilares desta dissertação. Primeiramente, destacamos o livro fruto da tese de doutoramento do pesquisador estadunidense James N. Green (2019), atualmente professor na Brown University, *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. A tese, defendida em 1996 nos Estados Unidos e publicada pela primeira vez em 1999 no Brasil, é resultado de uma pesquisa que buscou investigar o processo de emergência de subculturas e as formas de sociabilidade homossexuais no Rio de Janeiro e em São Paulo ao longo do século XX, num arco temporal que vai do início da República até a década de 1980.

Também merecem destaque as produções de Renan Quinalha, pesquisador escritor e professor universitário brasileiro que tem se dedicado a publicar obras, seja como único autor ou em parceria com demais intelectuais, acerca da história e da memória LGBTI+ brasileira. O livro *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*” (Quinalha, 2021) é fruto da pesquisa do seu doutoramento, finalizado em 2017, com um período de intercâmbio realizado na Brown University sob orientação de James Green. A investigação se debruça sobre o controle moral violento e repressivo que a ditadura civil-militar brasileira dirigiu aos

---

<sup>5</sup> Para mais informações, consultar texto divulgado por Rita Colaço em: <https://memoriamhb.blogspot.com/2024/10/cabare-casanova-ainda-reconstituindo.html>. Acesso em: 11 abr. 2025.

grupos LGBTI+, e como eles conseguiram sobreviver e continuar lutando em busca de cidadania.

Já no livro *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*, Quinalha (2022) apresenta um panorama acerca da constituição do movimento LGBTI+, desde um recorte geográfico ocidental, em sua dimensão política e de luta em prol da construção de uma cidadania plena, ainda hoje inalcançada. Juntamente com James Green, Marcio Caetano e Marisa Fernandes, Quinalha também participou da organização da obra *História do Movimento LGBT no Brasil*, lançado em 2018 em comemoração aos 40 anos do movimento organizado LGBTI+ brasileiro. O livro é uma reunião de artigos escritos por autoras e autores que possuem vinculação com o ativismo, tanto por meio da vivência quanto da pesquisa.

Por fim, e sem a intenção de apresentar alguma conclusão para as problematizações propostas, podemos assinalar que a história e a memória LGBTI+ se apresentam como potentes e frutíferos campos de investigação, com uma consolidada bibliografia teórico-crítica que dá fundamento às pertinentes problematizações colocadas pelos conflitos da contemporaneidade. Nesse bojo, encontram-se as intersecções com a questão do patrimônio cultural, compreendido também em sua dimensão político-ideológica.

Demonstramos, ao longo deste capítulo, que não há conhecimento neutro. Logo, não há história, patrimônio, arquitetura e urbanismo neutros, mas disciplinas construídas em relações de saber e poder em meio a um contexto sócio-histórico. Isso permite-nos compreender quais processos de silenciamento, apagamento e invisibilizações ocorreram e tentar repará-los naquilo que for possível; permite-nos pensar transformações que deem conta de reverter injustiças e diminuir desigualdades; permite-nos, por fim, produzir utopias que funcionem como bússola e horizonte, apontando caminhos e motivando a caminhada, coletivamente.

A partir dessa perspectiva que propomos a leitura e a compreensão deste trabalho, como fruto de uma intersecção multidisciplinar guiada pelo fio da memória de pessoas LGBTI+, no esforço de produzir uma narrativa histórica sobre espaços, redes de sociabilidade e processos de subjetivação que, ao final, possa se dizer patrimonial.

## **4 JUIZ DE FORA: um breve histórico**

O intuito do presente capítulo é apresentar o campo de pesquisa: a cidade de Juiz de Fora. Para tal, teceremos uma breve contextualização histórica do surgimento e do desenvolvimento do município, com destaque para aspectos que julgamos relevantes para explicitar o processo de conformação urbana da região central, arquitetônica e urbanisticamente. Assim, o objetivo é demonstrar que a cidade conservou como Centro a mesma região que deu origem ao núcleo urbano. Para isso, recorreremos a um conjunto de fontes secundárias, muitas delas produzidas por pesquisadoras e pesquisadores mediante o vínculo com Programas de Pós-Graduação da UFJF.

Argumentaremos, também, que a disputa e o movimento das pessoas LGBTI+ em ocupar o Centro, seja com seus corpos ou com a criação de espaços voltados à comunidade, constituíram um ato de resistência. Há, nisso, uma dimensão simbólica: a progressiva ocupação do Centro evidencia um gradativo processo de saída da condição de marginalidade e de clandestinidade.

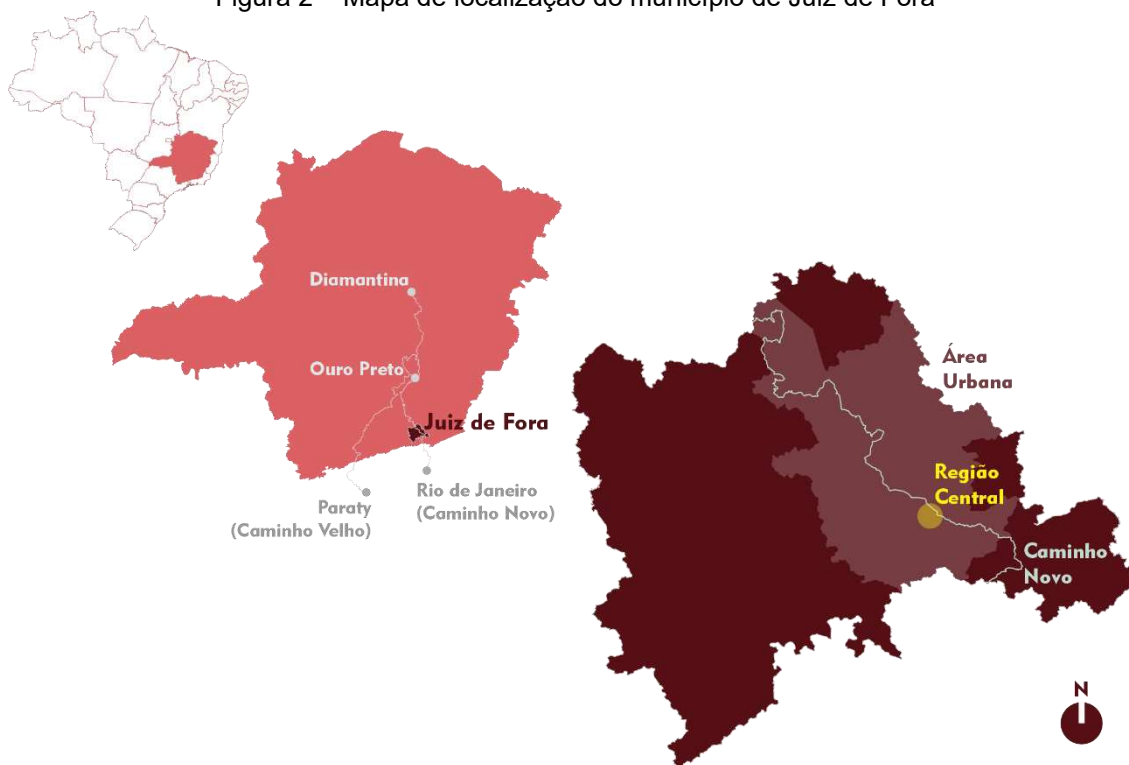
Apontaremos, ainda, aspectos concernentes à organização social e ao contexto cultural das épocas, no empenho de esboçar um retrato que elucide a sociedade de cada momento. Esses apontamentos têm a intenção de fornecer pistas que ajudem a montar um pano de fundo geral sobre a construção histórica do imaginário intelectual e cultural da sociedade juizforana, em meio à qual emergem marcos importantes para a história LGBTI+ local e nacional.

Por fim, recorreremos aos relatos produzidos pelas entrevistas para elucidar qual cidade essas memórias evocam. Em suma, buscaremos traçar, ainda que sumariamente, linhas que permitam situar sobre qual lugar e qual contexto sócio-histórico as falas das pessoas entrevistadas se dedicaram a enunciar, e o que elas nos contam e apresentam sobre a cidade contemporânea.

### **4.1 O surgimento e o desenvolvimento do núcleo urbano**

Juiz de Fora é um município situado na mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais, estado da região Sudeste do Brasil. Segundo o último Censo (IBGE, 2022), Juiz de Fora possui uma população residente de 540.756 pessoas, sendo a quarta maior cidade do estado e a maior da Zona da Mata mineira.

Figura 2 – Mapa de localização do município de Juiz de Fora



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Historicamente, o processo de colonização de Minas Gerais está intimamente associado aos povoamentos resultantes da descoberta do ouro, iniciada no final do século XVII com a bandeira de Fernão Dias. Por meio das picadas abertas pelo bandeirante em terras mineiras, estabeleceu-se a rota conhecida como Caminho Velho, que conectava Vila Rica (atual Ouro Preto) a Paraty e, de lá, até o Rio de Janeiro (Mercadante, 1973).

Entretanto, o Caminho Velho passava ao largo da região atualmente conhecida como Zona da Mata mineira. Essa área, inserida nos “Sertões do Leste” ou “Áreas Proibidas” (Mercadante, 1973), compreendia também as terras do vale do rio Doce, a leste do núcleo minerador, em direção à divisa com o Espírito Santo. Caracterizava-se por densas florestas, relevo desafiador e presença de grupos indígenas considerados hostis (Batista, 2015; Pedrosa, 1962), o que ensejou o surgimento de um imaginário de perigo e despovoamento associado à região, de modo que a própria Coroa portuguesa manifestou interesse em sua permanência como “barreira natural aos descaminhos do ouro” (Lamas, 2006, p. 01).

Com a autorização real concedida a Garcia Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias, outra rota foi aberta nos primeiros anos do século XVIII, denominada Caminho Novo, que alterou o trajeto e reduziu o tempo de viagem entre Vila Rica e o Rio de

Janeiro, passando por Barbacena (antiga Borda do Campo) e pelo vale do rio Paraibuna, descendo a serra até encontrar o litoral (Lamas, 2006; Mercadante, 1973).

O Caminho Novo, portanto, abriu passagem para que a região da Mata se inserisse formalmente na rota de colonização. De fato, a administração da época demonstrou preocupação com a ocupação ao longo do trajeto, estimulando a construção de pousos, roças, paragens, postos de fiscalização e vendas. Muitas dessas localidades se desenvolveram com o passar do tempo, dando origem aos primeiros povoados e arraiais (Batista, 2015; Lamas, 2006).

O gradativo declínio da extração aurífera, a partir da segunda metade do século XVIII, fomentou um progressivo processo de migração rumo à Zona da Mata e ao território fluminense, contribuindo para o desenvolvimento dos vilarejos ao longo do Caminho Novo. Esse fenômeno se intensificou com a efervescência da atividade agropecuária, principalmente, com o protagonismo econômico assumido pelo café, no século XIX (Mercadante, 1973; Batista, 2015). Afirma Manoel Pedrosa

Cronologicamente o café entrou em Mar de Espanha em 1817. Chegou a Matias Barbosa antes de 1830. Ultrapassou São João Nepomuceno em 1850, seguindo para leste rumo Leopoldina e para oeste, rumo Juiz de Fora e Rio Prêto, já iniciado nessa cultura de café antes desse tempo (1962, p.200-201).

Nesse contexto, surge e se desenvolve de maneira dispersa, acompanhando as margens do rio, o povoado de Santo Antônio do Parahybuna, mais conhecido como arraial do Juiz de Fora, no qual se instalaram algumas famílias de prestígio, a exemplo dos Monteiro de Barros, Dias Tostes, Paula Lima, entre outras (Batista, 2015). O viajante e estudioso francês Auguste de Saint-Hilaire, ao passar pela localidade na primeira metade do século XIX, realizou o seguinte registro:

No dia em que deixamos o Parahybuna, fomos pernoitar no rancho de Simão Pereira. Este nome é o do primeiro cultivador que se estabeleceu nesse local [...]. Em geral as maiorias dos nomes de lugar que não são tirados da língua dos Índios são os dos mais antigos proprietários.

[...]

Não ha maior povoação em Simão Pereira do que ás margens do Parahyba [...]. A parochia que depende dessa igreja se dilata por uma extensão de dez leguas portuguezas, desde o Parahybuna até a localidade chamada Juiz de Fóra. Antigamente apenas comprehendia o pequeno numero de casas situadas á margem do caminho; mas, desde a chegada do rei D. João VI ao Rio de Janeiro, recebeu um considerável acrescimo de população.

[...]

A 1 legua e  $\frac{3}{4}$  de Marmelo se encontra a habitação de Juiz de Fóra, nome que sem duvida procede do emprego que ocupava o primeiro proprietario. Da venda de Juiz de Fóra têm-se sob os olhos uma paysagem encantadora. Essa venda foi construida na extremidade de uma vasta campina, rodeada por toda a parte de morros. O Parahybuna corre ao lado do caminho; sobre um pequeno regato que nelle se lança, depois de atravessar a estrada, foi contruida uma ponte de madeira de effeito muito pittoresco; perto ha um

cruzeiro: mais longe se vê uma capella abandonada e as ruinas de um engenho. Ao lado da venda existe um vasto rancho, e bem proximo, um paiol de milho (Saint-Hilaire, 1938, p. 92–98).

A fim de melhorar a integração entre Ouro Preto e Rio de Janeiro - respectivamente, capitais da Província e do Império - e entre seus diversos núcleos urbanos, o governo de Minas Gerais contratou, em 1836, o engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld para a execução de uma nova estrada carroçável. Em certa medida, o novo trajeto aproveitou trechos do Caminho Novo. Entretanto, foi desviado para uma região de várzea na outra margem do rio, na altura do incipiente povoado de Santo Antônio do Parahybuna (Batista, 2015; Duarte, 2016).

Esse novo trecho da estrada atravessava as terras da família Tostes, que foi herdada, anos depois, pelo engenheiro, após ficar viúvo de sua primeira mulher e se casar com Candida Maria Carlota Tostes. Segundo Caio Batista (2015), os Tostes e Halfeld “doaram” parte das terras para a construção de uma nova matriz, abertura de novas vias e outras melhorias no novo núcleo urbano em formação. A estrada transformou-se na principal via da localidade, passando a ser denominada Rua Direita.

Em que pese o surgimento de povoados na Zona da Mata, Pedrosa (1962) destaca a centralidade exercida pela região mineradora que, mesmo em decadência devido à crise aurífera, concentrava a pujança cultural da Capitania. Sobre isso, afirma o autor

Era sem nenhuma dúvida um sertão ainda coberto de florestas [...]. Nenhuma semelhança com a situação da Zona Central, de mineração, que apesar de se achar decadente, ostentava contudo um florão admirável de civilização, da qual a obra de Aleijadinho, o barroco das igrejas e das imagens, a Arcádia Mineira, o gosto pela música, o prazer da conversa e outras manifestações intelectuais são provas inextinguíveis (Pedrosa, 1962, p. 197–198).

Nessa época, a população matense ainda era majoritariamente rural e marcada por um sentimento religioso, ainda que mais modesto, se comparado àquele existente nos núcleos coloniais. Pedrosa (1962) alude ao costume, entre as freguesias da região, da filiação dos mais antigos às Irmandades religiosas, além do compartilhamento da fé entre homens e mulheres nas famílias, fato que se alterou posteriormente, quando da partida dos moços para a Corte ou para a Europa, em razão dos estudos. Além disso, o autor menciona que a religiosidade, em certa medida, animava a vida urbana ainda incipiente.

“Cidade de domingo” foi a expressão usada por Saint Hilaire observando a frequência do povo à cidade para assistir a Missa na Matriz, e retirar-se para as suas roças depois dela. O Padre era uma personalidade prestigiosa nos

meios rurais. Contudo a Zona da Mata não conta com nenhum templo que se compare [...] com o barroco legítimo como sói acontecer nas idades do século XVIII. não conta na sua tradição local, nenhum movimento coletivo de romaria e peregrinação [...]. A atitude religiosa da gente da zona matense é antes fria que fervorosa (Pedrosa, 1962, p. 212).

O fortalecimento das elites locais e o progressivo crescimento do povoado conduziram a sua elevação a arraial, em 1847; a vila, em 1850; e a cidade, em 1856, sob a denominação de Cidade do Parahybuna, passando a se chamar Juiz de Fora, em 1865. A Câmara Municipal foi instalada em 1853 e, segundo Felipe Duarte (2016), desempenhou papel central na promoção de melhorias urbanas. No mesmo ano, foram abertas as ruas Califórnia (atual rua Halfeld), Câmara, Imperial, São Sebastião e Santo Antônio. No ano seguinte, foi adquirido o terreno do atual Parque Halfeld.

Figura 3 – Rua Halfeld, século XIX



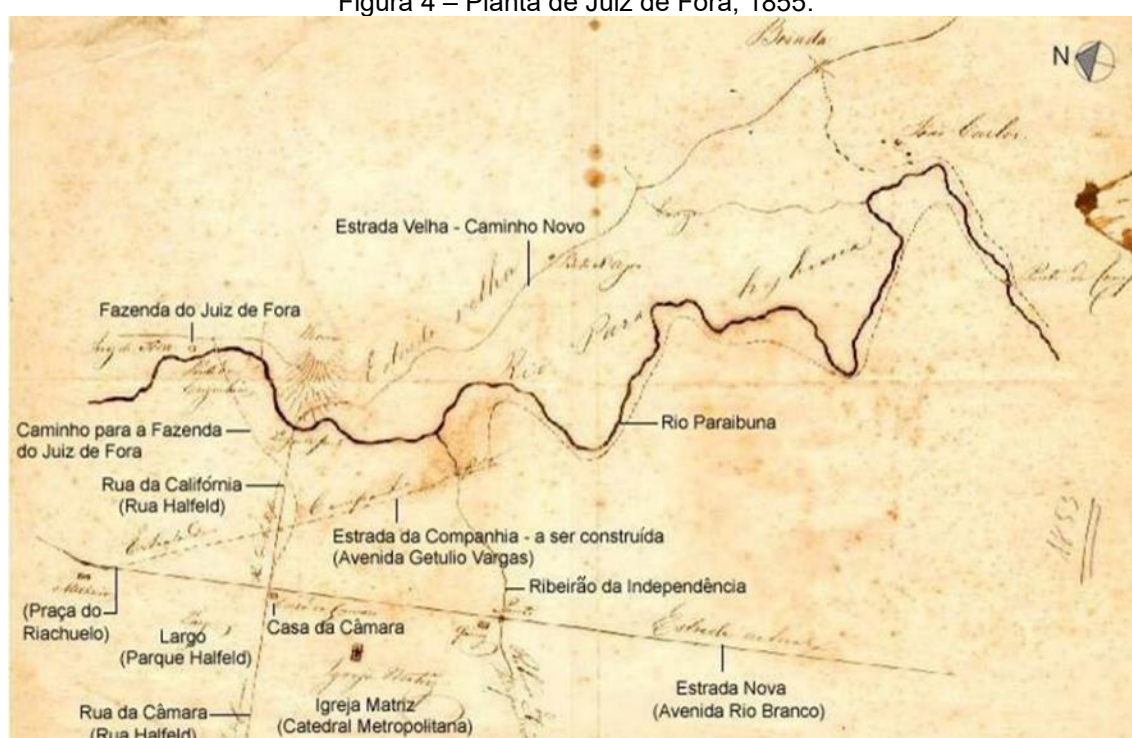
Fonte: Acervo do autor, 2025 (Imagem reproduzida do Acervo do Museu Mariano Procópio).

Concomitantemente, iniciaram-se as obras de construção da rodovia União & Indústria - cuja permissão foi dada ao comendador Mariano Procópio Ferreira Lage pelo governo imperial, em 1852 - ligando a cidade à Petrópolis. Sendo considerada uma referência de avanço tecnológico para época, com seu leito macadamizado e o sistema de transporte feito por diligências e carroças, o empreendimento foi responsável por alterar as condições de circulação, conferindo mais agilidade e segurança, além da maior quantidade e volume de carga transportada (Batista, 2015; Duarte, 2016).

Segundo Patrícia Junqueira (2006) e Yuri Barbosa (2017), a Estrada União & Indústria acompanhava a Estrada do Paraibuna até próximo à região pantanosa, onde o córrego Independência desaguava na várzea do rio Paraibuna. De lá, seguia em

uma reta, desviando-se da cidade em diagonal (atual Avenida Getúlio Vargas), formando um cruzamento em um ângulo de 45° com a Rua Direita (atual Avenida Barão do Rio Branco) na região chamada Milheiros (atual Largo do Riachuelo), e continuando pelo Morro da Gratidão (atual Avenida dos Andradas) até alcançar a Estação de Mariano Procópio, à frente da residência do Comendador. Esse feito criou um vetor de expansão da cidade em direção às terras de Mariano, somado à construção da Colônia D. Pedro II (que deu origem aos atuais bairros São Pedro, Borboleta e Fábrica), onde se assentaram os imigrantes alemães.

Figura 4 – Planta de Juiz de Fora, 1855.



Fonte: Santos e Santos, 2018, p.04<sup>6</sup> (Imagem reproduzida do Acervo Histórico de Juiz de Fora).

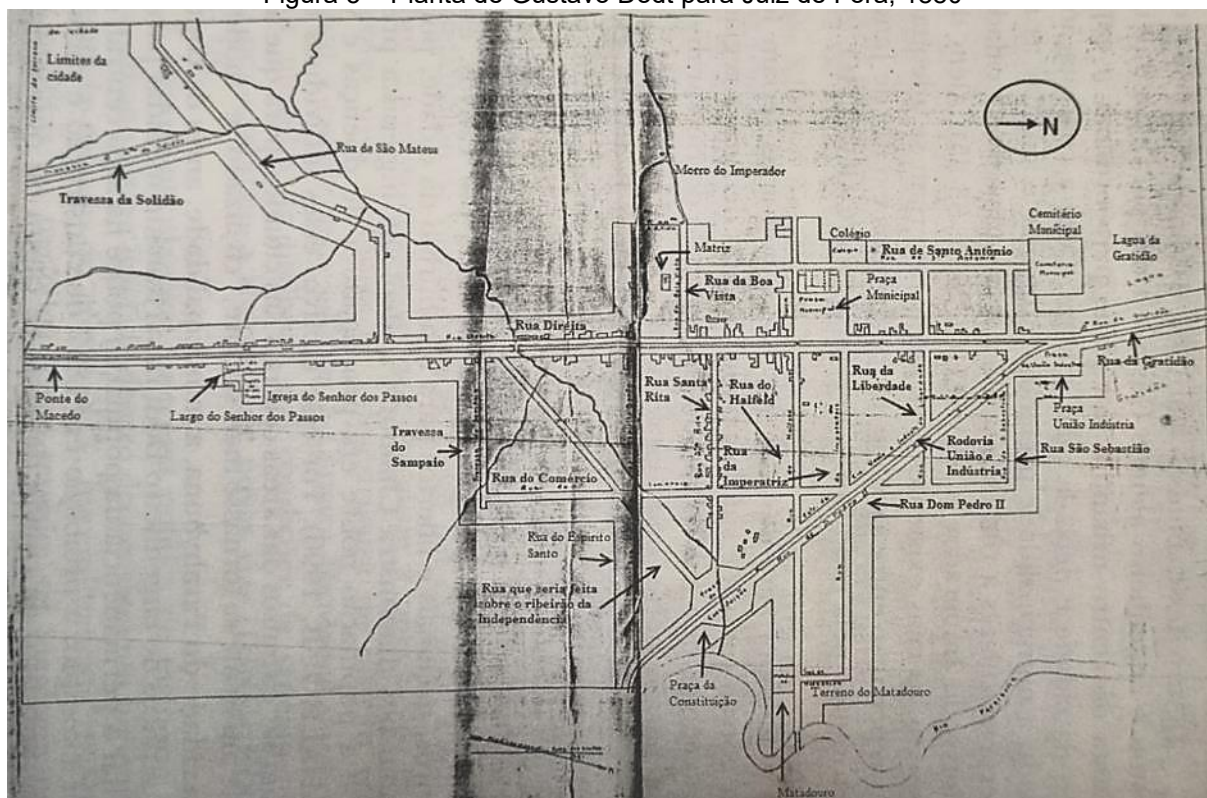
O dinamismo econômico advindo da atividade cafeeira converteu-se em investimentos em infraestrutura, que foram determinantes para consolidar Juiz de Fora como principal entreposto comercial da Zona da Mata e, posteriormente, no polo industrial do estado. Além disso, a arrecadação municipal também destinou recursos para que obras de ampliação, embelezamento e melhorias urbanas fossem

<sup>6</sup> SANTOS, Aline Lima; SANTOS, Thereza Carvalho. Entes Públicos e Privados no Planejamento e na Produção do Território: O Caso de Juiz de Fora. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14, 2011, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos* [...] Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2018. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/811>. Acesso em: 07 fev. 2025.

continuamente executadas, orientadas pelo princípio higienista (Batista, 2015; Duarte, 2016).

Em 1860, a administração municipal contratou o engenheiro alemão Gustavo Dodt para que fosse elaborada uma planta do núcleo urbano, bem como de sua expansão. Entretanto, havia a requisição de conformar o novo arruamento às vias já consolidadas, especialmente a Rua Direita e a estrada União & Indústria. A proposição de uma nova rua lindeira ao ribeirão Independência, que deveria ser canalizado, dá origem, já na planta de Dodt, à formação de uma poligonal triangular que caracteriza, ainda hoje, o núcleo da região central de Juiz de Fora, bem como as ruas perpendiculares, em seu interior (Batista, 2015; Braida, 2011). Todavia, nem todas as benfeitorias propostas pelo engenheiro foram executadas, a exemplo do cemitério e do matadouro.

Figura 5 – Planta de Gustavo Dodt para Juiz de Fora, 1880



Fonte: Batista, 2015, p. 64 (Imagem reproduzida do Acervo Histórico de Juiz de Fora).

Outro fator relevante para a história da cidade foi a chegada da estrada de Ferro D. Pedro II que, segundo Duarte (2016, p. 110), foi capaz de promover “uma espécie de capilaridade portuária responsável pela integração do litoral com o interior”, além de oportunizar novos investimentos capitalistas nos anos subsequentes. Camila Brasil (2013) aponta que, em decorrência das obras da ferrovia, a região pantanosa no

encontro do ribeirão Independência com o rio Paraibuna foi aterrada, dando origem ao Largo da Alfândega, onde atualmente se localiza a Praça Antônio Carlos e a Praça do Canhão. Barbosa (2017), por sua vez, salienta que a estação Central e o largo à sua frente foram construídos em um terreno entre as ruas Califórnia e Imperatriz (atuais Halfeld e Marechal Deodoro, respectivamente), na parte baixa da cidade, o que fomentou a ocupação dessa região, além do incremento do setor hoteleiro.

As obras de infraestrutura e o desenvolvimento econômico foram determinantes para o rápido crescimento demográfico da cidade, que recebeu um grande contingente de imigrantes europeus, em decorrência da construção da União & Indústria e da D. Pedro II, além do fluxo de escravizados, após a abolição, em 1888. Duarte (2016) menciona que, no período, Juiz de Fora era o município com maior população escravizada em Minas Gerais. Batista (2015), por sua vez, destaca que muitas obras de infraestrutura e melhoria urbana utilizaram mão de obra cativa em sua execução.

#### **4.2 “Manchester Mineira”: do pioneirismo ao ocaso**

O final do século XIX foi marcado pelo rápido crescimento industrial da cidade, especialmente após a oferta de energia elétrica, em decorrência da construção da Usina de Marmelos, primeira hidrelétrica da América Latina, inaugurada em 1889. Os primeiros anos do século XX consolidaram essa tendência, com o declínio da produção cafeeira e a inversão de capital para os setores industriais e urbanos, de modo que, à época, Juiz de Fora era considerada a cidade mais moderna e industrializada do estado, condição que lhe rendeu a alcunha de Manchester Mineira (Junqueira, 2006). Segundo Pedrosa (1962, p. 214), “Juiz de Fora que já vinha na vanguarda da zona por concentração de capitais, costumes civilizados, comunicação fácil com a Côrte e regiões fluminenses, tornou-se um centro de progresso bancário e industrial”.

Com a Proclamação da República, a cidade pôde instituir oficialmente legislação própria, o que Carina Folena Cardoso (2015, p. 52) defende constituir “um primeiro esforço no sentido de legislar sobre a abertura de ruas, praças, avenidas, seus respectivos alinhamentos, bem como construções”. Conforme a autora, no período imperial, as Câmaras Municipais eram reconhecidas apenas em sua função administrativa, de forma a não serem autorizadas a estabelecerem legislações

autônomas. Dessa maneira, parte significativa da feição urbana que o núcleo central da cidade assumiu nos períodos seguintes foi efeito dessa nova regulação e de suas sucessoras.

A essa altura, a cidade já pavimentava seu caminho como centro cultural do estado de Minas Gerais. Christina Musse (2006), recorrendo ao trabalho da historiadora Mariliz Christo, afirma que Juiz de Fora não compartilhava da cultura colonial mineira, haja vista seu surgimento em meados do século XIX e as disputas políticas contra a primazia da zona de mineração. Além disso, a proximidade com o Rio de Janeiro proporcionava certo cosmopolitismo e intercâmbio cultural, de maneira que a noção de civilização almejada se inclinava àquela encontrada na então capital federal, inspirada pelos auspícios da modernidade europeia. O núcleo urbano encontrava-se em um importante entroncamento ferroviário e dispunha da oferta de serviços de comunicação (telégrafo, telefone urbano e Correios), além da existência de teatros, cinemas, jornais, uma gama de profissionais liberais e sede de bancos.

Entretanto, a cidade não se apresentava disponível a todos os seus habitantes da mesma forma. Dividiam o espaço urbano a elite agrária, a incipiente burguesia industrial, os imigrantes europeus – não raras vezes empobrecidos após a derrocada da Companhia União & Indústria, além da mão-de-obra liberta, que migrara do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida. Musse (2006, p. 59) afirma que muitas famílias de colonos “conviveram por muito tempo com os barões, marqueses, condes e viscondes do Império, que fizeram sua fortuna na exploração do café, num evidente contraste entre a urbanização e a modernidade e a estrutura agrária escravocrata”. Patrícia Almeida (2008), por sua vez, salienta que a municipalidade, por meio da vigilância do poder público e da instituição dos códigos de posturas, tratou de afastar os libertos do centro da cidade. Nas palavras da autora, “a preocupação com o espaço público era urgente, pois era fundamental evitar que esses indivíduos perambulasse pelas ruas, sem controle algum, ameaçando a boa sociedade” (Almeida, 2008, p. 45–46).

A religiosidade também sofreu modificações. Pedrosa (1962) menciona que a saída dos moços para estudos na capital ou na Europa ocasionava certa perda do sentimento religioso, ficando este mais restrito às mulheres das famílias ligadas à produção agrária. Segundo o autor, “com a proclamação da República e a influência do positivismo das Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, o Espírito religioso declinou nos homens” (Pedrosa, 1962, p. 212). O ritmo de vida da urbe industrial,

marcado pelo apito das sirenes em flagrante contraste com o badalar dos sinos da tradicional cidade barroca mineira, envolvia Juiz de Fora em uma atmosfera secular e profana, fonte de preocupação para D. Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana, “profundamente cioso de manter a tradição religiosa nos centros urbanos mineiros” (Azzi; Pereira, 2003, p. 50).

Além disso, os imigrantes europeus, a exemplo dos alemães, trouxeram consigo a fé protestante. Os missionários estadunidenses, por sua vez, foram responsáveis pela introdução da Igreja Metodista e pela fundação do primeiro grande colégio da cidade, o Instituto Metodista Granbery, em 1890. Sobre isso, Musse (2006, p. 68) afirma que

as elites da cidade cada vez mais pareciam se identificar com o modelo liberal e pragmático observado nos Estados Unidos. Vários filhos desta elite [...] tinham se capacitado em terras americanas e trazido para o Brasil o modelo de uma nova civilização que, já a partir do final do século, num Brasil Republicano, se tornava extremamente influente no ideário nacional.

Segundo a autora, os metodistas tinham como missão evangelizar e educar a população brasileira de forma a promover a civilização no país, uma vez que as condições morais do povo, alegadamente tolerada pela fé católica, era responsável pelo seu atraso. De acordo com essa perspectiva, somente a moral puritana protestante metodista seria capaz de conduzir ao progresso (Musse, 2006).

Em contrapartida, os empresários católicos de Juiz de Fora também se organizaram para a criação de colégios vinculados a suas expressões religiosas. Em 1891, foi fundada a Academia de Comércio; em 1900, o Colégio Santa Catarina lançou sua pedra fundamental; em 1902, foi criado o colégio para moças Stella Matutina. Musse (2006) destaca, ainda, que vários dos cursos de graduação atualmente oferecidos pela UFJF surgiram no Instituto Granbery e na Academia de Comércio.

No âmbito cultural, a cidade era efervescente e contava com uma gama de opções de diversão, no início do século XX. Segundo Almeida (2008), havia uma regulação das formas convivência conduzida pela própria sociedade, de modo que o acesso a certos espaços era determinado pela posição social. No entanto, a existência dessa distinção não impedia o contato entre as culturas letrada e popular nos momentos de lazer, especialmente quando estes aconteciam em espaços abertos, durante as festas religiosas ou carnavalescas e na informalidade das ruas.

Ao analisar chamadas de jornais do período, a autora evidencia a ausência de divulgação de eventos e espaços relacionados à população empobrecida e, em

particular, à população negra. Os espaços de lazer e descontração dessas pessoas eram, primordialmente, “os botequins, biroskas e bordéis” (Almeida, 2008, p.58). Havia, também, os bailes, caracterizados pela formalidade e exigência do “bem trajar”, isto é, o uso de paletó e gravata como sinalização de valor e de associação a uma certa etiqueta. Almeida (2008) destaca que os bailes eram locais de dança, paqueras e namoros, e que o uso do traje social também era um meio de conquista na hora do cortejo.

De acordo com a autora, esses locais, particularmente os botequins, cumpriram papel de espaços de sociabilidade para essa parcela da população, pois, além de serem um lugar de descanso e lazer, também proporcionavam apoio nos momentos de aperto e aflição, o encontro com outras pessoas com as quais era possível “chorar as mágoas” ou se render ao riso fácil e acolhedor. Isto é, eram espaços nos quais redes de amizade eram tecidas e fortalecidas. Por serem espaços fechados e frequentados por um grupo comum, propiciavam “uma convivência mais restrita entre as pessoas” (Almeida, 2008, p. 80).

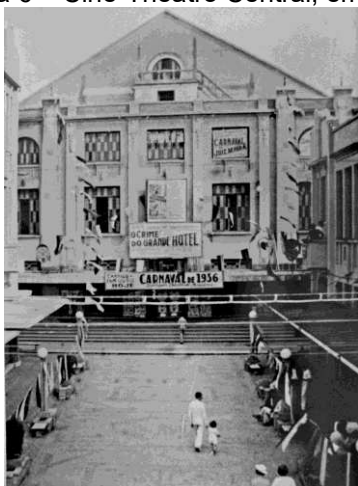
Almeida (2008, p. 59) argumenta, recorrendo às análises do historiador Sidney Chalhoub, que esses locais são espaços de resistência, ao “confrontarem a lógica do trabalho e do tempo utilitário apregoados no início do século XX”. Além do mais, tanto os espaços quanto seus frequentadores sofriam constante perseguição e vigilância policial, muitas vezes violenta, já que eram considerados espaços de vadiagem pela sociedade letrada. Esta, por sua vez, majoritariamente branca, frequentava teatros, óperas e concertos musicais, além de saraus e bailes fechados nas ricas residências.

Assim sendo, Barbosa (2017) aponta que Juiz de Fora não se assemelhava à Manchester inglesa somente em termos do pioneirismo industrial que ambas assumiram ou pela arquitetura das fábricas, mas também pelo caos urbano e pela expansão desordenada da cidade para além das imediações centrais, pela insalubridade, pela marginalização social e pela manutenção da pobreza dos trabalhadores, sujeitos a longas jornadas de trabalho e mínima remuneração.

A essa altura, a rua Halfeld (inicialmente denominada Rua da Califórnia) já havia se consolidado como a principal via da região central da cidade (Braidá, 2011; Junqueira, 2006). Ali se concentravam as principais casas comerciais – especialmente, alimentícias – além de sedes bancárias, hoteleiras – dada a proximidade com a Estação Central – repartições municipais e o colégio Academia do Comércio, em sua parte alta. Na década de 20, outros dois importantes edifícios foram

inaugurados: a Galeria Pio X e o Cine-Theatro Central. A Pio X, como destaca Frederico Braida (2011), foi o primeiro edifício-galeria de Juiz de Fora, tipologia atualmente reconhecida como característica do centro da cidade. O segundo, tornar-se-ia um dos principais equipamentos culturais e símbolo juizforano, notadamente, após a inauguração da praça João Pessoa, na década seguinte, situada à frente da edificação (Junqueira, 2006).

Figura 6 – Cine-Theatro Central, em 1936



Fonte: Blog Maurício resgatando o passado, 2024 (reproduzido do acervo de Jorge Arbach).<sup>7</sup>

Figura 7 – Cine-Theatro Central



Fonte: UNIRIO, sem data (foto de Vivi Canettieri).<sup>8</sup>

A partir do depoimento do Sr. João Batista de Assis, uma das pessoas a qual entrevistou em sua pesquisa, Almeida (2006) narra a existência de uma demarcação social na ocupação da rua Halfeld, de maneira que

(...) Da Rio Branco até no Salvaterra que é hoje o Central, praça do cinema teatro Central, era a burguesia, do Salvaterra à Batista era a classe média, era mesmo, o povo mesmo de discriminava e da Batista até a Getúlio Vargas aquele trechinho, era os negros mais metidos a não sei o que, os negros meio branco e nem sei explicar e da Getúlio à Praça, da Estação os mais humildes (...) (trecho de entrevista com o Sr. João Batista Assis *apud* Almeida, 2006, p.64-65).

A pujança econômica a que a cidade assistira até então, no entanto, começou a dar sinais de desgaste em meados da década de 1930, de modo que, a partir da década seguinte, Juiz de Fora adentrou um período de ostracismo. Musse (2006) elenca alguns fatores que foram determinantes nesse processo. A transferência da capital estadual de Ouro Preto para Belo Horizonte redirecionou de maneira

<sup>7</sup> Disponível em: <https://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2017/01/cinemas-e-teatros-145-fotos.html>. Acesso em: 12 fev. 2025.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.unirio.br/espacoteatral/cine-theatro-central>. Acesso em: 12 fev. 2025.

significativa os investimentos públicos e privados, concentrando grande parte dos recursos que, em outro cenário, poderia ter-se distribuído para outras regiões do estado. Além disso, a privilegiada posição de entreposto comercial esmaeceu com a implantação de uma nova malha rodoviária e ferroviária no estado, de forma que a cidade foi, gradativamente, se restringindo a uma condição periférica.

[...] com relação aos transportes, parece-nos bastante revelador o fato de que a cidade, que foi pioneira, devido ao amplo e moderno sistema viário, chegue a meados do século XX, praticamente isolada, pela falta de novos investimentos em setores estratégicos. A tão reivindicada ligação Zona da Mata/Sul de Minas, por exemplo, só foi concluída na década de 70, apesar de ser demandada desde a década de 30, o que dificultou demais a influência nesses mercados, que se voltaram para São Paulo. Antes, a rodovia Rio-Bahia já tinha alterado o esquema de circulação rodoviária na Zona da Mata, provocando um esvaziamento no eixo comercial de Juiz de Fora (Musse, 2006, p. 87–88).

O setor industrial também se diversificou. Mesmo mantendo a posição de maior fabricante do setor têxtil no estado, Juiz de Fora foi ultrapassada pela produção metalúrgica concentrada na região central, que assumiu a liderança industrial de Minas Gerais. Já em âmbito nacional, o ocaso da produção cafeeira fluminense e a consequente transferência da lavoura para terras paulistas deslocou o eixo econômico do Rio de Janeiro para São Paulo, que logrou transformar-se no centro industrial do país. Além do mais, cabe destacar que a perda de representação política da cidade nos âmbitos estadual e federal também colaborou para o declínio industrial e o ostracismo assumido pela cidade, a partir de meados do século XX.

Dessa maneira, Musse (2006, p. 88–89) alude a uma impressão de década perdida, relativa aos anos 1940, uma vez que

o núcleo urbano vai se distanciando cada vez mais do padrão de desenvolvimento industrial, a Manchester Mineira vira mito, e por não se organizar política e economicamente para capitalizar-se com a experiência da pequena burguesia, a cidade passa a viver à margem do crescimento do país, extremamente centralizado no Rio e São Paulo.

No entanto, a despeito do contexto de estagnação econômica, Musse (2006) defende que o campo da cultura se transformou em uma arena de resistência. Almeida (2008) destaca que, a partir do final dos anos 1930, surgiram primeiras as escolas de samba da cidade. Todavia, o Carnaval era veemente condenado pela Igreja Católica, sendo considerado pecado. A festa também sofria retaliações por parte de uma elite branca, que via no batuque dos instrumentos de percussão e no bailar dos corpos uma expressão bárbara e inculta. Por consequência, os blocos de rua estavam sempre suscetíveis a repressões policiais.

Não se podia balançar o corpo ao som das músicas [...]. Quando chegava o fim da tarde, todos deveriam ir para suas casas, principalmente as mocinhas [...], a moça que ficava nas ruas depois de certa hora durante o carnaval virava rapariga. O carnaval era pecado, e a igreja lembrava os fiéis que esta festa era 'coisa do demônio'. Esse fato servia como motivação para que as pessoas não deixassem de ir à igreja na quarta-feira de cinzas para assistir à missa (Almeida, 2008, p. 95).

Assim sendo, a Igreja aconselhava a realização de bailes de carnaval em clubes fechados ou nas próprias residências das famílias. Ao privatizar a festa, a intenção era apartar a aglomeração e a mistura proporcionada pelas ruas. Somente pessoas de mesmo estrato frequentariam o evento, ensejando uma segregação social. No entanto, apesar dos investimentos da Igreja na tentativa de controlar as condutas, "algumas famílias mais abastadas misturavam-se com o povo nas ruas para participarem da brincadeira, esquecendo, por algum tempo, as convenções sociais" (Almeida, 2008, p. 94).

No âmbito acadêmico, Musse (2006) cita a criação da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, em 1944. Riolando Azzi e Mabel Salgado Pereira (2003) narram a relação do surgimento do curso com a intelectualidade católica da cidade, inserindo-o num contexto maior. De acordo com os autores, tratou-se de um desdobramento da decisão do governo de Getúlio Vargas de ampliar a formação de professores, com a criação do ensino superior de Filosofia, Ciências e Letras no país.

Além disso, novas mídias somaram-se ao tradicional periódico impresso: o rádio e o cinema. Ainda no final do século XIX, a primeira sessão de cinema do estado já havia sido exibida em Juiz de Fora. Nas décadas seguintes, o surgimento de diversos cinemas de rua incrementou a vida cultural da cidade e exerceu um papel crucial no imaginário da época, notadamente, na geração mais jovem (Musse, 2006; Musse; Avelar Neto; Henriques, 2017). Musse (2006), recorrendo às reflexões da escritora Rachel Jardim sobre o compasso da vida na década de 1940, alude a uma sensação de imaginação e espera, quase como um escapismo embalado pelas projeções em tela.

O conjunto arquitetônico da cidade também se destacava como um forte elemento imagético. A variedade edilícia de composição predominantemente eclética, inspirada em diversas linguagens arquitetônicas, sobretudo europeias, conferia certa singularidade à urbe, quando comparada a outros centros, especialmente, os mais antigos, onde prevalecia certa uniformidade colonial e barroca. Entretanto, começaram a surgir exemplares no tecido urbano que, de certa maneira, anunciaram

certa transição estética e tipológica pela qual a arquitetura da cidade passaria nas décadas seguintes.

Cardoso (2015) aponta a construção do edifício Ciampi, com seus cinco pavimentos e estética *art nouveau*, como sendo o marco de um incipiente processo de verticalização na cidade, no início da década de 30. Anos mais tarde, a construção de outra edificação tornou-se emblemática na cidade: o edifício Sulacap. Iniciado em 1938, além de se tornar o mais alto da cidade, com seus seis pavimentos, o prédio também inaugurou uma linguagem estética ainda não experimentada, aproximando-se do protomoderno com sua fachada de linhas retas, sem ornamentos e um marcante postigo envidraçado. Segundo a autora, “o Sulacap foi o primeiro edifício a fornecer ao mercado de locação apartamentos sem serviços de hotelaria”, contribuindo para transformar a moradia em apartamentos em “um ideal de modernidade e status na cidade” (Cardoso, 2015, p. 81). Posteriormente, o movimento modernista, aos poucos, foi ganhando adeptos e suas primeiras obras em Juiz de Fora, sendo Arthur Arcuri um dos seus precursores na cidade (Musse, 2006).

Figura 8 – Edifício Ciampi



Fonte: Blog Maria do Resguardo, 2010 (reproduzido do acervo de Ramon Brandão).<sup>9</sup>

Figura 9 – Edifício Sulacap



Fonte: Blog Maria do Resguardo, 2010 (reproduzido do acervo de Marcelo Lemos).<sup>10</sup>

A respeito da década de 1950, Musse (2006) afirma que, em que pese o evidente declínio econômico da cidade, uma aura otimista pareceu predominar no

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.mariadoresguardo.com.br/2010/01/av-rio-branco-edificio-ciampi-arquivo.html>. Acesso em: 07 fev. 2025.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.mariadoresguardo.com.br/2010/01/rua-halfeld-edificio-sulacap-arquivo.html>. Acesso em: 07 fev. 2025.

imaginário de uma parcela da população juizforana, o que a autora especula que possa estar inserido em um contexto mais amplo, haja vista o espírito desenvolvimentista do período Juscelino Kubitschek, a repercussão da bossa nova, entre outros fatores. Ao mesmo tempo, a autora pontua que, paulatinamente, a cidade parece conformar-se com uma nova vocação: ser um centro de prestação de serviços, dentre eles, de educação. Isso se confirmou na década seguinte, com a criação da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 1960.

A cidade continuava com suas estratificações sociais bem demarcadas, inclusive territorialmente. Musse (2006) elucida que, nessa época, havia “zonas proibidas” e de boemia próximas ao centro, principalmente na região adjacente às margens do rio Paraibuna, conhecida como parte baixa. Essas áreas eram associadas à prostituição, e, nas palavras da autora, “tinha grande movimento, principalmente a da rua Henrique Vaz, que sobreviveu até os anos 80. Mas, aos poucos, as ‘casas de tolerância’ vão se afastando do centro da cidade e se ‘sofisticando’” (Musse, 2006, p. 94). O cenário de demarcação social também permanecia na rua Halfeld, de modo que, recuperando um depoimento do jornalista Ivanir Yazbeck, Musse (2006) apresenta

Eu me lembro dos *footing* na Rua Halfeld, fechada ao tráfego de carros, das 12h de sábado à zero hora de segunda-feira. Aos domingos, de 19h às 21h30, as pessoas, grande parte jovens, desfilavam exibindo suas roupas mais chiques, subindo e descendo, em mão e contramão, mas só até a Rua Batista de Oliveira. Dali para baixo, o *footing* era das pessoas de classe social mais baixa - empregadas domésticas, por exemplo (Yazbeck, 2005, p. 11 *apud* Musse, 2006, p. 94).

Vale citar que a parte baixa da cidade foi vítima de inúmeras cheias do rio Paraibuna (Brasil, 2013). As mais drásticas chegaram a extrapolar os limites da avenida Getúlio Vargas (antigo trecho da estrada União & Indústria), alcançando a rua Halfeld e a Avenida Rio Branco (antiga Rua Direita). Brasil (2013) aponta quatro grandes inundações: 1906, 1916, 1919 e 1940. Junqueira (2006), por sua vez, salienta que na véspera do Natal de 1940 ocorreu a maior inundação de que se tem notícia na cidade, resultando em obras de retificação do rio nos anos posteriores.

Figura 10 – Rua Halfeld  
À esquerda, vê-se a Galeria Pio X e, ao seu lado, o Edifício Sulacap.



Fonte: Blog Maria do Resguardo, 2011 (reproduzido do arquivo de Xixa M. Carelli).<sup>11</sup>

Figura 11 – Rua Halfeld, inundação de 1940



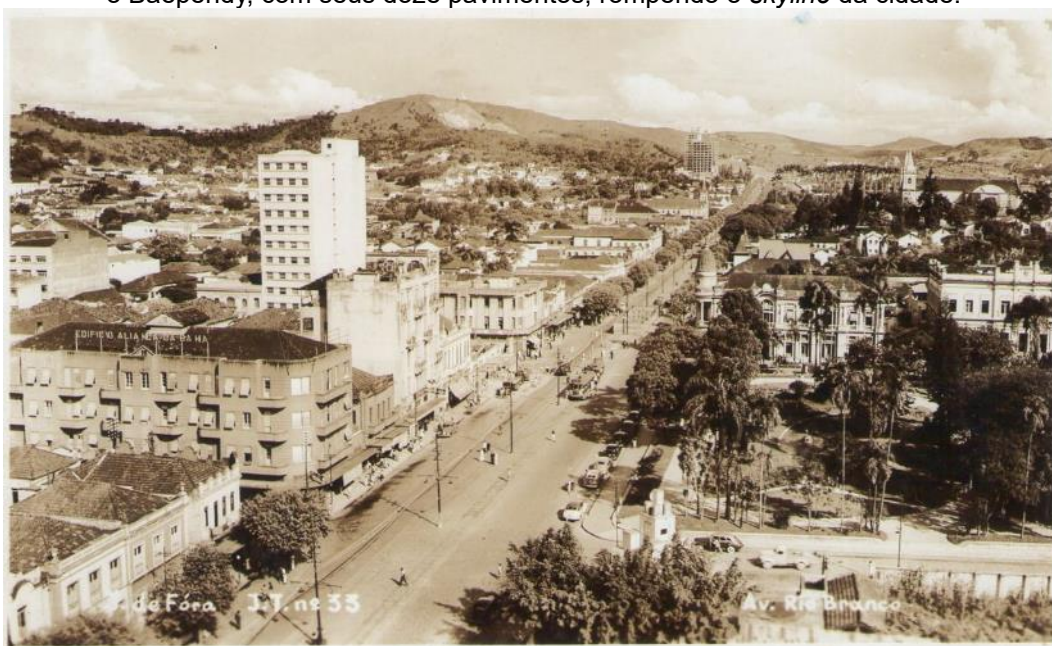
Fonte: Blog Maria do Resguardo, 2011<sup>12</sup> (reproduzido do acervo de João Carlos Matos de Medeiros).

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.mariadoresguardo.com.br/2011/09/rua-halfeld-parece-ser-decada-de-1930.html>. Acesso em: 09 fev. 2025.

<sup>12</sup> Disponível em: [https://www.mariadoresguardo.com.br/2011/10/rua-halfeld-enchente-de-1940-arquivo\\_17.html](https://www.mariadoresguardo.com.br/2011/10/rua-halfeld-enchente-de-1940-arquivo_17.html). Acesso em: 07 fev. 2025.

A virada da década de 40 para 50 também foi marcada pela construção dos primeiros grandes arranha-céus de Juiz de Fora. Se, até então, o edifício Sulacap impressionava com seus seis pavimentos, o edifício Baependy rompeu drasticamente o gabarito das edificações urbanas com seus doze pavimentos. Destinado ao uso comercial, o prédio está localizado na rua Halfeld, próximo ao cruzamento com a avenida Rio Branco. Outro marco para a paisagem da cidade foi a construção do edifício Primus, também com doze andares, situado na avenida Rio Branco, em quadra lateral ao Parque Halfeld. Segundo Cardoso (2015), a edificação inaugurou um novo momento na habitação juizforana, ao ser o primeiro edifício de apartamentos destinados à comercialização, isto é, à compra e venda das unidades habitacionais. Juiz de Fora entrava na marcha da valorização da verticalização das construções, vista como símbolo de modernidade e progresso.

Figura 12 – Avenida Barão do Rio do Branco, Centro de Juiz de Fora  
Na imagem, vê-se o Parque Halfeld, à direita. À esquerda, o Edifício Ciampi, com cinco pavimentos, e o Baependy, com seus doze pavimentos, rompendo o *skyline* da cidade.



Fonte: Autor não identificado, [195?].<sup>13</sup>

O cinema e o rádio continuavam a embalar a vida social e o imaginário da cidade. Musse (2006) destaca a existência de nove cinemas<sup>14</sup>, na época. Além de ser “um programa barato e absolutamente obrigatório” (Musse, 2006, p. 95), fazia parte

<sup>13</sup> Disponível em: <https://i.pinimg.com/736x/3f/65/f1/3f65f189492f7098e4ff844d28ab934d.jpg>. Acesso em: 07 fev. 2025.

<sup>14</sup> “Na época, havia nove cinemas, na cidade: Cine-Theatro Central, Palace, Excelsior, São Luiz, São Mateus, Rex e Paraíso, no centro, e Auditorium, em Benfca, bairro mais afastado, na zona norte da cidade” (Musse, 2006, p.95).

do ver e ser visto, da dinâmica social da urbe. Seja o hábito do *footing*, característico da classe média, seja os passeios, aos finais de semana, dos operários com suas famílias – todos bem-vestidos em trajes sociais, para irem à missa ou desfrutarem dos espaços públicos – essas práticas revelam uma cidade em que as ruas desempenhavam papel de lugar do encontro. A fruição da vida urbana passava pelas ruas, e elas, por sua vez, ainda não estavam completamente tomadas pelos veículos. “Não era só o filme, eram as paqueras, o desfile”, conta o jornalista Ivanir Yazbeck (*apud* Musse, 2006, p.95).

De acordo com Azzi e Pereira (2003, p. 376),

Em Juiz de Fora, tinham crescido as atividades comerciais e as prestações de serviços, aumentando muito também a classe estudantil. Surgiam novos bairros, novas famílias se afirmavam na vida social, novos grupos assumiam o controle da vida política.

Além da influência cultural exercida pelo cinema, especialmente o estadunidense, sobre a “geração coca-cola” (Azzi; Pereira, 2003, p. 375), Musse (2006) sublinha que, de certa maneira, as produções também desempenharam um papel de formação política, especialmente entre os jovens de classe média e os estudantes, que se engajavam em movimentos católicos ou estudantis.

A década de 1960 iniciou-se com a criação, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, da Universidade Federal de Juiz de Fora, fato que contribuiu significativamente para consolidar a vocação terciária e de prestadora de serviços da cidade. Musse (2006, p.106) aponta que, à época, parecia coexistir duas visões sobre a cidade. Por um lado, havia uma impressão de falta de horizonte – de que, em Juiz de Fora, “nada ia para frente” – muito alimentada pela necessidade de migração para grandes centros em busca de melhores oportunidades, a qual a autora denomina de “um imaginário diaspórico”. Por outro lado, defendia-se a existência de um certo desenvolvimento refletido no aumento populacional<sup>15</sup>, evidenciado pelos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Relativamente à paisagem urbana da área central e imediações, a segunda metade do século XX foi marcada por um intenso processo de verticalização, incentivada pela legislação vigente e pelo aumento progressivo do valor da terra. A estética da *belle-époque* juizforana, com seus palacetes e construções ecléticas, paulatinamente deu lugar à linguagem modernista, de linhas retas, fachadas despidas

---

<sup>15</sup> Segundo Musse (2006, p.105), “a população urbana cresceu: de acordo com o IBGE, em Juiz de Fora tinha 181.389 habitantes, em 1970, este número pulou para 238.510”.

de ornamentos, edifícios em altura descolados do solo por pilotis. O primeiro edifício modernista residencial de Juiz de Fora foi o Ribeiro de Oliveira, situado na rua Espírito Santo, ao lado da Catedral Metropolitana, possuindo 15 pavimentos (Cardoso, 2015).

Figura 13 – Avenida Barão do Rio Branco  
Vê-se o Edifício Ribeiro de Oliveira e, à direita, a Catedral Metropolitana.



Fonte: Blog Maria do Resguardo, 2011<sup>16</sup>.

Entretanto, uma das obras modernistas mais icônicas do período foi, sem dúvidas, o prédio para a nova sede do Clube Juiz de Fora. A edificação, localizada na esquina da rua Halfeld com a avenida Rio Branco, foi erguida para substituir a antiga sede do primeiro clube juizforano, destruída por um incêndio após um baile de Carnaval, em 1950. O antigo prédio de três andares deu lugar ao seu sucessor, de dezesseis. Característica singular do prédio são as obras assinadas por Cândido Portinari: o painel em azulejos *As quatro estações*, na fachada da Rio Branco, e o mosaico de cavalos voltado para a rua Halfeld (Genovez, 1998).

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.mariadoresguardo.com.br/2011/02/av-rio-branco-vista-panoramica-decada.html>. Acesso em: 09 fev. 2025.

Figura 14 – Sede do antigo Clube Juiz de Fora, à esquerda. Ao fundo, vê-se o Edifício Baependy, com seus doze pavimentos.



Fonte: Autor não identificado, [194?].<sup>17</sup>

Figura 15 – Novo Edifício Clube Juiz de Fora. Virada da década de 1950 para 1960, data provável.

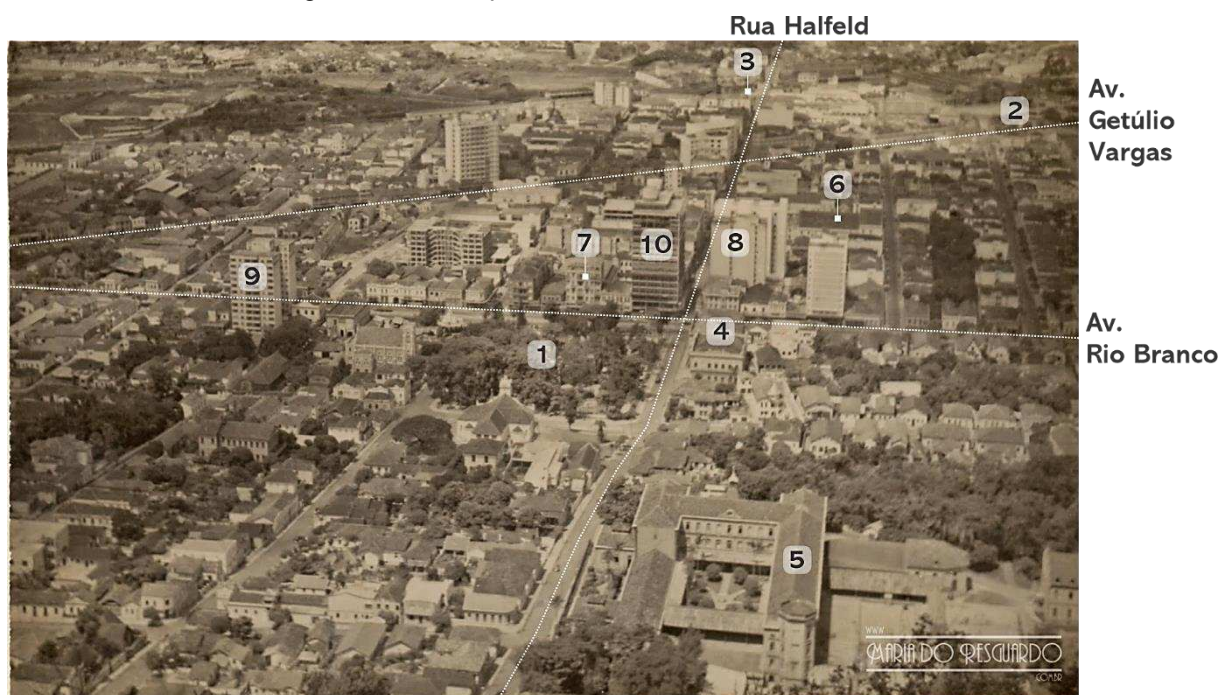


Fonte: Blog Maurício resgatando o passado, 2025 (Imagem reproduzida do acervo de Simón Eugénio Sáenz Arévalo).<sup>18</sup>

<sup>17</sup> Disponível em: <https://i.pinimg.com/736x/c2/7c/43/c27c430b090d78efadbc1d030ecd9b3d.jpg>. Acesso em: 07 fev. 2025.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2019/01/rua-halfeld-406-fotografias.html>. Acesso em: 07 fev. 2025.

Figura 16 – Vista panorâmica do Centro de Juiz de Fora



1. Pq. Halfeld / 2. Pç. Antônio Carlos / 3. Pç. da Estação / 4. Câmara e Paço Municipal  
 5. Academia do Comércio / 6. Cine-Theatro Central / 7. Edifício Ciampi  
 8. Edifício Baependy / 9. Edifício Primus / 10. Edifício Clube Juiz de Fora

Fonte: Blog Maria do Resguardo, 2014 (reproduzido do acervo de H. Ferreira, adaptado)<sup>19</sup>

### 4.3 A “Capital Revolucionária” do golpe de 1964

Enquanto a alteração da paisagem urbana gradativamente se materializava, outra ruptura parecia estar sendo gestada no seio da urbe juizforana. Aos 31 de março de 1964, tropas militares “tomavam as ruas de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro, na ação que culminaria com a deposição do então presidente João Goulart” (Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, 2016, p. 46). O relatório da Comissão Municipal da Verdade aponta que o histórico da presença de algumas instituições militares na cidade – a exemplo do Quartel General da 4ª Região Militar, instalado em 1916 – fez com que Juiz de Fora ocupasse relevante papel no sistema de repressão, característico do regime instaurado após o golpe. Isso lhe rendeu a alcunha de “Capital Revolucionária” e o posto de ter sido uma das primeiras cidades a levar a cabo perseguições em nome desse regime, pois “presos políticos das mais diversas regiões do país passavam por Juiz de Fora, seja para participar das

<sup>19</sup> Disponível em: [https://www.mariadoresguardo.com.br/2014/06/vista-panoramica-de-juiz-de-fora-decada\\_17.html](https://www.mariadoresguardo.com.br/2014/06/vista-panoramica-de-juiz-de-fora-decada_17.html). Acesso em: 09 fev. 2025.

audiências ou para cumprir pena na Penitenciária de Linhares, que foi transformada em prisão política entre 1969 e 1981” (Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, 2016, p. 52).

No contexto local, umas das consequências mais evidentes desse novo momento, segundo Musse (2006, p. 109), foi “a substituição das antigas oligarquias que tiveram o comando da cidade por praticamente um século, por elites emergentes, criadas à sombra do golpe e alimentadas pelo modelo econômico abraçado pela ditadura”. A consolidação da vocação terciária e prestadora de serviços, bem como a ascensão dessa nova elite, conforme a autora, “enterram uma cidade”, aquela do mito da Manchester Mineira, e “recriam outra”.

Ao recorrer às análises do professor José Paulo Netto e do jornalista Wilson Cid, Musse (2006) destaca que, no período, houve uma separação entre detenção de poder econômico e de formação cultural. A tradicional elite, herdeira da oligarquia, detinha a ambos. Nas palavras de José Paulo Netto, citadas por Musse (2006, p.110), “era gente que valorizava a cultura”. Nesse sentido, tinham certo compromisso com a cidade e com o seu desenvolvimento. Sentiam-se no dever de trazer para Juiz de Fora aquilo que se considerasse progresso e evolução intelectual.

Contudo, após a política do milagre econômico e das demais transformações desencadeadas pela ditadura civil-militar, outro imaginário passou a orientar o novo círculo econômico juizforano. Conforme demonstra Musse (2006, p. 110), baseando-se nas reflexões de pensamento de J. P. Netto, esse novo círculo passa a ser composto por profissionais liberais da área da saúde, haja vista “a brutal restrição do serviço público à saúde, com a privatização da medicina”, e do ramo de construção civil, em especial com o fomento via programas governamentais, a exemplo do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH).

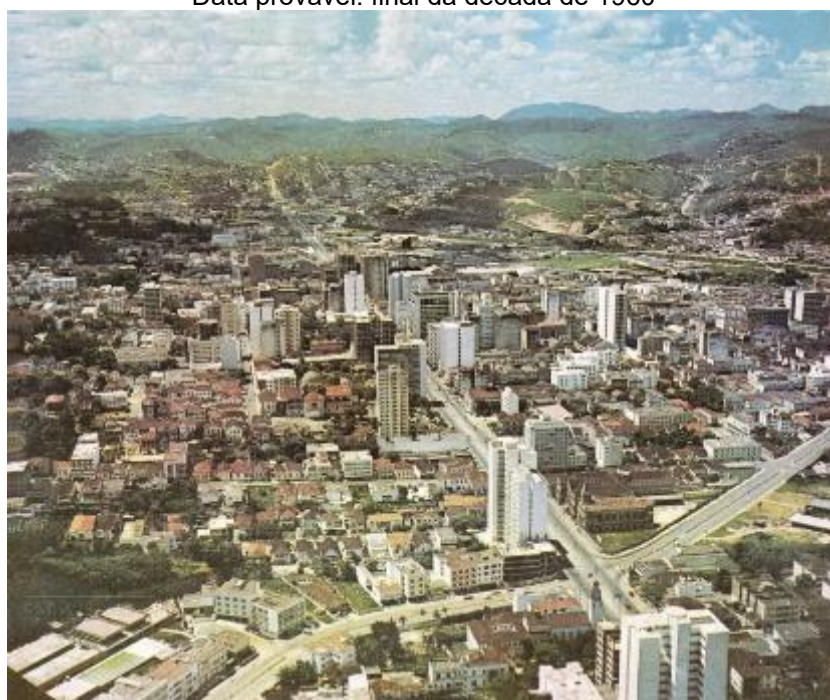
De acordo com os autores, formou-se uma elite econômica descompromissada com a intelectualidade e com a história da cidade, de modo que a feição urbana também sofreu mudanças profundas. Musse (2006, p. 111), valendo-se das percepções de J. P. Netto, alude a uma perda da identidade dos antigos bairros. Há uma queixa de que a vida na cidade mudou, assim como seus bairros, de forma que “tudo quanto é lugar em que você vai é a mesma coisa”. A autora não detalha o que J.P. Netto chama de “a mesma coisa”, entretanto, relativamente à arquitetura, foi expressiva a substituição das antigas construções por novos edifícios, especialmente,

de apartamentos. A verticalização que começou na região central, pouco a pouco se capilarizou em direção aos bairros. Sobre isso, Cardoso (2015, p. 114) afirma que

O período compreendido entre 1967 e 1975 é o mais emblemático na história da verticalização em Juiz de Fora. De posse de um cenário favorável ao crescimento da construção civil, tanto no plano da política federal, como também local, a ascensão de grandes arranha-céus encontrou terreno fértil [...].

Ao mesmo tempo, novos bairros foram surgindo nos arredores do núcleo urbano já consolidado. Alguns se destinaram à construção de residências unifamiliares, direcionados às classes com maior poder econômico. Conforme Junqueira (2006), as elites juizforanas iniciaram o processo de migração do centro por volta da década de 1970, o que se intensificou nas décadas seguintes. Musse (2006, p. 112), por seu turno, destaca a transformação decorrente dos novos meios de transporte, que implicou em uma “nova relação com o espaço e o tempo”. A extinção dos bondes, que circulavam na cidade desde o final do século XIX, é alegórica desse processo de transição pelo qual passou a cidade. Triunfo da lógica rodoviarista, o deslocamento por meio de veículo motorizado movido a combustível ainda logra imperar em Juiz de Fora.

Figura 17- Cruzamento das Avenidas Rio Branco e antiga Independência  
Data provável: final da década de 1960



Fonte: Blog Maria do Resguardo, 2015 (reproduzido do acervo de Ana Maria Machado)<sup>20</sup>

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.mariadoresguardo.com.br/2015/10/vista-panoramica-de-juiz-de-fora.html>. Acesso em: 18 fev. 2025.

Significativa, também, foi a obra de canalização do Córrego Independência para a construção da avenida homônima, atual Presidente Itamar Franco. A execução da via, na virada da década de 1960 para 1970 (Junqueira, 2006), compõe, definitivamente, a poligonal triangular que delimita o núcleo da região central de Juiz de Fora, já idealizada um século antes. Musse (2006) aponta uma relação entre a obra e o viés tecnocrático da administração municipal, em consonância com a ideologia vigente no regime militar, valendo-se de uma orientação ideológica baseada na técnica, em detrimento do discurso político. Era preciso investir em infraestruturas urbanas que permitissem novos vetores de crescimento imobiliário, e a nova avenida foi simbólica nesse sentido.

Do ponto de vista cultural, Musse (2006) argumenta que o golpe desencadeou uma ruptura na forma como a movimentação acontecia na cidade, que havia ganhado novo fôlego com a criação da UFJF. Parte importante da cena cultural do período estava intimamente associada à intelectualidade e ao movimento estudantil. O debate político também atravessava essas esferas, somado à juventude da esquerda católica, todos sufocados após a instauração do Ato Institucional nº5.

A autora, evocando depoimentos de algumas personalidades, argumenta que a construção do novo campus da UFJF, afastado do centro da cidade, contribuiu para distanciar a universidade da comunidade e dispersar a força estudantil. Houve um progressivo “esvaziamento do centro da cidade como espaço de efervescência intelectual” (Musse, 2006, p. 124), antes tão vibrante. A rua Halfeld era o ponto nevrálgico dos encontros entre os estudantes. O advogado Michel Bechara (*apud* Musse, 2006, p.117) narra que “as faculdades eram separadas, mas tudo afunilava para a rua Halfeld, depois das aulas que terminavam às onze, onze e meia, aí, ia todo mundo para lá! Apesar das instituições serem separadas, todos se conheciam”. Já Luiz Sérgio Henriques (*apud* Musse, 2006, p.117) lembra que “[...] as discussões políticas, a guerra do Vietnã, a invasão de Praga. Aquilo tudo eu vivia na rua Halfeld. A rua Halfeld era um fórum, diferente do que é hoje”.

Musse (2006) afirma que, em que pese a repressão do regime militar, os estudantes participavam ativamente da vida cultural, de modo que vários artistas visitaram a cidade, como Chico Buarque, Caetano Veloso e Milton Nascimento, além da proximidade entre os cinéfilos juizforanos e os cineastas do Cinema Novo. Havia “eventos variados, mostras de filmes, espetáculos de grupos teatrais de vanguarda,

exposições de artes plásticas, festivais de música, tudo isso, apesar da ditadura” (Musse, 2006, p. 125).

A autora destaca, ainda, que as influências da contracultura começaram a ser percebidas na cidade, levando a uma atenuação do preconceito nas relações de gênero. Segundo Musse (2006), havia uma prerrogativa naquela geração de se provar diferente daquela dos seus pais. A moda e os comportamentos tornaram-se menos rígidos, de modo que experimentações de cores, cortes de cabelo e estilo mostraram-se possíveis. Contudo, a possibilidade de contestação não significou a superação dos preconceitos. Em um trecho de entrevista, ao narrar sobre a decisão em cursar Letras, Gilvan Procópio Ribeiro (*apud* Musse, 2006, p.129) explicita o imaginário presente no período.

Eu ia tentar fazer vestibular para medicina, o tempo todo, eu ia fazer medicina. No dia da inscrição do vestibular, no dia mesmo, eu pensei: “Eu gosto de ler e escrever, vou fazer medicina para quê?” Aí, eu fiz inscrição para Letras. Quando eu cheguei em casa, e falei que eu ia fazer Letras, meu irmão mais velho falou: “Você vai fazer esse curso de veado?”

Andrea Kelmer de Barros (2016) argumenta, recorrendo a matérias jornalísticas veiculadas no periódico local *O Diário da Tarde*, nas décadas de 60 e 70, que a sociedade juizforana do período não era receptiva aos homossexuais. Uma das matérias selecionadas, de 1964, refere-se a uma campanha de moralização – encorajada por um delegado de polícia da época, mas que não obteve êxito – direcionada ao fechamento de locais “foco de meretrício” e bares “mal frequentados”. Em seguida, os efeminados também foram alvo de perseguições por causa do comportamento, que era julgado como inadequado aos padrões desejados. Nos trechos destacados pela autora, lê-se expressões como “anormais”, “mocinhos”, diz de um “andar reboativo” e alude a um suposto desrespeito praticado por essas pessoas: “não respeitam quem quer que seja, fazem das ruas centrais, depois de certas horas da noite, o local para suas farras, afrontando a todos” (*O Diário da Tarde*, 1964, p.05 *apud* Barros, 2016, p.129).

Essa matéria confirma que as pessoas LGBTI+ eram notadas e ocupavam certos espaços da cidade, ainda que sob a insígnia da marginalidade. Isso não foi uma exclusividade de Juiz de Fora, tampouco do período. James Green (2019), ao apresentar as formas de sociabilidade homoeróticas no Brasil do século XX, destaca que, desde o final do século XIX, certos espaços públicos já eram frequentados à noite por homens em busca de parceiros e encontros sexuais com outros homens nos

principais centros urbanos. Embora desencorajada, a prática não incorria expressamente em crime para civis desde o Código Penal Imperial, de 1830. No entanto, outras provisões do mesmo Código e dos seus sucedentes davam margem para que o poder policial realizasse detenções e extorsões daqueles que fossem ameaçados de reclusão.

A singularidade de Juiz de Fora, contudo, remete ao acontecimento de ter-se tornado a sede do maior concurso de transformismo do Brasil, o Miss Brasil Gay. De acordo com Marcelo Carmo Rodrigues (2008), as brincadeiras de transformismo que um grupo de amigos realizava, inspiradas nos concursos de misses e nas celebridades, foram o embrião do evento. Inicialmente, os amigos reuniam-se na casa de algum deles. Segundo o autor, “muitos desses concursos, antes de serem realizados abertos ao público, aconteceram na casa de Francisco Motta, o Chiquinho Cabeleireiro” (Rodrigues, 2008, p. 63).

Green (2019) explicita que reuniões particulares e festas íntimas eram algumas das formas de sociabilidade, chamadas por ele de subcultura, encontradas entre os homossexuais, no Rio de Janeiro e em São Paulo, em meados do século XX. Nesses eventos privados, que aconteciam na residência de alguém, imitações dos desfiles de moda e concursos de beleza eram brincadeiras bastante comuns, todavia sem causar alarde. O autor argumenta que a discrição era necessária para evitar que algum vizinho fosse incomodado e chamasse a polícia, reclamando “de barulho ou de comportamento ‘imoral’” (Green, 2019, p. 307). Da mesma forma, a entrada e saída do edifício do anfitrião deveria ser feita de modo a não despertar a curiosidade alheia.

Green (2019, p. 300) chama a atenção para o fato de que, apesar de existirem socializações em espaços e locais públicos, a base “dessa subcultura eram os grupos de amigos (as ‘turmas’) que funcionavam como uma família alternativa para os homossexuais”, muitos deles vindos de várias cidades e regiões do país. A migração para os grandes centros urbanos tornou-se prática comum entre os homossexuais, que buscavam liberdade e distanciamento da vigilância familiar. Entretanto, muitos enfrentavam dificuldades e hostilidades em meio a uma sociedade que não hesitava em manifestar seus preconceitos, além de uma polícia que ora exercia seu poder de conduzir à detenção, ora recorria às práticas de suborno e extorsão.

Segundo dados do *Anuário Estatístico do Brasil* (IBGE, 1971), de 1971, Juiz de Fora contabilizava 238.502 habitantes, sendo a segunda maior cidade em termos

populacionais do estado, ficando atrás apenas da capital, Belo Horizonte<sup>21</sup>. Além disso, como já mencionado, a presença de muitas instituições de ensino, dentre elas uma universidade federal, e a ampla oferta de serviços faziam da cidade um polo atrator de moradores. Dessa maneira, é possível inferir que muitas pessoas LGBTI+ tenham migrado de pequenos municípios da região para Juiz de Fora, especialmente, ao considerar que a maioria deles possuíam menos de 20.000 habitantes. Também é possível vislumbrar que, de modo similar ao ocorrido nos grandes centros urbanos brasileiros, o grupo logrou estabelecer redes de apoio e sociabilidade entre si.

Barros (2016) cita uma matéria jornalística veiculada no jornal local *O Diário da Tarde*, de maio de 1970, com o título “Conheça e veja o estranho mundo dos homossexuais”. Segundo a autora, o conteúdo do texto informava que o grupo existente na cidade transitava durante a madrugada, em pequenas aglomerações. Também mencionava o interesse de criação de uma associação em defesa dos direitos sociais, o que o autor da matéria parece ter considerado positivo ao afirmar que, caso fundada, tal associação contribuiria para extinguir os passeios noturnos “dos inconformados com o sexo, que vão abandonar a rua São João e outros locais, por uma sala de reunião, onde terão uma vida normal” (*O Diário da Tarde*, 1970, p. 03 *apud* Barros, 2016, p. 130).

Green (2019, p. 408) salienta que, em que pese a vigência do regime civil-militar e, conseqüentemente, a existência de repressão e censura, “os locais de entretenimento no Brasil, fossem de homossexuais ou não, continuaram a funcionar com relativa liberdade de 1972 em diante”. De acordo com o autor, o que se observava, de maneira geral, era uma espécie de tolerância em relação às manifestações da homossexualidade herdeiras das décadas anteriores, desde que se mantivessem confinadas em espaços fechados e se expressassem em público apenas durante as festividades carnavalescas. Desse modo, na toada do ganho financeiro propiciado pelo “milagre econômico” a certas classes sociais, clubes noturnos, boates e saunas passaram a integrar o rol dos espaços de sociabilidade gays, inicialmente, nas maiores cidades do país.

---

<sup>21</sup> Segundo o documento, as cidades mais populosas de Minas Gerais eram: Belo Horizonte, com 1.235.001 habitantes; Juiz de Fora, com 238.502 habitantes; Governador Valadares, com 164.333 habitantes; Teófilo Otoni, com 132.960 habitantes; e Uberlândia, com 124.895 habitantes.

#### 4.4 Passando por debaixo da bandeira

Em meio a esse contexto, em 1976, foi realizada a primeira edição do concurso Miss Brasil Gay, como resultado de uma ação beneficente em prol da Juventude Imperial, uma escola de samba da cidade que enfrentava dificuldades financeiras. Segundo Rodrigues (2008), para além da arrecadação financeira, o evento também foi uma tentativa de profissionalização de uma brincadeira que já acontecia corriqueiramente na casa de alguns homossexuais, na época. O autor, a partir da entrevista concedida por Stella Caldas<sup>22</sup>, relata que a ideia do concurso partiu de Francisco Motta, que frequentava as competições de Miss Brasil realizados no Maracanãzinho, no Rio de Janeiro. Assim, inspirado pelo evento, Chiquinho organizou, com o apoio da Juventude Imperial, um concurso com gays, realizado no ginásio do Sport, um clube tradicional da cidade. No entanto, chama a atenção a insegurança dos participantes com relação à repercussão do evento e à reação da sociedade da época.

Green (2019) apresenta que os concursos de beleza foram espaços amplamente ocupados por homossexuais. Ao citar o Miss Brasil, realizado no Maracanãzinho a partir da década de 1950, defende que “os concursos tornaram-se locais públicos para aqueles que desejavam desfilar e exibir sua própria noção de feminilidade. As concorrentes ao título também serviam como modelos para aqueles que se identificavam com a noção tradicional de beleza feminina” (Green, 2019, p. 277). Além disso, era uma oportunidade para encontrar amigos, ou até conseguir parceiros e encontros. Entretanto, essa atmosfera amistosa estava restrita à duração do evento. Quando tudo acabava, conta um dos entrevistados por Green (2019, p. 277), “os rapazes nos perseguiram, batiam e jogavam pedras na gente”.

Barros (2016), ao ter a oportunidade de entrevistar Chiquinho Motta em sua pesquisa de doutorado, aponta o caráter despretensioso e festivo que ele atribui à primeira edição do evento. De acordo com seu idealizador, o concurso não tinha a intenção de ser um protesto, nem de iniciar algum tipo de movimento político em Juiz de Fora. Entretanto, transformou-se em um dos principais acontecimentos do calendário de eventos da cidade, projetando-a nacionalmente. Ainda citando a

---

<sup>22</sup> Segundo Rodrigues (2008), Stella Caldas é o nome dado por um espectador à sua personagem, criada em circunstância do evento, do qual participou ativamente, inclusive como candidata. A entrevista foi realizada em 2008, via e-mail, no âmbito das atividades do mestrado do pesquisador, tendo sido condicionada ao anonimato do nome verdadeiro do entrevistado.

entrevista com Chiquinho, Barros (2016, p. 131) destaca que, “a partir dos anos de 1980 e 1981, o Miss Brasil Gay ganhou notoriedade em nível nacional, contando com a participação de pessoas importantes de Juiz de Fora”. Rodrigues (2008, p. 69–70), por sua vez, revela que, se uma notícia de jornal sobre a primeira edição do concurso referir-se-ia a ele como “grande buxixo”, outra matéria jornalística, de 1992, vai chamá-lo de “maior evento turístico da cidade” e afirmá-lo como “o mais importante acontecimento para a rede hoteleira” local.

Figura 18 – Miss Gay 1979



Fonte: Acervo pessoal de Marcelo (Foto tirada pelo autor em 19 nov. 2024).

Rodrigues (2008), em sua dissertação, afirma que grande parte do público do concurso era composto por, além dos homossexuais, senhoras e famílias. Já na condição de entrevistado da nossa pesquisa, ele complementa, dizendo que muitas delas moravam no entorno e iam a pé.

*Eu prestei consultoria para o Miss Brasil Gay do ano de 2006 a 2017. Eu conheço muito esse evento. E quando ele era no Sport, a maior parte do público era família. A maior parte... pessoas que moravam no entorno e que iam a pé – que nós estamos falando de condições financeiras – e queriam ver os vestidos, queriam ver os shows (Entrevista realizada com Marcelo, em abril de 2024).*

Já Lelei, outro entrevistado, ao ser indagado sobre a presença de famílias no evento, confirmou que só podiam entrar pessoas maiores de 18 anos.

**Wellington:** o público era mais adulto?

**Lelei:** Arquibancada, adulto. Só podia entrar com 18 anos.

**Wellington:** Ah, não podia entrar criança?

**Lelei:** *Nãããã, nunca! Família que eles falam que tinha era eu, você, nananá... adulto. Não tinha criança, nunca. Nunca. No Sport? Nunca. Sabe por quê? A Fernanda, que é uma das travestis mais bonitas de Juiz de Fora... Fernanda Couto. A Fernanda, ela ia no Miss Gay escondida, porque ela tinha 16 anos. Ela entrava por trás do Miss Gay, meio no truque, sentava lá, ficava quietinha... Eles tiravam a gente. Chamava pai e mãe. O [omissão do nome], que era a Stella Caldas, foi tirado do palco pelos pais. Ele fazendo dublagem, porque ela era menor. Podia não. Tinha família, mas era família adulta. Criança sem pensar, menor sem pensar. Eu já tinha 19 anos (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

A própria Stella narra a Rodrigues (2008) sobre esse episódio, dizendo que

*Teve também o caso da miss Minas Gerais 82, que o pai entrou no clube para matar o filho que se vestia de mulher. Especulações e fofocas à parte, digo que o pai da miss não foi lá para matá-la, mas sim para ver a coragem que o filho tinha de se vestir e participar de um concurso, lógico que não gostando do que estava acontecendo. Posso dizer de cadeira porque a miss era eu. Portanto, o pai era o meu. Tudo aconteceu por causa de uma ligação anônima para minha casa (lógico que alguma despeitada) dizendo que eu estaria lá no concurso. Meu pai não acreditou e foi conferir. Mas nunca ia matar o filho e sim tentar tirá-lo deste caminho que para ele, uma pessoa muito conhecida na cidade, era uma vergonha (Stella Caldas apud Rodrigues, 2008, p. 67).*

Stella, ao expressar que a atitude de seu pai era uma tentativa de tirá-la “deste caminho que para ele, uma pessoa muito conhecida na cidade, era uma vergonha”, evidencia que certo imaginário existente na sociedade do período acerca dos homossexuais não era de aceitação, mas de estigma, em que pese o sucesso que o Miss Gay, paulatinamente, alcançou. Lelei também enfatiza, em sua entrevista, o menosprezo e a discriminação que sofriam. O setor hoteleiro, por exemplo, que muito lucrava com os eventos gays da cidade, oferecia um tratamento pouco cordial nas demais épocas do ano.

**Lelei:** *Em hotel, a gente não podia pegar cama de casal.*

**Wellington:** *Não? (questiona, com surpresa)*

**Lelei:** *Não, não, não. A gente só podia fazer cama separada. Aí juntava a cama para poder ficar junto. Ah, nós vamos pro hotel tal.*

**Wellington:** *Nossa, mas isso aqui em Juiz de Fora, a cidade do Miss Gay? Como assim? Ou no Miss Gay fazia carão só naquela semana para...*

**Lelei:** *Eu sempre falava isso. É, igual carnaval. Era igual carnaval. Fantasia era só naquela época do carnaval. Só pode naquela época do carnaval.*

[...]

**Lelei:** *Cama de casal? Não. Não tinha isso não. Aí a gente ia namorar, né, porque não tinha onde ir. Aí pagava hotel, dividia, porque todo mundo chutava lata, e juntava as camas no quarto de hotel. E tinha hotel que não aceitava, tá? E era muito sério isso (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Além disso, Lelei aponta que nem todos os estabelecimentos comerciais prestavam bom atendimento. De fato, o costume de atender mal é apresentado por ele como uma estratégia para afugentar os clientes “indesejados”.

*Ou a gente avançava, Wellington, ou a gente recuava e aceitava tudo que as pessoas tinham para xingar a gente. Eu entrava em todos os lugares de cabeça erguida. O meu dinheiro é da mesma cor. A pessoa não me servia,*

*eu levantava e falava com o gerente: “Tem duas horas que eu pedia essa bebida. Essa porção”. “Não, a gente está muito ocupado”. “Não, não é por isso não. A gente sabe muito bem porque que é. Mas eu só vou sair daqui depois que eu comer. E não manda cuspidor não, tá?”. Eles cuspiam na comida para servir a gente. Ihhhh, para! Já mandei devolver várias comidas. “Não vou pagar isso, está cuspidor”. É, meu filho... era na pressão. Por isso que a gente só ia onde a gente era bem recebido. Entendeu? A gente não ia ficar indo num lugar pagar uma coisa pra ser maltratado. Entendeu? (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Ele conta que não chegou a sofrer agressões físicas, mas alguns amigos, sim. Explica, ainda, que a postura mais combativa que ele e muitos outros assumiam era justamente um modo de autoproteção, mesmo correndo riscos. Em suas palavras, “*ou a gente fazia dessa forma, ou a gente apanhava mesmo*”.

*Sabe por quê? Porque não tinha outro jeito, Wellington. Porque a gente morava numa cidade que o Miss Gay era feito aqui. Como que você podia admitir isso? Sabe? Ou a gente... Ou a gente fazia dessa forma, ou a gente apanhava mesmo. Era literalmente isso (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Entretanto, também reconhece que, apesar dos pesares, havia cidades ainda mais hostis do que Juiz de Fora.

*A gente se movimentava desse jeito. Um apoiava o outro e seguia em frente. Não tinha jeito. Era desse jeito. E parava a cidade. [...] Sem apoio nenhum. Nesses dias a gente se sentia muito mais confortável. Mas os outros dias não. A cidade era uma cidade homofóbica sim. Era menos do que era no outro lugar. A gente se sentia... A gente enfrentava também, sabe? (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Na década de 1980, não parecia haver estabelecimentos voltados ao público LGBTI+ na cidade. Ou, pelo menos, não explicitamente, a despeito da realização anual do Miss Gay. Sobre isso, Lelei diz que

**Lelei:** *As pessoas vinham de fora, o elenco, “Ah, quero ir numa boate”. “Beleza, vamos a uma boate”. Mas a única boate que tem, que era um bar, era ali no Marrakesh.*

**Wellington:** *Isso, por exemplo, a cidade cheia por conta do Miss Gay e não tinha uma boate?*

**Lelei:** *Não tinha. Não tinha boate. Tinham festas, mas boate, não tinha. Tinham festas (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

De acordo com Marcelo, foi a partir dos anos 1990 que ocorreu o momento de efervescência relativamente aos espaços LGBTI+ em Juiz de Fora. Discorreremos melhor sobre esses espaços no Capítulo 5. A essa altura, o Miss Gay já era um evento consolidado e bem conhecido. Renan Quinalha (2022) aponta os anos 90 como fundamentais para o reconhecimento e a consolidação da comunidade LGBTI+ socialmente no país, legatária das resistências e do ativismo organizado das décadas anteriores. Inclusive, segundo o autor, o crescimento de um mercado voltado a esse

segmento da população atesta essa ampliação de visibilidade alcançada pela comunidade.

A cena gay de Juiz de Fora ganhou um novo capítulo no final dos anos 1990, com a criação do *Rainbow Fest*, um evento idealizado pelo casal Marco Trajano e Oswaldo Braga, um dos colaboradores da pesquisa. Em sua entrevista, Oswaldo conta-nos como conheceu Marquinho.

**Oswaldo:** Foi em Belo Horizonte. Marquinho foi pra Belo Horizonte passar o réveillon com os amigos de Juiz de Fora que estavam morando lá.

**Anderson:** Isso em que ano?

**Oswaldo:** No réveillon de 91 para 92. Então, na hora que eu cheguei lá, o Marquinho estava lá, dançando com os amigos dele. Era uma boate gay.

[...]

a boate chamava Fashion. Foi uma boate muito famosa em Belo Horizonte, durante muito tempo. E aí conheci Marquinho lá. E não conheci Marquinho para namorar Marquinho. Eu não estava na intenção de namorar ninguém. Eu estava fazendo uma pegação, mas convidei ele para a gente sair de lá. Aí eu estava de carro, aí botei ele no carro e nós fomos para o Mirante das Mangabeiras, lá em Belo Horizonte [...] E começamos a conversar, coisa que eu nunca tinha feito. Marquinho não foi minha primeira aventura homossexual, mas eu nunca dei papo [...] E com Marquinho, a gente começou a conversar, fomos nos confidenciando, nos emocionamos e tal. E aí, pela primeira vez, no dia seguinte eu procurei alguém gay. E aí nós começamos a namorar. (Entrevista realizada com Oswaldo, em maio de 2024).

O depoimento de Oswaldo evidencia a importância das festas e boates gays para a socialização do grupo dessa geração. Em que pese a ampliação da visibilidade da causa perante a sociedade, muitos ainda temiam os efeitos que a revelação da sua sexualidade poderia acarretar: demissões, abandono e expulsão do seio familiar, discriminações de toda ordem e, no limite, agressões físicas. Oswaldo, por exemplo, ainda não havia revelado sua homossexualidade, nessa época. Esses espaços promoviam o encontro entre os gays de maneira mais segura, discreta ou semiclandestina, e possibilitavam maior grau de liberdade para se divertirem e exercerem sua sexualidade.

Em decorrência do namoro com Marquinho, Oswaldo veio a Juiz de Fora pela primeira vez, na edição do Miss Gay de 1993.

*Vim para o Miss Gay, já namorando o Marquinho. Fiquei hospedado na casa dele. [...] O Marquinho que falava do Miss Gay, demais [...] contava que em Juiz de Fora tinha uma festa maravilhosa, que era o Miss Gay, que era um lugar que as pessoas... Ele falava muito do Calçadão, da gente ir para o Calçadão para ver as drags que subiam e desciam o Calçadão. As drags, na verdade, elas vinham para o Miss Gay, mas era sábado de dia, elas não tinham nada para fazer, elas montavam e iam para o Calçadão da pinta. E era muito desconfortável o Calçadão. O Calçadão não tinha uma mesinha, não tinha um barzinho, não tinha nada. Porque o quente do Calçadão nessa época era lá embaixo, quase na Batista, perto do Zé Kodak. E ali não tinha nenhum bar, não tinha uma cerveja, não tinha nada. E a gente ficava*

*encostado nas lojas, nas vitrines das lojas, vendo as drags passarem. Mas juntava era muito gay! Era muito engraçado, muita pinta, muito grito! Era um horário que passava o caminhão de lixo, e as drags montadas subiam em cima do caminhão de lixo, e aí todo mundo batia palma e fazia aquela coisa toda, né? (Entrevista realizada com Oswaldo, em maio de 2024).*

O Calçadão ao qual Oswaldo se refere é um trecho da rua Halfeld, a mesma rua que foi o epicentro da vida social juizforana em décadas passadas, conforme já apresentado nesta seção. Em meados de 1970, o trecho do logradouro compreendido entre as avenidas Rio Branco e Getúlio Vargas foi fechado ao trânsito de veículos, transformando-se em uma via pedonal, isto é, para pedestres (Braidá, 2011; Junqueira, 2006). A partir dos relatos das entrevistadas e dos entrevistados, não foi possível identificar quando se iniciaram os desfiles no Calçadão, nem quando se interromperam. No entanto, as narrativas evidenciam a sua ocorrência entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000.

Mônica também evoca a movimentação no Calçadão, em decorrência dos desfiles, ao contar suas memórias dos primeiros anos da maioridade. Contudo, destaca que era um universo muito distante do seu, naquela época. Era algo que parecia não pertencer ao seu mundo, como se fosse um momento de fantasia, uma espécie de parênteses na vida cotidiana, tal qual o carnaval. Segundo ela, era “*uma coisa muito distante mesmo, assim. Eu não sei, eu não entendo. Era uma coisa que eu... totalmente fora da minha vida, assim*”. Ela, inclusive, aponta o recorte de classe social como um possível fator, já que foi a partir do contato com outras meninas do treino de futebol, de outras regiões e realidades da cidade, que o questionamento a respeito da sua sexualidade surgiu como uma possibilidade.

*Então apesar de Juiz de Fora ser pioneira em algumas coisas, como a Lei Rosa mesmo, o Miss Brasil Gay que já tinha desde quando eu era adolescente já tinha aqui, a gente achava... a gente ia para o Calçadão ver... criança, jovem. Mas era uma coisa distante.*

[...]

*Era uma coisa muito distante mesmo, assim. Eu não sei, eu não entendo. Era uma coisa que eu... totalmente fora da minha vida, assim. Parecia que era um filme que estava acontecendo aqui, amanhã as pessoas voltam à vida normal. Não sei, não sei te dizer porque isso não passava pela minha cabeça antes desse episódio todo com o futebol e tudo mais. Eu acho que era uma coisa que era meio fantasioso. Até porque é isso, o Miss Brasil Gay ali no Calçadão eram pessoas vestidas de fantasia, era carnaval, era festa. Então, acho que não me parecia a realidade. Não sei. E era só isso, sabe? Não tinha mais... não tinha locais LGBT na cidade. Se tinha, eram muito clandestinas, muito longe e eu nem conhecia, sabe? (Entrevista realizada com Mônica, em maio de 2024).*

Nossa pesquisa aponta que, ao contrário, existiam lugares LGBTI+ na cidade, como será apresentado no Capítulo 5. Entretanto, o relato de Mônica permite-nos

pensar que, talvez, o seu desconhecimento esteja atrelado justamente à falta de pessoas LGBTI+ em seu círculo social próximo, que frequentassem tais espaços e os apresentassem a ela. Historicamente, os espaços de sociabilidade LGBTI+ constituíram-se num jogo sutil de semiclandestinidadade, como apontado Green (2019). Ao mesmo tempo, suscita o questionamento sobre o grau de popularidade desses locais junto à sociedade juizforana da época: seriam espaços amplamente conhecidos socialmente, uma vez que o Miss Gay inseriu a cidade numa rota gay do país, ou somente conhecidos em meio aos frequentadores da cena gay local e sua rede de contatos próxima? Não é uma pergunta que pretendemos ou conseguimos responder, todavia, incita-nos a refletir ao confrontar o fato de que muitos locais LGBTI+, na cidade, eram alvo de ataques, vandalismos e episódios vexatórios.

Segundo Oswaldo, o *Rainbow Fest* nasceu justamente do desejo de promover uma espécie de conscientização da sociedade, buscando alterar o estigma e o preconceito contra a população LGBTI+. Após passar cerca de dois anos em Londres, onde teve contato com a Parada Gay de lá, com a organização e os materiais que promoviam, ele voltou ao país com a intenção de fazer o mesmo em Juiz de Fora, junto com Marquinho. Ele nos conta que

*Quando foi em 96, eu fui para Londres. Vendi apartamento, vendi tudo, carro e tal, e me joguei. Aí quando foi em 97, eu fui na primeira Parada Gay da minha vida, que foi em Londres. E participei, de alguma forma, do buchicho de organização, porque eu quando estava em Londres, eu recebia aqueles... eles tinham muito material impresso, jornalzinho, folhetinho, guia de lugares gays na cidade... eu recebia essas coisas e lia. E aí comecei a perceber como que eles se organizavam para fazer a Parada, para fazer as festas, que tipo de mobilização que eles faziam. E falei: "Eu tenho que fazer isso, nós temos que fazer isso". A ideia do Rainbow Fest já existia, talvez não do formato que tinha, mas a ideia... teve uma vez que eu viajei com o Marquinho para Anchieta e, lá, nós conversamos sobre isso. Sobre a injustiça que era a gente se gostar e não poder tornar isso público. O tanto que isso incomodava a gente. Que era preciso a gente transformar a imagem que os gays têm na sociedade. E nós éramos muito mal-vistos, né? Era marginal. E que era preciso mostrar um outro lado (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

Dessa maneira, o *Rainbow Fest* foi concebido como um evento a ser realizado na mesma época do Miss Gay, de forma a oferecer opção de entretenimento e conscientização nos intervalos da programação do concurso. Isto é, de maneira a ampliar o rol de atividades voltadas à comunidade LGBTI+, mas não exclusivamente, na semana do Miss Gay, sempre realizado em agosto, no primeiro fim de semana após o dia dos pais.

*O Rainbow Fest nasce muito daí, porque nós percebíamos que não tinha o que fazer, e o Calçadão era desperdiçado. Porque, se elas não vestissem as*

*roupas de drag e fossem para o Calçadão espontaneamente, não tinha nada. Não tinha nada organizado. Aí nós pensamos: “Vamos organizar alguma coisa para esses buracos, que o turista está aqui não tem o que fazer.*

*[...]*

*Em 98, nós montamos uma barraquinha no Calçadão e um palco. Um palco que era um palanquinho, não era um palquinho, era um palanque. O pessoal da Funalfa emprestou uma caixa de som e a gente... E a gente... (o trem passa) (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

Assim sendo, a primeira edição do *Rainbow Fest* aconteceu sem muitos recursos, de maneira experimental. Em interlocução com as transformistas que desfilavam no Calçadão, os organizadores promoviam reflexões acerca de pautas LGBTI+, anteriormente não debatidas publicamente nos eventos da cidade.

*Aí, botava o microfone na boca delas, e começamos a fazer umas perguntas que elas olhavam pra gente e assustavam, né? “Você acha que seus direitos são cumpridos? Você acha que a gente tem que lutar pelos nossos direitos?... Nunca esperavam, porque a vinda da população gay para Juiz de Fora era muito para dar close. Não se falava em camisinha, não se falava em direitos humanos, não se falava em homofobia, não se falava nada disso. E nós trouxemos esse assunto à pauta. E era muito interessante. As respostas eram ótimas e elas foram gostando daquilo. Uma falava para a outra: “Oh, vai lá que você vai subir no palco e tal”, e a coisa funcionou (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

Oswaldo relata que o evento acabou gerando aglomeração no Calçadão, atrapalhando o trânsito de pessoas que estavam apenas de passagem. No ano seguinte, deslocaram o evento para o Parque Halfeld. Essa iniciativa do casal acabou por transformá-los em uma espécie de referência na cidade, de modo que eram procurados por pessoas solicitando algum tipo de apoio ou auxílio. Na época, Marquinho era funcionário público da Prefeitura de Juiz de Fora, e Oswaldo trabalhava como assessor de comunicação na Secretaria de Segurança Pública, em Belo Horizonte. Isso possibilitava aos dois ter acesso a uma certa rede de contatos que lhes permitia algum raio de ação.

**Oswaldo:** *Mas o que aconteceu? As pessoas começaram a ter a gente como referência. Então, começaram a bater na porta da nossa casa pedindo uns apoios. “Ah, estão maltratando uma travesti lá, na casa dela, não sei o quê, tá, tá, tá... Será que vocês não podem ajudar?”. A gente ia lá, na cara e na coragem, e tentava resolver, dar um apoio, fazer o que era possível, né? E aí começou a aparecer muitos. Todo dia aparecia um casinho. Marquinho ligava, “Ôh Júnior, não sei o que...”. Aí eu fui trabalhar na Secretaria de Segurança Pública, na Polícia Civil.*

**Anderson:** *Ainda em BH?*

**Oswaldo:** *Ainda em BH. Como assessor de comunicação. E aí eu comecei a poder ajudar através da Polícia. Eu conheci o delegado daqui, o Marquinho estava no programa de AIDS... A gente começou a conseguir algumas coisas: ajudar um menino que era botado para fora de casa, aí a gente conseguia um assistente social para ir lá conversar... E era tudo assim, na base do “apagando incêndio”, não tinha nada organizado (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

Em 2000, Oswaldo e Marquinho conseguiram captação de recursos, pela primeira vez. Para obtenção do financiamento, foi necessária a criação de uma organização não-governamental, de onde surgiu a ONG Movimento Gay de Minas. Segundo Anderson Ferrari (2005, p. 14), após duas edições do *Rainbow Fest*, “militantes de outros grupos gays organizados no Brasil e que eram convidados a participar, insistiam na criação de um grupo em Juiz de Fora”. Dessa maneira, e contando com a cooperação de outras organizações já consolidadas, a ONG iniciou seus trabalhos na cidade. Ferrari (2005, p. 14–15) chama a atenção para “a articulação existente entre os grupos, de forma que seus membros funcionam como ‘padrinhos’ uns dos outros, facilitando a troca de informações na tentativa de aumentar o número dos que se encontram espalhados no Brasil”.

Juntamente com a ONG, foi criado o Centro de Convivência Homossexual (CCH), que funcionava na sede do MGM. Oswaldo conta-nos que o espaço foi pensado para ser um local de sociabilidade, assim como diz o nome, de maneira a proporcionar encontros entre as pessoas, debates e promoção da cultura gay da cidade. Diferentemente de outros espaços de lazer, o CCH vai inaugurar um posicionamento abertamente político atrelado à identidade gay, em Juiz de Fora (Barros, 2016).

*Na verdade, era o que a gente chamava de centro de convivência. Ele era um lugar onde as pessoas pudessem ir, que funcionasse como um bar, no bom português, que funcionasse como um bar, onde a gente pudesse vender cerveja, onde a gente pudesse desenvolver uma cultura gay, ter show de drag queen, ter artista se apresentando, e essas mesinhas que seriam as mesinhas do bar, seriam também as mesinhas onde seriam feitas as reuniões. Nós queríamos uma reunião semanal. Pelo menos, uma reunião semanal. Reunião temática. Cada reunião era sobre um tema diferente, normalmente os temas que estavam na imprensa, ou que aconteciam aqui na cidade, ou provocados pela academia [...]. (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

A primeira sede do CCH funcionou em uma casa alugada, situada em um bairro residencial de classe média da cidade, e a sua presença não agradou a vizinhança. Além disso, a exibição de uma grande bandeira do arco-íris na fachada, marcando territorial e publicamente o espaço, transformou-a em alvo de ataques. Tanto Oswaldo quanto Lelei evocaram estes episódios em suas entrevistas.

*[...] montamos o primeiro centro de convivência lá na Olegário Maciel. Atrevido, tinha uma bandeira do arco-íris de 7 metros na fachada da casa, que era um sobrado. Aquele bandeirão! E isso, para a época, era um atrevimento. As pessoas passavam e falavam “Essas bichas são loucas”, e a bandeira e tal... E tivemos todo tipo de problema que vocês possam imaginar. E você lembra bem, Anderson. Vizinho que não gostava que a gente estivesse lá, gente que jogava ovo, gente que fazia macumba, gente que*

*pichava suástica, tentaram botar fogo na bandeira... Chegava lá, tinha macumba na entrada do... sabe? Trabalho, assim... Vinha um grupo de vizinhos: “Olha, por que vocês escolheram aqui? Isso aqui é um bairro de família”... Não esqueço disso, né? E todo mundo que passava na porta de carro: “Ôh, viado! Ôh, filha da puta!”. Era uma agressão gratuita e era todo dia tinha esse pedaço, sabe? E a gente ia na Polícia. Aí arrumamos um caderno e passamos a anotar: vizinho passou e xingou, criança passou e xingou, e tal, né? (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

*A gente tem boate gay que as pessoas não picham mais, como quando o MGM foi para o Olegário Maciel... Teve pichação, as pessoas passavam e tampavam as coisas na janela... A gente não tinha sossego... (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Ainda em 2000, o movimento gay organizado conseguiu articulação política para aprovar a Lei Municipal nº 9791, conhecida popularmente como Lei Rosa, que “dispõe sobre a ação do município no combate às práticas discriminatórias, em seu território, por orientação sexual”. Por meio do relato de Oswaldo, é possível notar a interlocução entre o MGM e outros grupos, de forma a tentar capilarizar os avanços conquistados nos grandes centros urbanos. Podemos dizer, baseados no depoimento, que a aprovação da Lei Rosa foi um acontecimento em Juiz de Fora, já que circunstâncias específicas do momento permitiram que isso se realizasse.

Primeiramente, a proximidade de Juiz de Fora com o Rio de Janeiro permitiu que Oswaldo e Marquinho tivessem acesso à minuta de uma lei municipal aprovada na cidade carioca de maneira pioneira, relativamente aos direitos LGBTQTIA+, no Brasil. Em segundo lugar, a rede de contatos de Marquinho, enquanto funcionário público municipal, proporcionou que a minuta fosse apresentada a um assessor gay do presidente da Câmara Municipal da época, que, por sua vez, teve coragem de apresentar o projeto e conseguiu a articulação política necessária para a aprovação.

*Uma vez, nós chegamos... fomos participar de um evento no Rio de Janeiro, num congresso com o Grupo Arco-Íris. Quando chegou lá, Cláudio Nascimento, que era o presidente do Grupo Arco-Íris, nos deu uma minuta de uma lei municipal, que foi aí que surgiu essa ideia. É possível ter uma lei municipal que proíba a homofobia. [...] Aí quando chegamos aqui, Marquinho foi no [nome do assessor omitido] e... “[Nome do assessor], será que a gente consegue aqui pra nossa cidade, essa lei e tal...”. “Deixa aqui comigo”. [Nome do assessor] mostrou para o [nome do presidente da Câmara]. [Nome do presidente da Câmara] disse que tinha coragem de apresentar... Que tinha que ter coragem! Era um negócio... ser gay era muito complicado. [...] Só que ele fez uma articulação lá na Câmara, como ele era o presidente da Câmara, conversou com os líderes dos partidos, ligou e tal, e aprovou. Aprovou a Lei Rosa. Ela não chamava Lei Rosa. Era Lei 9791 de 12 de maio de 2000. Aí, na hora que aprovou, estava tudo bem. Aprovou, aprovou, tudo caladinho. No dia seguinte da aprovação, o jornal O Globo, nacional, solta uma notinha desse tamanquinho com o seguinte título: “Liberou geral”. E aí falava: “Foi aprovada na cidade de Juiz de Fora uma lei que permite que os homossexuais beijem, se abracem, não sei o que”. Aquela notinha. Aquela*

*notinha caiu aqui em Juiz de Fora como uma bomba* (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).

Em que pese a polêmica gerada pela aprovação da lei em meio aos setores mais conservadores da cidade, Oswaldo relata que a partir desse momento, Juiz de Fora “*começou a ser vista como uma cidade respeitosa*”, e passou a influenciar a movimentação política de outros municípios em prol da aprovação de uma lei similar. Além disso, segundo o entrevistado, o modelo de lei sancionado em Juiz de Fora serviu de inspiração para a lei estadual, aprovada dois anos depois.

*A lei do Rio, se não me engano, foi a primeira lei municipal de combate à homofobia, foi no Rio. Mas a primeira a tocar na questão da manifestação de afeto foi nossa. E essa virou um rastilho de pólvora, porque aí, a partir da nossa, nós conseguimos aprovar a lei em mais de 70 municípios de Minas Gerais. Porque a gente mandava a lei para todo mundo [...] Isso deu pra Juiz de Fora uma visibilidade que, a princípio, o povo pensava que seria negativa. Uma cidade onde liberou geral, né? Teve vereador que chegou a falar: “Qualquer dia nós vamos encontrar gay transando em cima da mesa do restaurante”. Essa era uma frase que saiu um monte de vezes, né? Ao contrário do que se pensava, a cidade começou a ser vista como uma cidade respeitosa. Ela ganhou pontos no Direitos Humanos com isso. Ela não perdeu na sua imagem, pelo contrário, ela ganhou. O número de turistas que passou a vir pra cidade aumentou, porque a pessoa se sentia segura* (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).

Figura 19 – Parada Gay de Juiz de Fora, 2006



Fonte: Acervo MGM, 2006. Foto disponível na página da ONG no Facebook.

Nos anos 2000, a Parada Gay passou a ser realizada em Juiz de Fora. Desde o final dos 1990, o evento já era realizado em outras cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, mas só a partir de 2003 passou a fazer parte das atividades do Rainbow

Fest. Na maior parte das edições, a concentração acontecia em frente ao Parque Halfeld. Em seguida, a marcha seguia pela avenida Rio Branco até o cruzamento com a avenida Itamar Franco (antiga Independência), e, de lá, até a praça Antônio Carlos, onde finalizava em uma festa.

Oswaldo explica que a Parada surgiu como uma forma de atrair e conduzir o público do Calçadão até a praça Antônio Carlos. Uma das edições do *Rainbow Fest* contou com um show d'As Frenéticas, que foi realizado no Parque Halfeld. Entretanto, o evento teve como consequência a destruição do ajardinamento do local, motivo que levou à proibição, por parte da administração municipal, da realização de novas edições ali. Dessa maneira, o evento foi remanejado para a Praça Antônio Carlos, onde permaneceu.

*[...] nós trouxemos “As Frenéticas” pro Parque Halfeld. Aí bombou! Aí bombou, lotou o Parque Halfeld. Foi uma delícia. Foi um Rainbow Fest maravilhoso [...] No dia seguinte, quando acabou o Rainbow Fest, os jardins do Parque Halfeld estavam destruídos. Pisoteado, tudo avacalhado. O prefeito nos chamou lá, chamou o Marquinho, que era funcionário público, né? Deu um esporro [...] Nós morremos de vergonha. Ele tinha razão [...] “Então, não empresto mais o Parque Halfeld para vocês. Se vocês quiserem fazer agora, vão fazer lá na Praça Antônio Carlos”, que tinha sido recém-inaugurada. Aí, nós: “Putá merda. Nós custamos arrancar o povo, para tirar o povo do Calçadão para levar para o Parque Halfeld, agora eu vou ter que tirar o povo do Parque Halfeld para levar lá para a Praça Antônio Carlos. Como é que nós vamos fazer isso? Vamos fazer uma Parada. Vamos botar um trio-elétrico ali no Parque Halfeld e vamos levar todo mundo para a Praça Antônio Carlos”. Porque já aconteciam Paradas pelo Brasil, e nós tínhamos adotado o Rainbow Fest como nosso modelo. Nós não tínhamos muita intenção de fazer a Parada no modelo trio elétrico, todo mundo atrás. Mas, diante disso, aí nós fizemos a primeira Parada (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

Oswaldo menciona que, inicialmente, havia certo descrédito a respeito do sucesso da Parada. Questionava-se se as pessoas teriam coragem de frequentar o evento, principalmente, aquelas não-assumidas. Todavia, o evento funcionou e passou a atrair mais público a cada edição.

*A primeira Parada só interditou as pistas centrais de ônibus, não interditou as pistas laterais. Foi muito confuso, deu muito mais gente do que se esperava. Tinha muito uma conversa de que “ah isso não vai dar certo, você acha que as bichas vão sair para ir para a parada? As bichas de Juiz de Fora? Todo mundo no armário e tal?”. Ledo engano. Lotou. Foi sucesso retumbante. E a Praça Antônio Carlos bombou. Deu tudo certo (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

As Paradas transformaram-se em um marco para Juiz de Fora. Entretanto, significava um investimento muito alto para o MGM. Os altos custos com a locação dos trios e a diminuição dos financiamentos fez com que o evento perdesse fôlego e tivesse sua última edição em 2015. Eu tive a oportunidade de participar dessa edição,

inclusive com acesso ao trio elétrico. Vi e ouvi Oswaldo discursar. Jamais poderia imaginar que, quase uma década depois, teria a oportunidade de entrevistá-lo e de apresentar parte dessas memórias em minha dissertação de mestrado. Participar de uma Parada em cima do trio foi, para mim, uma experiência, um atravessamento. Entretanto, Oswaldo lembra dessa edição com pesar.

**Wellington:** *Eu lembro dessa última, da Getúlio, que foi a última. Foi com muitas dificuldades, né? Com dificuldades.*

**Oswaldo:** *Aquela Parada foi muito triste, porque foi a última. Foi muito triste. Ela estava meio esvaziada, a gente estava com aquela coisa de: “Estou fazendo a última”, sabe? Foi meio... Eu não tenho boa lembrança dela, não. (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

Figura 20 – Parada Gay de Juiz de Fora, 2015



Fonte: Acervo do autor, 2015 (adaptado).

Assim como, pessoalmente, eu posso contar da minha experiência com a Parada, compreendendo experiência como “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, segundo as palavras de Jorge Larrosa Bondía (2002, p. 21), Tallia também evoca, em sua entrevista, memórias e atravessamentos associados ao evento.

*E um desses meus amigos [...] uma vez me trouxe para a Parada e ele falou: “Vou te levar, vou te levar”. E ele falava: “Depois que você passar debaixo da bandeira, nunca mais vai ser a mesma coisa” (risos). Porque na parada eles abriam uma bandeirona, né? E foi muito doido, porque eu entrei debaixo da bandeira e, assim... Não foi a bandeira, mas assim, me chamou muita atenção... e ali eu não racionalizava nada sobre a minha sexualidade nesse*

*lugar mesmo, assim. E eu fiquei muito nesse lugar de, tipo assim: “Cara, por que que as pessoas estão tão felizes aqui, assim?” Sabe, assim? “Por que que esse é o espaço necessário?” Eu não conseguia entender como que eram aquelas pessoas fora dali, sabe? O que estava acontecendo para que aquilo ali fosse tão importante? E como que as pessoas se manifestavam de forma muito coletiva, comportamentos muito parecidos, roupas muito parecidas, enfim (Entrevista realizada com Tallia, em junho de 2024, grifo nosso).*

Com o crescimento da festa, além dos problemas financeiros, questões com segurança também começaram a surgir, dificultando a continuidade do evento. Oswaldo chama atenção para o fato de que a Parada, por ser uma festividade gratuita em uma cidade com pouca oferta de lazer que não demande pagamento, acabava sendo um local propício a confusões entre grupos rivais.

*Depois, aí nós começamos a ter problemas com a Parada. Por quê? Segurança. Numa cidade onde você tem poucas alternativas de lazer, o que que acontecia? Descia todo mundo para a Parada, inclusive a turma que combinava de brigar na Parada, de roubar na Parada, de... Então nós começamos a ter problema. Até que uma vez, num ano desses aí, morreu, numa briga de gangue de São Benedito contra não sei quem aí, e mataram um. Não foi propriamente na Parada, mas foi nas redondezas da Parada. E aí, na segunda-feira, a manchete do jornal não era o sucesso, a beleza da Parada. Era a morte do rapaz na Parada.*

*(O trem passa novamente)*

*E aí começamos a ter problema de segurança, aí começamos a ter problema de financiamento, porque a Parada não... o Rainbow Fest, a gente ainda consegue faturar uma grana vendendo as barraquinhas para os barraqueiros lá e tudo. Mas a Parada não, a Parada é só gasto. A Parada era só gasto, e quem bancava a Parada era o Rainbow Fest. A gente não conseguia dinheiro da prefeitura para a Parada. E aí, foi ficando cada vez mais difícil, mais difícil, até que a gente parou com a Parada e ficou só com o Rainbow Fest (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

Além das festas, o *Rainbow Fest* também promovia eventos educativos, debates, palestras, além de ações de conscientização e distribuição gratuita de preservativos. Contudo, tanto Oswaldo quanto Michel lamentam o esvaziamento dessas atividades, principalmente, em comparação com o sucesso de público da Parada.

*Vinha gente do Brasil inteiro, sabe? Com aquela pena, né? Porque a gente trazia pessoas maravilhosas para falar aqui pra gente, quando chegava no auditório, tinha seis, sete pessoas. Todo mundo vinha com o olhar da Parada, do Rainbow Fest. Agora as palestras, os debates e tal, sempre muitos esvaziados. E custava caro! Era o que custava mais caro, porque tinha que pagar passagem de avião, tinha que arrumar hotel, alimentação para todo mundo... O cara vinha, fazia uma palestra na quarta, ficava até domingo, porque queria participar do Miss Gay, do Rainbow Fest, e tal, né? Então acabava saindo caro pra atender meia dúzia de pessoas (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

*Sinto falta, sinto muita falta dos debates. Por mais que os nossos debates eram muito esvaziados, aquilo me trouxe uma bagagem, né, inclusive para minha defesa, tão grande, que valia a pena. Quando a gente trouxe o Jean,*

*ne, e um monte de outros...* (Entrevista realizada com Michel, em março de 2024).

O MGM desempenhou importante papel junto à sociedade em geral, e junto à comunidade gay de Juiz de Fora, em particular, para além dos momentos de sociabilidade do CCH. Após funcionar cerca de três anos na casa da avenida Olegário Maciel, a sede foi transferida para um imóvel localizado na parte baixa da rua São Sebastião, próximo à avenida Francisco Bernardino e à linha férrea.

*Mas, enfim, aí quando mudamos de lá, nós desfizemos toda a obra que nós tínhamos feito. Então, foi um tal de descer granito, descer porta, descer isso... trouxemos tudo para cá. E a reforma daqui, da sede do MGM, foi muito assim. “Qual o tamanho desse granito? Então, aqui vai dar um balcão, põe esse granito”. Aproveitando as peças das coisas que a gente trouxe de lá. Fizemos uma reforma aqui e passamos a conviver aqui. Essa mudança para cá, ela foi positiva em termos de MGM, porque o nosso público, o público que nós atendemos, está muito mais próximo daqui. Então, o MGM passa a ter uma frequência muito maior, as pessoas se envolverem mais, participarem mais, né?* (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).

Por meio da captação de recursos e da obtenção de financiamentos junto a programas governamentais, a ONG conseguiu ofertar acesso gratuito a computadores e à internet, promover cursos de teatro, *street dance* e de arte *drag queen*. Além disso, também ofereceu assistência psicológica, jurídica e social às vítimas de violência.

*Eu lembro que a gente, quando aprovou o projeto do Ministério da Cultura, do Ponto de Cultura, nós compramos sete computadores. Aqueles computadores de torre enormes, “precaríssimos”, mas já era colorido, pelo menos, né? E a meninada não tinha onde mexer em computador. Então eles vinham para cá, sentava... A gente tinha um salão lá embaixo, onde tinha os computadores e os meninos podiam ficar mexendo no computador o que quisessem [...] Logo a seguir, nós aprovamos o projeto do Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos. Aí nós passamos a trabalhar com o tripé da assistência aos homossexuais, que é assistência psicológica, assistência jurídica e assistência social às vítimas de homofobia, né? E aí, é importante esclarecer que naquela época a gente dizia as vítimas de homofobia. Hoje em dia, a gente teria que ampliar isso um pouco mais, porque essa coisa da visibilidade das letras, né? Mas a gente não atendia só gays, a gente atendia todo mundo. O público que mais nos demandava eram os jovens, lésbicas, gays e travestis* (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).

Os anos 2000 também foram marcados pelas festas privadas esporádicas ou sazonais destinadas ao público LGBTI+, em que os gastos com ingresso e consumo ficavam às expensas de cada participante. O funcionamento assemelhava-se ao das boates e casas noturnas, entretanto as festas não eram realizadas em um lugar fixo e, comumente, contavam com a participação de alguma atração externa. Michel produziu algumas das maiores festas do período, e conta-nos que a experiência adquirida junto à organização de eventos do MGM foi importante para sua carreira.

*E aí foi aí que eu comecei com o projeto da Stomp. Eu comecei com o projeto da Stomp em 2006, a gente fez essa festa de música eletrônica. E uma das*

*coisas que a gente queria fazer... até porque já estava militando já, desde 2002, então já tinha uma experiência de militância... Quando eu começo a fazer as produções para o público gay tirando da época de agosto, o que eu queria fazer era tirar a gente da periferia [...] Então, todos ali eram muito boates que você... Ou era num gueto, era muito gueto, era uma portinha que você tinha que entrar [...] ou você tinha o Muzik na sexta-feira pra você ir... (Entrevista realizada com Michel, em março de 2024).*

Michel aponta que frequentava festas no Rio de Janeiro e que, a partir desse contato, conseguiu promover, em Juiz de Fora, eventos em parceria com grandes festas cariocas, o que aumentou a visibilidade das suas produções locais. No entanto, é válido mencionar que a comunidade LGBTI+ se transformou em um segmento de mercado, especialmente a partir dos anos 1990. Assim sendo, em que pesem os avanços e a ampliação de visibilidade observados em relação às décadas anteriores, não é desprezível o movimento de mercado que, conforme assinala Quinalha (2022, p. 149) induziu “uma integração de subalternos não pela cidadania enquanto projeto coletivo, mas pelo consumo individual”.

Michel afirma que não teve problemas em alugar espaços para realizar suas festas, já nos anos 2000. Uma realidade diferente é narrada por Lelei, a respeito das décadas anteriores, na cidade. O relato de Michel incita-nos a pensar que não era fator determinante para os donos dos espaços que a festa fosse gay, contato que fosse pago o valor cobrado pelo aluguel. Já Lelei foi enfático ao dizer que, antes, um espaço tornar-se reconhecido por ser frequentado por gays era motivo suficiente para que o dono solicitasse a entrega do imóvel.

*Então a gente começou a pensar nisso: “Vamos tirar a galera do gueto, vamos trazer ela pra ocupar espaço mesmo da cidade, né?” E com isso... Eu lembro que a gente ia buscando esses lugares, lugares que eram centrais, até para as pessoas poderem ir, né? [...] Não, não encontrei dificuldade em nenhum lugar... Pagando aluguel deles, para eles... nessa, nessa etapa eu nunca... nunca tive o “não” por ser uma festa gay. Nunca encontrei uma pessoa que me falasse o “não” para ser uma festa gay (Entrevista realizada com Michel, em março de 2024).*

*Tinha muito uma coisa assim: é o proprietário, não vai liberar... “É um bar gay? É um lugar, é um estabelecimento gay? Ah, então eu não vou alugar para você, porque queima o espaço. Queima a loja”. Tinha isso. Então a gente... As pessoas me diziam que alugavam assim: “É um bar”. Ai depois que virava gay não tinha mais jeito, né? (risos). Mas se você declarasse que era, muitas vezes as pessoas não alugavam (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Ainda que fosse notável o avanço da sociedade brasileira até o período, em relação à cidadania LGBTI+, e Juiz de Fora não estaria alheia a esse movimento, inclusive devido à militância local, seria ingênuo afirmar que a realização desses eventos se deu sem maiores impedimentos, graças à superação dos preconceitos ou

à ampla aceitação da comunidade pela sociedade juizforana. Corrobora com esse argumento a dificuldade, relatada por Oswaldo e Michel, de conseguir patrocínio junto à iniciativa privada local para os eventos LGBTI+, tradicionalmente realizados no mês de agosto, e que movimentavam substancialmente a economia da cidade.

*Infelizmente, essa sempre foi uma dificuldade nossa. Nós sempre tivemos dificuldade. Não é só nós, o Miss Brasil também. Sempre tivemos dificuldade de conseguir apoio da iniciativa privada, até dos hotéis, que ficam lotados. Até dos hotéis, muita dificuldade. Para pôr um anunciozinho de cem reais na revistinha, era um sufoco para conseguir. Do cara do hotel, na hora que a gente ia vender, o cara virava e falava: “Ah, não vou por não, meu hotel já tá lotado”. Quem lotou o hotel dele fomos nós. Sabe? [...] Nem com incentivo fiscal. Nem você aprovando na Lei Rouanet, aprovando na Lei Estadual de Incentivo à Cultura, eles podendo abater no Imposto de Renda, no ICMS, nem assim. Nunca conseguimos. [...] É porque o povo de Juiz de Fora ainda tem uma ideia muito tacanha de que você só deve entrar em... apoiar causas que não sejam polêmicas (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

*Hoje para você fazer uma Parada, você não gasta menos de 130 mil reais. Para você alugar... a cada trio elétrico custa uns 30 mil reais. Você vai precisar de uns vintes cordeiros, vai precisar de segurança, vai precisar de banda... Então é um valor bastante considerável você fazer uma Parada. Então precisa de grana. E a gente nunca teve um apoio efetivo da iniciativa privada. Iniciativa privada nunca vi colocar dinheiro (Entrevista realizada com Michel, em março de 2024).*

Nesse sentido, ao considerar a realidade das pessoas LGBTI+, é necessário ter um olhar mais abrangente em relação aos vários marcadores sociais que estratificam e localizam os indivíduos na sociedade, tais como classe social e poder de consumo, raça/etnia, biotipo corporal, identidade de gênero, entre outros. A integração pelo consumo individual, como destacado por Quinalha (2022), não conduz à conquista da cidadania plena, pois baliza os sujeitos pelo poder de compra, ou seja, os sujeitos possuem valor enquanto consumidores, e não por serem sujeitos de direito. Além disso, Maria Clara Araújo dos Passos (2023) destaca que a heterogeneidade inerente à comunidade LGBTI+ fez com que certos grupos que a compõem se sobressaíssem em relação a outros, de maneira que o avanço observado, até então, fosse marcado por assimetrias.

Nacionalmente, o período entre os anos de 2003 e 2016, relativos aos governos de Lula e Dilma, proporcionou avanços importantes para a população LGBTI+ e outras parcelas marginalizadas da sociedade. Como afirma Passos (2023, p. 78), “com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República, em 2003, oportunidades políticas de atuação dos movimentos sociais do campo progressista foram ampliadas no âmbito estrutural-institucional”. Exemplo disso é o Programa Brasil Sem Homofobia, resultado da articulação do movimento LGBTI+ com o governo

Lula. A autora também destaca a importância da campanha, de 2004, “Travesti e Respeito: já está na hora de os dois serem vistos juntos. Em casa. Na Boate. Na escola. No trabalho. Na vida”. A campanha, construída pelo governo em parceria com o Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais, teve um papel decisivo no amadurecimento das lutas e mobilizações do grupo.

O próprio nome da campanha demonstra a marginalização, historicamente construída e mantida, para a qual pessoas trans e travestis foram e continuam sendo empurradas, no país. Lelei comenta a respeito, em sua entrevista, quando relata um episódio em que ele quase foi assaltado. Ao sair da casa de uma amiga, que morava na esquina da avenida Getúlio Vargas com a rua Barbosa Lima, em frente à praça Antônio Carlos, um rapaz desconhecido veio em sua direção, ao que uma travesti interveio e lhe ajudou.

***Lelei:** Eu descí, já era tarde da noite, aí veio um rapaz: “Ah, não sei o quê, cigarro?”. Eu falei: “Não tenho não”. Aí na hora que ele colocou a mão no bolso, tinha uma travesti. Chamava Tiusca, ela já faleceu. Aí ela olhou assim, viu que ele ia partir pra cima de mim... Ela já começou a gritar na esquina: “Ô, ô, ô! O que que tá acontecendo aí?”. Aí ele: “Não...”. “Não o quê? Deixa ele ir embora, ele é meu amigo”. Ela veio, ela estava na esquina. O rapaz aqui, eu aqui. Ela veio, enfiou no meio assim “Pode ir embora, ele é meu amigo”. Aí ele: “Não Tiusca, tá de boa, tá de boa”. A gente ficou amigo por causa disso [...]. Aí ela vinha da Itália, trazia presente quando a gente encontrava... Isso tudo nessa época, que ninguém... Por exemplo, outra coisa. Ninguém andava com travesti, não. Eu era um dos pouquíssimos! Sair com travesti na rua? Descer o Calçadão com travesti? Era eu, [cita o nome de mais dois amigos]...*

***Wellington:** Mas e na época do Miss Gay?*

***Lelei:** Na época do Miss Gay podia tudo. Aí as pessoas iam pra rua rir da gente (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Sol também denuncia a marginalização das travestis, inclusive como algo operante dentro do próprio movimento LGBTI+.

*Por exemplo, as travestis, elas sempre estiveram à frente das movimentações, tanto lá fora, quanto aqui dentro do país também. Sempre as movimentações, elas vieram de travestis. Só que sempre as travestis foram tiradas dos lugares, né? E elas nunca tiveram o mesmo prestígio do que às vezes uma gay fazia, uma mulher lésbica fazia e tudo mais. Então acaba que a gente vai entender esse lugar, mas por que a travesti não consegue ter essa força? Porque é isso, porque ela é um ser marginal. As pessoas veem travestis enquanto marginais, prostitutas e tudo mais. Então, tipo, já tem todo um estereótipo em cima delas e por isso que elas não conseguem ter força (Entrevista realizada com Sol, em abril de 2024).*

Nesse sentido, a construção de políticas públicas nacionais junto aos movimentos sociais organizados consolidou avanços importantes para a conquista da cidadania das pessoas LGBTI+, nos anos seguintes. Quinalha (2022, p. 132) destaca o reconhecimento da união estável homoafetiva, em 2011, por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF), e da Resolução 175 do Conselho Nacional de

Justiça (CNJ), em 2013, que “determinou não apenas o dever dos tabeliões de celebração da união estável, mas também do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo”.

Segundo o autor, a decisão inaugurou uma “revolução de direitos” associados às reivindicações LGBTI+. Entre as conquistas dos anos seguintes, estão a redefinição e ampliação do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (2013), reconhecimento da adoção homoparental (2015), direito à retificação de nome e gênero feita diretamente em cartório, sem necessidade de laudo médico, autorização judicial, realização de tratamentos hormonais ou cirurgia de transgenitalização (2018), criminalização da lgbtfobia, por meio da equiparação ao crime de racismo (2019), declaração da inconstitucionalidade da proibição à doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens (2020), declaração da constitucionalidade da educação sexual e de gênero nas escolas (2020), e direito à escolha de estabelecimentos prisionais femininos ou masculinos para o cumprimento de pena por presas transexuais e travestis (2021).

Outra conquista dos governos petistas foi a ampliação do acesso ao ensino superior e às universidades federais, por meio de programas de expansão das unidades existentes e da criação de novas instituições e novos *campi*, além de políticas de apoio e permanência. Passos (2023) sublinha que a ampliação do acesso à internet, especialmente na década de 2010, contribuiu para maior difusão de conhecimento e informação, proporcionando outras formas de articulação social e política para os grupos sociais. A autora destaca, ainda, que

A internet serviu como o espaço de construção e difusão de saberes construídos por uma nova geração de travestis e mulheres trans brasileiras. As discussões online representaram um passo importante para a afirmação dessa população como produtoras de conhecimento. Além disso, o uso da internet e a produção de saberes na universidade se complementam [...] (Passos, 2023, p. 88).

Em Juiz de Fora, podemos situar Brune como uma importante referência para o movimento trans local. Em sua entrevista, ela destacou a importância da educação na sua trajetória pessoal e em seu processo de subjetivação, isto é, de constituição de si.

*A via acadêmica me protegeu muito nesse ponto também, até para a família poder entender um pouco melhor. Fui fazendo um trabalho de sensibilização da minha família como um todo, fui explicando como eram as questões, fui planejando como contar e fui contando para a família.  
[...]  
Eu usava dos estudos. Eu falava muito sobre isso. Deu legitimidade ao meu discurso. Eu usei muito a universidade. Os estudos me emanciparam nesse*

*sentido, de eu usar ele como via argumentativa e falar: “Existem outras formas de viver e eu estou nessa forma. Eu não quero viver como vocês vivem. E eu estudo isso, eu faço isso, eu quero trabalhar com isso” (Entrevista realizada com Brune, em abril de 2024).*

Brune teve a oportunidade de cursar graduação, mestrado e doutorado em Psicologia na UFJF. Em 2014, durante seu período de pós-graduação, participou da criação do VisiTrans, “grupo de apoio e militância” vinculado a uma atividade de extensão universitária que disponibilizava atendimento a pessoas travestis e transexuais e a suas famílias (Coelho, 2016, p. 53).

*A gente estava estudando produção de corpo. E aí eu comecei a ver a perspectiva da produção de corpo, do processo de saúde-doença... aí fui chegando no meu mestrado, para pensar alguma coisa né? E aí a gente criou um grupo de apoio para pessoas trans e travestis aqui. A gente pensou: “Ah, a gente já tem um monte de formandos aqui, por que a gente não junta essa galera no CPA e cria esse grupo de apoio? Aí eu: “Vambora!”. Aí a gente criou o grupo de apoio, e eu era uma das pessoas que estava lá. E acabou que eu assumi o grupo. Eu fui a pessoa que ficou de início até o fim. O projeto teve quatro anos de duração (Entrevista realizada com Brune, em abril de 2024).*

Thiago foi um dos participantes do projeto e afirma a importância do grupo e do acolhimento no seu processo de transição de gênero. Ele narra que, ao contar ser um homem trans e desejar fazer a transição, foi interpelado pelos pais sobre como seria esse processo. Ele também não tinha muito conhecimento a respeito e, nesse momento, o VisiTrans exerceu papel central, ao encaminhá-lo para o atendimento psicológico e tratamento hormonal.

*“Sou uma pessoa trans e eu quero começar minha transição”. Mas eu ainda não sabia muito bem onde, por onde, o que fazer... Foi até um questionamento deles: “Mas, e aí? O que você quer fazer?”. E eu não soube responder muito bem no momento. E aí foi até uma sorte, que a minha mãe levou isso para psicóloga dela, e a psicóloga dela estudava com a Brune. Foi bem na época que a Brune começou ali o movimento do VisiTrans. Então eu já entrei tendo todo esse suporte, né? A Brune... eu digo assim, quando eu conheci a Brune que eu realmente virei o Thiago, porque ela foi a primeira pessoa a me perguntar qual o nome que eu queria ser chamado, e foi a primeira pessoa que eu falei, assim, abertamente, né? Foi, assim, nem sei te dizer porque que eu escolhi esse nome. Acho que foi o que veio na cabeça na hora. E aí foi a primeira vez que eu me coloquei ali, enquanto Thiago, né? Que alguém me reconheceu enquanto um homem, então assim, a Brune... brinco falando que tem antes de Cristo e depois de Cristo, na minha vida tem antes de Brune e depois de Brune (Entrevista realizada com Thiago, em julho de 2024).*

Thiago também teve a oportunidade de cursar a graduação em uma universidade federal, formando-se bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Ele relembra como o acesso à universidade lhe proporcionou conhecer outras pessoas LGBTI+, participar de mobilizações e projetos em torno das questões de gênero e sexualidade.

*Então, até aquele momento, quando eu entrei ainda não tinha outros alunos trans e travestis, assim, assumidos. Depois eu fui conhecendo, e a gente vai se aproximando, né? Na minha sala mesmo, depois conversando, eu descobri que tinha uma outra colega que hoje ela se identifica enquanto não-binária, na época ela ainda estava em dúvida (Entrevista realizada com Thiago, em julho de 2024).*

Brune, por outro lado, já relata um processo mais solitário com relação à presença de outras pessoas trans e travestis durante o tempo em que foi estudante. Entretanto, agora como voluntária do Centro de Referência LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+), que é um projeto de extensão vinculado à UFJF, criado em 2019, reconhece os avanços e a ocupação crescente desses espaços universitários por pessoas LGBTI+ e comemora.

*E eu acho que fui a primeira pessoa trans no mestrado e a primeira pessoa trans no doutorado. A entrar, a cursar e a terminar. Então isso acabou me trazendo muita visibilidade também.*

*[...]*

*Hoje eu fico muito feliz que tem muita gente trans lá, entrando. É muito complicado você olhar para um lado e para o outro e não ver ninguém igual a você. Praticamente ninguém [...] Para mim, quando eu olho isso, eu vejo que tudo faz sentido agora, sabe? Eu vejo que as coisas têm um sentido maior nesse ponto, porque de fato, a universidade se tornou um espaço de sociabilidade que, com todas suas questões, mas por exemplo, aqui tem um monte de bolsista, um monte de bolsista trans. Todos os meus bolsistas são LGBTQIAPN+. Tenho uns dez bolsistas. A gente vai estar na reunião daqui a pouco, inclusive, daqui meia hora (risos). Todos são LGBTQIAPN+, sabe? E é um espaço que a gente consegue construir, fazer... Então assim, tem espaços ali, tem projetos legais, tem professores que trabalham coisas interessantes... então isso foi crescendo e aumentando. Porque eu peguei esse período de transição, também. A universidade começou a bancar, com todas as suas questões, ne? (Entrevista realizada com Thiago, em julho de 2024).*

Mônica e Tallia, que estudaram na UFJF no início dos anos 2000, comentam sobre a diferença do meio acadêmico da época, se comparada com a realidade atual, e destacam a limitação na identificação com outras pessoas LGBTI+ que enfrentaram no espaço universitário, dada a dificuldade em assumir qualquer sexualidade divergente da heterossexual.

*Só que assim, a universidade era muito diferente na minha época. A universidade era uma universidade de pessoas brancas, sem dúvida nenhuma. Eu não me lembro de alunos negros na minha sala de Engenharia. Se tinha, era um ou dois, eu realmente não me lembro. Me lembro de um veterano negro, os outros eram todos brancos. Era uma universidade de classe média, muito embranquecida. Era uma universidade com uma cara completamente diferente da que você vê hoje aqui. Completamente diferente [...] Quando você vem pra universidade, eu começo a conhecer pessoas, inclusive, de outros bairros, de outras localizações na cidade. Mas ainda assim eram pessoas de classe média, ainda assim eram pessoas brancas. E muito pouca gente se assumia LGBT, naquela época, principalmente na universidade. Muito pouca gente. Eu não me lembro. Eu não me lembro. Ainda mais na Engenharia, que isso inclusive era um motivo de zoeira, de piada, entendeu? (Entrevista realizada com Mônica, em maio de 2024).*

*E aí nesse período, até na faculdade, não eram espaços que você simplesmente se assumia. Eu não falava: “Ah, eu namoro fulano”. A faculdade inteira provavelmente sabia, mas a gente não andava de mão dada... E isso com a maior parte dos casais. Não vou falar todos os casais, porque talvez tenha algum que... mas eu não tenho muitas lembranças de casais LGBT que estavam andando ali, tranquilos (Entrevista realizada com Tallia, em junho de 2024).*

Os avanços observados fazem parte da luta histórica do movimento, que desde as resistências individuais até as lutas organizadas em movimentos sociais, reivindicam e apontam caminhos para a reparação de injustiças e construção de uma cidadania plena. A ampliação das oportunidades de ingresso, permanência e conclusão de curso superior, e eventual continuação dos estudos em pós-graduações, têm oportunizado significativas produções de saber que tensionam noções cristalizadas e processos de invisibilização, e fazem da disputa epistemológica uma das vias de luta do movimento. Nessa direção, reafirmamos que esta pesquisa é fruto desse processo e desse tempo histórico.

Outras iniciativas evidenciam a movimentação organizada e coletiva da população trans e travesti de Juiz de Fora: a fundação da Associação de Pessoas Trans e Travestis de Juiz de Fora (ASTRA-JF), fundada em 2021, o Coletivo Transtornados e a cultura Ballroom, além do Centro de Referência, já citado anteriormente. Brune percebe essas movimentações como vinculadas a um modo diferente de ativismo e militância, inclusive diante da inércia ou da morosidade do município na elaboração de políticas públicas voltadas à população LGBTI+.

*[...] a gente não tem um centro de referência que é da lei dos anos 2000. O Centro de Referência que a gente tem hoje é um espaço cedido da universidade, eu sou voluntária aqui, não recebo para estar aqui, não contratamos nenhum profissional para estar aqui, e têm dez bolsistas que trabalham via UFJF. O projeto de extensão acabou? Acabou. Isso não é execução de política pública. O município não se responsabilizou pelas políticas públicas até hoje, de fato. A gente não tem um Centro de Referência LGBT, as pessoas vão sendo jogadas em qualquer outro espaço... E o Centro de Referência produz sociabilidade também. A gente quer produzir vários eventos, várias questões aqui. Um espaço em que as pessoas possam circular, né? A gente articula junto à Ballroom, junto à Astra, junto aos Transtornados. A gente articula vários movimentos e, mesmo assim, o Centro de Referência não está incorporado. Então assim, hoje em dia eu vejo que a cidade é produzida em espaços de sociabilidade muito mais pelo movimento social, que é um movimento social que não é aquele movimento antigo que a gente tem daquela maneira mais engessada, mais estruturado como ONG, mas esses coletivos que têm uma flexibilidade jurídica e tem outras dinâmicas, porque a gente está outro contexto, outro contexto geracional. É muito mais potente, né? Potencializa muito mais movimentos culturais do que de fato essas questões mais engessadas e tradicionais da cidade. E vejo nessa perspectiva (Entrevista realizada com Brune, em abril de 2024).*

Thiago conta que o Coletivo Transtornados surgiu como um time de futebol composto por homens trans, entretanto, transformou-se em um importante espaço de sociabilidade e acolhimento, dando origem ao Coletivo. Inclusive, foi um impulsionador para que ele retornasse à cidade, em 2023.

*E aí uma coisa que me impulsionou muito para vir para cá foi o Transtornados, que é o coletivo que eu faço parte hoje, mas que nessa época ele ainda se via ainda só enquanto um time de futebol, um espaço ali para homens trans jogarem futebol.*

*[...]*

*Mas eu acho que o Transtornados foi um espaço muito importante, que eu frequento até hoje, de acolhimento mesmo e de... para me dar esse empurrão, né, para voltar aqui pra Juiz de Fora (Entrevista realizada com Thiago, em julho de 2024).*

Brune também destaca a importância do Transtornados enquanto espaço de sociabilidade. Ela revela que, devido ao fato de ter-se tornado uma referência local e ter participado do processo de acolhimento e atendimento de muitas pessoas trans, sentia dificuldades de sair do lugar de psicóloga e de pós-graduanda. Uma vez que a universidade desempenhou papel fundamental em sua constituição subjetiva e na posição que alcançou socialmente, ela nos diz: “*eu pensava que eu tinha que levar ela para todos os espaços que eu ia, que era a validação para eu poder ter uma socialização e aceitação boa nos espaços*”.

*aí mais recentemente, acho que o espaço que eu fui lidar com pessoas trans que eu fique mais à vontade mesmo, que aí eu mudei completamente a perspectiva e me desvinculei dessa ideia de universidade – porque a universidade, ao mesmo tempo que foi bom, porque eu socializei lá, mas eu pensava que eu tinha que levar ela para todos os espaços que eu ia, que era a validação para eu poder ter uma socialização e aceitação boa nos espaços. Tanto que eu me apresentava: “Eu sou Brune, mulher trans, doutoranda...”. O tempo todo parece que tinha que vir junto, sabe? E depois eu pensei: “Não”. E aí teve um projeto que é um time, inclusive, que a gente tem parceria com eles que são os Transtornados. É um time de homens trans e pessoas de identidade de gênero não-binária. E aí eu fui convidada a acompanhar esses jogos e tudo mais, porque eu já era conhecida das pessoas, já me viam como referência, vários meninos que estavam lá já foram atendidos por mim, inclusive, conheci na adolescência e já estão maiores e tudo mais... E foi muito legal, assim. Eu via que as pessoas respeitavam minha história, me entendiam e tudo mais, mas elas não me botavam necessariamente nesse lugar de que eu vou ter que cuidar. Então foi uma lógica ali diferente, eu fui num outro momento, era jogo, mais de boa, até roupas mais casuais... eu não ia de psicóloga. Estava ali em um outro lugar. Era um espaço de sociabilidade, de sair com a galera, ia para outros espaços... eu saio com eles até hoje, né? (Entrevista realizada com Brune, em abril de 2024).*

A fala de Brune oportuniza a reflexão a respeito das relações de saber-poder em meio às quais vamos nos constituindo e das quais participamos. Ao mesmo tempo em que nos tornamos sujeitos, somos assujeitados. Michel Foucault (2023) ensina-nos que saber e poder se retroalimentam, de forma que um saber põe em circulação

regimes de verdade que asseguram o exercício do poder. Entretanto, o sujeito não se produz alheio a essas relações, mas no interior delas. O sujeito é efeito das relações de saber-poder, isto é, é assujeitado por elas. Paralelamente, tal sujeição autoriza-lhe a ação, seja na direção de endossar os discursos que lhe assujeitaram, seja na direção de resistir em relação a eles.

A *Ballroom* é um desses movimentos de resistência, como apontado Sol, uma das responsáveis pelo surgimento e pela promoção da cultura em Juiz de Fora. Ela define o que é a *Ballroom* da seguinte forma:

*A Ballroom é uma cultura, né? Então ela é uma cultura que começa lá nos Estados Unidos, a partir de mulheres trans pretas. Já existia essa cultura de bailes lá, só que as mulheres pretas elas eram meio que excluídas. Então, tipo assim, elas eram as que não ganhavam, elas eram as que, na época, eram xoxadas e tudo mais. Elas não tinham espaço dentro desses ambientes, que eram construídos por pessoas brancas. Então, a partir disso, a Ballroom começou a construir o próprio espaço dela, assim, construindo os bailes a partir das vivências delas e tudo mais e construindo as coisas pra elas. Então A Ballroom ela começa através de desfiles, né? Era tipo uma festa, vamos colocar assim, que as pessoas iam para poder competir. Então aconteciam primeiro desfiles, e a partir disso foi tudo se construindo, assim, né? E aí depois veio performance, enfim [...] (Entrevista realizada com Sol, em abril de 2024).*

Sol explica que as *balls* realizam concursos cujas categorias de competição são pensadas de maneira a celebrar a pluralidade dos corpos que não são enquadrados pela estereotipia dos padrões de beleza, histórica e socialmente construídos a partir de valores como branquitude, magreza, cabelos lisos, traços finos, entre outros.

*Então, as coisas que são de lá fora, tipo Miss Universo, Miss não sei o quê, que a gente vê que vem através de um estereótipo, né? Tipo assim, que é da pessoa magra, branca, do cabelo liso, do nariz fino e tudo mais, é o que a Ballroom desconstrói. Então, ela constrói categorias que são para as pessoas como nós, assim, sabe? A gente vai falar de categorias que são só para as Femme Queens, então são só para travestis, né? Que dentro da Ballroom, as Femme Queens são as grandes rainhas de tudo, assim, sabe? Mas a gente já teve categoria de body, que é para as pessoas poderem mostrar seu corpo, mas o intuito de, tipo, desmistificar esse lugar do corpo mesmo, sabe? Mostrar, tipo assim, que corpos gordos também são corpos bonitos, de se mostrar. Tem a categoria de face, que é você mostrar seu rosto, mas aí saindo também, de novo, desse estereótipo tudo fino. A ideia é realmente você construir um lugar de acolhimento que as pessoas se sintam pertencentes ali. Então, por isso que existem diversas categorias dentro da Ballroom, e que o objetivo é isso, que as pessoas vão para poder se sentir bem, né? (Entrevista realizada com Sol, em abril de 2024).*

A primeira *ball* foi realizada em 2018, entretanto, o movimento consolidou-se somente após a pandemia. A cultura *Ballroom* de Juiz de Fora teve início a partir de

um grupo de dança urbanas chamado *Remiwl*, do qual Sol participou como aluna e, atualmente, ocupa cargos de professora e diretora.

*Então, a Ballroom vem a partir do Remiwl. O Remiwl é quem faz as primeiras Balls de Juiz de Fora. Então as primeiras movimentações vêm a partir do Remiwl, assim, mesmo. E era isso, ainda as pessoas entendiam a Ballroom só enquanto um movimento artístico. Então a gente fez a primeira Ball aqui na cidade, e a partir disso começaram os treinos e tudo e mais, que era tudo voltado só ao Vogue, assim [...]. Mas ela, de fato, aqui em Juiz de Fora, ela começa a acontecer mesmo pós-pandemia. Ela começou, em 2018, com a primeira Ball tudo mais, mas ela começa a acontecer mesmo, de fato, e ficar forte pós-pandemia (Entrevista realizada com Sol, em abril de 2024).*

Figura 21 – 1ª Marcha da Visibilidade Trans de Juiz de Fora, 2022



Fonte: G1 Zona da Mata (foto Estela Loth).<sup>23</sup>

A partir de 2022, o Movimento Trans de Juiz de Fora passou a realizar, na rua Halfeld, a Marcha da Visibilidade Trans. No mesmo ano, foi criado o Baile do Manifesto, uma manifestação artística contra uma retirada de verba sofrida pela *Ballroom* naquele ano. Além disso, outra importante conquista do movimento, em articulação com a classe política, foi a aprovação da Lei nº 14.668/2023, de autoria da vereadora Tallia Sobral, que institui a Semana Municipal da Visibilidade, Empregabilidade e Capacitação de Travestis, Pessoas Transgêneras Binárias e Não Binárias, que passou a integrar o Calendário Oficial de Eventos do município.

*Enfim, a ASTRA é uma associação que a ideia dela é realmente trazer direito para as pessoas trans aqui na cidade e, além disso, também construir políticas e tudo mais. A gente esteve na construção da Lei de Empregabilidade Trans, que é uma das primeiras leis voltadas para pessoas trans aqui em Juiz de Fora, que foi aprovada na Câmara Municipal, e que a*

<sup>23</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2024/01/29/3a-marcha-da-visibilidade-trans-e-realizada-nesta-segunda-em-juiz-de-fora.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2025.

*gente ajudou a construir. Efetivamos ela no primeiro ano e já estamos vendo várias coisas já acontecendo para as pessoas trans. Tipo assim, tanto nas empresas que já estão começando a acessar mais e dando oportunidade para as pessoas trans, mas as pessoas trans estão começando a entrar mais no mercado de trabalho aqui dentro Juiz de Fora muito por conta dessa lei, sabe? (Entrevista realizada com Sol, em abril de 2024).*

Por fim, ainda no rol dos avanços recentes relativos às pautas LGBTI+, destacam-se a publicação do Decreto n.º 14.997 de 28 de janeiro de 2022, que aprova o Plano Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIA+ do Município de Juiz de Fora, e a instituição do Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBTQI do Município de Juiz de Fora, por meio da Lei nº 14.546, de 29 de dezembro de 2022.

Em que pesem todos os avanços e conquistas elencados, ainda há a impressão de que a sociedade juizforana, de um modo geral, é conservadora. Isso surgiu como resposta em todas as entrevistas. Marcelo diz-nos que, mesmo que Juiz de Fora seja considerada por muitos “a capital gay do Brasil”, “há um conservadorismo que paira no ar”. Sol também assinala que “a gente está falando de uma cidade que ainda é muito conservadora, mesmo que a gente ainda consiga fazer muitas coisas e tudo mais”, e denuncia que muitos espaços da cidade ainda são negados à *Ballroom*. Michel, por sua vez, afirma que “acredito que eu já sofri mais preconceito agora do que os últimos anos de militantes que eu tive assim, sabe? Então é isso, eu vejo uma cidade ainda muito conservadora que precisa trabalhar muito esse conservadorismo”. Ou, nas palavras de Brune, “Juiz de Fora é uma cidade que as pessoas vêm de lugares menores, conseguem viver essa liberdade, mas acho que as pessoas contribuem muito mais para a cidade do que a cidade oferece para elas”.

É possível traçar paralelos entre a percepção de um conservadorismo local com um contexto mais amplo, de ascensão do bolsonarismo<sup>24</sup> no cenário nacional. Esse movimento, que aglutina setores políticos da direita e da extrema-direita, mobiliza todo um campo em torno da pauta dos costumes, dos discursos de ódio, de um fundamentalismo religioso e do pânico moral, aparelhado por um sofisticado esquema

---

<sup>24</sup> O termo bolsonarismo é empregado para designar o movimento de extrema-direita brasileiro que ganhou musculatura com a ascensão da popularidade de Jair Bolsonaro e de seus apoiadores, especialmente após a eleição presidencial de 2018. Segundo Carlos Alberto Franco da Silva e Aumeri Carlos Bampi (2024, p. 179), embora haja uma base ideológica comum aos bolsonaristas, caracterizada pela “presença de uma extrema direita associada ao descaso com as regras democráticas constitucionais do país, ao desejo do protagonismo das Forças Armadas e ao repúdio às ideias socialistas tidas como progressistas e destrutivas dos valores morais-religiosos e da economia brasileira”, não se pode considerar que formem um bloco político monolítico e homogêneo.

de disparo de notícias falsas e sensacionalistas nas redes sociais (Silva; Bampi, 2024). O discurso de ataque à comunidade LGBTI+, aos grupos originários, à população negra, às mulheres e demais grupos minoritários ou maiorias minorizadas constantemente aparecem de forma explícita nas falas de seus defensores, capitaneados pela figura do ex-presidente Jair Bolsonaro. Tallia chama a atenção para isso, ao afirmar que

*[...] uma das coisas que eu mais absorvi nos meus processos políticos é entender que nada é uma bolha. Juiz de Fora não está fora da realidade do Brasil e nem vai estar fora da realidade mundial. Então, assim, eu acho que a gente vive, nesses temas, algumas contradições. Alguns avanços e alguns retrocessos (Entrevista realizada com Tallia, em junho de 2024).*

Além disso, o Brasil segue registrando altos índices de violência contra a população LGBTI+, em particular. Somente em 2023, foram registradas 230 mortes, sendo 80% (184 mortes) delas caracterizadas como homicídio. A estatística é de uma pessoa LGBTI+ assassinada a cada 38 horas no país, segundo dados do *Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil* (2024). O documento ainda aponta que mulheres trans e travestis são as principais vítimas, contabilizando 142 mortes. Gays aparecem em seguida, com 59 mortes. No contexto estadual, Juiz de Fora aparece em segundo lugar no ranking de crimes registrados contra a população LGBTI+, ficando atrás apenas da capital, Belo Horizonte. De acordo com reportagem veiculada no Portal de Notícias *G1 Zona da Mata* (2023), referindo-se ao levantamento realizado pelo *Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais*<sup>25</sup>, a maior parte dos crimes refere-se a ameaças e violências verbais. É válido salientar que, a despeito do trabalho em prol de produzir e reunir dados, ainda há uma parcela de subnotificação de casos, de maneira que o cenário de violência pode ser ainda mais crítico.

Não obstante, mesmo diante da constatação de que ainda há muito a ser conquistado, percebemos, em algumas falas, o reconhecimento do legado que a história de ativismo e militância deixou no país, de forma geral, e em Juiz de Fora, de forma particular. Mônica reconhece que houve uma ampliação dos espaços ocupados pela população LGBTI+.

*[...] a gente tem muita coisa para caminhar ainda, para conquistar, muita luta. Mas eu acho que avançou bem, assim. E quando eu vejo a minha vida mesmo, principalmente essa coisa do lazer mesmo, dos lugares que a gente ia, como a gente se relacionava, eu vejo que a gente evoluiu, sabe? A gente*

<sup>25</sup> Levantamento disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYWE0YmIwNGItNGQyNS00M2JiLWE2ZGMtMTcyMjliMGQ1NWVmlwiidCI6ImU1ZDNhZTdjLTliMzgtNDhkZS1hMDg3LWY2Nm00YTI4NzU3NCJ9&filterPaneEnabled=false&navContentPaneEnabled=false>. Acesso em: 19 nov. 2024.

*está ocupando espaços. Ainda a duras penas, ainda é difícil, mas estamos sim, estamos ocupando e já melhorou, assim... (Entrevista realizada com Mônica, em maio de 2024).*

Lelei destaca a importância das leis para a proteção e a cidadania das pessoas LGBTI+, quando diz que *“antes, a gente não tinha nada que protegesse a gente. A gente não tinha uma lei. Não tinha nada que protegesse a gente. Ou a gente se juntava e ia junto, ou a gente era protegido pela família. Que muitas vezes não protegia”*. Além disso, complementa que a ampliação dos estudos LGBTI+ realizados em prol da comunidade e pela comunidade também são evidências dos avanços.

*Eu acho que isso também, o fato disso ser tratado na Academia, tratado nas universidades, também é um fator de evolução. Também é um fator de proteção, porque isso é educação, né? E isso chega para as pessoas héteras, para as pessoas preconceituosas, com outro olhar. Isso também é um caminho muito importante, né? Eu acho que a gente tem que debater cada vez mais (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Para Thiago, a criação do Conselho LGBTQI representa uma vitória singular para o município.

*Eu acho que a gente alcançou algo muito importante que é o espaço do Conselho Municipal LGBT, que tem a sua limitação ainda por ser um conselho somente consultivo, mas é um conselho que foi instituído por lei, que tem essa importância também, de vim um outro governo aí de direita, de extrema-direita, ele não vai poder extinguir o conselho, né? Então eu acho que é um espaço muito importante e que tem se entendido cada vez mais como esse espaço de disputa, de tensionar o poder público e de dar voz aos movimentos sociais (Entrevista realizada com Thiago, em julho de 2024).*

Tallia também destaca a criação do Conselho, e comemora as diferentes organizações LGBTQIA+ presentes atualmente na cidade.

*Eu tenho a tendência a dizer que Juiz de Fora nunca foi e ainda não é (friendly com a comunidade LGBT). Isso quer dizer que não tem nada de avanço? Não, eu acho que tem alguns avanços. [...] inclusive, esse ano, para mim, eu acho que é um marco importante. Existe um movimento político LGBT mais organizado na cidade. E não se resume só a MGM. O MGM volta a existir, ele volta a ter força política, o Miss Gay Brasil volta a se organizar, a ASTRA volta a se organizar, Transtornados... Você começa a ter vários movimentos. Juiz de Fora passa a ter um Conselho Municipal LGBT, Você começa a ter políticas públicas que permitem pessoas que eram vistas como não-pessoas na sociedade a serem pessoas, que são as pessoas trans e travestis. Que é isso, o nome, todo mundo tem direito ao nome, mas as travestis e as pessoas trans não tinham. Com o nome social você garante que elas sejam pessoas. O básico pra elas. Quando a gente tem política de emprego, quando a gente tem política de acompanhamento médico no SUS, sabe, assim? Para redesignação, para hormonização... Então essas pessoas, que elas estavam fora desse escopo comum, de pessoas com direitos, elas passam a entrar também, então hoje. Hoje existe um fortalecimento de pessoas trans e travestis, e eu acho que isso impõe coisas (Entrevista realizada com Tallia, em junho de 2024).*

Por fim, Oswaldo faz um balanço entre a cidade que ele encontrou à época da fundação do MGM e a cidade de hoje, destacando a importância do ativismo e da militância do movimento.

*A cidade que nós encontramos foi uma cidade muito preconceituosa. Nós fomos mesmo pioneiros. Nós desbravamos aí um lugar... Na verdade, a cidade já estava acostumada a conviver com os gays. Não é... não foi isso que nós fizemos. Nós não criamos esse costume, esse costume já existia. Nós mudamos o lugar que os gays ocupavam no consciente coletivo, né? Se antes a gente era os caricatos que ia dar pinta e fazer graça no Calçadão, de repente nós começamos a conversar sobre direitos, começamos a ter presença na Câmara, começamos a ter candidatos à vereança, a fazer parceria com o poder público, a trazer dinheiro federal para pôr na cidade... Então, nós mudamos o lugar dos gays na cidade [...] Então, nesse sentido, sim, nós modificamos uma geração. Uma geração que teve esse olhar do gay político, do ser político gay (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024)*

Buscamos, nesta seção, tecer um panorama histórico sobre Juiz de Fora, destacando aspectos que julgamos relevantes para a compreensão da cidade e sua complexidade enquanto campo de pesquisa. O capítulo seguinte será dedicado a apresentar as espacialidades identificadas por meio das entrevistas e, posteriormente, mapeadas. Discussões acerca de categorias espaciais também conduzirão a análise proposta.

## 5 OS ESPAÇOS

No presente capítulo, abordaremos as espacialidades que foram identificadas no relato das e dos participantes. As entrevistas foram conduzidas, via de regra, observando a importância dos espaços de sociabilidade LGBTI+ nas experiências pessoais de cada entrevistada e entrevistado. A discussão teórica proposta recorre aos conceitos geográficos de espaço e territorialidade visando oferecer uma possível análise dessas espacialidades, que foram classificadas em três conjuntos, de acordo com suas características de uso e apropriação, duração histórica e a forma como foram evocadas nas entrevistas, a saber: (a) Bares e Casas Noturnas, (b) Festas e Eventos, (c) Coletivos e ONGs. Cada conjunto será elucidado em uma subseção própria, na qual apresentaremos um breve histórico da existência desses espaços e/ou manifestações em outras cidades, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo, e, em seguida, a identificação e o mapeamento dessas produções espaciais em Juiz de Fora. No entanto, não significa que outras categorizações não sejam possíveis, a depender dos parâmetros e perspectivas que se proponha em outras análises dos dados.

### 5.1 Espaço e territorialidade: apontamentos teóricos

Sumariamente, a argumentação apresentada nesta subseção orienta-se pela defesa de que os grupos LGBTI+, à sua maneira, atuam no processo de produção espacial das cidades, por meio da criação de redes de sociabilidade que se estendem por áreas da cidade mediante a ocupação de certos espaços e, por conseguinte, do estabelecimento de territorialidades. Os apontamentos teóricos a seguir não objetivam fornecer uma revisão sistemática sobre o desenvolvimento dos conceitos de espaço e territorialidade, mas elucidar o que estamos adotando como entendimento dessas categorias.

O geógrafo brasileiro Milton Santos (2017, p. 21) define o espaço como sendo “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. Na concepção do autor, não se trata de compreender esses sistemas separadamente, e sim interrelacionados, “como um quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2017, p. 63). Para ele, os objetos são “tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou” (Santos, 2017,

p. 73). As ações, por seu turno, referem-se ao processo de interferência do ser humano; ao fazer, próprio do indivíduo e da sociedade, orientado por uma intenção e uma finalidade, em resposta às necessidades do meio. Assim sendo, os objetos respondem a funções que resultam das ações, as quais modificam os próprios objetos, os seres humanos e a sociedade. “Um dos resultados da ação é, pois, alterar, modificar a situação em que se insere” (Santos, 2017, p. 78).

Já a geógrafa britânica Doreen Massey (2008, p. 15) defende que o modo como compreendemos o espaço “modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política”, de forma que ele se torna “uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes”. Ou seja, a autora chama a atenção para o fato de que aquilo que orienta o nosso processo reflexivo sobre o espaço é tão importante quanto o exercício reflexivo, em si, acerca da categoria espacial. Ao questionar, por exemplo, o discurso a respeito da inevitabilidade de um tipo de globalização, no qual cada país estaria em uma determinada posição nessa trajetória rumo a um fim comum, Massey (2008, p. 24) afirma que “esta cosmologia de ‘única narrativa’ oblitera as multiplicidades, as heterogeneidades contemporâneas do espaço. Reduz as coexistências simultâneas a um lugar na fila da história”.

Para a autora, o espaço também é um produto de relações, entretanto, não se pode dizer que todas as relações estejam dadas, e todos os vínculos, estabelecidos. Dessa maneira, Massey (2008, p. 32) compreende o espaço como um sistema aberto, no qual há “conexões ainda por serem feitas, justaposições ainda a desabrochar em interação (ou não, pois nem todas conexões potenciais têm de ser estabelecidas), relações que podem ou não ser realizadas”. Logo, o espaço está sempre em processo, em devir. Em síntese, sua concepção de espaço o compreende como “esfera da multiplicidade coexistente, [...] como uma simultaneidade de estórias-até-agora” (Massey, 2008, p. 88).

Ambos apontam a relação do espaço com o tempo. Para Santos (2017), é possível empiricizar o tempo transcorrido tanto por meio das técnicas quanto das rugosidades, que são os vestígios materiais do passado, isto é, aquilo que do passado permanece “como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (Santos, 2017, p. 140). O autor compreende as técnicas como um fenômeno histórico cuja tendência, agravada pela globalização, é universalizar-se. Entretanto, a maneira como cada técnica espacializa-se é particular em cada lugar,

sendo esse processo responsável por conferir estruturas e realidade histórica aos lugares.

Segundo Massey (2008), o espaço não é marcado por uma temporalidade singular, mas pela existência coetânea de diferentes temporalidades. Essa inter-relação, consumada ou potencial, entre diferentes temporalidades e múltiplas trajetórias conferem certo caráter contingencial ao espaço, aquilo que a autora denomina “o acaso do espaço”.

Há sempre um elemento de “caos”. Este é o acaso do espaço; o vizinho acidental é emblemático a esse respeito. O espaço como o sistema fechado do corte essencial pressupõe (garante) o universal singular. Mas, nessa outra espacialidade, diferentes temporalidades e diferentes vozes precisam descobrir meios de acomodação. O acaso do espaço tem de ser correspondido (Massey, 2008, p. 166).

Nesse sentido, a autora argumenta que uma leitura do espaço associada à ideia de palimpsesto é incompleta, na medida em que o palimpsesto evoca uma noção de camadas sobrepostas, e não de distintas temporalidades em relação. “Coetaneidade pode ser apontada, mas não estabelecida, através da metáfora do palimpsesto” (Massey, 2008, p. 164), no qual aquilo que falta em determinada camada refere-se ao momento anterior, ao passo que a radical contemporaneidade das diversas temporalidades implica esse arranjo circunstancial que é o espaço.

Na mesma direção, Massey (2000, 2008) rebate a ideia de que a aceleração do tempo seria responsável por aniquilar o espaço, fenômeno denominado “compressão de espaço-tempo”. Ela argumenta que dizer que o tempo aniquilaria o espaço pressupõe reduzir o espaço à condição de distância, obliterando sua constituição relacional. Assim sendo, o que resulta da compressão de espaço-tempo não é o desaparecimento de um em detrimento da aceleração do outro, e sim outras possibilidades, outras multiplicidades e outras configurações espaciais. Além disso, o próprio fenômeno de compressão de espaço-tempo consome-se de modo heterogêneo nos diferentes lugares e são vivenciados de diferentes maneiras a depender dos múltiplos atravessamentos que constituem os sujeitos. “A compressão de espaço-tempo precisa de diferenciação social” (Massey, 2000, p. 179).

O filósofo francês Henri Lefebvre (2000) compreende o espaço enquanto um produto social, simultaneamente, resultado e pré-requisito da produção da sociedade. Nessa direção, a geógrafa brasileira Ana Fani Alessandri Carlos (2015) argumenta que, no atual estágio do sistema capitalista, a reprodução do espaço é condição para a manutenção da acumulação de capital: o espaço é transformado em mercadoria,

assumindo a forma de um produto imobiliário. Lefebvre (2000) reconhece o papel preponderante ocupado pelo capital e seus articuladores que, até certo ponto, controlam e dominam o processo de produção do espaço. Entretanto, aponta que a produção do espaço não se resume a isso, pois há também uma parcela desse processo que escapa, impossível de ser dominada e fixada.

O geógrafo e sociólogo suíço Christian Schmid (2012) explica que a compreensão da teoria lefebvriana de produção do espaço ancora-se em duas tríades dialeticamente interconectadas que, de maneira sintética, serão apresentadas na sequência: “prática espacial”, “representações do espaço” e “espaços de representação”, por um lado, e espaço “percebido”, “concebido” e “vivido”, por outro.

A “prática espacial” pode ser entendida como a materialização da ação social no espaço produzido e reproduzido por cada formação social específica, dotada de uma coesão que assegura sua continuidade. Assim, “o espaço social aparece na dimensão da prática espacial como uma cadeia ou rede de atividades ou interações interligadas, as quais por sua parte residem sobre uma base material determinada” (Schmid, 2012, p. 100). As “representações do espaço” referem-se à ordem imposta pelas relações de produção do espaço, respaldadas por um conhecimento científico. As representações do espaço também o definem, na medida em que são responsáveis por criar uma imagem que lhe é associada. A Arquitetura, o Planejamento Urbano e a Geografia são apontadas por Schmid (2012) com disciplinas implicadas na elaboração dessas representações. Os “espaços de representação”, por sua vez, são relativos à dimensão simbólica do espaço, que é investido como um transmissor de significados.

O espaço “percebido” remete à apreensão da dimensão material e física do espaço, mediada pela capacidade sensorial do corpo. Essa percepção espacial é parte basilar das práticas espaciais. O espaço “concebido” refere-se ao exercício intelectual a respeito do espaço, isto é, à sua dimensão teórica, àquilo que se formula por meio do pensamento, que se estabiliza enquanto conhecimento e que é o pressuposto para que a percepção do espaço se efetive enquanto tal. Sobremaneira, o espaço “concebido” é aquele com o qual operam os arquitetos e planejadores. Por fim, o espaço “vivido” é aquele da experiência da vida cotidiana. Essa terceira dimensão, embora possa ser elaborada pela reflexão teórica em alguma medida, não se deixa esgotar por ela. A experiência vivida do espaço absorve uma miríade de simbolismos e significações individuais e sociais, incorpora a subjetividade, as

emoções e memórias (Lefebvre, 2000; Schmid, 2012). Nesse sentido, Schmid (2012, p. 102) afirma que “permanece um excedente, um remanescente, o indizível, o que não é passível de análise apesar de ser o mais valioso resíduo, que só pode ser expresso por meio de meios artísticos”. Embora Lefebvre (2000) proponha essa tripartição para o exercício de compreensão do espaço, a análise deve sempre levar em consideração as três dimensões reunidas e interrelacionadas, e sempre orientada pela realidade concreta.

O pensamento de Lefebvre confere importância à prática social dos sujeitos e dos grupos, bem como aos significados produzidos culturalmente no processo de produção do espaço. Nesse sentido, permite-nos considerar que pessoas e grupos LGBTI+, ao construírem suas redes de sociabilidade e ocuparem certos lugares e regiões das cidades, atuam na direção de uma produção espacial. Não se trata de tomar essas produções em desconexão com as demais dimensões de produção do espaço, mas interrelacionadas a elas.

Quando Lelei e seus sócios inauguram uma boate gay em um lugar onde funcionava uma casa noturna destinada ao público heterossexual, eles atuam substantivamente na transformação das práticas espaciais e do significado daquele espaço. Novas formas de vivenciar o espaço percebido são oportunizadas e, portanto, um novo espaço é produzido, ainda que o ambiente construído, ou seja, o espaço concebido do local não tenha sido drasticamente alterado<sup>26</sup>.

Nessa direção, o espaço também se afirma, conforme defendido por Massey (2008), como a radical coexistência de múltiplas temporalidades. O certo grau de conservação do ambiente construído (espaço concebido e percebido) da boate alude à existência de um tempo pretérito, à produção social do espaço de um tempo anterior, isto é, a uma rugosidade, segundo terminologia de Santos (2017). Entretanto, ao lhe ser conferido novo uso, o espaço adquire nova significação e novas possibilidades de experiência (espaço vivido), sem que as anteriores sejam totalmente borradas, pois continuam existindo na memória das pessoas e grupos que as vivenciaram, enquanto puderem lembrar-se delas (Bosi, 1994). Desse modo, a investigação com memórias de pessoas LGBTI+ justifica-se como possibilidade de elucidação acerca da produção e da apropriação do espaço empreendidas pela comunidade LGBTI+ juizforana, objetivo o qual orienta este trabalho.

---

<sup>26</sup> As circunstâncias da inauguração da boate Acrópole serão melhor abordadas no subcapítulo “Bares e Casas Noturnas” da presente seção.

Michel, ao recordar das suas vivências no Café Muzik, evoca o espaço em sua dimensão arquitetônica, construída. Entretanto, percebemos que sua percepção desse espaço está atrelada ao significado que ele confere às experiências que viveu ali: o espaço era percebido como “*um mundo, enorme e gigantesco*”, na medida em que as experiências vivenciadas ali o modulavam dessa forma. Vale enfatizar como o espaço é um disparador de memórias.

*Hoje eu vou no Muzik, eu falo assim: “Gente, como é que eu pude ter beijado tanta boca aqui dentro na mesma noite? E achando que o outro não estava me vendo pegando o outro ali dentro, sabe?” Como é que essa referência de lugar, espaço, né? E hoje eu entro no Muzik e “Nossa, mas que lugar pequeno!”. Então assim, pra mim era um mundo. Aquilo era um mundo, assim, era enorme, era gigantesco (Entrevista realizada com Michel, em março de 2024).*

Determinado espaço, ao integrar a vida cotidiana das pessoas e grupos por ser ou ter sido um bar, uma boate ou uma casa noturna, por exemplo, transforma-se em uma referência, em um lugar de encontros e experiências para os sujeitos. Michel afirma que o programa da noite das sextas era ir ao Muzik.

*Ali eu lembro, gente, que sexta-feira é o dia de me aprontar. Eu lembro que eu passava o dia inteiro me aprontando em casa para ir ao Muzik, à noite. Doido para chegar na sexta-feira para ir no Muzik à noite para me divertir (Entrevista realizada com Michel, em março de 2024).*

Oswaldo comenta essa distribuição do público pelos espaços, no início dos anos 2000, evidenciando a existência de um certo senso de convenção ou hábito, que também fica evidente nas falas de Mônica e de Tallia.

*Aqui, em Juiz de Fora, nós tínhamos a Blade, nós tínhamos na mesma época o Bar do Gil e o Muzik. Era o top, né? E cada um tinha o seu dia certo. O Muzik era na sexta-feira, a Blade era no sábado, e o Bar do Gil no domingo. No domingo à tarde, né? Era um happy hour ali no Gil, né? (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

*Aí depois surgiu o Bar do Gil. Na verdade, ele chamava People Bar, que era ali na Independência, em frente a pracinha São Mateus, ali. Ali tinha um bar que era voltado para mulheres [...]. Todo domingo tinha show da Myllena, e todas as mulheres bissexuais e lésbicas iam para lá. Todo domingo a gente estava lá, as mesmas pessoas. Mas é o único lugar que a gente tinha. Você pode perguntar aí para as mulheres da minha idade, ou até às vezes um pouco mais novas, o nosso final de semana não era sexta, não era sábado. Às vezes, a gente ficava em casa sexta, a gente ficava em casa sábado. O nosso final de semana era no domingo, porque tinha esse local para mulheres. Quando a gente queria muito sair na sexta ou no sábado, a gente ia para o Muzik, às vezes, mas era 90% de homens (Entrevista realizada com Mônica, em maio de 2024).*

*E aí a gente começa a frequentar muito o People [...]. O pessoal da portaria já sabia quem eram as pessoas, já fazia comanda correndo, a gente subia... E a gente começou a criar uma identidade muito com a Myllena, que era uma cantora da época. Então, todo domingo a Myllena tocava, todo domingo a gente ia (Entrevista realizada com Tallia, em junho de 2024).*

O espaço possui, indelevelmente, uma dimensão histórica (Lefebvre, 2000; Massey, 2000; Santos, 2017). Tanto sua produção quanto as práticas de sua experiencição ocorrem dentro de contornos estabelecidos culturalmente. Nesse sentido, regras, condutas e hierarquias são produzidas, consolidadas e reproduzidas socialmente. Quando o uso e a apropriação do espaço se dão de modo a estabelecer barreiras que o limitam e controlam, ainda que simbolicamente, desencadeiam-se, segundo o geógrafo Angelo Serpa (2017), processos de territorialização do espaço.

O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert e a arquiteta urbanista Ester Limonad (1999, p. 10) propõem compreender o território como “apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado (e não simplesmente construído [...])”, de maneira que não se deve confundi-lo nem, somente, com a materialidade do espaço produzido socialmente, nem com o conjunto de forças em relação com essa materialidade. Os autores sublinham que a noção de território, assim sendo, parte de três pressupostos: em primeiro lugar, que território e espaço não são sinônimos, sendo esse mais amplo do que aquele; em segundo lugar, que o território é, simultaneamente, uma produção histórica e cultural que inter-relaciona sociedade e espaço geográfico; e em terceiro lugar, que o território possui tanto uma dimensão subjetiva quanto objetiva.

Haesbaert e Limonad (1999, p. 12) admitem, entretanto, que as concepções de território podem variar em função da abordagem à qual se vinculem, destacando três vertentes básicas. A primeira se refere a uma perspectiva jurídico-política, que compreende o território como uma porção espacial sob controle estatal ou de determinada organização política, de maneira que o exercício do poder se dá por uma via institucionalizada. Dessa abordagem decorrem ideias como Estado-nação, fronteiras políticas e limites políticos-administrativos. A segunda vertente remete a uma concepção cultural(ista), na qual o entendimento de território está associado à relação entre os indivíduos ou grupos sociais e as representações que esses produzem mediante a apropriação do espaço. Vinculada às perspectivas Humanística e/ou Cultural da Geografia, advém dessa matriz noções como lugar e cotidiano, identidade e alteridade social, cultura e imaginário (sendo esse o “conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo”). Por fim, a terceira se associa ao viés econômico, compreendendo o território como efeito da disputa entre classes

sociais e da relação entre capital e trabalho. Derivam dessa concepção as análises da divisão territorial do trabalho, das classes sociais e das relações sociais de produção.

Interessa-nos, neste trabalho, as contribuições da concepção cultural(ista) sobre o território, por se aterem à vida cotidiana e aos sentidos que indivíduos e grupos - aqui, de maneira específica, LGBTI+ - atribuem à apropriação do espaço. Nessa direção, podemos compreender a territorialização do espaço como processos de constituição de territórios, que por sua vez são múltiplos e multiescalares. Mateus Pires Martins e Priscilla Borgonhoni Chagas (2021, p. 318), ao acionarem o conceito para a análise das dinâmicas das cidades, afirmam que

a compreensão dos processos de territorialização permite entender quem está nos territórios e quem não está, possibilita entender a segregação e contradição cidadina, permite compreender quem apropria e domina esses espaços, e principalmente, como a dinâmica urbana “aceita” certas pessoas no espaço e retira outras.

Haesbaert e Limonad (1999, p. 11) reforçam a importância da escala enquanto propriedade a ser considerada nas análises territoriais, “uma vez que territorialidade adquire conotações muito distintas se a focalizamos no nível local, cotidiano, nos níveis regionais ou nos níveis nacional e supranacional”. Ambos afirmam que a territorialidade pode ser entendida como a estratégia geográfica direcionada a controlar ou alcançar dinâmicas e fluxos (de pessoas, capital e informações) por meio do domínio do acesso a determinada área ou região.

De maneira semelhante ao que ocorre com a conceituação de território, a noção de territorialidade também é polissêmica e adquire diferentes nuances em função da perspectiva epistemológica acionada, como salientado pelo pesquisador Denison da Silva Ferreira (2014). De acordo com o autor, a territorialidade está associada às relações e às dinâmicas que o indivíduo e os grupos estabelecem entre si, com e no território, na vida cotidiana. No entanto, ao acionar as reflexões de Haesbaert, Ferreira (2014) destaca o fato de que a territorialidade também pode remeter a uma dimensão imaterial, de representação, imagem ou símbolo de um território não-manifestado concreta e materialmente, a exemplo da “Terra Prometida” para os judeus.

É possível relacionar as Paradas do Orgulho com essa dimensão imaterial da territorialidade. Sabidamente, a sociedade ainda não superou os estigmas e preconceitos dirigidos às identidades LGBTI+. Tampouco é possível que afirmar que

essas pessoas conseguiram alcançar uma cidadania plena. No entanto, durante a realização da Parada, outro mundo parece alcançável. A Parada coloca em circulação a possibilidade de imaginar outras realidades nas quais viver com segurança, plenitude e dignidade seja o ordinário, não um desejo ou um horizonte de luta.

## **5.2 Espacialidades evocadas e conjuntos propostos**

Tendo em vista a elucidação das categorias propostas, e a fim de oferecer uma análise possível das espacialidades evocadas nas entrevistas, procedemos à divisão delas em três conjuntos, em função de critérios como as características de uso e apropriação, a duração histórica e a forma como foram lembradas. São eles: (a) Bares e Casas Noturnas; (b) Festas e Eventos; (c) Coletivos e ONGs. Os quadros abaixo sintetizam os espaços e territorialidades mencionados, distribuídos por conjunto, bem como assinalam por quais participantes foram, ou não, evocados. O recorte temporal assinalado refere-se, de maneira geral, ao momento de surgimento dos espaços, e não à sua duração. Entretanto, por se tratar de uma cronologia baseada no relato das entrevistadas e dos entrevistados, está suscetível a algumas imprecisões.

O Quadro 3 aponta que Lelei, desde a sua entrevista, já demonstrava uma intensa evocação dos bares e casas noturnas LGBTI+ na cidade, o que justifica o protagonismo assumido por ele no processo de identificação e, principalmente, mapeamento desses espaços. O Café Muzik foi citado por todos os entrevistados e, talvez, figure como o mais icônico espaço LGBTI+ de Juiz de Fora do período investigado. Nota-se, ainda, que as mulheres entrevistadas citam menos espaços, o que pode evidenciar a existência de uma segmentação dentro do grupo LGBTI+ com menor oferta de locais destinados a elas. O Quadro 5 indica que as pessoas trans entrevistadas evocaram maior número de Coletivos ou ONGs, o que pode ser um indicativo do protagonismo assumido pelo movimento trans e travesti na cidade, na última década.

Quadro 3 – Bares e Casas Noturnas

		Michel	Sol	Oswaldo	Marcelo	Brune	Mônica	Lelei	Tallia	Thiago
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
antes de 1990	Babilônia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Raylon	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Marrakesh Bar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Pau e Corda Bar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Marra Dancing	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
década de 1990	Efeito Laranja	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Acrópole	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Calígula	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Of Beat	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Blade	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Café Muzik	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Angu & etc.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Seta Dancing	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Papilon	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	People Bar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
anos 2000	Café Acústico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Stand Up	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Rocket	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Trend Club House	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Club 43	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	La Cucaracha	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Queens Bar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

legenda  citado  não citado

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 4 – Festas e Eventos

Festas e Eventos				Michel	Sol	Oswaldo	Marcelo	Brune	Mônica	Lelei	Tallia	Thiago
antes de 2000	Miss Brasil Gay											
	Desfile de Drags no Calçadão											
	Rainbow Fest											
anos 2000	Parada Gay JF											
	Stomp (e outras festas gays)											
	Blocos de Carnaval (Realce, Súbita)											
	Makoomba											
	Kaô Funk											
	Baile do Manifesto											
	Marcha Trans											
	Caminhada Lésbica											

legenda  citado  não citado

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 5 – ONGs e Coletivos

Coletivos e ONGs				Michel	Sol	Oswaldo	Marcelo	Brune	Mônica	Lelei	Tallia	Thiago
anos 2000	MGM											
	Remiwl											
	Maria Maria											
	Capoeira											
	VisiTrans											
	Ballroom Kunt JF											
	Centro de Referência LGBTQI+											
	ASTRA											
	Transtornados											

legenda  citado  não citado

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Vivemos em uma sociedade hegemonicamente ancorada em padrões heterossexuais de comportamento e de expressões de gênero e sexualidade. Identidades LGBTI+ foram, histórica e culturalmente, produzidas discursivamente enquanto pecadoras, desviantes, degeneradas, doentes e, em alguns casos, criminosas pelas instituições de saber-poder religiosas, médicas e de Estado, sobretudo, a partir do século XIX, no seio civilização ocidental burguesa e europeia (Foucault, 2023). Compreender esse processo histórico de construção da degenerescência, que fundamenta o estigma associado às pessoas e afetos LGBTI+ ainda hoje, é imprescindível para que se entenda o processo de produção de territorialidades enquanto primordial para o florescimento e a consolidação de grupos e redes de sociabilidade que garantiram, historicamente, a sobrevivência dessas pessoas e gestaram os movimentos políticos organizados que eclodiram na segunda metade do século XX.

Os três conjuntos propostos nesta seção referem-se a produções de territorialidade mediante a apropriação dos espaços por grupos LGBTI+, orientada para a criação de ambientes onde a vivência de seus desejos e afetos sejam possíveis. Ao fazerem isso, em alguma medida, são capazes de alterar ou subverter as regras e condutas sociais normativas vigentes ali. Seja concreta ou simbolicamente, há o domínio do espaço, tornado território, pelo grupo que o apropria, ainda que por intervalos de tempo distintos e em meio a negociações em relações de poder.

Quando Oswaldo nos conta que a primeira sede do MGM exibia “*uma bandeira do arco-íris de 7 metros na fachada da casa*”, diz de um processo de territorialização do espaço, pois, diferentemente da heteronormatividade que regula e orienta os comportamentos e preconceitos na sociedade em geral, há, no MGM, a possibilidade de outras produções de verdade, de outras condutas e de outros discursos sobre as sexualidades, da qual a bandeira é símbolo. Outro indicativo disso é a ausência de separação por sexo dos banheiros da sede.

*Não tinha aquela divisão. Você entrava num banheiro, tinha uma pia e tinha duas cabines. Era isso, qualquer cabine podia ser de mulher ou de homem. Chegava lá, você entrava na que estivesse desocupada* (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).

Os processos de territorialização ficam ainda mais evidentes no conjunto Festas e Eventos. Diferentemente dos bares e casas noturnas que, geralmente, funcionavam/funcionam em um determinado imóvel de modo mais perene, as festas

e os eventos são caracterizados pela sua duração efêmera e transitória, comumente mensurada em horas. Além disso, os espaços em que ocorrem não são fixos (a exemplo das festas gays realizadas em diversos salões ou espaços de eventos da cidade, a depender das negociações dos produtores) ou, mesmo quando o são (a exemplo do *Rainbow Fest*, tradicionalmente realizado na Praça Antônio Carlos), apenas se organizam de acordo com o evento ou festa durante seu período de duração. Isto é, no tocante às manifestações LGBTI+, somente prevalecerão os códigos e condutas associadas à comunidade enquanto durar a festividade. No caso de salões ou espaços de eventos alugados, alteram-se códigos e condutas a depender da celebração que se realize ali. Já nos espaços públicos, uma vez finalizado o evento, volta a vigorar aquilo que é considerado normativo pela sociedade.

A fala de Michel a respeito da Parada Gay ilustra isso, ao reconhecer que, durante a Parada nos é permitido “*beijar na boca no meio da Rio Branco*” ou “*andar de mão dada em um lugar público*”, comportamentos interditados, ou, minimamente, desencorajados, nos demais dias do ano.

*Então assim, e a Parada do jeito que a gente faz é a nossa forma de expressar a nossa manifestação. É com alegria, é dançando, é beijando na boca no meio da Rio Branco, né? É podendo andar de mão dada ali num lugar público antes que você... onde você não podia de maneira alguma andar de mão dada* (Entrevista realizada com Michel, em março de 2024).

Os processos de territorialização, no entanto, não rompem radical e integralmente todas as barreiras ou restrições sociais. As territorialidades são constituídas em meio a relações de poder, de maneira que negociações lhes são intrínsecas. Se, por um lado, as festas e boates são capazes de instaurar um território em que as manifestações e vivências afetivo-sexuais LGBTI+ são autorizadas, por outro, não raras vezes reproduzem segregações raciais, de classe social, de idade, de padrões estéticos e corporais e, inclusive, de gênero. A própria localização das territorialidades no tecido urbano dá indicativo disso, uma vez que as desigualdades socioeconômicas também se manifestam na organização espacial e no ambiente construído das cidades.

Na sequência, abordaremos cada conjunto de espaços em um subcapítulo correspondente. Nosso objetivo é apresentar um breve histórico acerca do tema de cada item e, em seguida, apontar o que as entrevistas revelaram sobre Juiz de Fora.

### 5.3 Bares e Casas Noturnas

Segundo James Green (2019, p. 157), bares e cabarés frequentados por homens que buscam sexo com outros homens existem, em terras brasileiras, pelo menos desde a década de 1930, a exemplo daqueles que se localizavam na Lapa, área boêmia da cidade do Rio de Janeiro, antiga capital federal. A região, por concentrar “pensões, edifícios de aluguel, bordéis e quartos para alugar por hora”, dispunha de espaços que permitiam maior privacidade para interações, tanto homossexuais quanto heterossexuais. Circulavam por ali pessoas diversas e de distintas classes sociais, desde “funcionários públicos, jornalistas, profissionais de classe média, intelectuais boêmios e jovens de famílias tradicionais” a “ladrões de fim de semana, apostadores, cafetões, frescos e putas”. No entanto,

o ambiente relativamente descontraído da região boêmia do Rio não significa necessariamente que os homens interessados em sexo com outros homens estivessem livres da hostilidade social, ou que eles automaticamente se sentissem confortáveis para expressar com liberdade seus interesses homoeróticos em suas noitadas na Lapa ou nos distritos contíguos (Green, 2019, p. 158).

O autor afirma que, até meados dos anos 1950, não havia cafés, restaurantes, bares ou casas noturnas destinados a uma clientela exclusivamente homossexual no Rio, de forma que aqueles interessados em “interagir mais abertamente com outros homossexuais tinham de ‘ocupar’ um dado estabelecimento até que fossem pressionados a sair do local pela intervenção dos clientes, dos leões-de-chácara, do gerente ou do proprietário” (Green, 2019, p. 271). Dessa maneira, certos espaços passaram a ter uma ocupação homossexual efêmera, cenário que começou a mudar a partir dos anos 1960, quando alguns empresários notaram a existência de um mercado e diminuíram a hostilidade direcionada ao público gay. Com isso, surgiram os primeiros “bares gays” do Rio, muitos deles concentrados em Copacabana, que se consolidou como o palco mais vibrante da noite carioca, a partir dos anos 1940.

O golpe militar de 1964 não teve efeitos imediatos na subcultura homossexual, entretanto, fez-se sentir após a instauração do AI-5, em 1969. Green (2019) aponta que os anos entre 1969 e 1972 foram aqueles de maior restrição, e que após o período, os estabelecimentos comerciais de lazer passaram a funcionar com relativa liberdade. O incremento financeiro proporcionado pelo “milagre econômico” à classe média urbana fomentou o aumento da oferta de espaços destinados ao público

homossexual, diversificando-se entre saunas e casas de banho, boates e discotecas, bares e restaurantes, além dos cinemas.

No entanto, o autor chama atenção para a diferenciação de classe social causada por esse tipo de sociabilidade mediada pela capacidade de consumo, de modo que a vivência em certos espaços de “primeira linha” tendia a se restringir a uma elite que pudesse pagar os altos preços praticados, ao passo que outros estabelecimentos atendiam a uma clientela mais diversificada. Essa diferenciação também se manifestava no comportamento tolerado nesses ambientes, conforme aponta Green (2019, p. 410), ao afirmar que “as boates gays mais sofisticadas e elitizadas não eram necessariamente um antro de depravação e libertinagem”, de forma que em uma famosa discoteca chamada Sótão, localizada em Copacabana, em meados dos anos 1970, “os homens eram proibidos de se tocar enquanto dançavam”.

Muitos desses estabelecimentos atingiram um padrão internacional, integrando-se a um circuito turístico mundial gay, mas não somente, atraindo também heterossexuais simpatizantes. A influência estrangeira também se fez presente na “música *disco* que se ouvia ali” (Green, 2019, p. 410) e na exportação de travestis para a Espanha, França e Itália, verificada no final da década de 1970. Green (2019) destaca, ainda, que outro aspecto da expansão do mercado homossexual foi o significativo aumento de travestis e michês nas ruas dos maiores centros urbanos do país. A desigualdade social, intensificada durante a ditadura civil-militar brasileira, é apontada pelo autor como uma das causas da crescente comercialização e mercantilização do sexo no período.

A prosperidade econômica da classe média concedia a um número maior de pessoas a oportunidade de pagar por sexo. Ao mesmo tempo, a pobreza cada vez maior das classes mais baixas - no geral, excluídas dos benefícios advindos do milagre econômico - forçava seus membros a se prostituir para obter uma fonte de renda. Além disso, a dificuldade enfrentada por um homem efeminado para conseguir emprego algumas vezes o conduzia a essa profissão (Green, 2019, p. 413).

De fato, a prostituição em si não caracterizava crime, entretanto, a polícia podia recorrer a instrumentos diversos para acusar e chantagear as pessoas acusadas ou flagradas. Dentre o rol de acusações possíveis, James Green (2019) e Renan Quinalha (2021) destacam a prática da vadiagem, atentado público ao pudor, perturbação da ordem pública, corrupção de menores, prática de atos obscenos em público, furtos e roubos e uso de drogas.

Quinalha (2021, p. 42), ao analisar a repressão da ditadura contra a comunidade LGBTI+, afirma que ela não se compara àquela perpetrada contra os opositores do sistema ou os integrantes da resistência armada, fundamentada “na prática generalizada de desaparecimentos forçados, execuções sumárias, ocultação de restos mortais, versões falsas para assassinatos, torturas sistemáticas, prisões arbitrárias e inúmeras outras violações de direitos”. Entretanto, enfatiza que não se pode obliterar as outras formas de violência que foram direcionadas à comunidade, especialmente contra aqueles que não passavam despercebidos ou não agiam com a desejada discrição, socialmente.

O autor aponta que, nas ruas, geralmente essas pessoas eram alvo de batidas policiais ostensivas, constrangimentos públicos pela exibição de seus corpos ou exposição de suas práticas sexuais, chantagem e suborno, além de detenções. Quando detidos, eram levados para delegacias e prisões comuns, onde poderiam permanecer por horas ou por dias, e serem submetidos a um leque de humilhações e torturas, muitas vezes, relativas à orientação sexual ou à identidade de gênero.

Tanto Green (2019) quanto Quinalha (2021) afirmam que a intenção que respaldava tais práticas estava menos associada à eliminação de potenciais inimigos do regime do que à promoção de um “saneamento moral e uma higienização social” (Quinalha, 2021, p. 43), uma maneira de desencorajar as sexualidades dissidentes e expulsá-los dos espaços públicos e dos guetos ocupados por essa população. De fato, a expansão do mercado de consumo e o processo de abertura política, iniciado em meados dos anos 1970, são elencados por Quinalha (2021) como catalisadores da maior visibilidade social alcançada por homossexuais e travestis, o que justificaria essa campanha de repressão policial observada no período.

Lelei, ao comentar sobre o conservadorismo de Juiz de Fora, mesmo sendo uma cidade palco de vários eventos LGBTI+, menciona a ascensão financeira alcançada por muitas travestis que saíam do Brasil, e como isso servia – de certa maneira, mas não completamente – de blindagem contra as investidas pejorativas e preconceituosas às quais poderiam estar sujeitas. Tal fato demonstra como, em alguma proporção, a repressão e a violência motivadas por questões de orientação sexual e de gênero também são, historicamente, atravessadas por outros marcadores sociais na sociedade brasileira, adquirindo contornos diferenciados a depender de classe e posição social, por exemplo.

*A cidade era uma cidade homofóbica sim. Era menos do que era no outro lugar. A gente se sentia... A gente enfrentava também, sabe? As travestis já iam para a Itália, entendeu? Já eram muito abusadas, porque elas não podiam... né? Chegava aqui com carro novo, carro zero, né? Esfregava na cara de todo mundo. Então... Tinha uma ascendência financeira (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Como dito anteriormente, a expansão do mercado direcionado à clientela homossexual ensejou certa distinção social em função da capacidade de consumo. Juiz de Fora também confirmou essa regra geral, de modo que uma segmentação do público em certos estabelecimentos foi evocada nas entrevistas. Contudo, paralelamente, isso permitiu que um maior número de espaços para pessoas LGBTI+ surgisse na cidade, fomentando a ampliação e o surgimento de novas redes de sociabilidade.

Michel, por exemplo, cita a diferença de público entre duas casas noturnas que existiram no centro de Juiz de Fora, nos anos 2000: o Café Muzik, localizado próximo à avenida Rio Branco, e a Stand Up, localizada na avenida Getúlio Vargas. A própria localização das casas noturnas já fornece pistas para uma leitura geral de seu público majoritário, uma vez que, historicamente, o centro da cidade se consolidou de maneira que mais valorizada torna-se a região quanto mais próxima ela está da avenida Rio Branco, ao passo que menos prestígio a área possui quanto mais próxima está da zona da antiga várzea do rio Paraibuna, conforme apontado no Capítulo 4.

*[...] quando as casas estavam no seu auge... E aí isso é importante mesmo que era, é muito notória a questão de público. Você não via o público que ia na Stand Up, no final da Stand Up, no Muzik. Você não via. Que ali na Stand Up era um pessoal bastante periférico, bastante periférico mesmo. E ali você tinha as pessoas que mais sofriam preconceito. Ali você tinha muito travesti, ali você tinha muitos pretos, ali você tinha... Muito ali. Pouco você via isso no Muzik. Pouco você via. Elas iam? As travestis iam? Iam. Mas iam muito pouco (Entrevista realizada com Michel, em março de 2024).*

De acordo com a fala de Oswaldo, é possível observar que a distinção de público entre os espaços não se dava somente em função da classe social, mas também da orientação sexual.

*Na boate era só G. Era raríssimo aparecer uma menina. As travestis iam mais. Mas em minoria, se você considerasse os rapazes. Mas lésbica era muito pouco. Muito raro. Agora, no Gil tinha muita lésbica. E no Muzik também quase nenhuma. O Muzik acho que é a mesma coisa até hoje, só mais gay mesmo. A Blade ainda tinha umas pobrinhas, umas bichas mais de periferia, gente mais simples. O Muzik não, o Muzik já eram as mais ricas, o pessoal mais sofisticado. E o Gil era todo mundo, mas era mais a turma do Muzik. Era mais com a cara da turma do Muzik. A Stand Up, ali na Getúlio, ela já misturava mais, né? E a Stand Up, ela pegava um filão de quem não ia para*

*o Muzik. Ia para lá, mas lá tinha dark room<sup>27</sup>, lá era mais bagaceira assim, sabe? (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

As falas de Mônica e de Tallia reiteram a percepção de Oswaldo.

*O Muzik era um lugar ícone na época lá, mas era um lugar gay. Só tinha homem lá. 90% do que frequentava lá eram homens, e homens brancos também, né? O Muzik também é um local de classe média. Era gay... até hoje, tá? Até hoje. Para as mulheres não é tão fácil achar um local de mulheres lésbicas ou bissexuais, é muito difícil (Entrevista realizada com Mônica, em maio de 2024).*

*E nesse período tinha o Muzik, assim, que para as mulheres LGBT, ele não cabia, porque ele era... para a gente, ele era muito visto como um espaço para os homens LGBT's, né? Tinha noite dos homens, inclusive. Acho que era sexta-feira, alguma coisa assim. Eu nem sei se isso formalmente era colocado pela casa, mas na construção do coletivo, era (Entrevista realizada com Tallia, em junho de 2024).*

Desde o início do Miss Brasil Gay, em 1976, Juiz de Fora gradativamente assumiu certa posição de destaque no circuito gay regional e nacional, o que supomos ter contribuído para que espaços destinados a esse público surgissem em maior número com o passar do tempo, além da crescente visibilidade e ascensão financeira alcançada por parte da comunidade, conforme salientado anteriormente. Por meio das entrevistas, buscamos identificar a existência desses espaços na cidade e, quando possível, marcar o período dessa existência, ainda que de forma aproximada.

O mapeamento desses espaços, especialmente, os anteriores à década de 2010, foi feito por meio de um *tour* pela cidade, realizado na manhã do dia 10 de novembro de 2024. De posse da lista dos lugares evocados nas entrevistas, saímos eu, Jonas e Anderson, acompanhados por Lelei, para visitar os imóveis que abrigaram bares ou boates frequentados pela comunidade LGBTI+ na cidade. Esse *tour* durou cerca de duas horas, durante as quais Anderson e Lelei conversaram bastante e compartilharam memórias pessoais, tanto diante das edificações quanto ao longo do trajeto que percorriam para frequentar esses lugares. A memória de um ora apoiava ora confrontava a memória do outro. Por meio desse exercício, foi possível produzir os dados que originaram os mapas de localização dos espaços, bem como fotografar o atual aspecto dos imóveis, já que a maioria dos estabelecimentos não existe mais.

Lelei foi um importante colaborador nesse processo de identificação e mapeamento, porque tanto trabalhou como DJ quanto foi sócio de algumas boates na cidade, além de ter frequentado e de conhecer muitos dos estabelecimentos que

---

<sup>27</sup> Sem rigor de definição, o *dark room*, como a tradução literal “quarto escuro” sugere, é basicamente um ambiente sem iluminação, existente em algumas baladas ou festas, destinadas a práticas sexuais anônimas.

movimentaram a cena gay de Juiz de Fora. Natural de Tombos, ele se mudou para Juiz de Fora em meados dos anos 1980. Os amigos que fez na cidade contaram-lhe a respeito de duas boates, que já não existiam quando da sua chegada: Babilônia, que se localizava em um imóvel na parte baixa da rua Halfeld, em frente à praça da Estação, e Raylon, que funcionou em um pequeno imóvel na rua Benjamin Constant, em frente à praça do Riachuelo.

As entrevistas apontaram que, na época, o principal lugar frequentado pelo público LGBTI+ era o Marrakesh Bar, que se situava em um imóvel localizado na rua Espírito Santo, próximo à avenida Rio Branco, onde, anos depois, passaria a funcionar o Café Muzik. Marcelo, que chegou a Juiz de Fora em 1990, descreve o bar como “*fundamental quando nós falarmos de espaços LGBT na cidade*”. Segundo ele, o Marrakesh era sabidamente frequentado por homossexuais, entretanto, não se afirmava enquanto um bar gay. Possuía boa reputação quanto ao serviço oferecido e atendia a um público mais selecionado. Não funcionava no formato boate, mas como um bar/restaurante, contando com algumas apresentações artísticas.

*Quando eu cheguei em Juiz de Fora, no primeiro fim de semana, eu precisava de grana, eu fui vender ingressos no Marrakesh, onde é o Muzik, para o primeiro show da Adriana Calcanhoto aqui [...] ele era um bar icônico. Ele era um antiquário, as duas donas eram lésbicas, era um bar gay... Obviamente, naquele tempo ninguém ia falar que o Marrakesh era um bar gay, mas é um bar que acolhe todas as... as identidades, vamos dizer assim [...] um lugar para todo mundo. Só que todo mundo era gay [...] Era um público, obviamente, de um poder aquisitivo mais alto, mais 80% a 90% gay (Entrevista realizada com Marcelo, em abril de 2024).*

Lelei também cita outro bar do período, chamado Pau e Corda, cuja proprietária era uma travesti, que funcionou em três lugares diferentes: inicialmente na avenida Olegário Maciel, posteriormente na rua Roberto de Barros, e por fim na Avenida dos Andradas, próximo ao Largo do Riachuelo. Apesar de possuírem um público majoritariamente homossexual, em ambos, mas principalmente no Marrakesh Bar, demonstrações públicas de afeto no interior do estabelecimento eram coibidas.

*Tanto o Marrakesh, como o Pau e Corda, eles não eram bares gays abertamente. Você não podia beijar, você não podia abraçar, você não podia fazer nada. A gente abraçava, a gente beijava, tudo escondido, né? [...] No banheiro, aí assim a mão por baixo da mesa, de mãos dadas, entendeu? No corredor dava um beijo no pescoço... Era desse jeito, entendeu? Aí quando uma beijava mesmo, ela [a dona do Marrakesh] ficava louca... (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Lelei conta que certo dia a dona do Marrakesh, com quem começara a trabalhar fazendo algumas produções e de quem se tornou amigo, disse-lhe sobre a ideia de abrir um *dancing*. Assim surgiu o Marra Dancing, que segundo Lelei, foi uma “pré-

boate” em Juiz de Fora. Fortuitamente, Lelei acabou tornando-se DJ residente e comandou a pista da casa por alguns anos. Percebemos, na fala abaixo, que a ideia era estender a mesma restrição à demonstração pública de afeto existente no Marrakesh para o Marra Dancing, algo muito semelhante ao que Green (2019) relata sobre a discoteca Sótão, em Copacabana, conforme mencionado anteriormente nesta seção.

*E aí, um dia, eu estava no Marrakesh, a [dona do Marrakesh] falou assim: “Lelei, eu estou pensando em abrir um dancing”. Eu falei: “O que é dancing gente?”. “Ah, é uma boate. Porque aqui o Marrakesh tem um palco, aí meio que vira boate aí depois... Eu quero separar isso”. Aí ela alugou uma casa, ali no Largo do Riachuelo... Chamava Marra Dancing, de Marrakesh.*

*[...]*

*“Ah que ótimo, uma boate. Ah [omissão do nome da dona], vai ser ótimo e não sei o quê...”. [Ao que ela responde] “Mas eu não quero que seja gay... Não pode... Não quero essa beijação, essa confusão...” (risos).*

*[...]*

*E aí eu comecei a trabalhar, e aí a boate virou gay... ali surge Fernanda, Fernanda Müller faz a transição dela [...]. Ela ia para lá e ficava, e ainda era menino, né? Chegava lá 10h da noite, saía 5h da manhã, porque tinha que voltar para casa de ônibus. E ônibus só funcionava 5hs da manhã para Santa Efigênia. E aí ela era menor, quando o Juizado de Menor chegava, escondia ela na horta (risos). Era isso daí, era isso [...]. [A casa] era pintada de rosa e branco. Ali foi a pré-casa gay. Pré-boate (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Já no início dos anos 1990, Marcelo e mais quatro amigos criaram o Efeito Laranja, um bar que funcionou por um ano no prédio do antigo Diretório Central dos Estudantes (DCE), atual Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora (CECOM-UFJF). Segundo o entrevistado, o Efeito Laranja foi um lugar onde experiências e experimentações ligadas ao corpo foram possíveis, particularmente, por ser uma propriedade federal.

*E Efeito Laranja foi o bar mais louco que essa cidade já teve, onde todas as experiências culturais, artísticas, inclusive com performances envolvendo corpo [...] nós tivemos lá. E muitos casais e... E como era um espaço federal, como é um espaço, a Polícia Militar não podia entrar. Então era uma Babel [...]. Efeito Laranja apresenta “Ré Bordosa” [...] foi uma das festas mais icônicas que a gente fez. Então isso muda a cena... Durante um ano, nós cuidamos da cena LGBT de Juiz de Fora. LGBT, punk, friendly, porra louca.*

*[...]*

*Era um período de muita liberdade. Mas nós, muitos jovens, perdemos o controle... e aí virou libertinagem... e aí foi quando o projeto morreu. O projeto durou um ano. 17 de maio de 1990 a 17 de maio de 1991. É um parêntese na vida LGBT de Juiz de Fora. (Entrevista realizada com Marcelo, em abril de 2024).*

Figura 22 – Panfleto de divulgação da festa “Ré Bordosa”, produzida pelo bar Efeito Laranja



Fonte: Acervo pessoal de Marcelo (Foto tirada pelo autor em 19 nov. 2024)

Por volta de 1992, aproximadamente, Lelei e alguns sócios inauguraram a Acrópole. No mesmo espaço, funcionara o Vivabella, uma boate muito tradicional em meio à sociedade juizforana heterossexual, mas que entrou em declínio. De acordo com Lelei, grande parte da infraestrutura existente foi aproveitada no novo empreendimento voltado ao público gay.

*O Vivabella era no Mergulhão. Em cima do Mergulhão, ali. Era um pedaço do Sport Club. Uma portinha assim no Sport Club. Tem até a marca da porta até hoje lá. E o Vivabella funcionou durante 30 anos, 35 anos. E aí foi caindo [...]. A boate era muito bem montada, tinha televisões em cima... Na época não tinha telão, né? Comprou a maior televisão que tinha e colocou em cima, assim. Aí passava o clipe na televisão.*

*[...]*

*E aí abrimos a Acrópole, que era nesse lugar onde era o Vivabella [...]. Reformou assim pouquíssima coisa. Estofamento era o mesmo. Só pintou a frente... Deu um tapa! E aí abriu. Demorou... A inauguração ficou bem cheia... Mas demorou para pegar, mesmo, uns dois meses. Porque as pessoas*

*estavam acostumadas a fazer pegação na rua, a ficar na rua, a ir só para bar beber (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Entretanto, Lelei afirma que, com o passar do tempo, a boate virou um sucesso, passando a atrair tanto o público local quanto das cidades vizinhas. Dois anos e meio após a inauguração da boate, no entanto, ela encerrou suas atividades em decorrência da finalização do contrato de locação por uma demanda do Sport Club.

*A boate, Wellington, lotava quinta, sexta, sábado, domingo. Quinta, sexta, sábado, domingo. A quantidade de gente da região que vinha para Juiz de Fora, para a boate, era algo de... Quando tinha festa, pegava o carro do [omissão do nome de um dos sócios] e ia divulgar as pessoas em volta, os colonistas, as pessoas, a rádio, dava entrevista em rádio... para divulgar a boate. Virou um acontecimento, a boate [...]. Com dois anos e meio, o Sport pediu o espaço. Aí o [omissão do nome de um dos sócios] fez uma contraproposta, eles jogaram o aluguel lá em cima para não manter a boate, obviamente (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Com o fechamento da Acrópole, Lelei conta que os donos de outra casa noturna heterossexual, também em declínio, chamada Abaeté, entraram em contato com o intuito de abrirem uma nova boate gay. Surgiu a Of Beat. Dessa vez, houve a necessidade de adequação do espaço, que era um imóvel residencial, e transformá-lo em uma casa noturna.

*Aí fiz um desenho do que precisava para poder transformar a casa numa pista de dança, que tinha umas paredes... “Quebra as paredes. Faz não sei quê? Passa o bar pra cá...”. [...] levei um monte de gente lá pra me dar uma força...E fizemos uns quadros de homens, mulheres, Rita Hayworth, não sei o quê... em preto e branco, e colocamos na janela, assim. Aí você olhava e não via a janela por dentro. Você só via os quadros grandes. Então, assim, transformamos, colocamos iluminação, comprou equipamento, eles deram uma investida e ali virou Of Beat. Of Beat, traduzindo, é “no ritmo”. E ali funcionou uns quatro anos e meio, cinco (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Michel, por sua vez, conta que a Of Beat habitou seu imaginário, por saber que ali funcionava uma boate gay, embora nunca tenha chegado a frequentá-la. De certa maneira, isso indica como a boate, gradativamente, passou a integrar tanto o ideal quanto o cotidiano relativo ao lazer e diversão gay.

*O primeiro foi no meu imaginário, que era aquela boate ali na... que eu nunca fui, mas era no meu imaginário quando eu passava de ônibus, porque eu sabia que ali tinha uma boate gay do lado da praça... dos Três Poderes [...] Não sabia nem o nome, mas aquele ali foi o primeiro lugar... na esquina... que eu queria ir na minha vida porque eu sabia que ali tinha uma boate gay, mas eu não fui (Entrevista realizada com Michel, em março de 2024).*

A partir da segunda metade da década de 1990 houve uma ampliação dos estabelecimentos voltados ao público LGBTI+ na cidade. Alguns abriram e fecharam rapidamente, enquanto outros duraram por mais tempo. Fernanda Müller (*in*

*memoriam*), que se consagraria como uma importante artista e militante travesti na cidade, foi proprietária de duas casas noturnas: Calígula e Blade, ambas localizadas próximo às margens do Paraibuna. Segundo Oswaldo, na Blade, além da pista de dança comandada por DJ's, a certa altura da noite também aconteciam shows de *drag queens*, apresentados pela própria Fernanda.

O Vivabella chegou a reabrir, no final da década de 1990, na rua Dr. Romualdo, mas fechou. No mesmo lugar, reabriu a Acrópole, mas também fechou. Posteriormente, existiu ali o Seta Dancing. De acordo com Lelei, não era um lugar abertamente gay, mas muito frequentado pelo público.

*Muito bacana o lugar. A decoração era assim, carros dentro da parede, entrando dentro da parede, moto, traseira de moto, capô de carro, dependurado... Chamava Seta Dancing. O [omissão do nome do dono] também era LGBT. E aí, começou a chegar o público LGBT. Mas a boate também ficou nessa linha "não posso beijar, não posso...". De vez em quando saíam uns beijos, o [omissão do nome do dono] morria de rir e deixava tocar o barco, mas não era uma boate gay (Entrevista realizada com Lelei, em maio de 2024).*

Ainda segundo Lelei, a Papilon foi uma boate que teve curta duração e funcionou em um imóvel na rua Padre Café. Já o Angu & etc, por sua vez, foi um bar também frequentado pelo público LGBTI+. Durante o *tour*, Lelei apontou-nos a sua localização na avenida Itamar Franco (antiga Independência) que, de acordo com ele, remonta ao final da década de 1990. Entretanto, um depoimento (Figura 23) disponível na página eletrônica do jornal local *Tribuna de Minas*, na matéria intitulada "Juiz de Fora: GPS afetivo", de 2015, revela que, ao longo de sua existência, o bar funcionou em outros espaços.

Figura 23 – Depoimento sobre o Angu &amp; etc

Terça-feira, 1 de dezembro de 2015

## Angu & etc.



O Angu & etc. funcionou em diferentes endereços durante sua vida em JF, na antiga Avenida Independência, no Alto dos Passos e na Rua Antônio Passarela. Mais que um bar, o espaço era difusor da cultura local, com música ao vivo dos artistas locais e lançamentos de livros e aberturas de exposições frequentadas por diferentes gerações entre os anos 1980 e 2000, quando as atividades foram encerradas de vez. Além disso, o tradicional angu com queijo ralado ainda perdura na memória gustativa de muitos que passaram suas noites por lá.

*"Depois do Balcão, o Angu & Etc foi, na minha opinião, o bar que conseguiu reunir uma nova geração de músicos e artistas na cidade. Sob o comando da jornalista Welaine Elias, a calçada da avenida Independência (me recuso a chamá-la por outro nome) viveu as mais intensas conversas e discussões sobre o movimento cultural de Juiz de Fora. Fui, como diziam, 'vassourinha' do Angu e lá me apresentei como músico por inúmeras vezes. O palco (se é que podemos chamar assim) era mínimo, mas o suficiente pra caber todos os ideais de uma geração que fez (e faz...) acontecer no país. Por ali passaram Emmerson Nogueira, Adilson Santos, PC Ramos, Cacáudio, Renata Santos, Cristiane Visentim, Marcela Lobbo, Janaína Theodoro, Mirinha Alvarenga, Jac Castorino, Rogério Freitas, Leandro Ramalho, Marcelo Correa, e outros tantos que fogem à memória agora. No Angu também fiz o lançamento de um livro meu, e ali chorei, conheci novas pessoas, amigos, namorei, tive raiva, fiz fofoca, redesenhei o logotipo, fiquei bêbado, aprendi a cozinhar. Estar na calçada da Independência (e até mesmo poder estacionar nela) de madrugada e poder acenar para um amigo que passava de carro ou mesmo a pé não tinha preço. E terminar a noite, mesmo que em outro lugar, comendo uma cumбуquinha de angu quentinho, e ainda por cima jogando aquele queijo ralado pra derreter na hora também era impagável. E o Oswaldo Diniz tirando fotos e mais fotos pro mural do bar, registrando todas as atividades lícitas e ilícitas dos frequentadores... O Angu foi um bar onde aprendi a respeitar a diversidade cultural, social e sexual das pessoas. Maurício (o melhor garçom de Senador Firmino), Anísio (diretamente da Casa Rosada – vou escrever sobre ela depois), Ligia, Welaine, Dona Maria Helena, Bel, Soninha, Beth, e quem mais não lembro o nome... Valeu cada colherada dessa polenta cultural." Luiz Augusto (Knorr)*

Fonte: Página eletrônica do jornal Tribuna de Minas, 2015 (Captura de tela feita em 08 jan. 2025).<sup>28</sup>

<sup>28</sup> PESSÔA, Júlia. Juiz de Fora: GPS afetivo. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 08 nov. 2015. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/08-11-2015/juiz-de-fora-gps-afetivo-2.html>. Acesso em: 08 jan. 2025.

Em 1999, entrou em funcionamento o Café Muzik, um dos mais longevos e tradicionais espaços associados à noite gay juizforana, ainda em operação. Situado no mesmo imóvel que abrigou o Marrakesh Bar, o estabelecimento não é exclusivamente LGBTI+, entretanto, as festas das noites de sexta-feira atraíam um público majoritariamente masculino e homossexual, como já mencionado anteriormente.

As baladas do Muzik marcaram a cena gay da cidade durante as duas primeiras décadas dos anos 2000. Na minha trajetória pessoal, foi a casa noturna que mais frequentei durante o período em que morei em Juiz de Fora, entre 2013 e 2020. Ali, tive vivências que me ensinaram muito sobre a cultura e o meio gay. Em um trecho de sua entrevista, Oswaldo afirma: “*Eu me lembro bem que eu não sabia ser gay igual eles eram*”, referindo-se ao período do início do namoro com Marquinho e da construção da sua identidade gay. Assim como ele, eu também não sabia. No Muzik, frequentei as primeiras festas gays, aprendi códigos e condutas, modos de me vestir e de me comportar em espaços como aquele, conheci outras pessoas, diverti-me com amigos e, também, tive meus dissabores. As experiências – compreendidas enquanto atravessamentos, como propõe Jorge Larrosa (2002) – vivenciadas no Muzik exerceram um papel pedagógico na construção da minha identidade enquanto homem gay. Para Michel, o Muzik também ocupa esse lugar de importância pessoal, um lugar de descobertas e experiências.

*E ali eu fui descobrindo várias coisas. Eu fui descobrindo as pessoas... Eu fui descobrindo um monte de coisa. Foi no Muzik. Por isso que eu tenho um carinho muito grande pelo Muzik.*

[...]

*Hoje, profissionalmente, por exemplo, eu devo toda a minha vida profissional às minhas... às festas que eu fazia e ao Muzik. O Muzik pra mim, ali, foi uma escola de aprendizado onde eu tinha que fazer. E eu vi as pessoas sendo mudadas. Então, assim, mudou a minha vida (Entrevista realizada com Michel, em março de 2024).*

Bares, baladas e casas noturnas gays compõem uma complexa gama de espaços que fazem circular pedagogias da sexualidade, ou mais especificamente, da homossexualidade. Renan Quinalha (2022) chama atenção para o fato de que as esferas primárias de socialização são, em sua maioria, anti-LGBTI+. De acordo com Guacira Lopes Louro (2023), somos impelidos, num processo social e político de constituição de sujeitos, a um contínuo enquadramento das expressões de sexualidade e de gênero àquilo que, por meio de um processo histórico e social, estabeleceu-se como “normal”, “natural” e normativo, referindo-se, na sociedade

ocidental, à identidade heterossexual. Assim sendo, a autora afirma que “a produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade” (Parker, 2023, p. 33).

No entanto, ao mesmo tempo em que essa produção histórica de discursos, ancorados em múltiplos jogos de saber-poder, lograram deslegitimar, patologizar e marginalizar as demais expressões de sexualidade e de gênero, instituindo-as como desvio, e por conseguinte, os sujeitos como desviantes, também fomentaram processos de resistência em meio a relações de poder (Foucault, 2023). Anderson Ferrari (2005) analisa como a dinâmica dos grupos organizados de ativismo e militância gays, ao exercerem um papel de luta pela conquista de direitos e superação dos preconceitos, reivindicaram para si a incumbência de produzir discursos capazes de estabelecer uma outra verdade acerca da homossexualidade.

Produzir discursos de verdade com o objetivo de dizer o que se é, como é, como agir é falar e ensinar como deve ser e agir. É assim que os grupos gays mantêm a dinâmica social, com a preocupação com a orientação sexual como definidora das identidades [...]. Para que o homossexual e a homossexualidade existam é necessário dizer o que é ser homossexual, de forma que esses discursos produzam sua natureza (Ferrari, 2005, p. 187).

O que está contido na afirmação de Ferrari é a compreensão de que as identidades, inclusive as sexuais, são forjadas em meio a uma cultura e em um determinado tempo histórico. Especificamente com relação à sexualidade, não há nada “natural”, mas uma construção permanente. Os sentidos e significados, incluídos os estigmas e preconceitos, associados aos comportamentos sexuais são lastreados culturalmente. A esse respeito, o antropólogo Richard Parker (2023, p. 171) sustenta que

Todos os machos e fêmeas biológicos devem ser submetidos a um processo de socialização sexual no qual noções culturalmente específicas de masculinidade e feminilidade são modelados ao longo da vida. É através desse processo de socialização sexual que os indivíduos aprendem os desejos, sentimentos, papéis e práticas sexuais típicos de seus grupos de idade ou de status dentro da sociedade, bem como as alternativas sexuais que suas culturas lhes possibilitam.

Se grande parte da sociedade, ainda, reproduz estigmas, preconceitos e violências que se baseiam na compreensão patológica e desviante das sexualidades periféricas, inaugurada pelo discurso médico-científico da sociedade europeia do século XIX (Foucault, 2023), a atuação dos grupos gays investe em produzir uma nova identidade, a homossexualidade enunciada a partir da vivência e dos saberes dos homossexuais. Além disso, orienta-se na direção de educar os homossexuais e a

população em geral. Alterar a forma como a sociedade enxerga e lida com as sexualidades dissidentes refere-se a uma ação educativa direcionada a esse propósito (Ferrari, 2005).

O Movimento Gay de Minas, em articulação com outras organizações do país, foi responsável por esse movimento em Juiz de Fora, como já demonstrado no Capítulo 4. A primeira década dos anos 2000 foi marcada por uma visibilidade até então inédita para a comunidade LGBTI+ brasileira, e que seguiu crescente nos anos seguintes. Muitas dessas conquistas são fruto das mobilizações e ativismos dos movimentos organizados. Como aponta Ferrari (2005), pertencer ao grupo gay conduzia, ou minimamente encorajava, o sujeito a assumir uma identidade gay política, ativista e militante publicamente. “Sair do armário” e se afirmar gay veio a integrar, portanto, uma das formas de construir esse sujeito homossexual.

A construção do orgulho associado ao “ser LGBTI+” – algo que ainda continua em processo – pode ser constatada, por exemplo, no maior ou menor grau de liberdade com o qual as pessoas assumem-se enquanto LGBTI+, ou com o qual podem frequentar lugares tidos como LGBTI+, atualmente. Nem sempre foi assim. Lelei conta que, na entrada da boate Of Beat, havia um biombo, de modo a permitir às pessoas entrarem no estabelecimento de maneira mais discreta: “*Aí as pessoas iam na direção do Mergulhão. E faziam isso. E voltavam. Entravam de costas. E faziam assim, de vergonha. De vergonha*”. Michel, Oswaldo e Tallia relembram como, na década de 90 e no início dos anos 2000, o acesso a esses lugares, muitas vezes, era feito clandestinamente e de forma sigilosa.

*E com ele, com o [omissão do nome parceiro de Michel na época], o primeiro lugar que eu fui, eu lembro que eu entrei assim, saí assim (gesticula com os braços à frente do rosto, em um movimento de quem não gostaria de ser identificado)... Eu me lembro direitinho disso, foi na... na Blade, na boate da Fernanda Müller. Eu entrei assim. E lá, quando eu entro na boate, eu vejo o sócio da minha tia, que também era gay. E eu falei assim: “Fudeu!”. Fudeu, né... Ninguém sabia, eu não tinha contado ainda nem para minha família (Entrevista realizada com Michel, em março de 2024).*

**Oswaldo:** “Essa aqui é uma boate gay, ahnn e tal”. Fiquei doido para ir lá conhecer, né? *Aí, um dia eu resolvi ir. O que que eu fiz? Fui, fiquei na esquina olhando lá para a porta, despistando. Andava para lá e para cá. E estou vendo que tá juntando uma filazinha na porta... E eu falei: “Não vou pra lá de jeito nenhum”. *Aí na hora que abriu a porta e que todo mundo entrou, não tinha mais ninguém, eu “vupt, pa pum”. Entrei. Entrei, ninguém podia me ver, ninguém me viu e tal.**

[...]

**Wellington:** *E você notava esse tipo de comportamento de outras pessoas?*

**Oswaldo:** *Sim! Ali na esquina que eu estava, tinha uns quatro, que eu vi lá dentro depois, sabe? Não era só eu que ficava nessa de entrar escondido, não. Tinha muita gente. Completamente diferente do que é hoje, entendeu?*

*Mas, na época, era um atrevimento. Era um atrevimento (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

*E aí a gente começa a frequentar muito o People, que era um bar [...] ali perto da Praça São Mateus, né? E aí, ele era um bar de dois andares, que você entrava no primeiro, e aí você subia, aí era o furduncinho, assim. Era super fechado e tal. E era uma coisa do tipo assim: “Se você está aqui, você está escondendo alguma coisa assim como eu”. Então, para todo mundo era um espaço seguro. E às vezes, assim, estava cheio no dia. Aí a gente ficava lá do outro lado, andando de um lado para o outro, não sei o que... aí quando esvaziava, entrava todo mundo... nosso grupo corria, atravessava. O pessoal da portaria já sabia quem eram as pessoas, já fazia comanda correndo, a gente subia... (Entrevista realizada com Tallia, em junho de 2024).*

Nos anos 2000, além do Café Muzik, outras casas noturnas surgiram, como a Stand Up, localizada na Getúlio Vargas, e o Café Acústico, na Avenida dos Andradas. Entrou em funcionamento, ainda, o People Bar, também conhecido como Bar do Gil, que se tornou um ponto de encontro para mulheres lésbicas e bissexuais, como já mencionado nesta seção. Além disso, um número maior de festas e eventos LGBTI+ passou a integrar a cena gay da cidade, que será abordado no próximo subcapítulo.

Já na década de 2010, especialmente em sua segunda metade, foram inaugurados novos estabelecimentos na cidade. O Rocket Pub, que atualmente é principal casa noturna LGBTI+ de Juiz de Fora, funcionou em outros dois imóveis antes da atual localização, na avenida Itamar Franco, em frente à escola Fernando Lobo: primeiramente na rua Moraes e Castro, no bairro Alto dos Passos, e em seguida na Avenida Itamar Franco, próximo ao cruzamento com a rua Espírito Santo. A Trend ClubHouse também foi inaugurada em imóvel situado na rua Moraes e Castro, em frente ao Shopping Alameda, e era inicialmente direcionada a um público mais selecionado. Posteriormente, foi transferida para uma edificação na Rua Silva Jardim, onde permaneceu até encerrar suas atividades.

O Club 43 foi uma casa noturna que funcionou em uma casa próxima ao Largo do Riachuelo, até o fechamento. Juntamente com o La Cucaracha, situado no bairro São Pedro, foram importantes lugares de sociabilidade para uma subcultura LGBTI+ mais contestatória e periférica, associada à negritude e à travestilidade. Por fim, o Queens Bar, situado na avenida Itamar Franco, próximo ao Rocket, tornou-se ponto de encontro e happy hour para a comunidade LGBTI+.

Vale destacar que é possível perceber uma maior diversidade de público nos espaços LGBTI+, à medida que vamos nos aproximando da atualidade. Além disso, ao mesmo tempo em que os espaços LGBTI+, paulatinamente, vão se deslocando da condição de gueto, as pessoas LGBTI+ passam a acessar outros lugares e a se

integrarem na sociedade com menos barreiras, ainda que isso se dê de maneira assimétrica a depender de marcadores sociais como gênero, raça/etnia, classe social e outros.

Mônica percebe essa mudança como um avanço.

*Hoje em dia, aí assim, mudou, né? Hoje em dia, a gente nem quer um bar só lésbico, um bar só gay, um bar LGBT só [...] até porque não é isso que a gente quer. A gente quer é isso, que todos os lugares sejam LGBT e que todo mundo seja respeitado em todos os lugares, né? Então acho que hoje em dia está mais misturado [...]. Então hoje em dia acho que é diferente. É muito diferente. Mudou muito. A gente tem muito caminho a percorrer, obviamente, sabemos disso. Mas que isso, não há comparação. Não há comparação (Entrevista realizada com Mônica, em maio de 2024).*

Marcelo, por sua vez, além de corroborar com essa percepção de que as pessoas LGBTI+ não desejam ficar restritas ao gueto, quando afirma que “Nesse processo da não-guetização, eu gosto de frequentar lugares onde caiba todo mundo, porque todo mundo é mais do que sua orientação sexual ou sua identidade de gênero”, reitera a importância de espaços exclusivamente LGBTI+ por serem, sobretudo, espaços seguros para a comunidade, especialmente na condição de turistas ou de pessoas não-assumidas.

*Então, entendo a importância de lugares exclusivos para a comunidade LGBTQIAPN+, sobretudo no turismo. Porque, quando você coloca a bandeirinha do arco-íris na porta do seu estabelecimento – isso não é muito usado no Brasil, infelizmente – numa situação de perigo, o turista vai correr para o lugar onde houver aquela bandeirinha na porta. Ali é um ambiente de segurança. Quando nós viajamos, a gente viaja para nos tornarmos vulnerabilidade. Nós gostamos do sabor da maré que o turismo vai nos levando, mas a questão da segurança é fundamental para nós. Então a importância da bandeirinha do arco-íris na porta é para falar: “Opa, aqui você está seguro”.*

*[...]*

*os bares, as boates, os espaços exclusivos para a população LGBT são fundamentais. Até porque nós temos muito LGBTs que ainda estão no armário e é lá que eles se soltam [...]. Então também muitas pessoas que ainda não têm a capacidade, a possibilidade, a coragem de se assumir, se assume nesses espaços. Eu não posso só tratar esses espaços como um gueto. Não, ele também é um paraíso. Gueto e paraíso, na realidade, são muito próximos, né? Dois extremos que se aproximam. Então, é fundamental. Porque também, nesses espaços, nós estamos de igual para igual. Nas mesmas condições (Entrevista realizada com Marcelo, em abril de 2024).*

Diante do exposto, defendemos que bares, boates e casas noturnas foram e continuam sendo relevantes espaços de sociabilidade para pessoas LGBTI+. Historicamente, tornaram-se pontos de confluência para uma população residente nos centros urbanos, seja ela nativa ou fruto da migração, muitas vezes vista como possibilidade de uma vida mais livre no anonimato das cidades. Os encontros oportunizados por esses e outros espaços catalisaram o surgimento de uma

subcultura LGBTI+ ou, nas palavras de Quinalha (2022, p. 21), “de um universo particular de sentidos e valores que dão coesão a um grupo”.

Os debates realizados em meio a esses grupos e em articulação com outros movimentos, em grande medida, gestaram a construção de outros entendimentos acerca das identidades e das expressões de sexualidade, para além do pressuposto universal do sistema sexo-gênero heteronormativo. Decorre disso a organização de ativismos em torno de pautas políticas, reivindicando legitimidade e direitos, ainda que em cenários hostis e de pouca aceitação.

Assim sendo, argumentamos que esses espaços podem ser considerados como detentores de valor patrimonial, por terem sido fundamentais para a emergência de identidades e movimentos organizados na busca pela superação do estatuto de doença e desvio associado às homossexualidades e demais sexualidades dissidentes. Além disso, constituem-se em lugares de existência e resistência para essas pessoas que, a despeito de todo um ordenamento social orientado para a supressão de suas vivências e corpos, lograram existir e resistir com coragem, ousadia e inventividade, forçando o fissuramento e a desestabilização dos regimes de verdade que, até então, alicerçavam as crenças e condutas sociais.

Ancorados nesse entendimento, os esforços de mapeamento dos espaços evocados nas entrevistas ensejaram a elaboração dos mapas apresentados a seguir, tendo sido adotada a divisão temporal por décadas. Destacamos, a título de referência, a poligonal formada pelas avenidas Barão do Rio Branco, Getúlio Vargas e Presidente Itamar Franco (antiga Independência), que delimita o núcleo do Centro da cidade. De maneira geral, percebemos uma concentração maior dos espaços na região central e bairros circundantes.

Como já mencionado no Capítulo 4, as entrevistas apontaram que a cidade não parecia dispor de muitos bares ou casas noturnas voltadas à população LGBTI+ na década de 1980. Entretanto, a respeito dos estabelecimentos identificados, o mapa (Figura 26) aponta uma concentração próxima ao Largo do Riachuelo. À época do surgimento da ocupação que deu origem a Juiz de Fora, essa região era dominada por pântanos e por uma grande lagoa, conhecida como Lagoa da Gratidão. Segundo Camila Brasil (2013), uma vez que o povoado não possuía sistema de esgoto, nem cemitério, o local era usado para descarte de dejetos e sepultamento de corpos. Por seu turno, Patrícia Junqueira (2006) aponta que, por volta de 1860, o local também

serviu de assentamento temporário para os colonos alemães, que se instalaram na cidade por intermédio da Companhia União e Indústria.

Yuri Barbosa (2017) destaca que o desenvolvimento do núcleo urbano de Juiz de Fora apresentava certa segregação espacial já na segunda metade do século XIX, evidenciando uma elitização em direção à porção sul da rua Direita (atual avenida Rio Branco), denominada Alto dos Passos, oposta à região do Largo do Riachuelo. Afirma o autor

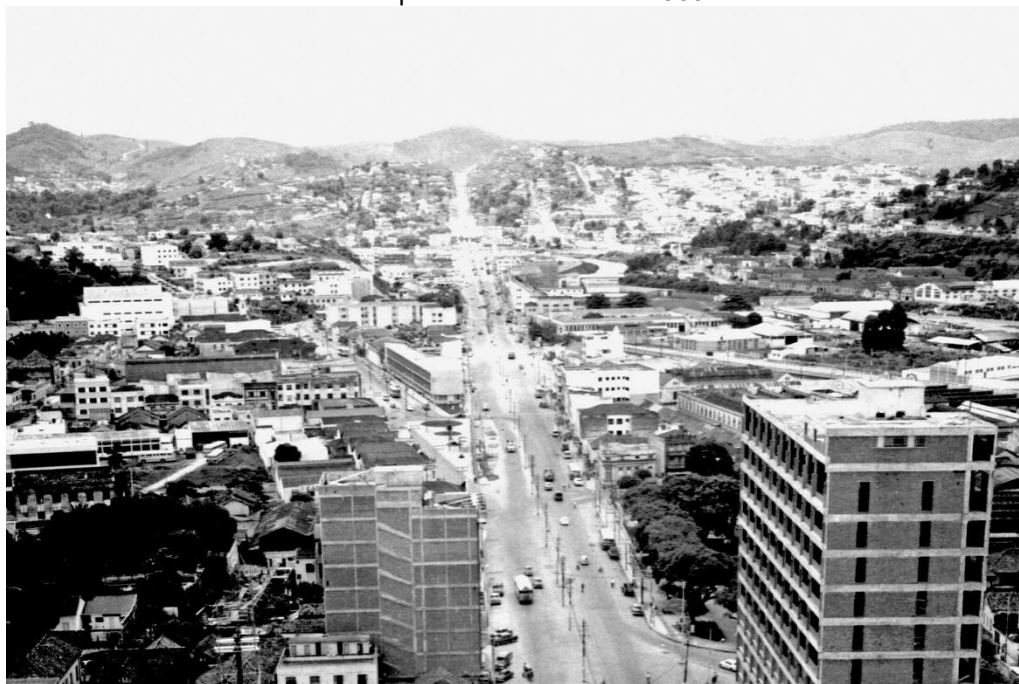
No que diz respeito à segregação espacial, nota-se, já nesta época, uma elitização do Alto dos Passos. [...] o bairro passa a ser alvo de investimentos privados em infraestrutura, como em 1875, quando o Barão de Bertioga, morador do bairro, adquire um manancial e constrói um chafariz para uso coletivo (Barbosa, 2017, p. 48).

Ainda de acordo com Barbosa (2017), as obras de drenagem e aterramento da lagoa só foram executadas no final do século XIX. O material proveniente do desmonte de uma elevação próxima, conhecida como “Morro de Pedro Schubert”, foi transportado e depositado na área alagadiça, resultando na criação do Largo. Isso possibilitou que a rua Direita fosse estendida na direção norte, interligando o núcleo central com o povoamento que se consolidava na margem oposta do rio Paraibuna.

Patrícia Almeida (2008, p. 60), por sua vez, aponta que, no início do século XX, o Largo do Riachuelo era a região da cidade com a maior concentração de pessoas negras e pobres. No local, havia diversas “casas de tavolagem e inúmeras espeluncas” onde mulheres de “índole duvidosa e vadios” se divertiam ao som do batuque dos negros e “perturbavam os moradores da região que frequentemente chamavam a polícia para reprimir as badernas noturnas”.

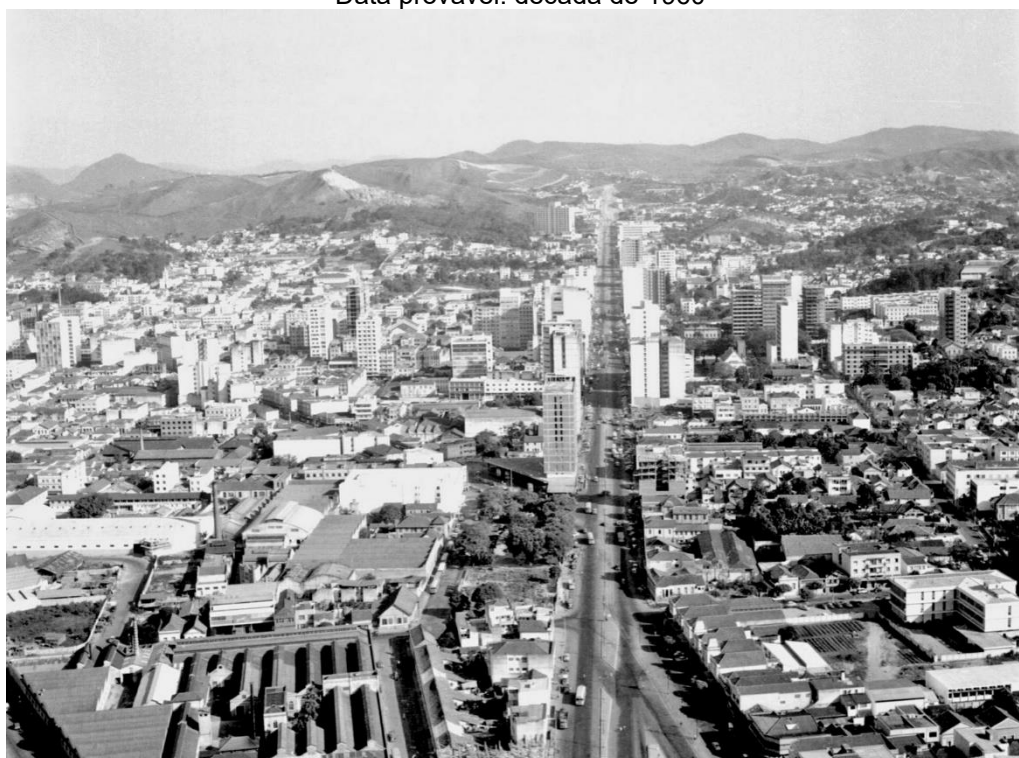
Diante do exposto, é possível vislumbrar o desenvolvimento periférico que marca as imediações do Largo do Riachuelo em relação ao núcleo urbano centro-sul. A ocupação dessa área, historicamente, está associada a grupos marginalizados socialmente, o que pode ter contribuído para que, na década de 1980, momento em que ainda não havia a consolidação de um mercado LGBTI+, existisse ali certa concentração de espaços destinados a esse público.

Figura 24 – Largo do Riachuelo e Av. Rio Branco (Vista para a Garganta do Dilermando)  
Data provável: década de 1960



Fonte: Blog Maria do Resguardo, 2011 (autor não identificado)<sup>29</sup>

Figura 25 – Largo do Riachuelo e Av. Rio Branco (vista para o Alto dos Passos)  
Data provável: década de 1960



Fonte: Blog Maria do Resguardo, 2011 (autor não identificado)<sup>30</sup>

<sup>29</sup> Disponível em: [https://www.mariadoresguardo.com.br/2011/04/vista-panoramica-de-juiz-de-fora-decada\\_1904.html](https://www.mariadoresguardo.com.br/2011/04/vista-panoramica-de-juiz-de-fora-decada_1904.html). Acesso em: 18 fev. 2025.

<sup>30</sup> Disponível em: [https://www.mariadoresguardo.com.br/2011/04/vista-panoramica-de-juiz-de-fora-decada\\_05.html](https://www.mariadoresguardo.com.br/2011/04/vista-panoramica-de-juiz-de-fora-decada_05.html). Acesso em: 18 fev. 2025.

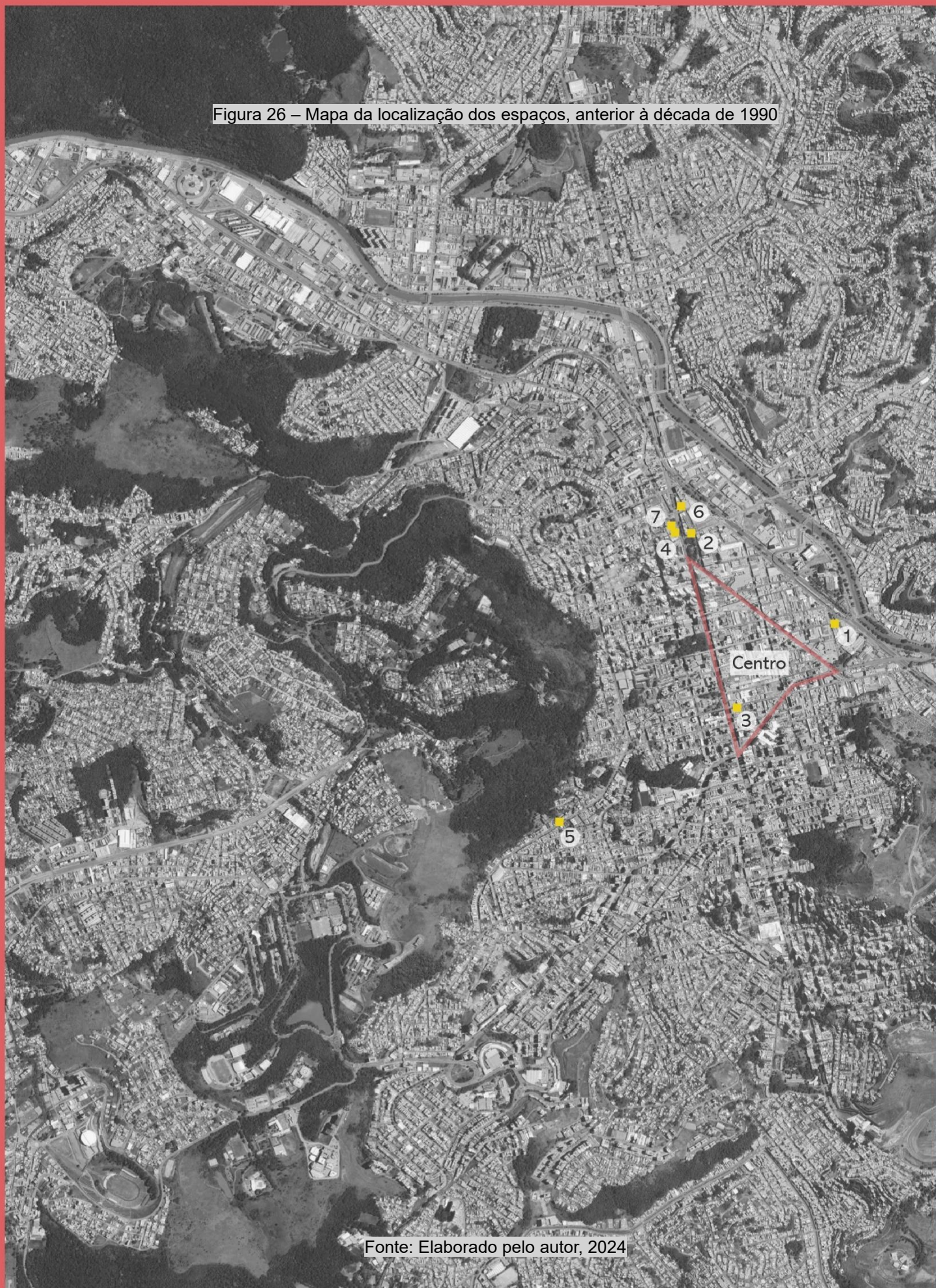
Entretanto, o mapa da década de 1990 (Figura 27) já demonstra uma ampliação no número desses espaços e uma incipiente dispersão em direção à zona sul da cidade, especificamente o bairro São Mateus, tendência que se intensificou nos anos 2000 (Figura 28). Essas duas décadas marcam um período de consolidação e expansão de um mercado LGBTI+, tanto na cidade quanto no país, além da paulatina conquista de direitos respaldados pela Constituição de 1988.

Cabe salientar, como destaca Quinalha (2022, p. 129), que essa “combinação singular entre visibilidade e mercantilização” também levou a um aprofundamento da divisão de classes dentro da comunidade, “estigmatizando LGBTI+ mais pobres enquanto as mais abastadas gozam dos privilégios de sua posição na hierarquia social”. A ocupação de espaços em bairros mais privilegiados, como São Mateus e Alto dos Passos, tem seu preço, seja literalmente por meio dos valores de aluguel dos imóveis, seja simbolicamente, induzindo a uma seletividade de público que, geralmente, passa por marcadores sociais como raça e classe.

Dessa maneira, é preciso considerar que todas as pessoas entrevistadas identificaram-se como brancas e pertencentes a uma classe média, ainda que nem todas sejam da região central da cidade. Isto posto, acreditamos que a realização de outras pesquisas que tenham maior alcance de territórios e maior diversidade de classe social e raça são necessárias para que outras espacialidades e territorialidades sejam identificadas em diferentes áreas da cidade, e contribuam para uma análise mais ampla e complexa das apropriações espaciais da comunidade LGBTI+ juizforana.

Por fim, constatamos que grande parte dos espaços em Juiz de Fora, senão todos, foram instalados em construções já edificadas, ou seja, as obras, quando existentes, foram orientadas no sentido de reforma e adequação desses imóveis às necessidades do negócio que ali seria instalado, fosse um bar ou uma casa noturna.

Figura 26 – Mapa da localização dos espaços, anterior à década de 1990



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Legenda

■ antes de 1990

1. Babilônia

2. Raylon

3. Marrakesh Bar

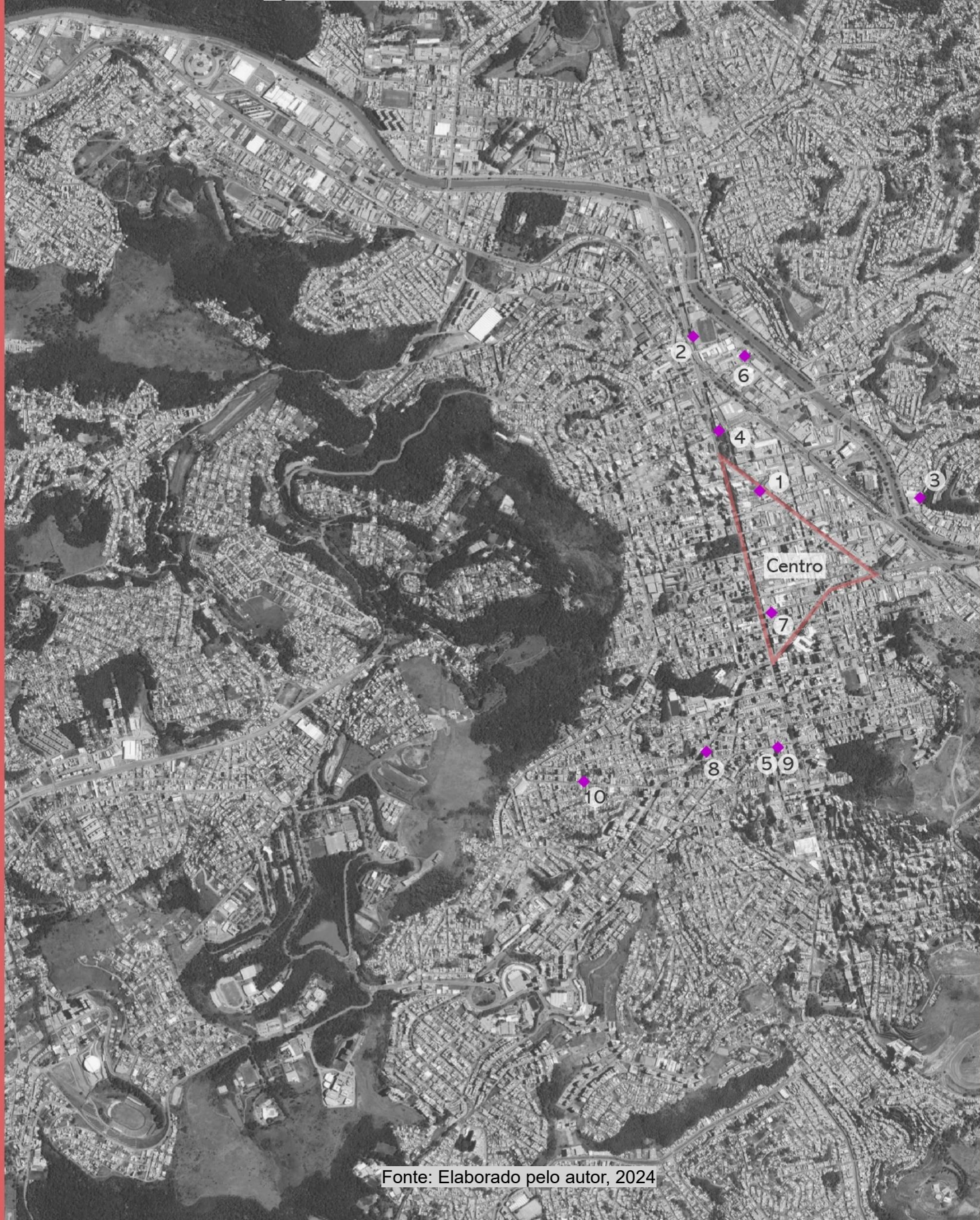
4. Marra Dancing

5, 6 e 7. Pau e Corda Bar

0 500m



Figura 27 – Mapa da localização dos espaços, década de 1990



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Legenda

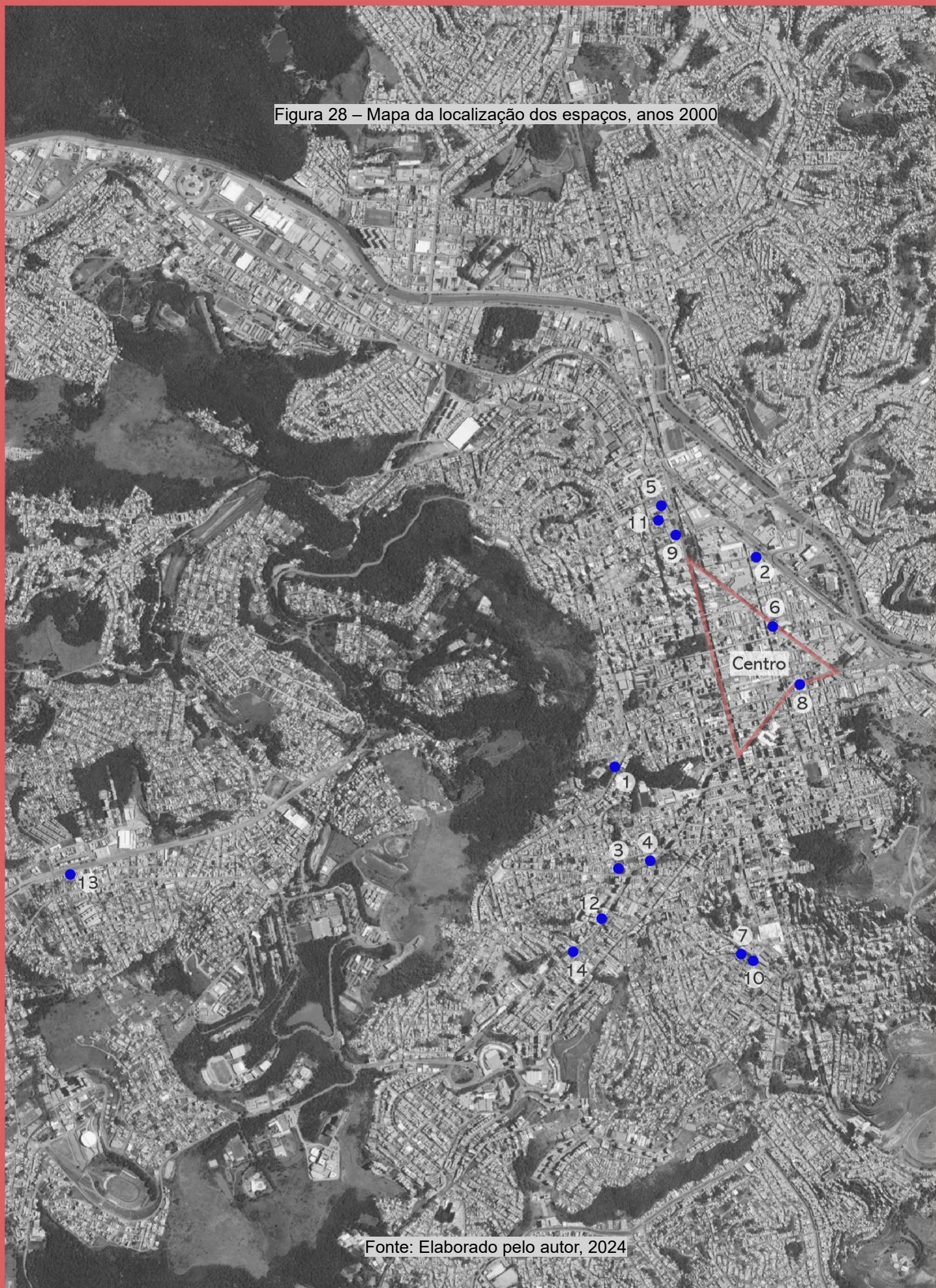
◆ anos 1990

- |                   |             |                 |             |
|-------------------|-------------|-----------------|-------------|
| 1. Efeito Laranja | 4. Of Beat  | 7. Café Muzik   | 10. Papilon |
| 2. Acrópole       | 5. Acrópole | 8. Angu & etc.  |             |
| 3. Calígula       | 6. Blade    | 9. Seta Dancing |             |

0 500m



Figura 28 – Mapa da localização dos espaços, anos 2000



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Legenda

● anos 2000

1 e 2. MGM

3 e 4. People Bar

5. Café Acústico

6. Stand Up

7, 8 e 12. Rocket Pub

9. Club 43

10 e 11. Trend Club House

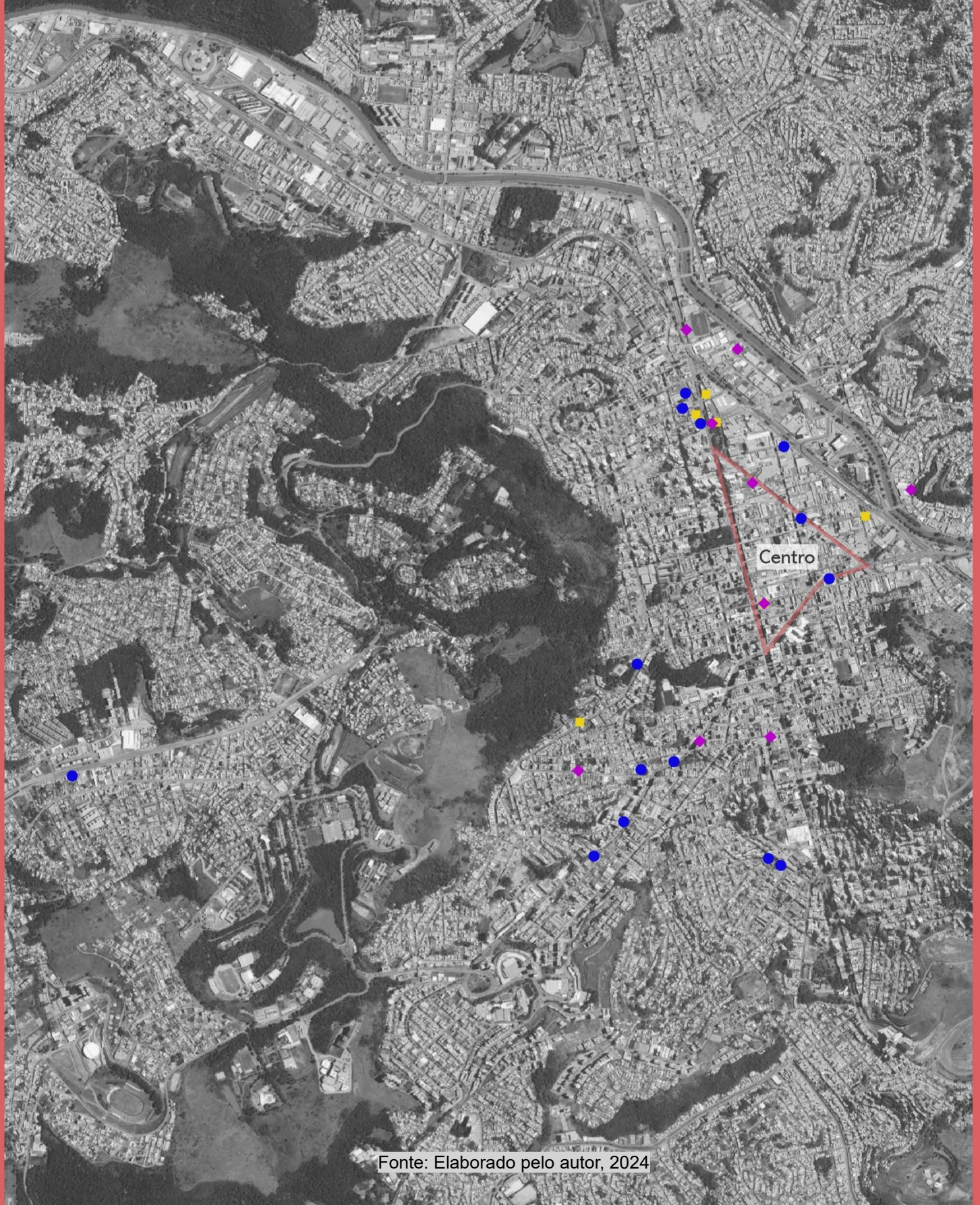
13. La Cucaracha Bar

14. Queens Bar

0 500m



Figura 29 – Mapa da localização dos espaços, décadas sobrepostas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Legenda

■ antes de 1990    ◆ anos 1990    ● anos 2000



## 5.4 Festas e Eventos

As festividades são comumente associadas a momentos em que há algum grau de suspensão, ou pelo menos, de flexibilização de regulações sociais, como apontado por Marcos Felipe Sudré Souza (2010). No Brasil, o carnaval tornou-se uma das principais festas populares em que subversões do sistema sexo-gênero normativo<sup>31</sup> podem ser vivenciadas mais livremente. Green aponta que (2019, p. 96), pelo menos desde o final do século XIX, o carnaval já proporcionava “a oportunidade para desafiar os costumes sociais num espaço público, com a prática aberta do travestismo nos bailes de máscaras, quando as restrições legais a tais atitudes eram temporariamente suspensas”.

No entanto, o autor argumenta que a possibilidade dessas vivências mais livres estar confinada somente aos dias da festa momesca, mais do que borrar as diferenças sociais existentes, acaba por evidenciá-las e pode fortalecer algumas dessas barreiras. Nesse sentido, não há apenas a inversão de valores de uma sociedade hierarquicamente estruturada, mas também o reforço, em certa medida, dessas estruturas. Por exemplo, o regozijo de pessoas LGBTI+ por estarem reunidas entre iguais e podendo expressar-se publicamente se justifica, em alguma proporção, justamente porque lhes é negado, ou minimamente desencorajado, fazê-lo na ordinária vida cotidiana (Green, 2019).

Ou ainda, um homem travestido de mulher, ao exagerar de maneira lúdica suas características de feminilidade, acaba por reforçar estereótipos de gênero. Além disso, o travestimento no carnaval não é sinônimo, necessariamente, de aceitação das homossexualidades. Green (2019) apresenta um exemplo disso ao registrar que o cordão da Bola Preta, tradicional bloco carnavalesco carioca, proibia a afiliação de homossexuais, embora permitisse o travestismo entre seus membros. Em 1941, o bloco chegou a coroar um homem travestido como sua Rainha Moma, numa sátira ao Rei Momo.

Enquanto alguns blocos carnavalescos apartavam possíveis integrantes homossexuais, outros incluíam e até encorajavam a participação dessas pessoas,

---

<sup>31</sup> Segundo Louro (2023, p. 18), “em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os ‘outros’ sujeitos sociais que se tornarão ‘marcados’, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como ‘o segundo sexo’, e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual.”

como é o caso dos Caçadores de Veados, fundado em 1930 e composto majoritariamente por travestis em seus trajes luxuosos. Paulatinamente, a prática do travestismo migrou dos blocos de rua para os bailes de carnaval, especialmente nas redondezas da Praça Tiradentes, na região central do Rio, a partir da década de 1940. Nas palavras de Green (2019, p. 355), “o que havia começado, no início da década de 1930, como uma invasão homossexual dos espaços decididamente heterossexuais tornou-se, quinze anos mais tarde, uma parte integrante das festividades carnavalescas”.

As festividades também são caracterizadas por promover a reunião e a interação entre pessoas e, não raras vezes, fomentar encontros sexuais (Souza, 2010). Para a classe média e a elite urbanas do Brasil da Primeira República, o hábito de caminhar pelas principais vias das cidades para ver e ser visto – a *flânerie* ou o *footing* – consistia em um verdadeiro evento da vida cotidiana. Os passeios de ritmo lento e, aparentemente, despropositados, no entanto, proporcionavam flertes entre moças e rapazes solteiros, bem como entre homens em busca de parceiros para suas aventuras sexuais, facilitada pela maior liberdade que possuíam. Conforme assinalado por Green (2019, p. 106),

homens à procura de outros homens para aventuras sexuais nos parques públicos ou nas avenidas da moda no centro da cidade misturavam-se facilmente nas multidões que olhavam as vitrines das lojas, parando em cafés para discutir política ou entrando nas confeitarias para comprar doces [...]. Além disso, já que homens gozavam de muito mais liberdade para ocupar as ruas do que as mulheres, não seria nada inusitado um moço solteiro vagar [...] ou então sentar num banco e aguardar pacientemente que outro rapaz se aproximasse [...]. Enquanto nenhuma mulher de boa família ousaria sair de casa desacompanhada depois do pôr-do-sol, os frescos podiam percorrer sem problemas as ruas e parques do centro à procura de aventuras sexuais até alta madrugada.

No Rio de Janeiro, já em meados da década de 1950, uma faixa de areia em frente ao hotel Copacabana Palace despontou como um novo espaço para reuniões e flertes de homossexuais. Segundo Green (2019), as transformações sociais das décadas anteriores, como o aumento populacional das áreas urbanas em decorrência do êxodo rural, a prosperidade econômica pós-guerra e uma alteração verificada nos rígidos papéis de gênero, outrora incentivados pelo Estado Novo, foram responsáveis por significativas mudanças nas subculturas homossexuais das principais cidades brasileiras.

A “Bolsa de Valores”, como ficou conhecida essa porção da praia de Copacabana, em decorrência da “qualidade dos encontros e flertes que ocorriam lá”

(Green, 2019, p. 273), permitia maior integração entre diferentes classes do que os bares e demais ambientes fechados, por ser um lugar público e aberto, ainda que a aura de classe média fosse predominante. Todavia, o local era mais frequentado pelos efeminados, ao passo que outras praias, a exemplo da praia do Flamengo, eram frequentadas por aqueles que não eram assumidos publicamente ou que buscavam parceiros sexuais mais masculinos. Em que pese a insistência na ocupação desses espaços públicos, ela não se deu sem violência ou retaliação, como sublinhado por Green (2019).

De acordo com o autor, na mesma época, outros eventos tornaram-se pontos de concentração de homossexuais na cidade do Rio. Um deles é o concurso de Miss Brasil, realizado no Maracanãzinho, que inspirou a criação do Miss Brasil Gay em Juiz de Fora, como já descrito no Capítulo 4 desta dissertação. Green (2019) afirma que a reunião, em função da competição, proporcionava uma experiência coletiva, especialmente para os homossexuais efeminados que, entusiasmados pelo espírito do evento, aproveitavam a ocasião para exibir sua própria noção de feminilidade ou senso de moda, para encontrar amigos e até eventuais parceiros sexuais.

Outro evento são as gravações feitas nos estúdios da Rádio Nacional pelas cantoras da rádio, cujos fã-clubes também se tornaram ponto de encontro para homossexuais. A maioria deles possuía sua estrela de rádio favorita, e integrar algum fã-clubes ocasionava o contato com outras pessoas, cujos interesses e paixões fossem compartilhados. “Amizades eram estabelecidas, e aqueles que desconheciam a topografia homossexual do Rio de Janeiro ou de São Paulo eram iniciados numa subcultura por meio desses contatos” (Green, 2019, p. 282).

Os bailes de Carnaval que se popularizaram pelo protagonismo das luxuosas travestis, nas décadas de 1950 e 60, também agitavam a cena festiva da Cidade Maravilhosa. Embora o público majoritário não se travestisse nem exibisse quaisquer traços de efeminação, a forma como a imprensa abordava esses bailes ajudou a construir o imaginário de eram eventos ostensivamente frequentados por travestis.

Concursos de fantasias agitavam as festividades, e a distinção social também se manifestava. Enquanto os bailes da Praça Tiradentes congregavam pessoas de diversas classes e o travestismo fosse praticado não exclusivamente por homossexuais, embora o brilhantismo das indumentárias travestis dominassem o evento, os bailes do Teatro Municipal eram frequentados pela distinta elite carioca, onde as normas de gênero eram rigorosamente observadas. Mesmo que, ali, os

homossexuais também ostentassem luxuosas fantasias, estas eram sempre caracterizadas por personagens masculinos. De acordo com Green (2019, p. 363),

Embora milhares de homossexuais e um grupo difuso de membros da elite brasileira presentes ao baile de travestis da Praça Tiradentes partilhassem ombro a ombro o mesmo espaço, o grosso da alta sociedade, elegantemente trajada com *smokings* e vestidos de noite formais, frequentava o baile de Carnaval oficial do Teatro Municipal a oito quadras dali. Assim como os pavões emplumados despertavam os aplausos de seus iguais e de outros presentes aos bailes de travestis, nesse grande baile do Municipal os homossexuais também apareciam com fantasias exuberantes. No entanto, caracterizados como figuras masculinas: imperadores, cavaleiros e reis desfilavam, com uma indumentária de desenho elaborado, no luxuoso concurso de fantasias, para a aclamação geral.

O regime militar, instaurado pelo golpe de 1964, fez-se sentir, entretanto, a partir de 1968 até meados da década de 1970. A censura, cada vez maior, às manifestações artísticas vieram acompanhadas de perseguição à participação de travestis nas festividades momescas. Os concursos de fantasia também foram suspensos. Compreendendo a impossibilidade de proibir a homossexualidade em todos os estratos da sociedade, o governo centralizou esforços para, pelo menos, coibir manifestações públicas de travestismo e adestrar os comportamentos homossexuais aos padrões que julgava desejáveis (Green, 2019).

As proibições impostas pelo regime ditatorial aos bailes de travestis, e a crescente exploração comercial dos desfiles das escolas de samba cariocas fez com que a participação homossexual nas agremiações passasse por um aumento significativo, sendo batizado por alguns como “homossexualização” do carnaval. As valiosas contribuições criativas e artísticas eram cada vez mais bem-vindas em um contexto de competição que se acirrava a cada ano. De acordo com Green (2019), as personalidades dos concursos de fantasia, fossem os homossexuais dos luxuosos bailes do Teatro Municipal, ou as travestis que lograram alcançar algum estrelato, despontavam no topo dos carros alegóricos, ostentando indumentárias cada vez mais deslumbrantes.

Com o arrefecimento da repressão dos anos de chumbo, o universo associado às homossexualidades e travestilidades voltaram a ganhar visibilidade, especialmente com a articulação dos primeiros grupos de ativismo e militância, no final dos anos 1970. O historiador Elias Ferreira Veras (2018) destaca que a expansão do alcance dos meios de comunicação, especialmente a TV, somado ao processo de mercantilização e politização das experiências gays e travestis contribuíram nesse

processo de integração na vida social e econômica do país, em que pese o caráter ainda estereotipado que, geralmente, assumiam as representações desses sujeitos.

A década de 1980 e a primeira metade da década de 1990 foram marcadas por um ciclo de repatologização e estigmatização das homossexualidades, em virtude da epidemia de HIV/AIDS. O descaso das autoridades de governo e da área da saúde frente ao giro mortal da doença que assolou a comunidade LGBTI+, especialmente os homossexuais masculinos, ensejou a criação de associações e organizações não-governamentais na busca por oferecer cuidados paliativos e dignidade às vítimas, diante da impossibilidade de cura. Além disso, esses grupos atuaram em campanhas de conscientização, na reivindicação de políticas públicas de saúde e pesquisas para descoberta de tratamentos acessíveis e eficazes (Quinalha, 2022).

O debate público a respeito da sexualidade oportunizado pela epidemia da doença fez com que as homossexualidades chegassem ao final dos anos 1990 com um patamar de visibilidade e de organização política, até então, inédita. Exemplo disso são as Paradas do Orgulho, realizadas inicialmente no Rio e em São Paulo, que se espalharam por várias cidades do país.

A celebração, que se consolidou como um dos principais eventos do calendário LGBTI+ nacional, rememora a Revolta de Stonewall, ocorrida na cidade de Nova Iorque, em 28 de junho de 1969, na qual a população LGBTI+ frequentadora do bar Stonewall Inn se insurgiu contra o poder policial local. Naquele período, o pequeno bar era controlado por grupos mafiosos que, mediante suborno das autoridades policiais, garantiam o funcionamento do estabelecimento. No entanto,

periodicamente, policiais passavam no bar para receber suas propinas, mas também aproveitavam para dar batidas de modo a humilhar, identificar, chantagear, prender e extorquir frequentadores. A corrupção e violência eram, assim, parte do cotidiano da experiência LGBTI+ nos poucos lugares de sociabilidade existentes (Quinalha, 2022, p. 79).

Naquele dia, algo saiu do esperado. Algum desacordo entre a máfia e a polícia fez com que uma batida ocorresse no meio da madrugada, abordando de maneira agressiva as mais de duzentas pessoas reunidas ali, anunciando detenções e apreensão de bebidas. Todavia, o pequeno contingente policial não foi suficiente para a operação e, em meio a esse contexto, eclodiu o motim espontâneo que deu origem à revolta, consagrando-se em um ícone para a historiografia do movimento LGBTI+.

Estudiosos consideram dois eventos como precursores das Paradas no Brasil, embora outras manifestações e atos de rua já tivessem ocorrido anteriormente. O

primeiro refere-se à pequena marcha realizada na praia de Copacabana, após o encerramento da 17ª Conferência da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (ILGA), em 1995. O segundo alude à reunião, sem caminhada, de um grupo de manifestantes munidos de cartazes e palavras de ordem contra a discriminação, na Praça Roosevelt, em São Paulo, em 1996. No entanto, levando em consideração a Parada em seu formato atual, é mais aceito que a sua primeira edição tenha ocorrido no ano de 1997, na Avenida Paulista (Camargos, 2018; Quinalha, 2022).

Juiz de Fora, a essa altura, já contava com certa visibilidade dentro de um circuito gay nacional, devido à existência do Miss Brasil Gay na cidade, desde 1976, como elucidado no Capítulo 04. Entretanto, as entrevistas apontaram que o período de maior efervescência com relação à realização de festas e eventos LGBTI+, na cidade, foi a partir dos anos 2000. Reiteramos ter sido uma época marcada tanto por um patamar de visibilidade, até então, inédito quanto por um aumento da mercantilização das formas e espaços de sociabilidade LGBTI+.

Conforme apresentado no capítulo anterior, as *drags queens* desfilavam durante o dia no Calçadão da rua Halfeld, no Centro, uma vez que estavam na cidade em decorrência do Miss Gay e não havia muitas opções de lazer para as participantes do concurso. A iniciativa espontânea acabou tornando-se uma das atrações do fim de semana de realização da competição. Posteriormente, com a criação do *Rainbow Fest*, ampliou-se a oferta de atividades. O evento contava com palestras, mesas redondas e uma série de outras programações voltadas à comunidade LGBTI+, além da festa de encerramento, que aconteciam - e ainda acontecem - na semana que antecede o Miss Brasil Gay. Além disso, a Parada passou a integrar a agenda LGBTI+ de Juiz de Fora, realizada pela primeira vez em 2003.

O crescente apelo turístico fomentado pelos eventos LGBTI+ atraiu, também, o investimento na realização de festas privadas sazonais. Michel conta-nos que, além da Stomp, festa produzida por ele, Juiz de Fora também recebeu outras atrações como a Festa da Val e o Chá da Alice. Em sua fala, ele destaca sua intenção, ao produzir suas festas, de “*tirar a galera do gueto*” e “*trazer ela pra ocupar espaço mesmo da cidade*”. De fato, ele conseguiu realizar suas festas em espaços privilegiados de Juiz de Fora, em que pese o conservadorismo ainda dominante na cidade, à época. Isso corrobora com a reflexão de Quinalha (2022), a respeito de uma

integração social de pessoas LGBTI+ pela via do consumo, levada a cabo nos anos 2000, no país.

A partir da década de 2010, outros grupos e manifestações emergiram em Juiz de Fora. Especulamos que, de algum modo, houve certa diluição das fronteiras que, antes, separavam mais acentuadamente os grupos sociais. Destacamos também o legado das mobilizações das décadas anteriores no enfrentamento e na conscientização acerca do racismo e da lgbtfobia. Novas festas surgiram na cidade, trazendo à cena as batidas afro e periféricas, como é o caso da Makoomba e do Kaô Funk. O carnaval de rua de Juiz de Fora passou a contar com alguns blocos LGBTI+. Além disso, novos eventos de cunho político também foram organizados, como o Baile do Manifesto, a Marcha da Visibilidade Trans e a Caminhada Lésbica.

Sol, uma das idealizadoras do Baile do Manifesto, explica que o evento surgiu em 2022, como uma forma de manifestação diante da perda de uma verba pública que seria destinada à cultura *Ballroom* da cidade. Ela denuncia que há, em Juiz de Fora, a hegemonia de certo segmento dentro da comunidade LGBTI+, que reproduz a exclusão social direcionada aos corpos periféricos e não-normativos dentro do próprio movimento.

*[...] a partir disso, a gente foi lá e construiu um evento para manifestar sobre esse lugar realmente de que corpos LGBTs periféricos não estão dentro de diversos espaços e, principalmente, espaços que são pra pessoas LGBTs, né? Que ainda assim a gente vai ver até em projetos, festas e tudo mais, a gente ainda vai ver estereótipo do que é ser LGBT, né? Então, tipo, pessoas periféricas não estão dentro desses espaços. Pessoas periféricas não estão dentro, não performam dentro de eventos LGBTs da cidade, né? [...] E aí a gente pegou e construiu o Baile do Manifesto, que foi um evento que aconteceu na semana LGBT da cidade, né? Que a gente nunca foi... que a gente não estava nesses lugares, grande parte dos artistas nunca estiveram, e aí a gente pegou e construiu um evento na frente do Cine-Theatro Central com esses artistas (Entrevista realizada com Sol, em abril de 2024).*

O local escolhido para a realização da manifestação, a Praça João Pessoa, revela o poder simbólico desse espaço situado à frente do Cine-Theatro Central. Demonstramos, no capítulo anterior, que a ocupação da rua Halfeld remonta ao surgimento da cidade, e o trecho compreendido entre a Avenida Rio Branco e o Cine-Theatro, historicamente, foi território privilegiado da burguesia. Mas também foi lugar de ocupação de corpos LGBTI+. O conhecimento da história das ocupações de dado espaço proporciona uma compreensão mais completa e abrangente acerca das manifestações sucedentes que ali ocorrerem, ao mesmo tempo em que essas manifestações somar-se-ão àquilo que pode ser contado sobre a história do local.

Como já discutido anteriormente, o espaço possui, intrinsecamente, uma dimensão histórica. Sol reconhece a influência do valor histórico e simbólico do espaço na decisão de realizar o Baile do Manifesto em frente ao Cine-Theatro Central.

*O Central foi por conta de ser meio que o coração da cidade, né? Tipo assim, ali é o lugar onde todo mundo passa, o tempo inteiro, e é o que tem o maior fluxo de pessoas. E lá, porque também é um lugar meio que... Como fala? Ele é meio que especial pro Remiwl. Porque o Remiwl sempre dançou na frente do Cine Theatro Central para poder arrecadar dinheiro. [...] Então tipo, a gente escolheu fazer ali por conta disso, estar no centro da cidade, e fazer naquele espaço ali para que ele seja um espaço de referência, que ele já é, assim, sabe? Principalmente para as travestis e tudo mais. Tipo assim, São João e Halfeld, antes eram lugares onde as meninas faziam pista, né? (Entrevista realizada com Sol, em abril de 2024).*

Por sua vez, a Parada Gay da cidade, que experimentou um movimento ascendente desde sua primeira edição, entrou em declínio com a virada da década, enfrentando restrições orçamentárias que causaram descontinuidades em sua realização, a partir de 2015. É interessante observar que, se por um lado, o alto custo para a realização da Parada Gay e a dificuldade de angariar recursos para o custeio comprometeram a continuidade da festividade, por outro, organizaram-se manifestações em prol da visibilidade Trans e Lésbica, a partir de 2022. Parte significativa da dificuldade em manter a realização da Parada advém dos altos custos envolvidos, haja vista o formato específico e carnalizado que o evento adquiriu no país.

Moacir Camargos (2018, p. 428) afirma que, aqui, “o signo Parada gay adquire outra conotação, ou seja, podemos afirmar que ele subverte, sai da esfera social da ideologia dominante e carnaliza em pleno dia, provoca o riso”. Segundo o autor, a Parada brasileira, diferentemente do que acontece em outros países, não é dividida em alas nem há separação entre quem desfila e quem assiste. Por não existir essa divisão, “há uma liberdade na manipulação de uma série de signos verbais e não verbais que permitem a criação de personagens que subvertem a ordem” (Camargos, 2018, p. 429). Entretanto, como já destacado anteriormente, essa manipulação e subversão não implica, necessariamente, a superação de barreiras e hierarquias sociais. Há tanto a possibilidade da superação quanto do reforço dessas restrições e estereótipos sociais.

Não foi possível desenvolver uma investigação mais exaustiva acerca das festas LGBTI+ realizadas na cidade, abrangendo todas as suas edições e identificando em quais espaços elas ocorreram. De maneira semelhante, não procedemos à tabulação de cada edição do Miss Brasil Gay e seu respectivo lugar de

realização. Salientamos, porém, que a primeira edição do concurso foi realizada no ginásio do Sport Club de Juiz de Fora, bem como a maioria das edições posteriores, embora o evento também tenha ocorrido em outros espaços como o Cine Theatro-Central e alguns salões de festa privados da cidade.

Nesse sentido, limitamo-nos a apresentar um mapa do núcleo central de Juiz de Fora, destacando os trajetos das Paradas, evocados por Oswaldo. Na maioria das edições, a concentração ocorreu em frente ao Parque Halfeld. A caminhada seguia pelas Avenidas Rio Branco e Itamar Franco (antiga Independência), e finalizava na Praça Antônio Carlos, onde ocorria a festa de encerramento do *Rainbow Fest*. No ano de 2015, especialmente, a caminhada seguiu pela avenida Getúlio Vargas. No mesmo mapa, marcamos o trecho correspondente ao Calçadão da Rua Halfeld e a Praça João Pessoa, situada à frente do Cine Theatro-Central, local preferencial para manifestações devido à sua condição central e ao grande fluxo de pessoas. Ali ocorreram os desfiles das drags, a Caminhada Lésbica, a Marcha da Visibilidade Trans e o Baile do Manifesto.

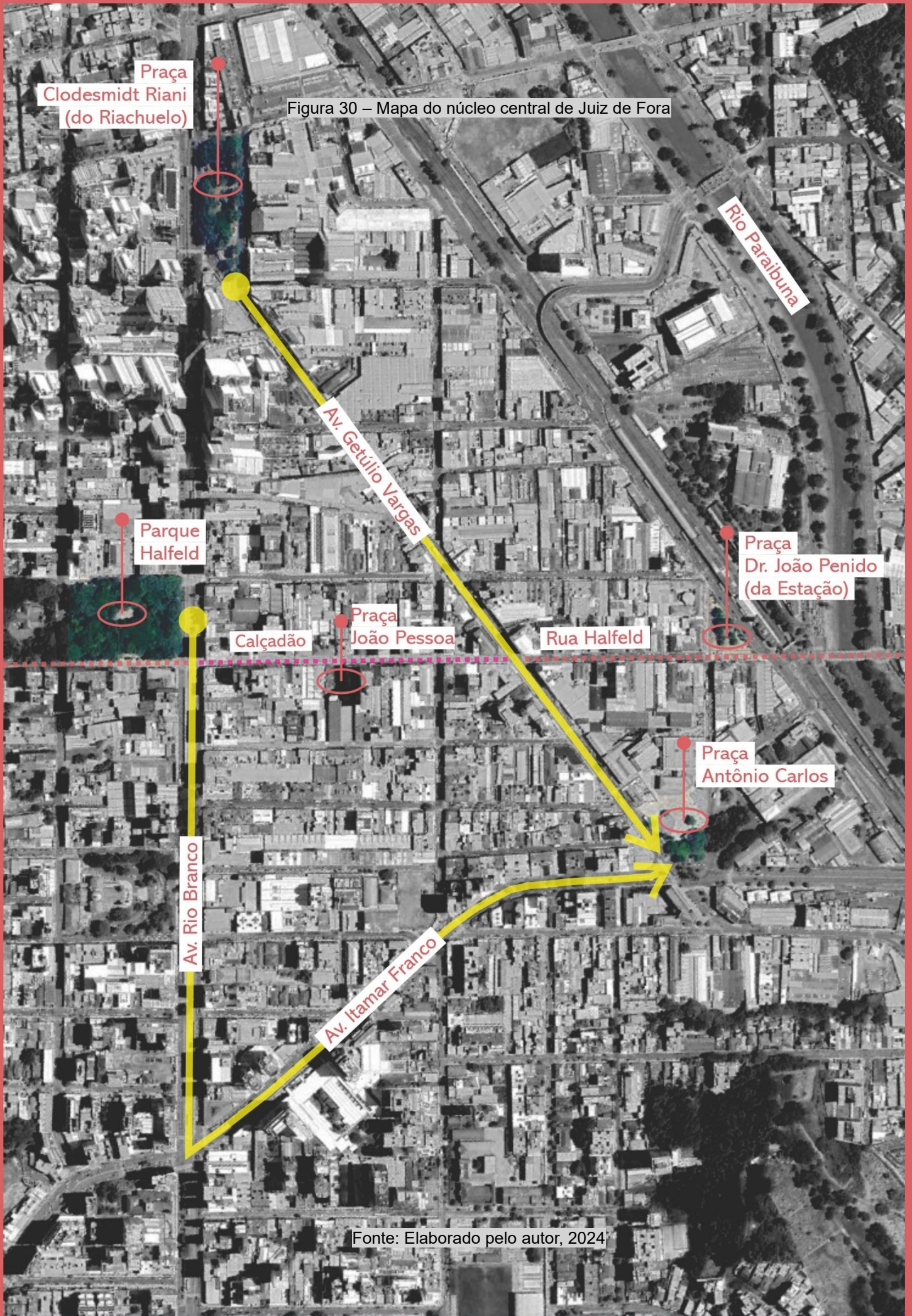


Figura 30 – Mapa do núcleo central de Juiz de Fora

Praça Clodesmidt Riani (do Riachuelo)

Parque Halfeld

Calçadão

Praça João Pessoa

Rua Halfeld

Praça Dr. João Penido (da Estação)

Praça Antônio Carlos

Rio Paraíba

Av. Getúlio Vargas

Av. Rio Branco

Av. Itamar Franco

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

## 5.5 ONGs e Coletivos

A historiografia relativa ao movimento LGBTI+ brasileiro considera o ano de 1978 como o marco que inaugura a criação dos movimentos organizados no país. No contexto internacional, a década de 1960 foi marcada por intensas mobilizações sociais e efervescência cultural, a exemplo das manifestações encampadas pelos movimentos estudantis, negro, LGBTI+ e de mulheres, a contracultura, a invenção da pílula anticoncepcional e a revolução sexual.

Entretanto, no Brasil, a organização dos grupos em movimentos sociais só se deu no final da década de 1970, no contexto de arrefecimento do regime militar e de abertura política. Segundo Green (2019) e Quinalha (2021), é possível supor que o cenário de perseguição e repressão às mobilizações, característico do período da ditadura, justifique o adiamento em quase uma década da emergência de movimentos sociais no país, quando comparado ao cenário mundial.

O início do que se convencionou chamar de Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) foi marcado pela criação do grupo Somos, que nasceu por iniciativa de João Silvério Trevisan, após retornar de seu autoexílio em São Francisco (EUA) e no México, onde recebeu influência dos movimentos gay e de contracultura internacionais. De volta a São Paulo, Trevisan começou a se reunir com um grupo de outros homossexuais, no final de 1976, para que debatessem sobre seus desafios comuns. Dois anos depois, também encabeçado por Trevisan, foi criado o Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais que, segundo Quinalha (2021, p. 103),

seria o embrião do Somos, o primeiro grupo organizado politicamente apenas com homossexuais, com uma duração expressiva, realizando reuniões periódicas e intervenções públicas, tornando-se, reconhecidamente, o pioneiro do movimento homossexual brasileiro.

Tanto Cleyton Feitosa (2018) quanto Renan Quinalha (2021, 2022) destacam que o período – identificado como “primeira onda”<sup>32</sup> (1978-1983) do MHB, na leitura

---

<sup>32</sup> Segundo Quinalha (2022), a divisão do movimento em ondas foi feita, inicialmente por James Green, que propõe duas ondas: a primeira, de 1978 até 1985, e a segunda, desse momento até o presente, adotando como ponto de ruptura a redemocratização do país. Por seu turno Júlio Simões e Regina Facchini, identificam três ondas, divisão utilizada por Feitosa (2018): a primeira referindo-se ao período de abertura política da ditadura, a segunda coetânea ao período de redemocratização, e a terceira que se inicia em meados da década de 1990 e segue até o presente. Entretanto, Quinalha (2022) prefere adotar, em sua obra, a metáfora de ciclos, “definidos a partir da agenda de reivindicações que prevaleceu em cada momento histórico”, de forma que “um ciclo não precisa se esgotar e finalizar para dar lugar a um novo, sendo possível uma convivência de diversos ciclos” (Quinalha, 2022, p. 102–103). Segundo a interpretação do autor, é possível dividir a trajetória do

de Feitosa, e como “ciclo da afirmação homossexual e combate à ditadura”, na interpretação de Quinalha (2022, p. 106) – foi marcado por desafios. A interlocução com o Estado brasileiro era inexistente e indesejada pelo grupo, bem como qualquer associação ao modelo partidário político, o que contribuiu para a adoção do formato comunitarista e antiautoritário. Além disso, havia a dificuldade em recrutar membros dispostos a assumir a homossexualidade publicamente e a correr os riscos de fazer parte de um grupo “marginal aos olhos da sociedade e subversivo aos do regime” (Quinalha, 2021, p. 104), especialmente em uma realidade de precariedade financeira, na qual grande parte dos homossexuais vivia à época.

Ainda em 1978, iniciou-se a circulação do periódico considerado o primeiro veículo de amplo alcance direcionado ao público homossexual no país, o *Lampião da Esquina*. Uma série de outras publicações existiram em décadas passadas, entretanto, eram produzidas de forma artesanal, por e para grupos de amigos, e distribuídas apenas de forma local, a exemplo do Jornal *O Snob* (1963-1969), divulgado apenas no Rio de Janeiro. Segundo Jorge Caê Rodrigues (2018, p. 239) (2018, p. 239),

feito de forma artesanal, o jornal era mimeografado e distribuído entre amigos, tendo sido quase exclusivamente um veículo para registrar as festas e reuniões deste grupo, além de dar dicas sobre locais de “pegação”, moda e os últimos acontecimentos na cidade.

Green (2019, p. 308), por seu turno, destaca que *O Snob* não foi o primeiro período caseiro a circular no Rio, mas foi “o mais duradouro e o mais influente, e inspirou o surgimento de mais de trinta publicações similares entre 1964 e 1969”, tanto na Cidade Maravilhosa quanto no restante do país.

Esse momento do ativismo homossexual brasileiro tinha como questão central a elaboração e a afirmação de uma identidade homossexual mais estabilizada, que de alguma forma superasse a dicotomia “ativo/passivo”, “dominador/dominado”, “bicha/bofe”, “boneca/homem verdadeiro”, fortemente ancorada em papéis sexuais e ainda dominante na subcultura homossexual do período. Empenhava-se em construir um entendimento da homossexualidade mais consciente da complexidade que permeia as relações afetivo-sexuais humanas (Green, 2019; MacRae, 2018; Quinalha, 2021, 2022).

---

movimento em cinco ciclos, a saber: ciclo da afirmação homossexual e combate à ditadura, ciclo do HIV/AIDS e “ONGuização”, ciclo de institucionalização, visibilidade pública e mercantilização, ciclo da cidadanização, da diversificação e dos direitos, ciclo de *blacklash* e bolsonarismo.

Em 1980, todavia, divergências internas levaram o Somos, que continuou suas atividades até 1983, a um racha. Os dissidentes fundaram o grupo Outra Coisa. O coletivo de mulheres lésbicas, por sua vez, também optou por se organizar separadamente, fundando o Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF). Denunciava a misoginia sofrida dentro do Somos e a dificuldade de partilhar o mesmo espaço político com os homens gays (Quinalha, 2021, 2022). Em 1981, foi lançado, em caráter experimental, o número zero do jornal *ChanacomChana*, importante veículo de comunicação e ferramenta do movimento de lésbicas, cuja circulação alcançou a escala nacional. Oficialmente, o número um do Boletim foi publicado em 1983, e seguiu até sua extinção, em 1987 (Fernandes, 2018).

Em que pesem os esforços iniciais de organização de um movimento, é preciso considerar o próprio preconceito existente em meio aos homossexuais, além da falta de maior compreensão acerca da dimensão cultural da sexualidade humana, dos papéis de gênero e dos atravessamentos dos diversos marcadores sociais na constituição dos sujeitos. Exemplo disso, além da misoginia contra as lésbicas, é a exclusão das travestis do movimento organizado nesse primeiro momento. Como sublinhado por Quinalha (2022, p. 111–112),

a despeito de já estarem nas ruas, em geral no trabalho com o sexo, como alvos privilegiados da violência do Estado e da sociedade, elas não encontravam acolhimento nos grupos que buscavam construir uma imagem “respeitável” de homossexual, demarcando diferenças em relação às travestis associadas ao submundo da prostituição e das ilegalidades.

Dessa forma, diante dos desafios enfrentados, esse primeiro esforço de organização dos grupos perdeu fôlego, abrindo espaço para outros arranjos, especialmente com a eclosão da epidemia de HIV/AIDS, já nos primeiros anos da década de 1980. Feitosa (2018) cita o arrefecimento das reuniões voltadas à temática da homossexualidade durante esse período, identificado pelo autor como “segunda onda” (1984-1992), ao passo que as novas dificuldades do momento demandaram outras formas de organização do ativismo e da militância, como aponta Quinalha (2022, p. 112), identificando-o como “ciclo do HIV/AIDS e ‘ONGuização’”.

A descoberta da nova doença, diagnosticada inicialmente em homossexuais, e a crescente incidência de casos em meio ao grupo, gerou uma nova onda de patologização da homossexualidade. O discurso médico, que já contribuía significativamente para a construção patológica e desviante das sexualidades dissidentes (Foucault, 2023), novamente se pôs em cena, vinculando a doença a um



em relação ao fenômeno da epidemia. Entre elas, estão as redes de solidariedade e apoio às vítimas, muitas vezes, despossuídas de qualquer apoio financeiro ou afetivo de suas famílias, além das campanhas de conscientização e distribuição de preservativos. Em que pese os efeitos funestos e irreparáveis da epidemia de HIV/AIDS para a sociedade, em geral, e para a comunidade LGBTI+, em particular, a disseminação da doença provocou um intenso debate público acerca das práticas sexuais, dos métodos contraceptivos e de proteção, contribuindo, em certa medida, “para retirar a sexualidade do armário” (Quinalha, 2022, p. 115).

Além disso, as reivindicações do movimento passaram a tomar lugar nas campanhas pela redemocratização, na tentativa de garantir direitos no processo de elaboração da nova Carta Magna brasileira, juntamente com as demandas de outros segmentos da sociedade, como mulheres, indígenas e população negra.

A trilha da emancipação, que até então passaria por uma ruptura com o Estado autoritário e com a ordem sexual vigente, começa a se deslocar então para as reivindicações de igualdade de direitos e de cidadania nos marcos da incipiente democracia (Quinalha, 2022, p. 117).

Merece destaque, nesse período, a atuação do Grupo Gay da Bahia (GGB), uma organização não-governamental homossexual fundada em Salvador, em 1980, e que ainda mantém suas atividades. Conforme aponta um de seus fundadores, o etno-historiador Luiz Mott (2018) o grupo liderou, no Brasil, a campanha pela despatologização da homossexualidade e foi pioneiro na produção e manutenção do banco de dados sobre violência contra pessoas LGBTI+. Além disso, contribuiu significativamente na fundação e capacitação de outros grupos e lideranças LGBTI+ no país.

Todavia, a despeito das conquistas consolidadas pela Constituição de 1988, o vigor dos movimentos democráticos pós-ditadura não impediu que o projeto político neoliberal fosse implantado, ao longo da década seguinte, sob os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Com isso, um pacote de austeridade fiscal e privatizações de órgãos estatais foi implementado, delegando “responsabilidades sociais ao mercado e à sociedade civil” e incentivando a “transformação dos movimentos sociais em Organizações Não-Governamentais (ONGs) que metamorfoseariam seu caráter crítico e reivindicatório em instituições parceiras, técnicas e complementares ao Estado” (Feitosa, 2018, p. 440). O Movimento LGBTI+, no entanto, dada a heterogeneidade de sua composição,

caracterizou-se por um hibridismo em sua forma de atuação, mesclando o formato de ONG e de coletivos informais, como destacado por Feitosa (2018).

Durante os ciclos “de institucionalização, visibilidade pública e mercantilização” e “da cidadanização, da diversificação e dos direitos” , conforme divisão proposta por Quinalha (2022, p. 118 e 130), ou a “terceira onda” (1992-2005), segundo Feitosa (2018), as ONGs LGBTI+ foram bastante beneficiadas com a transferência de recursos provenientes do Estado e de agências internacionais, o que contribuiu, substantivamente, para sua maior integração e fortalecimento tanto quanto no fomento das contradições, conflitos e rivalidades internas (Feitosa, 2018). Novas organizações foram criadas, a exemplo da Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), no Rio de Janeiro, em 1992 - que se transformou na Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 1997, e da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), em 1995 (Quinalha, 2022).

Nesse período de maior aproximação entre o Movimento LGBTI+ e o Estado, as primeiras legislações anti-homofóbicas estaduais e municipais foram aprovadas, conselhos de políticas públicas foram criados, e conferências, convocadas. A partir da primeira gestão Lula, que inaugurou um ciclo de mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT), novos avanços foram conquistados com o estreitamento das interlocuções entre governo e Movimento. O programa Brasil sem Homofobia (BSH) é fruto desse trabalho em conjunto. Lançado em 2004, ele deu início à formulação de um pacote de ações afirmativas em parceria com o Movimento, dentre elas, o financiamento a ONGs para criação de Centros de Referência LGBT em seus territórios (Feitosa, 2018; Passos, 2023; Quinalha, 2022).

A criação da ONG Movimento Gay de Minas, em Juiz de Fora, é herdeira desse período, como elucidado no Capítulo 04. Oswaldo explica que o financiamento responsável pelo surgimento do Centro de Convivência Homossexual (CCH), que se tornou a sede da ONG, veio a partir de uma negociação com o Ministério da Saúde.

*Em 2000, nós conseguimos um primeiro projeto financiado que era do Ministério da Saúde, do Departamento de AIDS. Nós conseguimos esse projeto, porque nós estivemos em São Paulo divulgando o Rainbow Fest, na Parada Gay de São Paulo, e eles tinham o apoio do Ministério da Saúde através do programa de AIDS [...]. O pessoal do Ministério da Saúde estava lá. Nós contamos para eles que fazíamos o Rainbow Fest aqui em Juiz de Fora. Eles se interessaram, depois nós estreitamos esse contato e conseguimos um financiamento para construir, montar aqui em Juiz de Fora, um centro de convivência. Era esse que era o nosso projeto, era o Centro de*

*Convivência Homossexual, CCH (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

Ele elucida que o trabalho das ONGs era fazer a aproximação entre a população LGBTI+ e as políticas oferecidas pelo governo, diante da inexperiência dos órgãos competentes.

*Qual que era o retrato da época? Era assim: “Nós não temos intimidade de lidar com essa população”, porque até aquela época, década de 80, a homossexualidade era uma coisa escondida. Ela não era uma coisa considerada, não era uma divisão: “nós temos aqui os héteros, nós temos que ter políticas públicas para os gays”. Que isso! Não existia isso! Então o Ministério da Saúde, diante da epidemia do HIV, da AIDS, ele se vê numa necessidade muito grande de conhecer e se aproximar desse público. Como fazer isso? Através dos grupos organizados (Entrevista realizada com Oswaldo, em abril de 2024).*

Além disso, os grupos organizados também serviram como espaço de sociabilidade para pessoas LGBTI+ e, especialmente no caso do MGM, para homens gays. Nas reuniões fomentadas pelos grupos, estabelecia-se a possibilidade da interação, da troca de experiências, de enunciar mais livremente dores e desejos, em alguma medida, compartilhados pelos membros. A conscientização acerca das práticas sexuais e dos meios de proteção, bem como a construção de novos saberes a respeito das sexualidades dissidentes, resultantes das discussões em meio ao grupo, foram táticas adotadas na tentativa de superação do estigma social e de contenção da disseminação das infecções sexualmente transmissíveis, sobretudo, do HIV.

Dessa forma, como destaca Ferrari (2005), um dos propósitos do grupo era exercer papel educativo para os próprios sujeitos LGBTI+ e para a sociedade em geral. A ação direcionada às pessoas LGBTI+ refere-se a uma produção de verdade a respeito da sexualidade em questão baseada na própria experiência dos sujeitos. Isso garante, não só, que outros entendimentos da sexualidade e da subjetividade sejam elaborados, mas é condição para a própria existência do grupo. Para que o grupo exista, é preciso que exista o sujeito do qual fala e ao qual representa. Dito de outra forma, o grupo existe, na medida em que os sujeitos se sentem pertencentes e representados por ele.

Por sua vez, a ação direcionada à sociedade em geral está relacionada com a agenda de superação dos estigmas sociais, histórica e culturalmente construída e mantida por meio dos discursos que associam as sexualidades dissidentes ao pecado, ao desvio moral e à doença (Foucault, 2023). Além disso, compromete-se com a

construção da cidadania, condicionada ao acesso a direitos e às políticas públicas. Percebemos essa motivação na fala de Oswaldo, quando ele diz *“Que era preciso a gente transformar a imagem que os gays têm na sociedade. E nós éramos muito mal vistos, né? Era marginal. E que era preciso mostrar um outro lado”*. Ao afirmar a existência de *“um outro lado”*, Oswaldo demarca a posição que o grupo deveria ocupar. Alterar a forma como a sociedade enxergava e tratava as sexualidades dissidentes pressupunha a produção de novos saberes a respeito delas, isto é, o *“outro lado”*.

Assumir a orientação sexual publicamente transformou-se em uma das formas de mostrar esse *“outro lado”*. Ao mesmo tempo, passou a integrar o modelo do que é ser um sujeito LGBTI+, aquele que identifica o seu desejo e o assume perante a sociedade. Dessa maneira, a atuação dos grupos organizados, simultaneamente, orientou-se para depor um regime de verdade a respeito das sexualidades para instaurar outro, pautado na construção de um saber que emerge no grupo. Esse *“outro lado”*, esse outro saber pretendia não só alterar a forma como *“éramos muito mal vistos”* pela sociedade, mas alterar a forma como os próprios sujeitos LGBTI+ entendiam a si, mediante o enquadramento construído pelos grupos gays (Ferrari, 2005).

Esse entendimento acerca da homossexualidade, especialmente, é evidente na fala de Michel, ao declarar que *“a gente precisa que o cidadão homossexual se posicione. A gente precisa ainda continuar saindo do armário. Precisa. É necessário continuar saindo do armário”*. Ele afirma isso diante da constatação da ascensão do conservadorismo no país, e enxerga a atuação da militância como fundamental para garantir que o Movimento LGBTI+ continue a avançar em sua agenda. Percebemos na fala de Michel, que participou do MGM em sua juventude, a compreensão do modelo de cidadão homossexual que, entre outras condutas, é aquele que se assume.

Ferrari (2005) convida-nos a refletir a respeito do jogo entre público e privado existente na construção de sentido em meio a qual as homossexualidades e demais sexualidades dissidentes são forjadas. Como destacado por Foucault (2023), a sexualidade foi, paulatinamente, transformada na instância mais reveladora da identidade de uma pessoa na sociedade ocidental, herdeira da era vitoriana. Ao mesmo tempo, foi instalada como a verdade mais oculta, residente no mais íntimo do sujeito, precisando, portanto, ser confessada. O sexo, tendo esse poder de se escamotear do próprio sujeito, necessita ser enunciado.

Dessa maneira, a sociedade ocidental moderna opera de dois modos: enclausura o sexo no interior dos sujeitos, ou seja, na dimensão privada da intimidade, e faz dele a síntese de sua identidade; e simultaneamente, produz uma forma de prazer associada à “vontade de saber”, que aciona uma perpétua incitação a falar do sexo, a colocá-lo em discurso. Ao sujeito, provoca-o a confessar o seu sexo e a vigiar o sexo do outro, numa operação que torna pública a sexualidade. No entanto, Foucault (2023) adverte que se fala menos do sexo heterossexual, reduzido à ordem e ao quarto do casal monogâmico, do que da sexualidade das crianças e daqueles nomeados como desviantes.

O casal legítimo, com sua sexualidade regular, tem direito à maior discricção, tende a funcionar como uma norma mais rigorosa talvez, porém mais silenciosa. Em compensação, o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas. Todas essas figuras, outrora apenas entrevistadas, têm agora de avançar para tomar a palavra e fazer a difícil confissão daquilo que são. Sem dúvida não são menos condenadas. Mas são escutadas; e se novamente for interrogada, a sexualidade regular o será a partir dessas sexualidades periféricas, através de um movimento de refluxo (Foucault, 2023, p.43).

Na mesma direção, Ferrari (2005) argumenta que, nessa sociedade de vigilância constante da sexualidade, as pessoas LGBTI+ vão elaborando suas sexualidades em uma dinâmica que oscila entre a revelação e o encobrimento. Os grupos e ONGs, bem como bares, boates, festas e demais espaços de sociabilidade LGBTI+ constituem territórios onde a revelação torna-se possível, diferentemente do restante dos espaços heteronormativos da sociedade, nos quais muitas vezes é preciso elidir-se.

Sabemos que a heterossexualidade é elaborada em oposição à homossexualidade (Louro, 2023). Por isso, mais do que reprimir e fazer desaparecer as sexualidades dissidentes, a sociedade normativa investe sobre elas para geri-las: “o sexo não se julga apenas, administra-se” (Foucault, 2023, p. 27). Determinam-se os espaços a elas destinados: “o *rendez-vous* e a casa de saúde”, elenca Foucault (2023, p. 08). Delimita-se o lugar social que ocuparão, sua condição de clandestinidade e degenerescência, o diagnóstico e o tratamento, a liberdade de trânsito ou o confinamento, a existência à luz do dia ou a restrição à perambulação noturna pelos cantos menos iluminados.

No entanto, nessa relação de saber-poder em meio a qual são produzidos e por meio da qual se dispersam os discursos sobre a sexualidade, “a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade”

(Foucault, 2023, p. 111). Ao se confinarem as sexualidades dissidentes, permitiu-se que outras produções de saber fossem gestadas, que se organizassem e que emergissem, não em contraposição às dinâmicas de saber-poder que arregimentam o dispositivo da sexualidade, mas em relação a elas. Os coletivos e ONGs não estão apartados dessa dinâmica, mas a integram. A incitação em se assumir LGBTI+, alimentada pelos grupos, insere-se nessa dinâmica de fazer falar o sexo, todavia, na direção de produzir novos saberes capazes de alterar o estatuto de desvio, patologia, imoralidade e perversão associado às sexualidades dissidentes; em outras palavras, investe-se em produzir novos enquadramentos (Ferrari, 2005).

Dessa maneira, os espaços dos grupos, coletivos e ONGs LGBTI+ são importantes tanto pelo trabalho educativo investido nos sujeitos quanto pelo esforço direcionado à cidade e à sociedade as quais tentam transformar. Oswaldo reconhece esse papel desempenhado pelo MGM, quando diz que “*nós mudamos o lugar dos gays na cidade*” e que “*nós modificamos uma geração. Uma geração que teve esse olhar do gay político, do ser político gay*”. Produz-se a identidade do “gay político” e investe-se em sua transmissão; por meio de sua atuação, os grupos transformam sujeitos e cidade pela via da educação.

De modo semelhante, o VisiTrans também ocupou esse papel de tensionamento na produção de saberes, especialmente por ter sido um grupo criado, em 2014, no âmbito de um projeto de extensão universitária vinculado à Faculdade de Psicologia da UFJF, ou seja, vinculado a uma “instituição de poder” (Foucault, 2023, p. 152). A atuação do grupo direcionava-se tanto para o acolhimento de travestis, transexuais e suas famílias quanto no processo educativo a respeito das sexualidades trans e travestis e suas questões próprias, da conscientização e acesso aos direitos já conquistados, e da luta pelo horizonte de direitos ainda por alcançar. Investia-se tanto em acolher quanto em educar. Thiago, que participou do grupo, conta que

*Estava bem no início do ambulatório. E a gente tinha as reuniões de 15 em 15 dias do Visitrans, que era um espaço muito importante, né? Por ver não só outras pessoas trans masculinas, mas outras pessoas trans femininas, também. Conheci a primeira pessoa não-binária no Visitrans [...] Então, era muito bom, era muito interessante. Você ver que tinham vivências muito parecidas [...].*

*[...]*

*[O VisiTrans foi] Fundamental para tudo. Foi. Tinham muitas pessoas, muitas pessoas que eu acompanho até hoje, pessoas que eram referência, né? O mais fundamental foi de ver... realmente quebrar aquilo de ser uma pessoa... a única pessoa que passa por isso. De entender outras vivências. E fundamental para entender a coletividade como um espaço de acolhimento, mas também de mobilização, né? (Entrevista realizada com Thiago, em março de 2024).*

Após o encerramento do VisiTrans, outro projeto de extensão associado à UFJF entrou em funcionamento, o Centro de Referência LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+), que oferece serviços similares de acompanhamento e promoção de atividades educativas e de conscientização, aconselhamentos, encaminhamentos jurídicos e outros, visando a promoção da cidadania para essas pessoas.

Se, de um lado, é possível destacar um ciclo virtuoso do movimento gay de Juiz de Fora nas duas primeiras décadas dos anos 2000, por intermédio da atuação do MGM, por outro, a partir da segunda metade da década de 2010, é notável a mobilização e organização trans e travesti na cidade. O VisiTrans parece ter ocupado certo pioneirismo na interlocução entre a academia e militância, sendo seguido pela criação do CeR-LGBTQI+, da ASTRA, do Transtornados e da *Ballroom*, como já apontado no Capítulo 4.

O Coletivo Maria Maria, criado em 2006, também nasceu no seio do ambiente acadêmico da universidade, por meio da união de estudantes “mobilizadas pela necessidade de criação de um espaço de organização, discussão e atuação FEMINISTA no campus” (Coletivo Maria Maria, [20--], grifo do autor), tornando-se o núcleo da Marcha Mundial de Mulheres em Juiz de Fora, em 2007. Segundo informações disponíveis na página eletrônica da organização, o Coletivo possui atividades voltadas tanto para a sociabilidade e interação de mulheres quanto para realização de palestras, formações e mobilização social. Mônica, uma das integrantes do grupo e entrevistadas da pesquisa, relata um pouco da sua vivência com o grupo.

*Eu entrei para o Movimento de Mulheres, para a Marcha Mundial das Mulheres, isso aqui em Juiz de Fora, que é o Coletivo Maria Maria. E ali também é um espaço que eu me sinto livre, que eu me sinto acolhida, que eu me sinto respeitada, que eu não tenho medo. E a gente faz a Marcha. É um coletivo que tem no mundo todo. A gente faz encontros estaduais, encontros nacionais, encontros até internacionais. Então são espaços muito bons para as mulheres, principalmente para as mulheres lésbicas, assim. É bem acolhedor e confortável, sabe? [...] Então, são espaços políticos bem importantes para a gente. A gente sempre faz esses encontros só de mulheres, assim, para ter esse momento, sabe? E que a gente conversa de política, que a gente fala da nossa vida, que a gente fala dos nossos problemas, dos nossos obstáculos assim na vida, das violências que a gente passa, mas que também é um momento que a gente pode festejar juntas, rir, dançar, com muita liberdade sabe? (Entrevista realizada com Mônica, em maio de 2024).*

Percebemos, nos grupos, esse movimento comum de acolhida e de mobilização, de ativismo, de ação orientada para a transformação do próprio sujeito e da sociedade na qual vive. Essa interlocução entre grupos e suas formas de

organização foi substantiva para que o Movimento Homossexual Brasileiro emergisse. Como destacado por Quinalha (2021, p. 101), “dificilmente teríamos um movimento homossexual se este não tivesse sido encorajado pelas organizações de mulheres, negros, estudantes e trabalhadores na luta contra a ditadura militar”.

Outros grupos da cidade, ainda que não tivessem sua articulação motivada pela agenda da sexualidade, foram incitados, em maior ou menor grau, a debater a temática, à medida que seus membros foram assumindo sua sexualidade publicamente. É o caso do grupo de capoeira, mencionado por Tallia, e do Remiwl, grupo de dança evocado por Sol.

*Enquanto eu sou uma mulher lésbica, uma mulher bissexual, mas eu estou com uma mulher, isso não é um problema, não faz diferença. Agora, quando, por exemplo, eu fiquei com um cara da capoeira, aí deu um grande burburinho (Entrevista com Tallia, realizada em junho de 2024).*

*E aí é o que falo, tipo assim, que existe uma diferença, né? O Remiwl antes de a gente entrar, e o Remiwl depois. Porque o antes era um grupo tipo de hip-hop, onde a gente via várias questões... machistas, né? Porque, tipo, era liderado por homens. A grande maioria era de homens. Os homens gays que eram nossos professores, eles não eram completamente assumidos, então, meio que tinha essa coisa assim... Aí do nada, entra um monte de bicha no grupo, um monte de sapatão, um monte de gente preta completamente empoderada, e começa a mudar tudo isso, assim (Entrevista com Sol, realizada em abril de 2024).*

Isso demonstra a compreensão de Foucault (2023) acerca da resistência. Para ele, poder e resistência coexistem e se implicam mutuamente. Não há, pois, poder sem resistência. Tampouco existe “um” lugar da resistência, ponto de concentração de toda a potência em oposição ao lugar de todo “o” poder. De acordo com o autor, o poder é disperso, múltiplo e polimorfo; e as resistências são plurais, geralmente móveis e transitórias, irregularmente distribuídas e presentes em toda a rede de poder.

*Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa - alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos [...]; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder [...]. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais (Foucault, 2023, p. 104–105).*

O relato de Tallia e Sol elucidam que, se em meio às relações de saber-poder elaboramos nossas subjetividades e forjamos os sentidos atribuídos à nossa sexualidade, também é em meio a elas que temos a possibilidade de resistência, de investir na produção de outras compreensões, de atuar para transformar crenças e valores. Por fim, de educar.

Realizamos um mapeamento (Figura 35) da localização das ONGs e Coletivos, cujos locais de reunião foram possíveis de serem identificados pelas entrevistas. O Coletivo Maria Maria, o grupo de dança Remiwl e a ASTRA não possuem sedes próprias e fixas. Já os jogos do Coletivo Transtornados acontecem nas dependências da Secretaria de Esporte e Lazer, no bairro Santa Terezinha. A *Ballroom*, por sua vez, realiza suas *balls* de maneira itinerante, ocupando vários espaços e equipamentos públicos da cidade.

O MGM funcionou em dois endereços: primeiramente em uma casa na avenida Olegário Maciel e, posteriormente, em um imóvel na parte baixa da rua São Sebastião, no Centro (Figura 32).

Figura 32 – Primeira e segunda sedes do MGM, respectivamente



Fonte: Acervo MGM, sem data. Fotos disponíveis na página da ONG no Facebook (adaptado).

As reuniões do VisiTrans ocorriam no Centro de Psicologia Aplicada (CPA) da UFJF que, na época, funcionava em uma casa (Figura 33) localizada na rua Santos Dumont, no bairro Granbery. Posteriormente, o CPA foi transferido para o campus universitário. O Centro de Referência (CeR-LGBTQI+), por sua vez, funciona em uma sala do prédio da Escola de Artes Pró-Música da UFJF (Figura 34), situado na Avenida Barão do Rio Branco, próximo ao hospital Santa Casa de Misericórdia.

Figura 33 – Sede do CPA-UFJF, na época de existência do VisiTrans



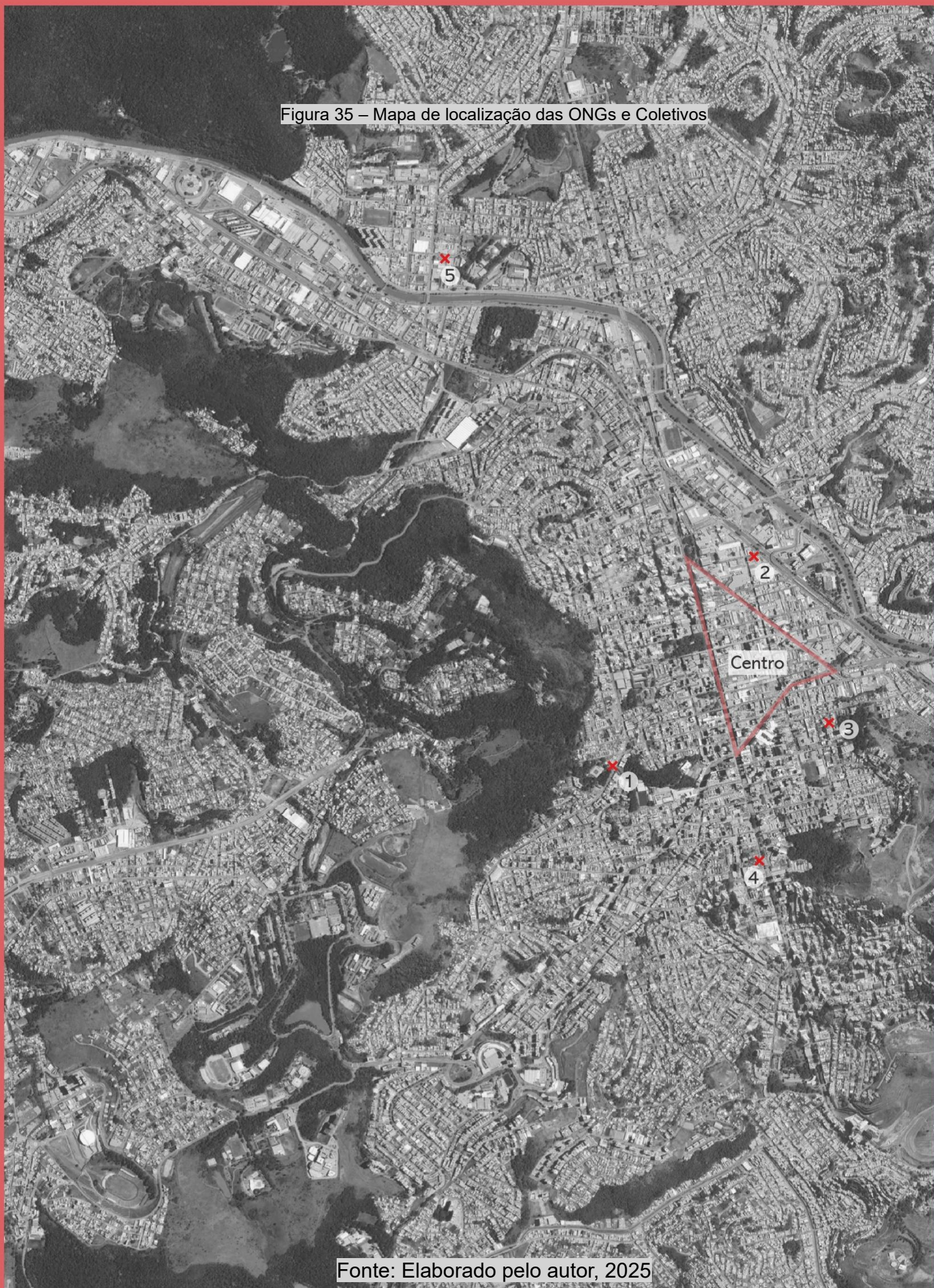
Fonte: Acervo do autor, 2025.

Figura 34 – Sede do Pró-Música, onde funciona o CeR-LGBTQI+



Fonte: Acervo do autor, 2025.

Figura 35 – Mapa de localização das ONGs e Coletivos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Legenda

✗ anos 2000

1 e 2. MGM

3. VisiTrans

4. CeR LGBTQI+

5. Transtornados

(Sec. de Esporte e Lazer)

0 500m



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Orientamos o presente trabalho na defesa de que, para além das instâncias de poder que detêm a hegemonia nos processos de planejamento, produção e reprodução do espaço urbano, pessoas e grupos, na vida cotidiana, também atuam na produção da cidade mediante apropriação de espaços, áreas e regiões. Essa perspectiva adquire especial importância quando direcionada a pessoas e grupos historicamente estigmatizados e marginalizados, como é o caso da comunidade LGBTI+.

Isto posto, estabelecemos que o objetivo geral deste trabalho seria identificar e mapear espaços e territorialidades associados à memória LGBTI+ em Juiz de Fora, de maneira a contribuir com os estudos de memória da comunidade em questão. Para alcançá-lo, recorreremos ao método da história oral para realizar entrevistas com nove pessoas LGBTI+ que têm algum histórico de atuação na cidade, seja ela política, cultural, de ativismo, de acolhimento, entre outros. Por meio dos relatos, identificamos quais espaços e territorialidades suas memórias evocam, e direcionamos esforços na intenção de mapeá-los.

Buscamos demonstrar como tais práticas e produções espaciais ensejam transformações na cidade e na sociedade, bem como se constituem em espaços de resistência para esses sujeitos e grupos, ao possibilitarem a criação de redes de afeto e sociabilidade, e a construção de uma identidade mais valorativa a respeito de si mesmos. Conforme apontado pela historiografia, foi em meio aos guetos gays dos centros urbanos que uma subcultura homossexual – utilizado como um termo guarda-chuva para abarcar a todas as expressões de sexualidade dissidentes – foi gestada e compartilhada e, posteriormente, eclodiu em movimentos organizados de ativismo e militância.

Além disso, acreditamos que os esforços de investigação desses espaços e territorialidades a partir da memória de pessoas LGBTI+ cumpre um papel social, na direção de produzir conhecimento a partir das vivências e experiências de vida desses atores sociais, os quais, historicamente e por muito tempo, estiveram relegados ao estatuto de objeto, e não de sujeitos de saberes, sob o estigma do desvio e da degenerescência. Defendemos, ainda, ser um trabalho com viés patrimonial, que compreende essas produções espaciais e memoriais enquanto dotadas de valor cultural e que, portanto, devem ser consideradas em estudos acadêmicos, em

elaboração de políticas públicas e em outras medidas que assegurem seu reconhecimento, difusão e salvaguarda. No âmbito municipal, os resultados dessa pesquisa podem contribuir para a consolidação do Plano Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIA+ do Município de Juiz de Fora referente à criação de um centro de documentação e de pontos de memória que reconheçam a cultura LGBTI+ da cidade.

Consideramos que a investigação levada a cabo por essa pesquisa deve ser entendida enquanto uma centelha, parte de um trabalho que precisa ser mais amplo e duradouro. Desenvolvemos o que foi possível, observando a duração de um curso de mestrado. No entanto, a pesquisa possui limitações. As nove pessoas entrevistadas se autoidentificaram enquanto brancas e de classe média, ainda que nem todas sejam da região central da cidade. Dessa maneira, sublinhamos que não foi possível alcançar maior diversidade étnico-racial e de classe, o que indica uma possível lacuna para pesquisas futuras: quais espaços e territorialidades serão evocados por pessoas com outros atravessamentos de raça e classe?

Outra constatação é que os espaços e territorialidades identificados por meio das entrevistas realizadas estão concentrados na região central e bairros circundantes, e referem-se a bares e casas noturnas, festas e eventos, ONGs e coletivos. Não entraram no escopo da pesquisa, por exemplo, espaços de pegação, sejam públicos ou privados, saunas, cinemas, espaços de prostituição, espaços de saúde e outros. Novas pesquisas que se dediquem a investigar outras regiões e outras categorias de espaços podem elucidar diferentes faces da ocupação, apropriação e produção da cidade por corpos e afetos LGBTI+.

Por fim, ressaltamos que, a despeito do estigma, das violências e das barreiras sociais historicamente impostos a pessoas LGBTI+, elas logaram descobrir e produzir meios para (re)existir, fortalecer-se e fruir seus afetos. Isto posto, consideramos fundamentais pesquisas que abordem memórias do trauma, na intenção de que não caiam no esquecimento ou na zona do não-dito. No entanto, as existências LGBTI+ não se resumem a isso. Há que se celebrar a coragem e a inventividade com que, ainda que em cenários hostis, seguiram vivendo.

## REFERÊNCIAS

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+; ANTRA; ABGLT. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023**. Florianópolis: Acontece; ANTRA; ABGLT, 2024.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. tradução: Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Patrícia Lage de. **Elos de permanência: O lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e de seus descendentes em Juiz de Fora no início do século XX**. Juiz de Fora: FUNALFA; Editora UFJF, 2008.

AZZI, Riolando; PEREIRA, Mabel Salgado. **Henrique José Hargreaves: expressão do laicato juizforano**. Juiz de Fora: Instituto Cultural São Tomás de Aquino, 2003.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação Sesc São Paulo**, [s. l.], n. 5, p. 108–119, 2017.

BARBOSA, Yuri Amaral. **Pequena geografia histórica de Juiz de Fora: o processo urbano do Caminho Novo ao início do século XX**. Juiz de Fora, Curitiba: FUNALFA, CRV, 2017.

BARROS, Andréa Kelmer de. **A organização homossexual em Juiz de Fora: estudo sobre a trajetória do concurso Miss Brasil Gay em Juiz de Fora desde 1977 até a formação do MGM em 2000**. 2016. 229 f. Tese (Doutorado em Política Social) - Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

BATISTA, Caio da Silva. **Cotidiano e escravidão urbana na Paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora (MG), 1850-1888**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2015.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

BOITA, Tony. Patrimônio cultural LGBT. *In*: CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; WICHERS, Camila Azevedo de Moraes; COLLAÇO, Janine Helfst Leicht (org.). **Patrimônios culturais: entre memórias, processos e expressões museais**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2017. p. 132–143.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], p. 20–28, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 19. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAIDA, Frederico. **Passagens em rede: a dinâmica das galerias comerciais e dos calçadões nos centros de Juiz de Fora e Buenos Aires**. Juiz de Fora: FUNALFA; Editora UFJF, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL, Camila Campos Grossi. **Paisagem e ambiente construído: intervenções antrópicas no traçado do rio Paraibuna em Juiz de Fora - MG**. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) - Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002. p. 16–35.

BRITTO DA MOTTA, Alda. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 225–250, 2010.

CAMARGOS, Moacir Lopes de. O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. *In*: GREEN, James N. *et al.* (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 421–434.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. tradução: Maria Leticia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2023.

CARDOSO, Carina Folena. **100 anos de verticalização em Juiz de Fora: edifícios de apartamentos na avenida Barão do Rio Branco**. 2015. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) - Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 25–35.

CARTA PARA ALÉM DOS MUROS. [S. l.]: Netflix, 2019. Documentário (85min).

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n°34: História e Patrimônio**, [s. l.], p. 147–165, 2012.

COELHO, Brune Brandão. **A produção de corpos trans e suas interseções com os processos saúde-doença: efeitos (in)desejáveis e autonomia dos corpos**. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

COLETIVO MARIA MARIA. **Sobre Nós**. [S. l.], [20--]. Disponível em: <https://www.coletivomariamaria.org/sobre-nos>. Acesso em: 22 jan. 2025.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA. **Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora**. 2. ed. Juiz de Fora: MAMM, 2016. Disponível em: <http://www.juizdefora-oabmg.org.br/pdf/ebook.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2024.

DUARTE, Felipe Marinho. **Mercado financeiro e crédito público: acumulação de capital e infraestrutura urbana em Juiz de Fora (1870-1900)**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2016.

EMICIDA - AMARELO (SAMPLE: BELCHIOR - SUJEITO DE SORTE) PART. MAJUR E PABLO VITTAR. [S. l.: s. n.], 2019. (8:53). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>. Acesso em: 19 fev. 2025.

ESTEVES, Paulo. Para uma genealogia do estado territorial soberano. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], n. 27, p. 15–32, 2006.

FEITOSA, Cleyton. A participação social nos 40 anos de Movimento LGBT brasileiro. *In*: GREEN, James N. *et al.* (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 435–448.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. *In*: GREEN, James N. *et al.* (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 91–120.

FERRARI, Anderson. **“Quem Sou Eu? Que Lugar Ocupo?”: Grupos Gays, Educação e a Construção do Sujeito Homossexual**. 2005. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FERREIRA, Denison da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência Geográfica. **Revista Campo-Território**, [s. l.], v. 9, n. 17, p. 111–135, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59–79. Disponível em: [https://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio\\_ensaios-contemporaneos.pdf](https://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf).

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J.A. Guilhon Albuquerque. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

FOUCAULT, Michel. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber**. tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 335–351.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

G1 ZONA DA MATA. Juiz de Fora é a 2ª cidade de MG com mais crimes contra a comunidade LGBTQIA+. [s. l.], 6 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2023/08/06/juiz-de-fora-e-a-2a-cidade-de-mg-com-mais-crimes-contra-a-populacao-lgbtqiapn.ghtml>. Acesso em: 19 nov. 2024.

GENOVEZ, Patrícia Falco. **Núcleo Histórico da Avenida Barão do Rio Branco (Parque Halfeld e Largo do Riachuelo). Nota prévia de pesquisa**. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/cliotedel/wp-content/uploads/sites/75/2009/10/COD98010.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. tradução: Cristina Fino; Cássio Arantes Leite. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº34: História e Patrimônio**, [s. l.], p. 91–111, 2012.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História Oral e testemunhos – interpelar a contemporaneidade. **História Oral**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 92–107, 2024.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ**, [s. l.], n. 5, p. 7–19, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. Capítulo 3: A Revolução Francesa. *In*: HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. tradução: Maria Tereza Teixeira; Marcos Penchel. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 97–132.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil 1971**. Rio de Janeiro: IBGE, 1971. Disponível em: [https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1971/populacao\\_m\\_1971aeb\\_017\\_a\\_043.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1971/populacao_m_1971aeb_017_a_043.pdf). Acesso em: 12 nov. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022. , 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em: 23 out. 2024.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (org.). **Educação patrimonial: inventários participativos. Manual de aplicação**. Brasília, DF: Iphan, 2016. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio\\_15x21web.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf).

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (org.). **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília-DF: Iphan, 2000. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual\\_inrc\\_2000.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual_inrc_2000.pdf).

JUIZ DE FORA. **Decreto n.º 14.997 de 28 de janeiro de 2022. Aprova o Plano Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIA+ do**

**Município de Juiz de Fora.** 2022. Disponível em: [https://www.pjf.mg.gov.br/e\\_atos/e\\_atos\\_vis.php?id=91549](https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=91549). Acesso em: 11 abr. 2025.

JUNQUEIRA, Patrícia Thomé. **De cidade à centralidade: a formação dos centros e o processo de descentralização nas cidades de médio porte. Estudo de caso: Juiz de Fora.** 2006. 106 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo - Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LAMAS, Fernando Guadereto. Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. **Histórica - Revista Online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, [s. l.], n. n.8, p. 1–9, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever... **Educação, Sociedade & Culturas**, [s. l.], v. 25, p. 235–245, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 07–42.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. *In*: GREEN, James N. *et al.* (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 39–62.

MARSHALL, James D. Michel Foucault: pesquisa educacional como problematização. *In*: PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina. **Por que Foucault? Novas diretrizes para a pesquisa educacional.** tradução: Vinicius Figueira Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 25–39.

MARTINS, Mateus Pires; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. Território, territorialização e territorialidade: proposta de avanço de chaves teóricas para a análise da(s) dinâmica(s) das cidades. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 314–325, 2021.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** tradução: Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. *In*: ARANTES, Antonio Augusto (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papyrus, 2000. p. 177–185.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MERCADANTE, Paulo. **Os Sertões do Leste - Estudo de uma região: a Mata Mineira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 9–29.

MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. *In*: GREEN, James N. *et al.* (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 211–225.

MOTTA, Lia. O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº34: História e Patrimônio**, [s. l.], p. 249–279, 2012.

MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora**. 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MUSSE, Christina Ferraz; AVELAR NETO, Gilberto Faúla; HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. **Os cinemas de rua de Juiz de Fora: memórias do Cine São Luiz**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2017.

NICOLESCU, Basarab. **Manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 157–190.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogia das Travestilidades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - Zona da Mata. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, [s. l.], v. 9, p. 189–230, 1962.

PETERS, Michael. Estruturalismo, pós-estruturalismo e pós-modernismo. *In*: PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07–46.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, [s. l.], n. 3, p. 4–14, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº34: História e Patrimônio**, [s. l.], p. 27–43, 2012.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: uma breve história dos séculos XIX aos nossos dias**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ROCHA LIMA, Eduardo; PAJEÚ MOURA, Alexandre; PINTO DE MOURA, Gabriela. Narrativas em disputa: a cidade sexuada e a “recuperação” do centro histórico de Salvador-Bahia. **Revista Thésis**, [s. l.], v. 6, n. 12, p. 61–77, 2021.

RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa gay do Brasil. *In*: GREEN, James N. *et al.* (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 237–253.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. Cidadania Cultural LGBT: um direito sem efetividade. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [s. l.], v. 10, n. 20, p. 82–101, 2021.

RODRIGUES, Marcelo Carmo. **Miss Brasil Gay, polêmica na passarela: eventos como instrumento de comunicação alternativa**. 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tomo 1º**. tradução: Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/9131>. Acesso em: 24 out. 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 89–109, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nacionalidade e patrimônio: o Segundo Reinado brasileiro e seu modelo tropical exótico. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº34: História e Patrimônio**, [s. l.], p. 337–359, 2012.

SCIFONI, Simone. Subverter o patrimônio cultural: periferia e participação social. **Terra Livre**, [s. l.], v. 2, n. 59, p. 592–620, 2022.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. tradução: Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. tradução: Clóvis Marques. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SERPA, Angelo. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 586–600, 2017.

SILVA, Carlos Alberto Franco da; BAMPI, Aumeri Carlos. A extrema direita e os impactos socioterritoriais da antipolítica bolsonarista. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, [s. l.], v. 17, n. 51, p. 172–203, 2024.

SOARES JÚNIOR, Wellington Araújo *et al.* Memórias LGBTQIA+: tensionamentos e possibilidades para o campo do patrimônio. *In*: ARQUIMEMÓRIA 6: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 2024, Salvador. **Anais...** Salvador: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/arquimemoria6/936428-memorias-lgbtqia--tensionamentos-e-possibilidades-para-o-campo-do-patrimonio>. Acesso em: 6 abr. 2025.

SOUZA, Marcos Felipe Sudré. **A Festa e a Cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano**. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1998.

VERAS, Elias Ferreira. Travestis: visibilidade e performatividade de gênero no tempo farmacopornográfico. *In*: GREEN, James N. *et al.* (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 347–356.

VINCI, Christian Fernando Ribeiro Guimarães. A problematização e as pesquisas educacionais: sobre um gesto analítico foucaultiano. **Filosofia e Educação**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 195–219, 2015.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, [s. l.], v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
 CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS  
 DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Pesquisa | Perspectivas multicolores: lugares e memórias LGBTI+ em Juiz de Fora, MG

Pesquisador Orientador | Prof. Dr. Leonardo Civale (civale@ufv.br)

Pesquisador Participante | Wellington Araújo Soares Júnior (wellington.a.junior@ufv.br)

### ROTEIRO DE ENTREVISTA\*

Nome  
(nome de registro ou social)

Codinome  
(nome escolhido pelo/a entrevistado/a para ser identificado/a na pesquisa)

Idade

Autodesignação  
(sexo/gênero/raça/etnia)

Grau de escolaridade

Em qual cidade você nasceu?

Caso você não tenha nascido em Juiz de Fora, com quantos anos você se mudou para cá? E por quê?

Quais períodos da sua vida foram vividos em Juiz de Fora? Como foram as vivências em cada período? Conte-me a respeito dos lugares que frequentava, com quem e quais atividades eram feitas. Você nota muitas diferenças de um período para outro? Se sim, quais?

Qual é a sua relação com a cidade de Juiz Fora? Qual foi/é a importância de Juiz de Fora para o seu processo de autoaceitação e autoafirmação enquanto pessoa LGBTI+?

Houve algum ou alguns evento/s ocorrido/s na cidade que lhe marcou/marcaram de maneira especial?

Você poderia listar alguns lugares ou espaços da cidade que, na sua opinião, foram/são conhecidos por terem sido/serem frequentados pela comunidade LGBTI+? Onde se localizavam/localizam? Por que, na sua opinião, esses lugares eram/são frequentados pela comunidade?

\*A entrevista seguirá os procedimentos da pesquisa em história oral temática, portanto as perguntas servem como balizadores para a conversa.

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a), o(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **“Perspectivas multicolores: lugares e memórias LGBTI+ em Juiz de Fora, MG”**.

A presente pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa (PPGau-UFV) pelo aluno Wellington Araújo Soares Júnior, sob coordenação do Prof. Dr. Leonardo Civalle, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da mesma instituição.

Nesta pesquisa pretendemos investigar memórias da população LGBTI+ e os espaços/lugares a elas associados, procedendo à identificação, ao mapeamento e à caracterização desses espaços/lugares, na cidade de Juiz de Fora, MG. O motivo que nos leva a este estudo se alicerça na compreensão de que tais memórias foram, por muito tempo, relegadas ao apagamento ou, das vezes em que foram narradas, isso se deu por meio da enunciação estigmatizante de uma pretensa voz neutra e universal. Com este estudo, todavia, o que desejamos é romper com essa lógica e produzir outras versões a partir da voz dos sujeitos LGBTI+, ouvindo e registrando suas memórias, seguindo suas trajetórias de vida e os espaços/lugares em que se deram. Por isso, recorreremos à entrevista da qual lhe convidamos a participar.

Somente participarão das entrevistas na condição de entrevistado(s) **pessoas maiores de dezoito anos e plenamente capazes** de exercerem pessoalmente atos na vida civil. A entrevista seguirá os procedimentos da pesquisa em história oral temática, composta das seguintes etapas: (i) gravação em áudio das conversas, por meio do uso de equipamentos eletrônicos; (ii) transcrição literal e posterior textualização das entrevistas, por parte pesquisador, (iii) conferência e validação do texto pelo Sr.(a); (iv) assinatura do termo de autorização e uso das entrevistas. A entrevista, na forma do texto aprovado pelo Sr.(a), poderá ser incluída no arquivo final da dissertação. Os áudios das entrevistas não serão publicizados e ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de dois anos, a contar da data da defesa da dissertação. Após esse tempo, os arquivos de áudio serão deletados permanentemente.

Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da Ética em Pesquisa, conforme a Resolução 466/2012 e a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Todavia, ao arguir sobre vivências, experiências e conhecimentos do Sr.(a), a pesquisa envolve riscos de origem psicológica, como desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações das entrevistas, medo de não saber responder ou de ser identificado, além de alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função das reflexões proporcionadas pelo ato de narrar a si e a sua história. No intuito de minimizar os riscos, as entrevistas serão realizadas em local adequado e sob condições apropriadas para a gravação das conversas, e poderão ser interrompidas a qualquer momento em que o Sr.(a) assim o desejar.

Por outro lado, alterações de visão de mundo também podem se transformar em benefício para o Sr.(a), além da colaboração em um estudo o qual visa romper com a lógica hegemônica que, ao silenciar vozes em nome da manutenção de estruturas de saber/poder socialmente estabelecidas, opera perpetuando preconceitos, reproduzindo estigmas e violências, sejam estas físicas ou simbólicas.

Para participar deste estudo, o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_,  
contato (telefone/e-mail) \_\_\_\_\_,  
fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “Perspectivas multicolores: lugares e memórias LGTBI+ em Juiz de Fora, MG” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do Pesquisador Responsável: Leonardo Civale

Endereço: Departamento de Geografia | Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes | Universidade Federal de Viçosa | Av. PH Rolfs, s/n, Campus Universitário, Viçosa, MG | CEP: 36570-000.

Telefone: (31) 3899-4058

Email: [civale@ufv.br](mailto:civale@ufv.br)

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3612-2316

Email: [cep@ufv.br](mailto:cep@ufv.br)

[www.cep.ufv.br](http://www.cep.ufv.br)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(cidade) (dia) (mês) (ano)

---

Assinatura do Participante / Entrevistado(a)

---

Assinatura do Pesquisador Responsável / Orientador

---

Assinatura do Pesquisador Participante / Aluno

### **APÊNDICE C – Fichas Catalográficas dos Bares e Casas Noturnas**

O objetivo deste apêndice é apresentar fichas catalográficas relativas aos bares, casas noturnas e boates identificados, apontando o imóvel em que existiram ou existem. Utiliza-se como base o mesmo mapa apresentado no Capítulo 5, referente ao mapeamento. Os dados elencados são: nome do estabelecimento, tipo de espaço, uso do local e período aproximado de existência, além do endereço correspondente.

# BABILÔNIA

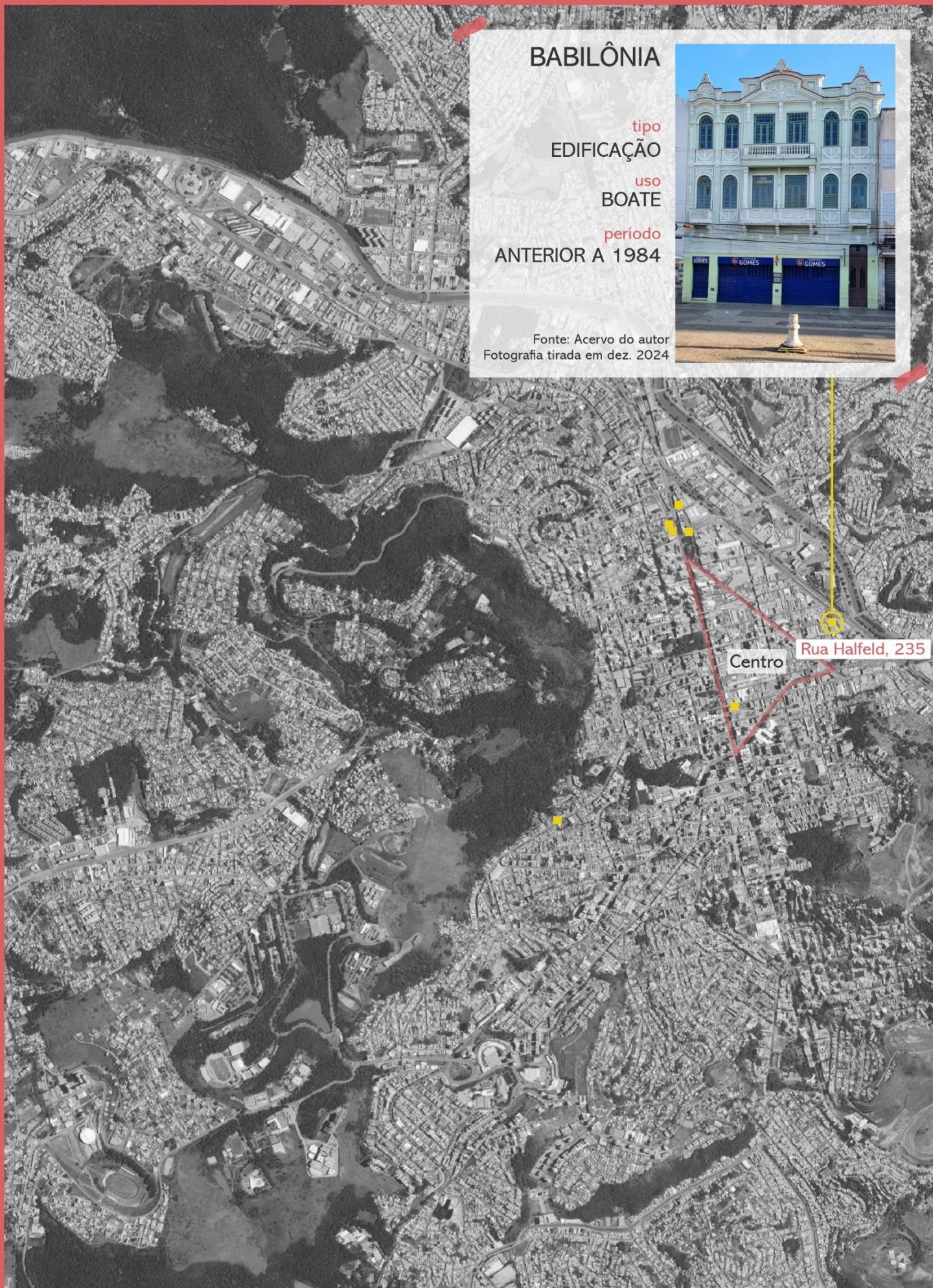
tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BOATE

período  
ANTERIOR A 1984



Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em dez. 2024



Centro  
Rua Halfeld, 235

## Legenda

■ antes de 1990

0 500m



# RAYLON

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BOATE

período  
ANTERIOR A 1984

Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em nov. 2024



Rua Benjamin Constant, 624

Centro

Legenda

■ antes de 1990

0 500m



# MARRAKESH BAR

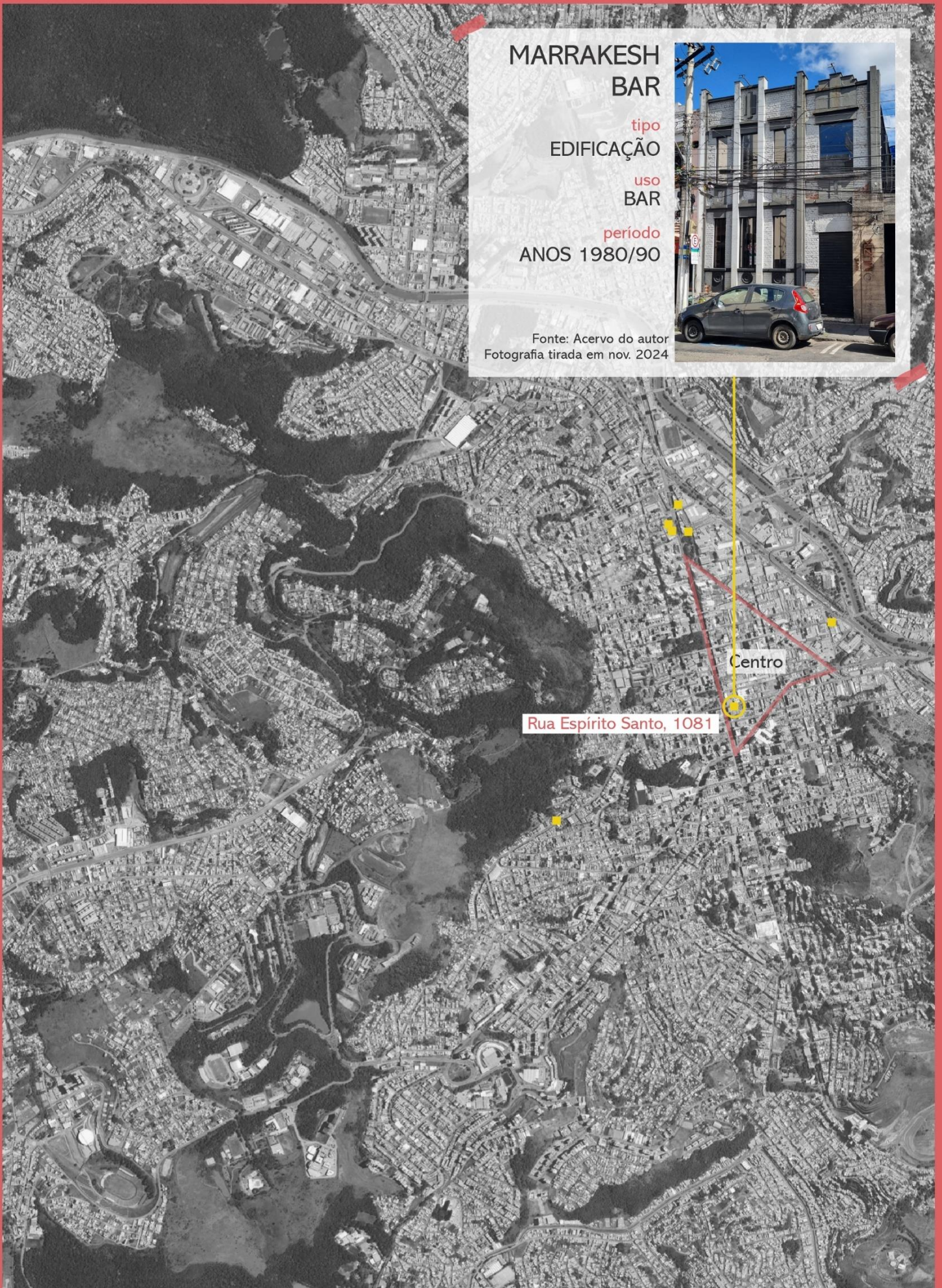
tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BAR

período  
ANOS 1980/90



Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em nov. 2024



Rua Espírito Santo, 1081

Centro

Legenda

■ antes de 1990

0 500m



# MARRA DANCING

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BAR DANÇANTE

período  
ANOS 1980



Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em nov. 2024

Av. dos Andradas, 47

Centro

Legenda

■ antes de 1990

0 500m



# PAU E CORDA BAR

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BAR

período  
ANOS 1980

Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em nov. 2024



3°

Av. dos Andradas, 79

Rua Roberto de Barros, 142

2°



Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em nov. 2024

Av. Olegário Maciel, 1756

1°



Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em nov. 2024

obs: segundo Lelei, a edificação original foi demolida

Legenda

■ antes de 1990

0 500m

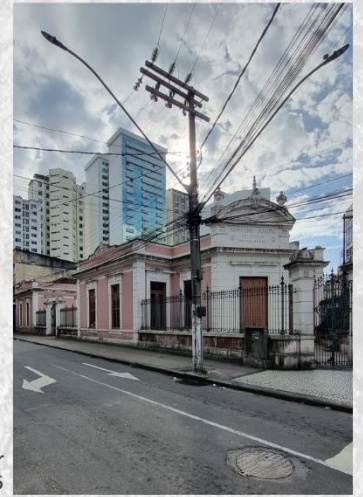


# EFEITO LARANJA

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BAR

período  
1990-1991



Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em abr. 2025



Legenda

◆ anos 1990

0 500m



# ACRÓPOLE

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BOATE

período  
INÍCIO E FIM DA  
DÉCADA DE 1990

Fonte: Acervo do autor  
Fotografias tiradas em nov. 2024



1°

obs: segundo Lelei, aqui se localizavam o acesso e a bilheteria da boate

Av. Barão do Rio Branco, 1303

Centro

Rua Dr. Romualdo, 69



2°

## Legenda

◆ anos 1990

0 500m



# CALÍGULA

tipo  
EDIFICAÇÃO

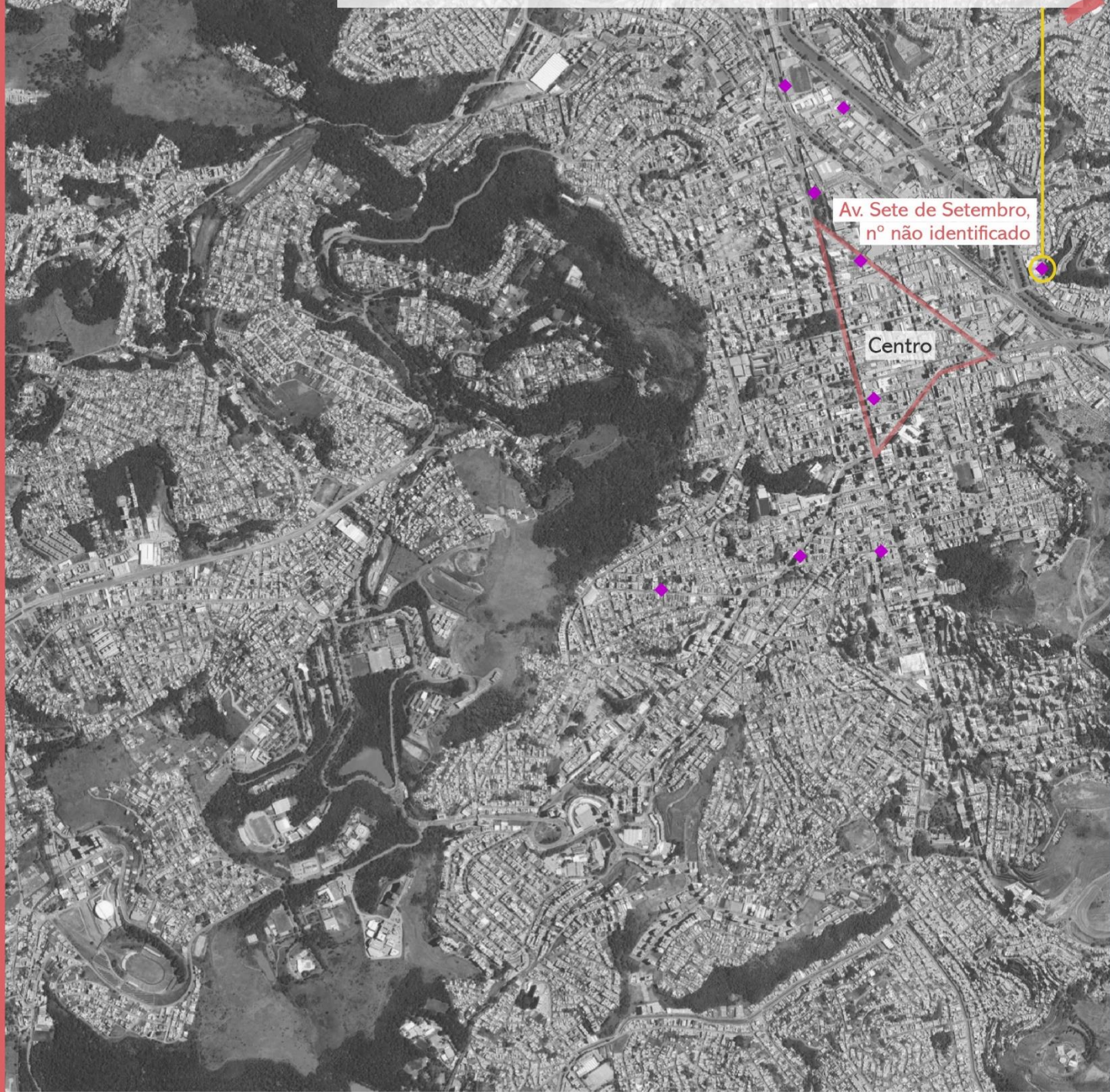
uso  
BOATE

período  
DÉCADA DE 1990

Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em nov. 2024



obs: segundo Lelei, a edificação original foi demolida



Av. Sete de Setembro,  
n° não identificado

Centro

Legenda

◆ anos 1990

0 500m



Fonte: Google Street View, 2015  
Captura feita em 18 mar. 2025



obs: a edificação original foi demolida em 2018

## OF BEAT

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BOATE

período  
MEADOS DA  
DÉCADA DE 1990

Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em nov. 2024



Av. Barão do Rio Branco, 1583

Centro

Legenda

◆ anos 1990

0 500m



# BLADE

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BOATE

período  
FIM DA DÉCADA  
DE 1990 E INÍCIO  
DOS ANOS 2000

Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em nov. 2024



Rua Saint Clair de  
Carvalho, 317

Centro

Legenda

◆ anos 1990

0 500m



# CAFÉ MUZIK

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BOATE

período  
1999 - ATUAL

Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em nov. 2024



Legenda

◆ anos 1990

0 500m



# ANGU & ETC.

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BAR

período  
FIM DA DÉCADA  
DE 1990

Fonte: Google Street View, 2024  
Captura feita em 20 abr. 2025



## Legenda

◆ anos 1990



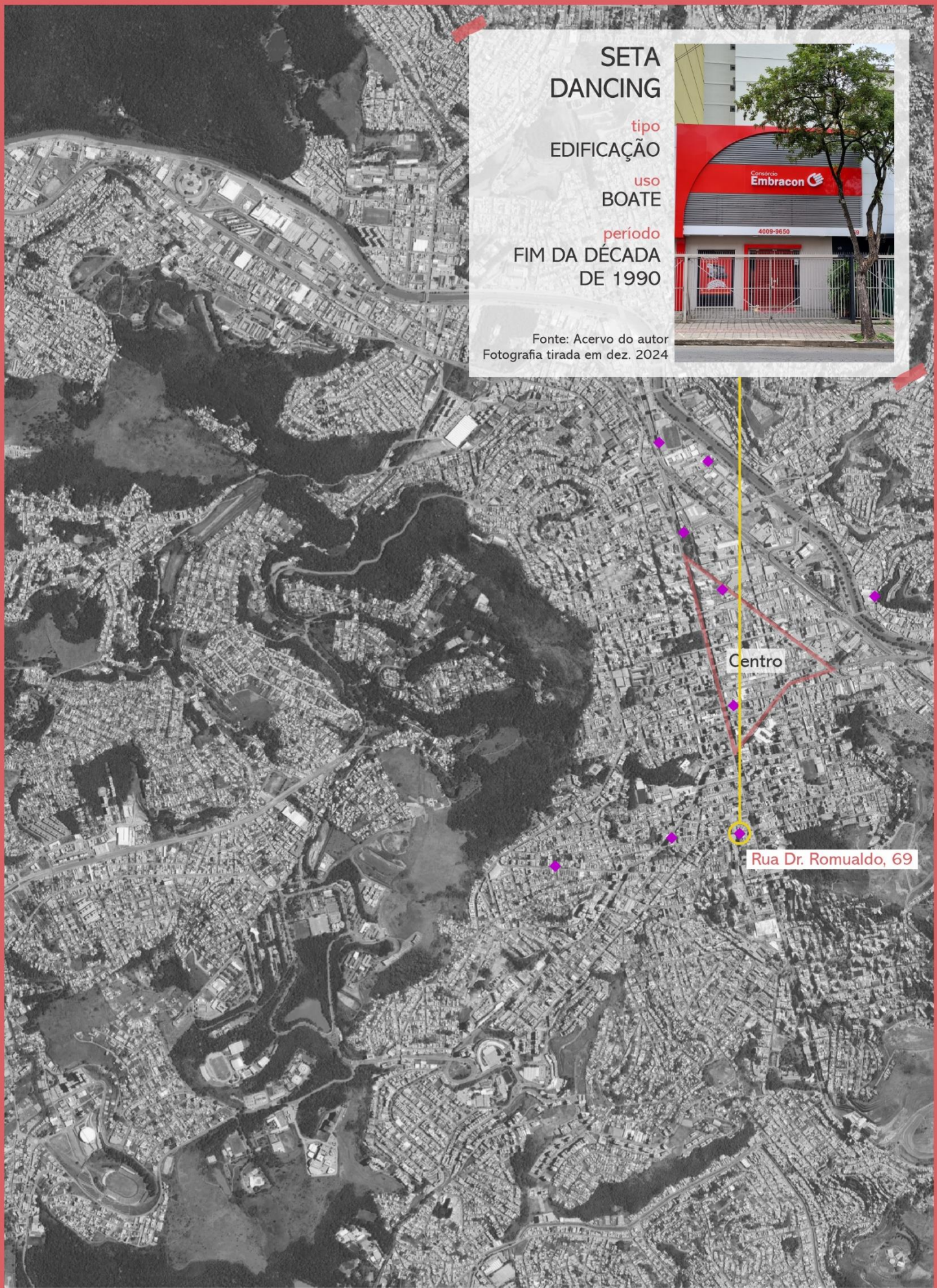
# SETA DANCING

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BOATE

período  
FIM DA DÉCADA  
DE 1990

Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em dez. 2024



Legenda

◆ anos 1990

0 500m



# PAPILON

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BOATE

período  
FIM DA DÉCADA  
DE 1990

Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em nov. 2024



Rua Padre Café, 580

Centro

Legenda

◆ anos 1990

0 500m



MGM

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
ONG / BAR

período  
ANOS 2000

Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em abr. 2024



2°

1°



Fonte: Acervo MGM

Rua São Sebastião, 347

Av. Olegário Maciel, 1344

Centro

Legenda

● anos 2000

0 500m



# PEOPLE BAR

tipo  
EDIFICAÇÃO

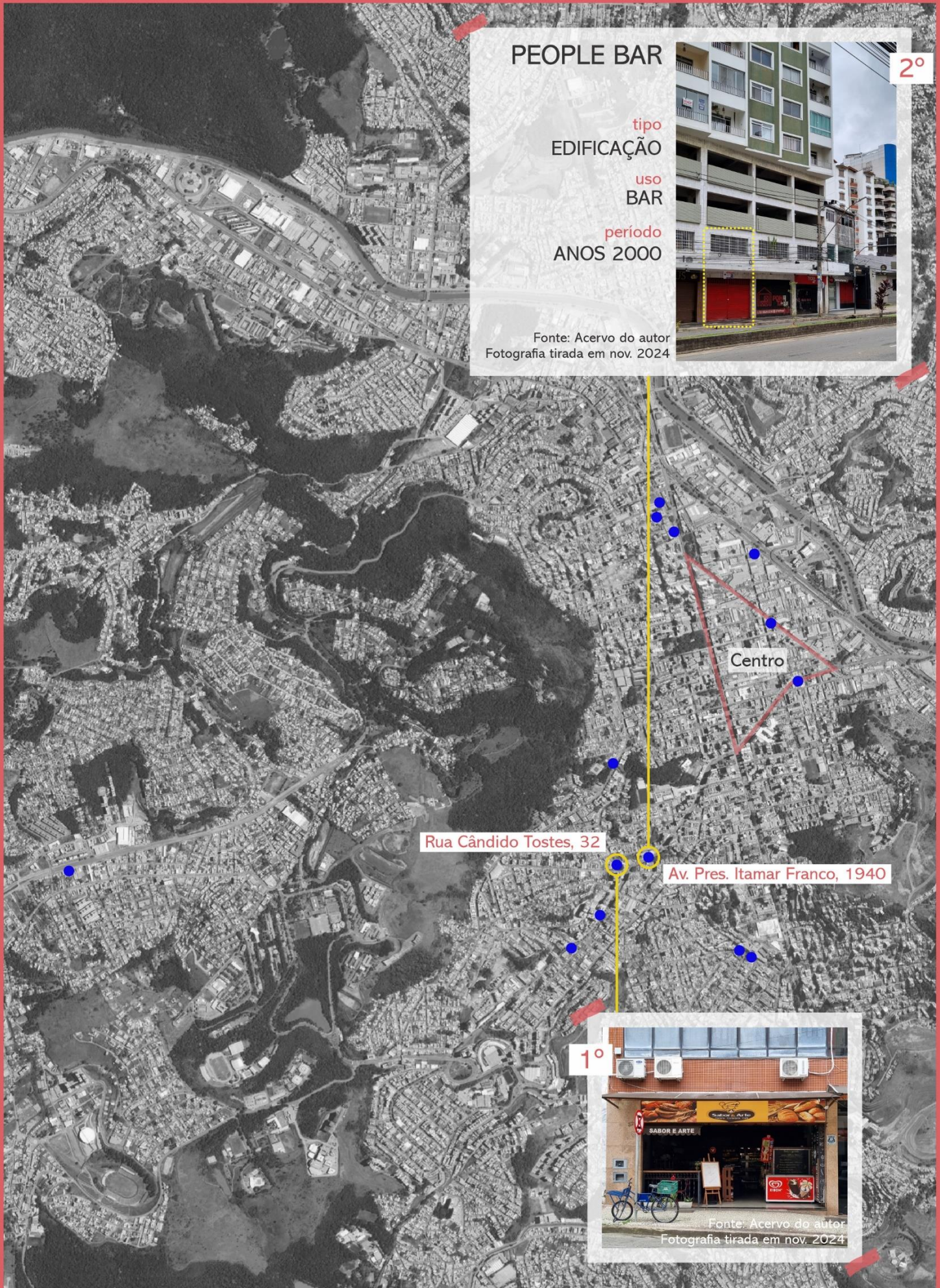
uso  
BAR

período  
ANOS 2000

Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em nov. 2024



2°



Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em nov. 2024

1°

## Legenda

● anos 2000

0 500m



# CAFÉ ACÚSTICO

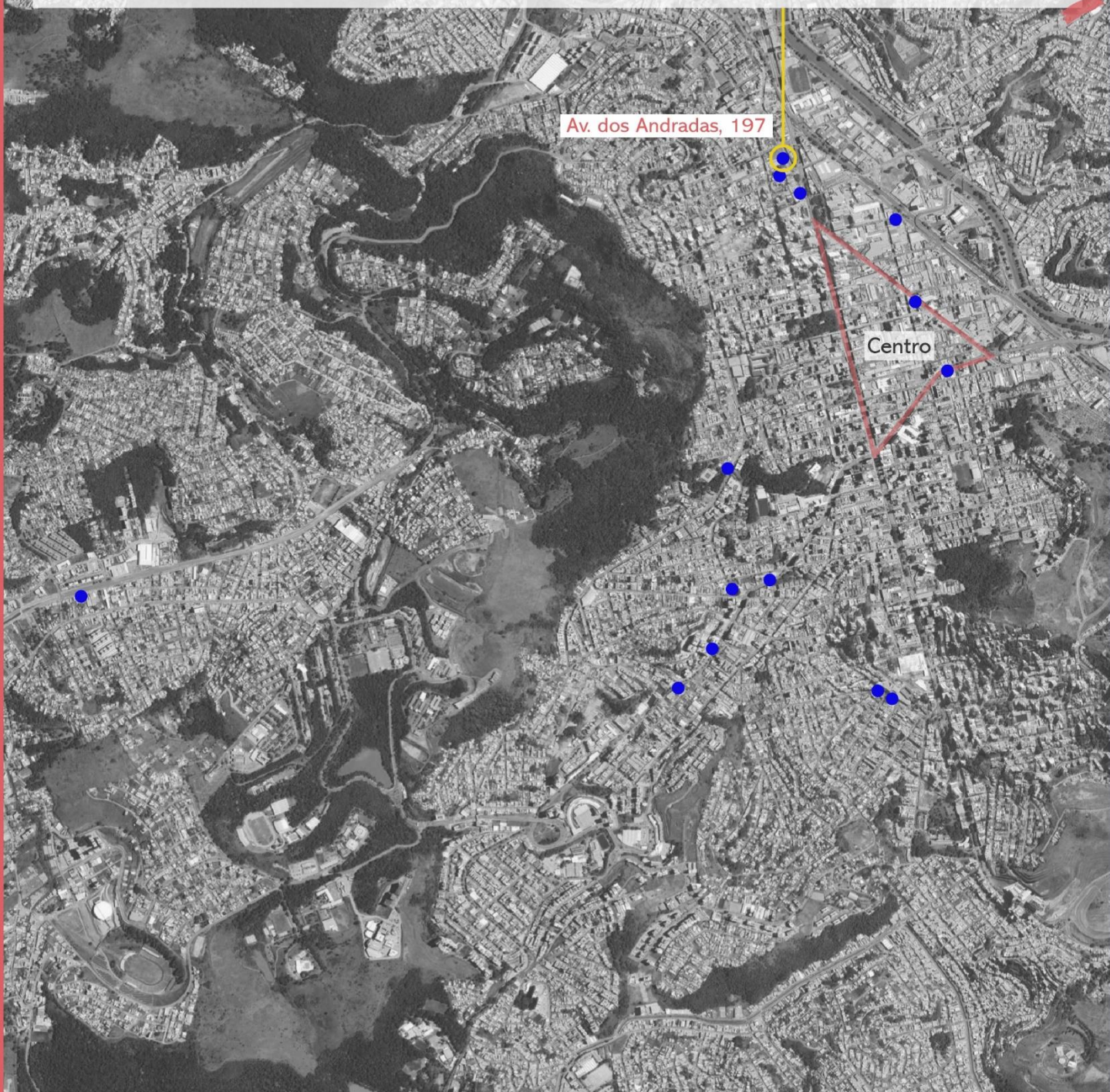
tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BOATE

período  
ANOS 2000/10



Fonte: Acervo do autor  
Fotografia tirada em nov. 2024

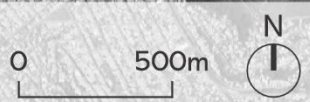


Av. dos Andradas, 197

Centro

## Legenda

● anos 2000



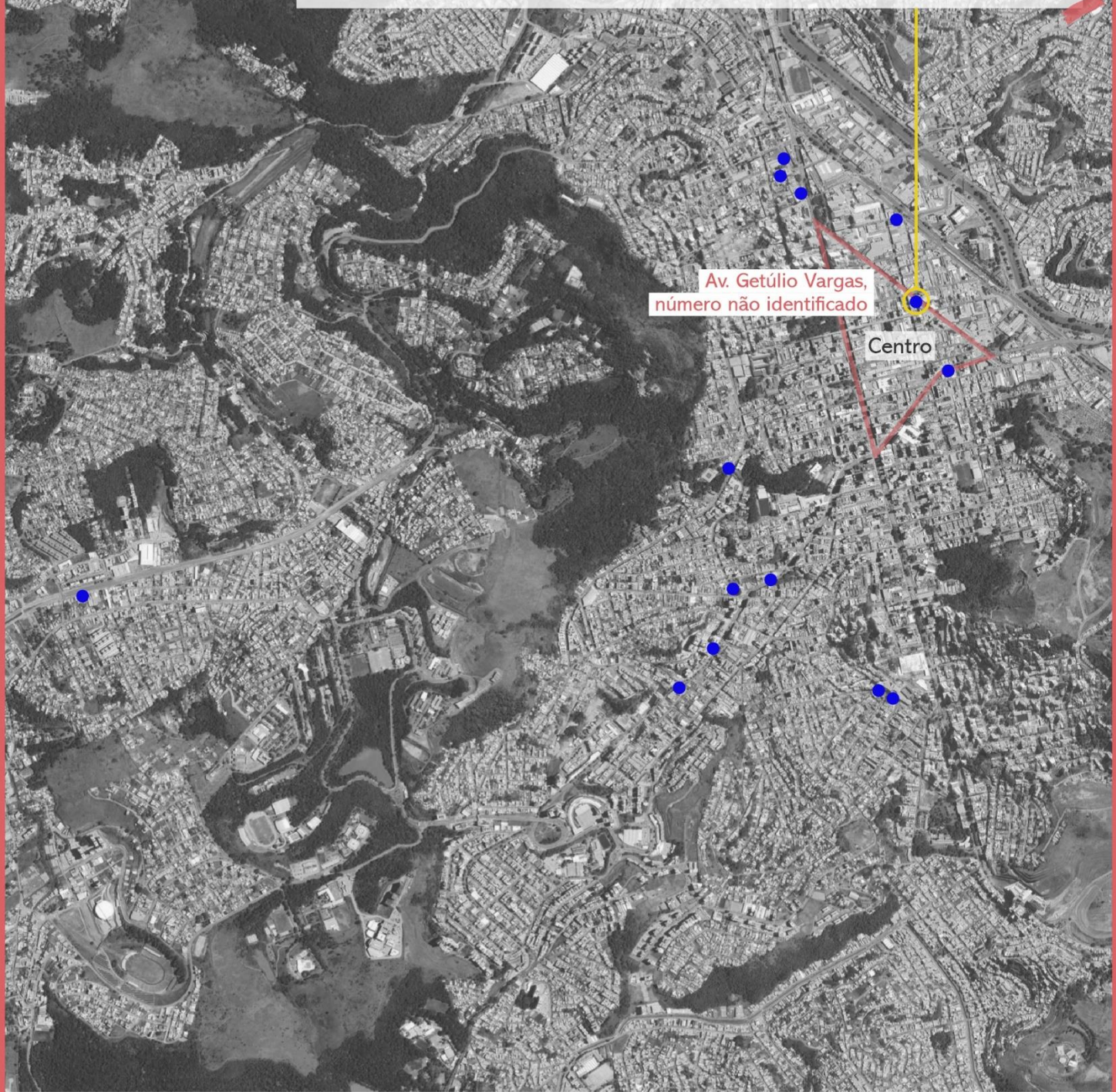
# STAND UP

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BOATE

período  
ANOS 2000/10

Fonte: Google Street View, 2011  
Captura feita em 13 abr. 2025



## Legenda

● anos 2000



# ROCKET PUB

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BOATE

período  
ANOS 2010

Fonte: Google Street View, 2024  
Captura feita em 20 abr. 2025



## Legenda

● anos 2000

0 500m



# TREND CLUBHOUSE

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BOATE

período  
ANOS 2010

Fonte: Facebook Trend Clubhouse  
(adaptada)  
Acesso em 15 abr. 2025



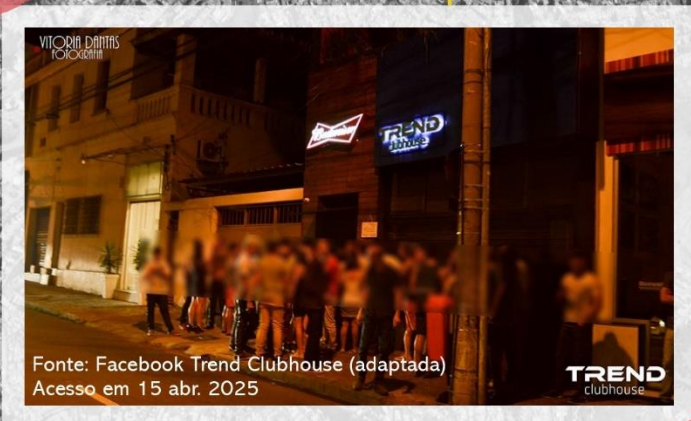
2°



Rua Silva Jardim, 218

Centro

Rua Moraes e Castro, 267

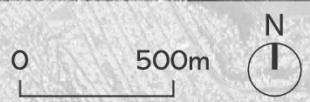


Fonte: Facebook Trend Clubhouse (adaptada)  
Acesso em 15 abr. 2025

TREND clubhouse

## Legenda

● anos 2000



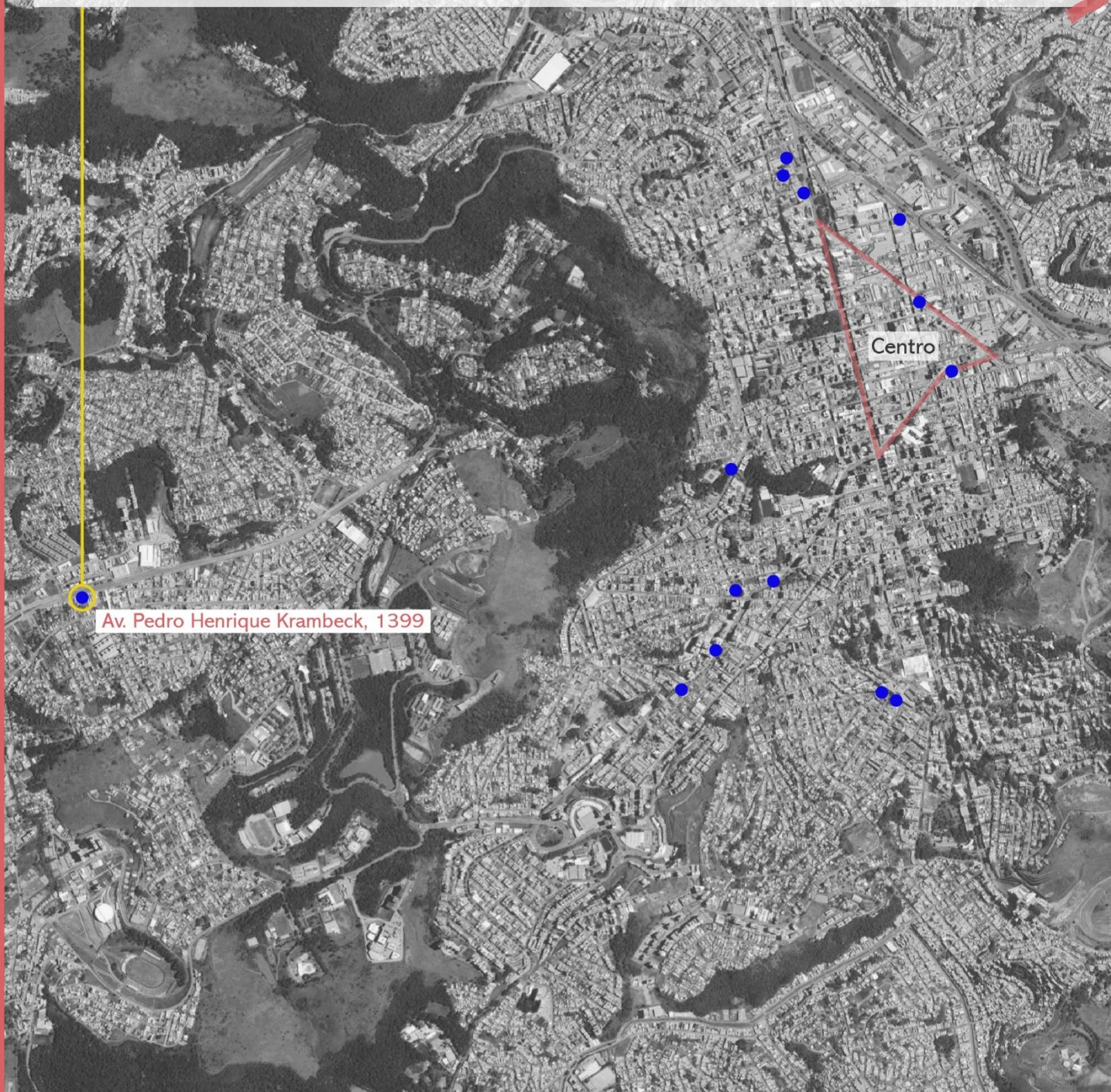
# LA CUCARACHA BAR

tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BOATE

período  
ANOS 2010

Fonte: Google Street View, 2024  
Captura feita em 15 abr. 2025



Legenda

● anos 2000

0 500m



# QUEENS BAR

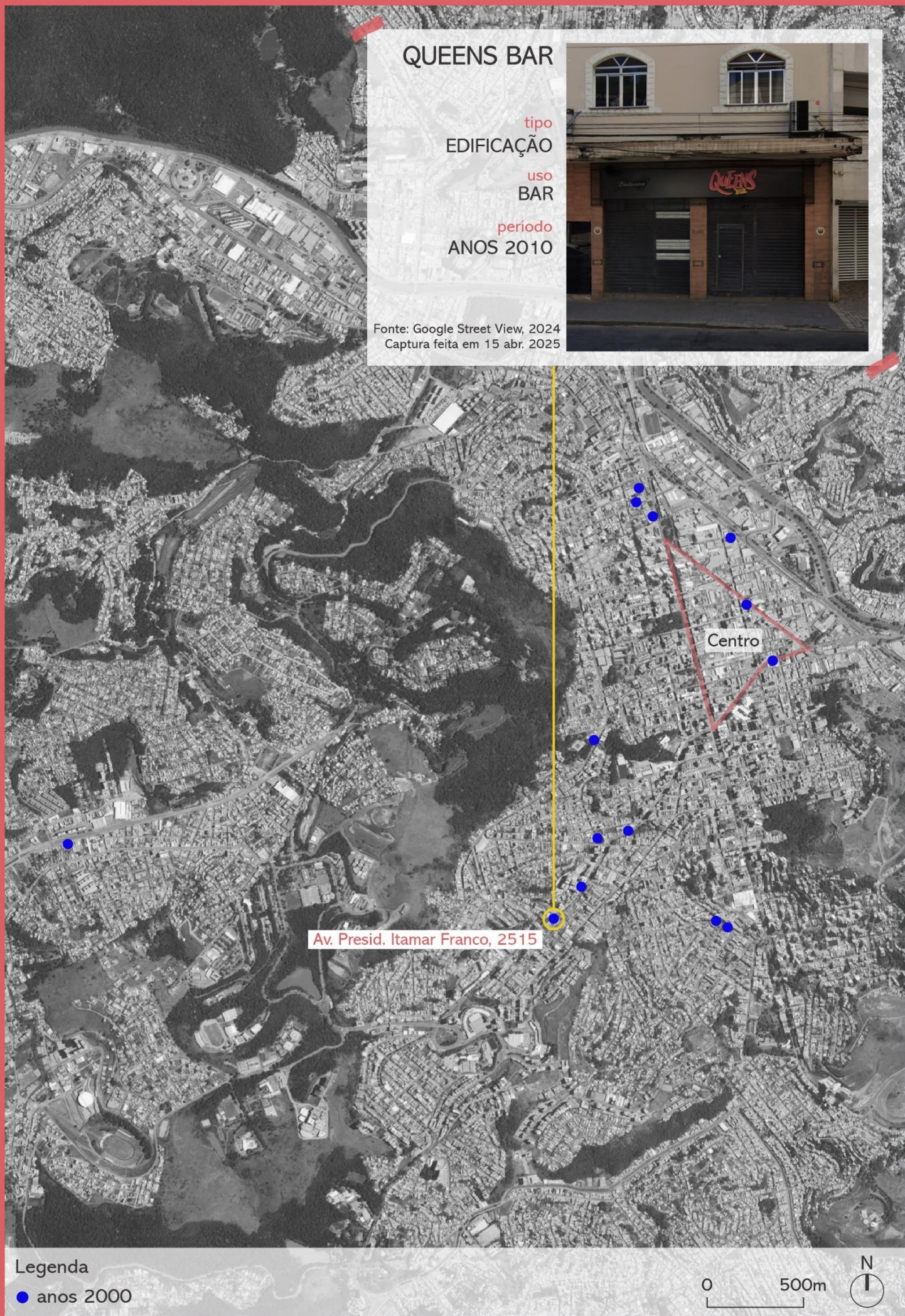
tipo  
EDIFICAÇÃO

uso  
BAR

período  
ANOS 2010



Fonte: Google Street View, 2024  
Captura feita em 15 abr. 2025



Legenda

● anos 2000

0 500m



### **APÊNDICE D – Mapas em formato A3 Bares e Casas Noturnas**

O objetivo deste apêndice é apresentar dois mapas ampliados, em formato A3, referentes à localização dos bares e casas noturnas. Para que a escala pudesse ser menor e, conseqüentemente, o nível de detalhes percebidos no mapa pudesse ser maior, foi necessário dividir as localizações por região da cidade. Como a região central e a região do bairro São Mateus e seus arredores foram as que apresentaram maior concentração de espaços identificados, foi confeccionado um mapa para cada uma.



- Legenda | Espaços
- 01. Babilônia
  - 02. Raylon
  - 03. Marrakesh Bar
  - 04. Marra Dancing
  - 05. Pau e Corda Bar (2º)
  - 06. Pau e Corda Bar (3º)
  - ◆ 07. Efeito Laranja
  - ◆ 08. Acrópole
  - ◆ 09. Calígula
  - ◆ 10. Of Beat
  - ◆ 11. Blade
  - ◆ 12. Café Muzik
  - 13. MGM (2º)
  - 14. Café Acústico
  - 15. Stand Up
  - 16. Rocket Pub (2º)
  - 17. Club 43
  - 18. Trend ClubHouse (2º)

mapa  
Localização dos espaços, décadas sobrepostas | região central

Legenda  
 ■ antes de 1990    ◆ anos 1990    ● anos 2000

0 250m N



- Legenda | Espaços
- 01. Pau e Corda Bar (1º)
  - ◆ 02. Acrópole (2º)
  - ◆ 03. Angu & etc.
  - ◆ 04. Seta Dancing
  - ◆ 05. Papiilon
  - 06. MGM (1º)
  - 07. People Bar (1º)
  - 08. People Bar (2º)
  - 09. Rocket Pub (1º)
  - 10. Trend ClubHouse (1º)
  - 11. Rocket Pub (3º)
  - 12. Queens Bar

Mapa  
Localização dos espaços, décadas sobrepostas | São Mateus e arredores

Legenda  
 ■ antes de 1990    ◆ anos 1990    ● anos 2000

0 250m N